

Entre Utopia e Distopia: a cidade de São José dos Campos na perspectiva das pessoas idosas



Por: Debora Wilza de Oliveira Guedes

**Universidade do Vale do Paraíba
Instituto de Pesquisa & Desenvolvimento
Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional**

Débora Wilza de Oliveira Guedes

**Entre utopia e distopia: a cidade de São José dos
Campos na perspectiva das pessoas idosas**

São José dos Campos, SP
2020

Débora Wilza de Oliveira Guedes

**Entre Utopia e Distopia: a cidade de São José dos
Campos na perspectiva das pessoas idosas**

Tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade do Vale do Paraíba, como complementação dos créditos necessários para obtenção do grau de Doutor em Planejamento Urbano e Regional na linha de pesquisa: Planejamento Regional Espaço e Cultura.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Valéria Zanetti
Coorientadora: Prof.^a Dr.^a Cilene Gomes

São José dos Campos, SP
2020

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE DIVULGAÇÃO DA OBRA

Ficha catalográfica

Guedes, Débora Wilza de Oliveira
Entre Utopia e Distopia : A cidade de São José dos Campos na
perspectiva das pessoas idosas / Débora Wilza de Oliveira Guedes;
orientadora, Valéria Zanetti; co-orientadora Cilene Gomes. - São
José dos Campos, SP, 2020.
219 p.

Tese (Doutorado) - Universidade do Vale do Paraíba, São José
dos Campos. Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e
Regional.

Inclui referências

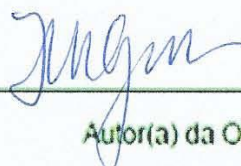
1. Planejamento Urbano e Regional. 2. Envelhecimento. 3.
Longevidade. 4. Cidade ideal. 5. Utopia e Distopia. I. Zanetti,
Valéria, orient. II. Gomes, Cilene, co-orient. III. Universidade
do Vale do Paraíba. Programa de Pós-Graduação em Planejamento
Urbano e Regional. IV. Título.

Eu, Débora Wilza de Oliveira Guedes, autor(a) da obra acima referenciada:

Autorizo a divulgação total ou parcial da obra impressa, digital ou fixada em
outro tipo de mídia, bem como, a sua reprodução total ou parcial, devendo o
usuário da reprodução atribuir os créditos ao autor da obra, citando a fonte.

Declaro, para todos os fins e efeitos de direito, que o Trabalho foi elaborado
respeitando os princípios da moral e da ética e não violou qualquer direito de
propriedade intelectual sob pena de responder civil, criminal, ética e
profissionalmente por meus atos.

São José dos Campos, 19 de Novembro de 2020.



Autor(a) da Obra

Data da defesa: 11 / 12 / 2020

DÉBORA WILZA DE OLIVEIRA GUEDES

**"ENTRE UTOPIA E DISTOPIA: A CIDADE DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS NA
PERSPECTIVA DAS PESSOAS IDOSAS."**

Tese aprovada como requisito parcial à obtenção do grau de Doutor, do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, do Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento da Universidade do Vale do Paraíba - Univap, pela seguinte banca examinadora:

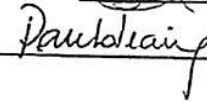
PROF.^ª DR.^ª MARIA APARECIDA CHAVES RIBEIRO PAPALI 

PROF.^ª DR.^ª VALÉRIA REGINA ZANETTI 

PROF.^ª DR.^ª CILENE GOMES 

PROF.^ª DR.^ª LIDIANE MARIA MACIEL 

PROF.^ª DR.^ª BELTRINA DA PURIFICAÇÃO DA CÔRTE PEREIRA - PUCSP 

PROF.^ª DR.^ª PAULA VILHENA VIANNA – Anhembi Morumbi 

Prof.^ª Dr.^ª Lúcia Vieira

Diretora do IP&D – Univap

São José dos Campos, 11 de dezembro de 2020.

Agradecimentos

Minha imensa gratidão à professora Valéria Zanetti por me conduzir de maneira amorosa e tão paciente na construção desse trabalho. Toda a minha admiração e respeito por você ter sido tanto, muito mais do que uma orientadora, foi a minha âncora durante essa jornada.

À professora Cilene Gomes, agradeço pela leveza do seu olhar tão cuidadoso durante as orientações. Jamais me esquecerei de tamanha delicadeza e empenho, inclusive no tom e nas palavras.

Agradeço à professora Adriane, por ter acreditado em mim, quando nem eu mesma acreditava que seria capaz de seguir.

À professora Mirela, à professora Maria Regina e à professora Sandra Costa, os meus mais profundos agradecimentos pelo incentivo. Foi graças a vocês que eu reconheci a relevância de dar continuidade aos meus estudos.

Às pessoas idosas que participaram desta pesquisa, o meu mais profundo respeito e admiração.

Aos meus amigos Marcos Valdir e Patrícia Mendes: amo caminhar ao lado de pessoas tão especiais e iluminadas.

A Nayara e Alessandra, “anjas” que apareceram na minha vida e que ficarão para sempre: estarei sempre por vocês.

À minha mãe, dona Fia, toda a minha gratidão por ter me oferecido o seu colo e o seu cuidado, principalmente nos anos de 2019 e 2020, que foram tão desafiadores para a nossa família, mas que estamos conseguindo superar. Nós duas estaremos sempre juntas.

Para as pessoas que me ajudaram direta ou indiretamente, que a vida me ofereça oportunidades de retribuir. Estarei sempre atenta.

Ao meu companheiro Paulo Sérgio, por ser e estar...

Ao meu filho Pedro: tenho fé em que um dia ele compreenda as minhas ausências dos últimos quatro anos... é para ele que eu dedico o meu amor e as minhas realizações... hoje ele tem 10 anos, mas tenho a esperança de que ele possa desfrutar

da sua velhice em uma cidade com condições sociais dignas e justas, convivendo ao máximo com pessoas boas e sorridentes... que ele aprenda cada vez mais que a felicidade deve fazer parte da vida e que a alegria é, sim, um ato político, realizador e potente.

RESUMO

A longevidade da população, ao mesmo tempo que se apresenta como uma conquista da humanidade, tem imposto importantes desafios. Nas próximas décadas, a população mundial com mais de 60 anos passará dos atuais 841 milhões para 2 bilhões até 2050. Diante de tais evidências, indaga-se se as cidades estão preparadas para lidar com as características biopsicossociais do envelhecimento humano e aparelhadas para lidar com a população idosa nas suas mais variadas manifestações da velhice. O presente estudo, inscrito no campo do Planejamento urbano, de caráter exploratório e reflexivo, buscou, à luz dos conceitos de Distopia e Utopia e das narrativas de 15 pessoas idosas, moradoras de diferentes regiões do município de São José dos Campos/SP, analisar a opinião desses idosos em relação à cidade em que vivem e a projeção de cidade ideal para se envelhecer. Além das narrativas das pessoas idosas, foram utilizados como fontes os dados da longevidade e envelhecimento mundial a nível mundial, nacional e municipal, bem como os marcos regulatórios destinados a atender as demandas dos idosos. Chegou-se à conclusão de que, se na atualidade já são grandes os desafios dos gestores públicos para lidar com o envelhecimento da população, no futuro, é imperativo que haja políticas de intervenções integradas que assegurem os direitos da população idosa, que vem mostrando altos índices de crescimento. Nesse sentido, projetar utopias é crer que o melhor dos mundos não é apenas pensável, mas também possível.

Palavras-chave: Planejamento urbano; Envelhecimento; Longevidade; Cidade Ideal; Utopia; Distopia.

Between Utopia and Dystopia: the city of São José dos Campos from the perspective of elderly people

ABSTRACT

The population's longevity, while presenting itself as an achievement of humanity, has posed important challenges. In the coming decades, the world population over 60 years will rise from the current 841 million to 2 billion by 2050. In view of this evidence, it is asked whether cities are prepared to deal with the biopsychosocial characteristics of human aging and equipped to deal with the elderly population in its most varied manifestations of old age. This study, enrolled in the field of Urban Planning, of an exploratory and reflective nature sought, in the light of the concepts of Dystopia and Utopia and the narratives of 15 elderly people, living in different regions of the city of São José dos Campos / SP, to analyze the opinion of these elderly people in relation to the city they live in and the projection of an ideal city for aging. In addition to the narratives of the elderly, data on world longevity and aging at a global, national and municipal level were used as sources, as well as regulatory frameworks designed to meet the demands of the elderly. It was concluded that, if the challenges of public managers to deal with the aging of the population are already great in the future, it is imperative that there are integrated intervention policies that ensure the rights of the elderly population, which has been showing high rates growth. In this sense, to project utopias is to believe that the best of worlds is not only thinkable, but also possible.

Keywords: Urban planning; Aging; Longevity; Ideal City; Utopia; Dystopia.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Ilha de Utopia/Thomas More (1516).....	41
Figura 2 - VilleRadieuse/Le Corbusier, 1924.....	43
Figura 3 - Projetos Cidades jardins de Ebenezer Howard, em 1902.....	44
Figura 4 - Falanstério, cidade ideal de Fourier.....	45
Figura 5 - Mapa mundial interativo com dados da população idosa.....	77
Figura 6 - Distribuição geográfica dos responsáveis pelos domicílios com renda até 1 salário mínimo, em São José dos Campos, em 2010.....	134
Figura 7 - Distribuição geográfica dos responsáveis pelos domicílios com renda até 1 salário mínimo, em São José dos Campos, em 2010.....	135
Figura 8 - Distribuição de equipamentos sociais e parques urbanos.....	136
Figura 9 - Localização do município de São José dos Campos.....	137
Figura 10 - Mapa do município de São José dos Campos e divisas distritais.....	138
Figura 11 - PMSJC. Regiões geográficas, Lei Complementar 428/10.....	138
Figura 12 - Taxa de Envelhecimento em São José dos Campos/SP (2000-2010)..	146
Figura 13 - Setores socioeconômicos do município de São José dos Campos.....	166

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Estimativa populacional de pessoas com 60 anos ou mais no Brasil.....	79
Gráfico 2 - Pirâmide etária da população mundial em 2020 (em milhões)	80
Gráfico 3 - Expectativa de vida por sexo	80
Gráfico 4 - População mundial com 60 anos ou mais	81
Gráfico 5 - Projeção anual da mudança na taxa populacional (%) – 1950 a 2100	82
Gráfico 6 - Projeção da população mundial com idade 80+ (em bilhões)	83
Gráfico 7 - Projeção da população mundial idosa 65+ dependente	84
Gráfico 8 - Projeção da população brasileira idosa 65+ dependente	94
Gráfico 9 - Projeção da população idosa 65+ dependente por região 1990-2050	95
Gráfico 10 - Distribuição global da população com 65 anos ou mais por região entre 2019 e 2050	97
Gráfico 11 - Incremento médio percentual do valor dos planos de saúde por grupos de idade	101
Gráfico 12 - Taxas de Atividades dos Idosos e proporção dos aposentados entre 1977 e 1998	103
Gráfico 13 - Taxas de Participação dos aposentados em 1978, 1988 e 1998	104
Gráfico 14 - População urbana e rural em termos mundiais (1970 a 2017)	106
Gráfico 15 - População rural e urbana no Brasil (1960 a 1970/1991, 2000 e 2010)	107
Gráfico 16 - População idosa em área urbana no Brasil (1980 a 2010).....	107
Gráfico 17 - Taxa de Envelhecimento por Sexo no Brasil (2000 - 2010).....	108
Gráfico 18 - Pirâmide Etária no Brasil (1980).....	109
Gráfico 19 - Pirâmide Etária no Brasil (2010).....	109
Gráfico 20 - Pirâmide Etária no Brasil (Projeção 2050).....	110
Gráfico 21 - Expectativa de vida no Brasil.....	111
Gráfico 22 - Índice de Envelhecimento no Brasil (1991 a 2012) (1940 a 2015)	111
Gráfico 23 - Esperança de vida por sexo no Brasil – em anos (2000 - 2010)	112
Gráfico 24 - Taxa de Envelhecimento por Cor no Brasil (2000 - 2010).....	113
Gráfico 25 - Esperança de Vida por Cor no Brasil – em anos (2000 - 2010)	113
Gráfico 26 - Taxa de Envelhecimento por Sexo em São Paulo (2000 - 2010).....	114
Gráfico 27 - Esperança de Vida por Sexo em São Paulo – em anos (2000 - 2010)	114
Gráfico 28 - Taxa de Envelhecimento por Cor em São Paulo (2000 - 2010)	115
Gráfico 29 - Esperança de Vida por Cor em São Paulo – em anos (2000 - 2010) ..	115
Gráfico 30 - Taxa de crescimento intercensitário (1940-2010).....	116
Gráfico 31 - Pirâmide Etária de São José dos Campos (1991).....	144
Gráfico 32 - Pirâmide Etária de São José dos Campos (2000).....	144
Gráfico 33 - Pirâmide Etária de São José dos Campos (2010).....	145
Gráfico 34 - População idosa em área rural de São José dos Campos/SP (1980, 1990, 2000 e 2010. Projeções demográficas).....	146
Gráfico 35 - Taxa de Envelhecimento por Sexo em São José dos Campos/SP (2010)	147

Gráfico 36 - Esperança de Vida por Sexo em São José dos Campos/SP – em anos (2010).....	147
Gráfico 37 - População com 60 e mais anos em % (1980 - 2020)	148
Gráfico 38 - Taxa de Mortalidade da População de 60 anos e mais (por cem mil habitantes nessa faixa etária) (1980 - 2018)	148
Gráfico 39 - Evolução da população de São José dos Campos/SP (1970 - 2014) .	149
Gráfico 40 - População por Zona de Tráfego em São José dos Campos/SP – 2014 (%)	150
Gráfico 41 - Abastecimento de água – Nível de atendimento – Censo Demográfico em % (1991-2000-2010)	151
Gráfico 42 - Coleta de lixo – Nível de atendimento – Censo Demográfico em % (1991-2000-2010)	152
Gráfico 43 - Esgoto sanitário – Nível de atendimento – Censo Demográfico em % (1991-2000-2010).....	152
Gráfico 44 - PIB per capita em São José dos Campos/SP (2010-2017)	153
Gráfico 45 - Percentual de gênero dos (as) entrevistados (as)	161
Gráfico 46 - Percentual da idade dos (as) entrevistados (as)	162
Gráfico 47 - Percentual do estado civil dos (as) entrevistados (as).....	162
Gráfico 48 - Percentual da escolaridade dos (as) entrevistados (as)	163
Gráfico 49 - Percentual da fonte de renda dos (as) entrevistados(as)	164
Gráfico 50 - Percentual da renda dos (as) entrevistados (as)	164
Gráfico 51 - Percentual do tipo de moradia dos (as) entrevistados (as).....	165
Gráfico 52 - Percentual da condição de moradia dos (as) entrevistados(as)	165
Gráfico 53 - Percentual da região de moradia dos (as) entrevistados (as)	166
Gráfico 54 - Crítica à cidade atual pelos (as) entrevistados(as).....	169
Gráfico 55 - Cidade ideal pelos (as) entrevistados (as).....	175

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Dados da população idosa no mundo	78
Tabela 2 - Razão de dependência e índice de envelhecimento - Brasil - 1940/2050	94
Tabela 3 - Características socioeconômicas dos idosos por região no Brasil	98
Tabela 4 - Percentual de Idosos no Brasil com acesso aos serviços básicos.....	99
Tabela 5 - Renda dos idosos no Brasil.....	100
Tabela 6 - Estrutura relativa da população de jovens e idosos, média das internações, gasto médio das internações e média de permanência na rede hospitalar dos recativos grupos segundo as Grandes Regiões 2010	102
Tabela 7 - Condição de vida do idoso por região no Brasil	102
Tabela 8 - Proporção de renda familiar do idoso em 1997 (em %)	104
Tabela 9 - Ocupação dos idosos ativos no Brasil.....	105
Tabela 10 - % de pessoas em domicílios com renda per capita inferior a meio salário mínimo (de 2010) e dependentes de idosos no Brasil	115
Tabela 11 - Áreas das regiões geográficas (em hectares).....	139
Tabela 12 - Distribuição da população de São José dos Campos segundo as regiões urbanas	139
Tabela 13 - População dos distritos de São José dos Campos e taxas de crescimento no período 2000-2010	139
Tabela 14 - Distribuição por grupo etário na cidade de São José dos Campos/SP	145
Tabela 15 - Evolução da população por Unidade Territorial (2000-2014)	149
Tabela 16 - População de São José dos Campos/SP, por sexo e situação do domicílio (2016-2020).....	150
Tabela 17 - Domicílios particulares por Região em São José dos Campos/SP (2010)	150
Tabela 18 - Comparativo de Renda Média por Zona de Tráfego (2010).....	153
Tabela 19 - Empregos por Zona de Tráfego (2014)	153
Tabela 20 - População de São José dos Campos/SP, por grupos de idade 0-34 anos (2016-2020).....	154
Tabela 21 - População de São José dos Campos/SP, por grupos de idade 35-59 anos (2016-2020).....	154
Tabela 22 - População de São José dos Campos/SP, por grupos de idade 60 e mais anos (2016-2020)	155
Tabela 23 - Taxa de Crescimento Anual da População de São José dos Campos/SP (1991-2020).....	155
Tabela 24 - % de pessoas em domicílios com renda per capita inferior a meio salário mínimo (de 2010) e dependentes de idosos em São José dos Campos/SP	155

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Teóricos do Planejamento Urbano e Regional.....	69
Quadro 2 - Políticas e ações de atenção aos idosos no Brasil (1960 a 2016)	118
Quadro 3 - Características das regiões de São José dos Campos	167
Quadro 4 - Crítica às políticas públicas pelos (as) entrevistados (as).....	170
Quadro 5 - Crítica à saúde pelos (as) entrevistados (as)	170
Quadro 6 - Crítica à habitação pelos (as) entrevistados (as)	170
Quadro 7 - Crítica à educação pelos (as) entrevistados (as)	170
Quadro 8 - Crítica ao lazer pelos (as) entrevistados (as)	171
Quadro 9 - Crítica ao preconceito pelos (as) entrevistados (as)	171
Quadro 10 - Crítica ao governo de SJC pelos (as) entrevistados (as)	171
Quadro 11 - Crítica à falta de informação à população pelos (as) entrevistados (as)	171
Quadro 12 - Crítica às drogas pelos (as) entrevistados (as)	171
Quadro 13 - Crítica aos movimentos sociais pelos (as) entrevistados (as)	172
Quadro 14 - Crítica à segurança pelos (as) entrevistados (as)	172
Quadro 15 - Crítica à mobilidade urbana pelos (as) entrevistados (as)	172
Quadro 16 - Crítica à alimentação pelos (as) entrevistados (as).....	172
Quadro 17 - Crítica ao planejamento urbano e regional pelos (as) entrevistados (as)	172
Quadro 18 - Crítica ao desemprego pelos (as) entrevistados (as)	173
Quadro 19 - Crítica ao aumento da densidade pelos (as) entrevistados (as)	173
Quadro 20 - Crítica à centralização dos serviços pelos (as) entrevistados (as)	173
Quadro 21 - Crítica à poluição pelos (as) entrevistados (as)	173
Quadro 22 - Cidade ideal, noção de coletividade e respeito pelos (as) entrevistados (as).....	176
Quadro 23 - Cidade ideal, humanização pelos (as) entrevistados (as)	176
Quadro 24 - Cidade ideal, transporte público acessível e de qualidade pelos(as) entrevistados (as).....	176
Quadro 25 - Cidade ideal, mais segurança pelos (as) entrevistados (as)	177
Quadro 26 - Cidade ideal, orientação sobre os serviços ofertados pelos (as) entrevistados (as).....	177
Quadro 27 - Cidade ideal, oferta de emprego pelos (as) entrevistados (as)	177
Quadro 28 - Cidade ideal, habitação digna pelos (as) entrevistados (as)	177
Quadro 29 - Cidade ideal, entendimento de totalidade pelos (as) entrevistados (as)	177
Quadro 30 - Cidade ideal, melhorias nos serviços e políticas públicas pelos (as) entrevistados (as).....	178
Quadro 31 - Cidade ideal, alimentação ideal pelos (as) entrevistados (as)	178
Quadro 32 - Cidade ideal, melhoria na saúde pelos (as) entrevistados (as).....	178
Quadro 33 - Cidade ideal, mais espaços de lazer pelos (as) entrevistados (as).....	179
Quadro 34 - Cidade ideal, assistência ao idoso pelos (as) entrevistados (as)	179
Quadro 35 - Cidade ideal, investimento na educação pelos (as) entrevistados (as)	179
Quadro 36 - Cidade ideal, entendimento de mundo pelos (as) entrevistados (as)..	179
Quadro 37 - Cidade ideal, não há necessidade de mudança pelos (as) entrevistados (as).....	179

LISTA DE SIGLAS

ANG: Associação Nacional de Gerontologia
ANS: Agência Nacional de Saúde
BPC: Benefício Assistencial ao Idoso
CAAE: Certificado de Apresentação para Apreciação Ética
CAPES: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
COBAP: Confederação Brasileira dos Aposentados, Pensionistas e Idosos
CONTAG: Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CNDI: Conselho Nacional de Defesa da Pessoa Idosa
CF: Constituição Federal
CTA: Centro Técnico Aeroespacial
ENANPUR: Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-graduação em Planejamento Urbano
Fiocruz: Fundação Oswaldo Cruz
Funrural: Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural
FJP: Fundação João Pinheiro
IDH: índice de Desenvolvimento Humano
IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INPS: Instituto Nacional de Previdência Social
INPC: Índice Nacional de Preços ao Consumidor
ITA: Instituto Tecnológico da Aeronáutica
ISPI: Indicadores Sociodemográficos da População Idosa
IPEA: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPPLAN: Instituto de Pesquisa e Planejamento
INSS: Instituto Nacional de Seguro Social
LOAS: Lei Orgânica de Assistência Social
MOSAP: Movimento de Servidores Aposentados e Pensionistas
MPAS: Ministério da Previdência Social
OMS: Organização Mundial de Saúde
ONU: Organização das Nações Unidas
PEA: População Economicamente Ativa
PEC: Proposta de Emenda Constitucional
PIB: Produto Interno Bruto
PDDI: Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado
PMSJC: Prefeitura Municipal de São José dos Campos
PNAD: Pesquisa Nacional por Amostra de Município
PNI: Política Nacional do Idoso
PlanMob: Plano Diretor de Mobilidade Urbana
PNUD: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PUCSP: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
RMVPLN: Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte
SJC: São José dos Campos
SAMU: Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
SEADE: Sistema Estadual de Análise de Dados
SESC: Serviço Social do Comércio
SBGG: Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia
SUS: Sistema Único de Saúde
WHO: World Health Organization

SUMÁRIO

Apresentação	18
Introdução	21
1 UTOPIA E MEMÓRIA SOCIAL.....	31
1.1 Sobre Utopia, Distopia e Mentalidade Utópica.....	32
1.2 Memória Coletiva e Construção Social	58
2 O ESPAÇO EM DIFERENTES PERSPECTIVAS	64
2.1 Espaço Concebido, Espaço Vivido e Espaço Percebido	65
2.2 Perspectivas históricas do Planejamento Urbano para uma Cidade Ideal	69
3 LONGEVIDADE E ENVELHECIMENTO: PANORAMA MUNDIAL COM ÊNFASE NO BRASIL.....	75
3.1 A imagem criada sobre o idoso.....	85
3.2 Estado, dependência financeira do idoso e índice de envelhecimento no Brasil	93
3.3 Aumento da expectativa média de vida e da longevidade humana no Brasil.....	106
4 CONQUISTAS HISTÓRICAS E POLÍTICAS NACIONAIS PARA AS PESSOAS IDOSAS.....	116
5 SÃO JOSÉ DOS CAMPOS: EXPANSÃO URBANA E CONTRADIÇÕES SOCIOESPACIAIS.....	131
6 MARCOS REGULATÓRIOS E CONDIÇÕES SOCIOESPACIAIS URBANAS: UM ESTUDO SOBRE O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS.....	136
6.1 Marcos regulatórios urbanísticos: atenção aos idosos no município de São José dos Campos.....	137
6.2 A pessoa idosa nos marcos regulatórios de São José dos Campos	140
6.3 Envelhecimento e urbanização: condições intraurbanas diferenciadas ..	143
7 ENVELHECIMENTO HUMANO E CIDADE IDEAL: CONJECTURAS DE IDOSOS, MORADORES DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS.....	156

7.1	Perfil dos participantes da pesquisa	161
7.2	Críticas que os idosos fazem à cidade de São José dos Campos.....	168
7.3	Cidade real e cidade ideal: utopia e distopia nas narrativas dos idosos .	174
7.4	Reflexão sobre as narrativas dos idosos	179
	Considerações Finais.....	196
	Referências	205
	ANEXOS	215
	ANEXO A – APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA (CEP/UNIVAP) ..	
	216
	ANEXO B – ROTEIRO DE PERGUNTAS DIRECIONADAS AOS PARTICIPANTES	
	DA PESQUISA.....	216
	ANEXO C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	218

APRESENTAÇÃO

Respondo atualmente pela coordenação do curso de Serviço Social e da Faculdade da Terceira Idade da Universidade do Vale do Paraíba – Univap, que fica no município de São José dos Campos/SP. Sou Assistente Social, mestre em Gerontologia Social e Família.

O meu interesse pela área social começou durante a minha juventude. Meus pais sempre foram engajados com as causas sociais e participavam, ativamente, dos grupos da comunidade, que iam desde as organizações das festas juninas até à assistência às famílias mais vulneráveis. No entanto, o que mais me marcou foi a participação deles em grupos de discussão sobre as questões políticas partidárias do bairro. Eles se envolviam com a comunidade não porque eram politizados, mas porque desejavam saber das questões ligadas às decisões da cidade e buscavam entender o que estava acontecendo ao redor do lugar onde moravam.

A influência da atuação comunitária dos meus pais na minha vida foi imprescindível para tomadas de decisões que incluíam a carreira profissional. Antes de me formar, tive oportunidade de atuar com famílias moradoras em comunidades na periferia de São José dos Campos, lidei com crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social e atuei em empresas e na área da saúde. Mas, assim que eu me formei bacharel em Serviço Social, comecei a lidar com pessoas idosas e me apaixonei pelas questões que permeavam o universo dessa população. Eu tinha e ainda tenho a impressão de que estudar as questões do envelhecimento humano transcende a própria velhice, para abranger todo o curso de vida da pessoa.

Especializar-me nos estudos sobre a longevidade, envelhecimento humano e sobre a velhice não foi exatamente uma escolha muito consciente. Na verdade, aconteceu! Acredito que o trabalho com pessoas, em específico idosas, requer lidar com características peculiares da fase da velhice, mas, acima de tudo, impõe trabalhar com suas subjetividades. Dotadas de medos, incertezas e dúvidas, as histórias de vida dos idosos com quem tive contato foram determinantes nas minhas escolhas acadêmicas.

Em 2006 tomei a decisão de me aprofundar nos estudos sobre as questões do envelhecimento humano e busquei o mestrado em Gerontologia Social na PUCSP.

Estudei o primeiro semestre na condição de aluna ouvinte, depois, passei para aluna regular e, em seguida, me tornei bolsista CAPES.

Na ocasião escrevi sobre a Relação da Educação Continuada e o Projeto de Vida de Pessoas Idosas. Tive a oportunidade de participar de grupos de estudos, grupos de pesquisa, congressos e palestras da área. Cada aprendizado era um mundo de possibilidades que se abria para mim sobre a compreensão da vida e, cada vez mais, eu me percebia pertencente às discussões sobre pessoas idosas.

O conhecimento que adquiri me rendeu oportunidades incríveis de trabalho, me abriu espaços de participação e de escuta. Por meio dele pude contribuir com a construção da política pública e com a efetivação da política social de atenção às pessoas idosas em São José dos Campos.

Tenho, cada vez mais, aumentado o meu entendimento de que as pessoas idosas são portadoras de direitos e de deveres, mas também, carregam seus medos, desejos, frustrações, necessidades e as incertezas trazidas pelo peso da idade. O meu contato com esse segmento desconstruiu a representação que se tinha do idoso acomodado, restrito ao ambiente da sua casa, esperando a sua hora chegar. A inserção na realidade histórico-social desse segmento me revelou que a vivacidade e o anseio da participação da vida pública permeiam a orientação desses indivíduos. Os idosos tornaram-se interlocutores legítimos de seus direitos, promovendo a política para o espaço da vida cotidiana, priorizando a ação direta e buscando exercer a democracia nas várias instâncias da vida social. O contato com os idosos me fez reafirmar o quanto é necessário pensar em espaços que promovam a participação das pessoas idosas nas discussões e nas decisões da cidade. É urgente pensar em um modelo de sociedade que ofereça condições de escuta diferenciada aos mais velhos.

Refletir sobre o Planejamento Urbano e Regional direcionado a esta população requer urgência, sensibilidade e se constitui num direito desse segmento. Foram os idosos de hoje que construíram e conquistaram, no passado, muito do que usufruímos na atualidade. Foram eles que ousaram sonhar e realizar a busca por aumentar a expectativa média de vida, e, foram eles, que, literalmente, construíram as cidades em que vivemos.

Tenho cada vez mais a convicção da responsabilidade do planejamento urbano e de sua aproximação com a família e a comunidade. Sabe-se que a longevidade humana é uma realidade e, envelhecer deve ser encarado como um processo de valorização da vida em que o urbanismo passa a ser um instrumento indispensável à autonomia, à inclusão social e à cidadania do idoso.

Pensando nisso, foi que aconteceu a mágica do meu encontro com o Programa de Doutorado em Planejamento Urbano e Regional do IP&D/ Univap e a possibilidade de trazer a utopia como ferramenta teórico-metodológica para ouvir os idosos sobre o que eles têm a dizer a respeito da cidade em que vivem e sobre seus anseios.

Nesse sentido, pretende-se correlacionar as teorias abstratas do conhecimento com uma ciência social empírica, dedicada a reafirmar que todo saber é situacionalmente determinado e que tem relação direta com as diferentes subjetividades. Sabe-se que as ideologias visam manter o status quo, enquanto as utopias, em contrapartida, oferecem possibilidades revolucionárias, ao contestar a realidade histórica e nos impulsionar em direção ao futuro.

Sabe-se, também, que a pessoa idosa tem potencialidades em razão da sua experiência de vida e da sua capacidade de reflexão crítica sobre as vivências ao longo da história. Acredito que a contribuição das pessoas idosas no processo de construção da sociedade atual deve ser promovida pelas instituições, tais como a família, a comunidade e o Estado. A projeção de uma cidade do futuro, na perspectiva das reflexões críticas dos idosos é um mote para se pensar possibilidades de um Planejamento Urbano e Regional que também atenda às demandas sociais daqueles que estão na fase da velhice.

Portanto, do ponto de vista da utopia, no contexto de um ideal possível, as pessoas idosas podem ser sujeitos ativos no processo de crítica reflexiva e profunda sobre as condições da cidade atual em que vivem e sobre a projeção da cidade ideal para se viver e para se envelhecer. E é neste foco que faço uma imersão em meus estudos, no momento. Busco realizar uma escuta atenta às histórias de vida de pessoas idosas sobre como tem sido envelhecer na cidade atualmente e como eles imaginam que deva ser uma cidade ideal. O meu interesse é também correlacionar estas reflexões com os marcos urbanísticos, especialmente nos aspectos que tratam da atenção aos idosos.

Tenho, durante a minha imersão no tema, verificado o que está apontado na legislação e, de que maneira, ela se legitima nas políticas sociais de efetivação ao direito da pessoa idosa, levando em consideração, sobretudo, as narrativas dos idosos com os quais convivi, cujas histórias de vida se confundem com a própria história da cidade de São José dos Campos. Conscientemente ou não, as falas revelam a luta social no embate do capital/trabalho nas incongruências das desiguais formas sociais de apropriação do espaço. Cada um, na sua individualidade, carrega seu arsenal de memórias, compostas coletivamente em um mesmo tempo, mas que comporta diferentes vivências na histórica luta pela sobrevivência.

Essa tese é um convite aos planejadores urbanos a amparar seus conhecimentos em uma ciência empírica da cultura em que o imaginário se torne um elemento constitutivo do político, certa de que “toda vez que a utopia desaparece, a história deixa de ser um processo tendente a um fim último” (MANNHEIM, 1972, p. 236).

Reconhecer a importância dos idosos como sujeitos e suas utopias como ferramenta de análise é reconhecer o primado da determinação das circunstâncias sócio-históricas e a vinculação contextual da mente humana, em que imaginário e política alicerçam a ação. Pensar hoje nas cidades ideais para acomodar os que vão envelhecer daqui a 30 anos se constitui como exercício que permitirá o desenvolvimento de programas e serviços que visem melhorar a qualidade de vida da população de áreas urbanas. É com esse objetivo que buscamos as vozes dos idosos sobre as suas idealizações ou racionalizações de um tipo de cidade possível para atender as suas necessidades. Interessa-nos, sobretudo, as críticas que fazem sobre a realidade vivida, substratos para se pensar em espaços de esperança e em uma utopia socialmente praticável.

INTRODUÇÃO

A utopia e, conseqüentemente, a distopia, têm sido questões impostas no momento. Não é à toa que o Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Estudos Urbanos e Regionais (ENANPUR) e o XIV Colóquio Internacional de Geocrítica, o primeiro, ocorrido em Natal, em maio de 2019 e, o segundo, em maio de 2016, em Barcelona, tiveram a utopia como tema dos encontros.

No ENANPUR, o neoliberalismo globalizado e globalizante foi um dos pontos de reflexão e estudo para se pensar a utopia, sobretudo pela influência nefasta dessa doutrina político-econômica sobre as nações periféricas. O Encontro foi permeado de reflexões críticas, tais como o questionamento sobre se é possível o “desenvolvimento regional” em uma conjuntura de retrocesso político e democrático de submissão aos postulados econômicos ultraliberais.

Outra reflexão proposta no ENANPUR foi sobre quais seriam as estratégias viáveis para enfrentar o rebaixamento das condições de vida de populações socialmente vulneráveis nesta conjuntura e a mobilização de energias e recursos para combater políticas produtoras de exclusão e de ampliação das disparidades sociais e econômicas na escala subnacional ou regional.

O debate exige o esforço dos estudiosos e dos agentes envolvidos e afetados por políticas promotoras de desenvolvimento regional. Propõe-se que a noção de desenvolvimento regional seja ressignificada, não mais se limitando às definições estritamente econômicas, mas também abarcando os diferentes problemas das camadas subalternizadas das populações regionais. De qualquer maneira, desenvolvimento regional pode ser entendido como um processo do real. A desmontagem da engrenagem que reproduz a subalternização de determinados segmentos está condicionada à capacidade de desencadear e impulsionar resistências e de esboçar cenários que apontem possibilidades emancipatórias. O passo concomitante ao da constatação da perversa realidade que, teimosamente, se reproduz no tempo, é o da mobilização de energias para a construção da utopia concreta.

No evento de Barcelona, Rainer Randolph (2016) escreveu sobre a “Utopia do Planejamento e o Planejamento da Utopia: o longo caminho de um contra planejamento até o alcance da justiça social”. Nesse artigo, Randolph (2016, p. 1) defendeu a necessidade e a importância da elaboração de uma “perspectiva não instrumental do planejamento como uma utopia que está inserida nas próprias contradições (potencialidades) das sociedades contemporâneas e, neste sentido, localizada, não utópica”.

O autor propôs “uma abordagem que contemple a produção social da realidade na sua dimensão histórica” (IDEM). Em outras palavras, estudar a realidade em movimento por meio de um pensamento, também em movimento. Randolph (2016) procura apresentar, neste sentido, a potencialidade do planejamento na busca de uma transformação profunda, utópica, da sociedade capitalista. Para o autor,

um “planejamento de uma (verdadeira) utopia” exigiria um “outro” planejamento que romperia com esta tradição. Ou seja, para poder falar de um “planejamento da utopia” teria que se supor uma outra “utopia”: um planejamento – como “utopia” – que não se distinguiria apenas pelo simples acréscimo de algum novo adjetivo de tantas outras formas preexistentes mas pela ruptura com essas modalidades anteriores [...] (RANDOLPH, 2016, p. 2).

Seria, então, necessário imaginar que a direção para uma utopia social construísse o planejamento dessa utopia, possibilitado pelo próprio planejamento – a utopia do planejamento. A edificação de uma outra sociedade, utópica, deve superar a reprodução de relação de forças tradicionais presentes no planejamento e promover a construção coletiva e participativa da sociedade, em que as condições e os resultados do processo considerem as diferenças sociais.

A *práxis* desse planejamento utópico implica na evidência das próprias contradições sociais. Essa é a natureza das potencialidades para a construção de uma utopia social sobre o planejamento, que também se apresenta como elemento constituinte dessa *práxis*. Para isto, o próprio pensamento deve ser colocado em movimento, inserido em uma abordagem dialética e em uma nova racionalidade. Nesse sentido, cabe ao planejamento urbano destacar a valorização das experiências sociais e se tornar um instrumento agregador, autônomo e emancipado.

A transformação social com vistas a uma sociedade justa, sem desigualdade e sem opressão não se realiza sem a revolução do pensamento, em que a realidade

social se constitui matéria-prima para a transformação. Randolph (2016) identifica o cotidiano como o tempo/lugar das potencialidades imaginadas:

[...] uma potencialidade do futuro que se anuncia no presente (e pode ter suas raízes no passado), mas que, dialeticamente, supera a projeção do presente como mera reprodução para o futuro na medida em que nele, no seu caminho em direção ao futuro, se realizam suas potencialidades (RANDOLPH, 2016, p. 10).

Com todas as ressalvas e perspectivas sobre a abordagem a respeito do planejamento utópico, cabe a racionalidade sobre as características da sociedade capitalista que se expressa não somente na relação capital-trabalho, mas, também, na formação dos sistemas para construção de modos da vida. Surge, aí, a seguinte questão fundamental: Qual a instrumentalidade para a ação? Para Randolph (2016), “uma nova sociedade (sua utopia) só surgiria, certamente, se a oposição entre as lógicas fosse alterada. E a subversão pretende contribuir exatamente para isto – é esta a potencialidade que se atribui a ela” (RANDOLPH, 2016, p. 13). Este novo planejamento, segundo o autor,

não pode significar meramente nenhum novo discurso ou nova concepção do planejamento ou, mesmo, nenhum planejamento com um discurso novo. Poder-se-ia pensar num planejamento como *práxis* que estaria baseado naquele espaço social *em sua totalidade* (RANDOLPH, 2016, p. 17). (Grifo nosso).

Em 1980, Francis Fukuyama¹, um importante filósofo e economista político nipo-estadunidense, na condição de defensor do conservadorismo, provocou reflexões sobre a relação da política, da economia e da continuidade da história.

Fukuyama se tornou conhecido em proporções internacionais em 1989 com a publicação do ensaio “*The End of History?*” (“O Fim da História?”) na revista norte-americana que levava o sugestivo nome *The National Interest* (O Interesse Nacional). Neste texto, publicado meses antes da Queda do Muro de Berlim, em 9 de novembro de 1989, Fukuyama apresentava uma leitura original e polêmica a respeito do

¹ Yoshihiro Francis Fukuyama (1952), cientista político e uma das importantes figuras do conservadorismo no mundo, foi figura-chave e um dos ideólogos do governo de Ronald Reagan. Atualmente é professor de Ciências Políticas na Universidade de Stanford. Defende que a evolução política da humanidade foi concluída com a morte do comunismo e a vitória da democracia liberal como modelo de governo; suas principais obras são “O fim da história e o último homem” (1992) e “As origens da política” (2011).

progressivo declínio do dito “socialismo real²” e do avanço global da liberal-democracia³ como sistema político e econômico, compreendido como o “ponto final da evolução ideológica da humanidade”. Três anos depois, em 1992, a extensão do argumento dava origem a *The End of History and the Last Man* (O Fim da História e o Último Homem), obra que intensificou o debate, desdobrando-o para a Europa e a América Latina, e continuou rendendo grandes controvérsias.

Contudo, apesar de ser considerado um oponente declarado da democracia e da racionalidade na qual ele se baseia, Fukuyama argumentava em seu texto que, nos últimos anos do século XX, o “fim da História” seria representado pelo fracasso de todos os regimes autoritários e de suas alternativas ideológicas diante da democracia liberal: o absolutismo já havia sido desacreditado há dois séculos, desde 1789; o fascismo fora destruído ao final da Segunda Guerra Mundial e, o comunismo, seu grande adversário ideológico, mostrava-se visivelmente em colapso e, cada vez, mais rendido ao *modus operandi* político e econômico de seu maior rival, o liberalismo. Após o descrédito das alternativas ideológicas que a liberal democracia teria enfrentado no período moderno, os constantes movimentos de cunho nacionalista ou religiosamente fundamentalistas nada mais seriam que resquícios de um “passado histórico”, confinado a zonas específicas de atuação, que já não se configurariam como ameaça à “nova ordem mundial”, neoliberal. O “mundo histórico⁴”, para Fukuyama, não abalaria a profundidade da nova configuração temporal, pois o “fim da História” não significaria a cessação de todo conflito, mas o esgotamento de quaisquer alternativas ideológicas viáveis ao potencial da nova ordem global (MARQUES, 2015).

² Foi um sistema político e econômico implantado na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), no governo do líder Josef Stalin. É considerado “o socialismo que existia de fato” (AGOSTI, 2003, p. 221).

³ Em Matos (1999), segundo MACPHERSON (1978, p. 30), “os primeiros formuladores da democracia liberal vieram a defendê-la mediante uma cadeia de raciocínios que partia do pressuposto de uma sociedade capitalista de mercado e as leis da economia política clássica. Esses postulados deram-lhes um modelo do homem (como maximizador de utilidades) e um modelo de sociedade (como conjunto de indivíduos com interesses conflitantes). A partir desses modelos, e um princípio ético, deduziram a necessidade de governo, as desejáveis funções do governo e daí o sistema desejável de escolher e autorizar governos”.

⁴ De acordo com Gomes *et al.* (2016), no sentido materialista-dialético, história significa a “abordagem dialética geral das coisas”, isto é, a compreensão acerca da mútua transformação do sujeito e do mundo, que caracteriza o desenvolvimento humano. E significa também a “história do homem”, ou seja, a história das construções humanas ao longo da civilização, base do materialismo histórico e cultural (VYGOTSKY, 2000, p. 23).

Entretanto, Fukuyama (1989 *apud* MARQUES, 2015) alega que nada pode ser postulado a respeito do futuro do processo histórico. Ainda que Fukuyama (1992) admita a possibilidade futura de novos “episódios na aventura do espírito”, sua tese a respeito do tempo histórico na passagem do século XX para o XXI continua não sendo outra, senão, a de que

Hoje [...] mal podemos imaginar um mundo radicalmente melhor do que o nosso ou um futuro que não seja essencialmente capitalista e democrático. Evidentemente, dentro dessa moldura muita coisa pode ser melhorada. [...] Mas não podemos visualizar um mundo essencialmente diferente do atual e ao mesmo tempo melhor (grifo no original) (FUKUYAMA, 1992, p. 46).

Mesmo com a possibilidade da subversão do *modus operandi* do planejamento, ainda há que se refletir sobre a sua real contribuição para criar uma utopia do planejamento sem a reprodução do mito de uma sociedade futura. Portanto, só se pode pensar em espaços utópicos, mais equânimes e menos desiguais, se as ações pragmáticas do planejamento levarem em consideração as contradições sociais e se enxergarem a utopia como desejo, enquanto prática, de uma sociedade melhor.

Nesse estudo retomaremos a discussão da necessidade de se pensar o espaço a partir da dimensão utópica. Na perspectiva dessa tese, a utopia e a distopia serão tratadas como categorias de análise nos moldes pensados por Bobbio, como um recurso metodológico para refletir acerca da certeza de um futuro não tão longínquo (BOBBIO, 1997).

Muito se falou no fim da história ou no fim da ideologia, a exemplo de Fukuyama (1992), mas isso não significa o fim da utopia. Para D. Bell (1960, p. 405), “hoje, mais do que nunca, a utopia é necessária, no sentido de que os homens têm necessidade [...] de uma visão de suas potencialidades, que lhes permita unir a paixão à inteligência”. Projetar utopias é crer que o melhor dos mundos não é apenas pensável, mas é também possível ou até certo e inelutável porque a ele somos levados pela força das coisas (BOBBIO, 1997, p. 1284). Para Karl Mannheim (1972, p. 234),

a mentalidade utópica pressupõe não somente estar em contradição com a realidade presente, mas também romper os liames da ordem existente[.] Transcende a situação histórica enquanto orienta a conduta para elementos que a realidade presente não contém; portanto, não é ideologia na medida em que consegue transformar a ordem existente numa forma mais de acordo com as próprias concepções. Utopia é, isto sim, inatuável somente do ponto de vista de uma determinada ordem social já sedimentada.

Tendo como referência que a utopia se resume ao desejo de uma vida melhor (materializado nos mitos e nas projeções imaginárias) e que foi traduzida para pensar parâmetros sociais, regras de organização da cidade e da política da cidade, a pesquisa visa perscrutar as falas e desejos de idosos, bem como as projeções de cidades, que carregam consigo valores subjetivos. Nessa concepção, cidade e espaço compõem uma verdadeira poética inerente ao fazer utópico (e distópico), uma vez que todas as utopias propõem questionamentos.

Utopia, distopia, envelhecimento e longevidade são os temas utilizados nessa pesquisa para promover um debate desafiador no campo do planejamento urbano, ao tratar do presente como meio para se pensar o futuro e promover um planejamento urbano mais humanizado e inclusivo.

É fato que o envelhecimento é um processo “natural” para o ser humano e, a velhice é uma das suas fases que, como as demais, possuem características próprias. O envelhecimento populacional e a longevidade apresentam, à sociedade e aos indivíduos, novos desafios sobre como oferecer condições aos idosos para que continuem desenvolvendo seu potencial e tenham qualidade de vida.

Sendo assim, a presente tese evidencia que, mesmo com idades mais avançadas, o ser humano mantém a necessidade e a capacidade de repensar sua vida, cabendo a cada indivíduo e, à sociedade, de modo geral, garantir que os idosos tenham condições de vivenciar esta fase com reconhecimento e dignidade. Nos marcos urbanísticos estão preconizados direitos que garantem prioridade às pessoas idosas. Indaga-se se, diante de tal realidade: a cidade de São José dos Campos e as cidades, de modo geral, “pensam” na adequação urbana às necessidades mais peculiares da população idosa?

O principal objetivo desta tese é apresentar a visão de quinze (15) idosos (as) que residem na cidade de São José dos Campos, por meio de suas histórias de vida, evidenciando a reflexão crítica que estes sujeitos fazem à cidade em que vivem, bases para se pensar em cidades possíveis, mais inclusivas e democráticas.

Compreende-se que a história de vida é um instrumento potente para a aproximação da interpretação acerca da realidade vivida em várias dimensões. Deste ponto de vista, ressalta-se a ênfase em dados da subjetividade dos sujeitos

participantes da atual pesquisa para responder aos questionamentos propostos. Acredita-se que a história de vida seja capaz de aproximação de situações que façam conexão das experiências vividas com o tempo presente. Em se tratando de pessoas idosas e de suas reflexões críticas e projeções de cidade ideal para se viver e se envelhecer, a escuta foi um caminho libertador que iluminou todo o estudo. Para Becker (1994, p.102),

comparadas a formas mais imaginativas e humanísticas, a história de vida (...) cumpre etapas para garantir que ela abranja tudo o que quer conhecer, que nenhum fato ou acontecimento importante seja desconsiderado, que o que parece real se ajuste a outras evidências disponíveis e que a interpretação do sujeito seja apresentada honestamente.

De acordo com Becker (Idem), a história de vida,

em virtude de sua riqueza de detalhes, pode ser importante naqueles momentos em que uma área de estudo se tornou estagnada, quando a pesquisa tem-se dedicado à investigação de umas poucas variáveis com precisão sempre crescente (...). A história de vida, se bem-feita, nos fornecerá os detalhes deste processo cujo caráter, de outro modo, só seríamos capazes de especular, do processo ao qual nossos dados devem se referir em última análise, se quisermos que tenham valor teórico e não somente operacional e de vaticínio (BECKER, 1994, p.109-110).

A metodologia da pesquisa e análise das entrevistas será mais detalhada no Capítulo 7. Os depoimentos foram coletados a partir de um roteiro preestabelecido, com enfoque nas memórias relacionadas ao tempo, espaço e lugares vividos. O fio condutor, que proporcionou o exercício crítico reflexivo da visão dos sujeitos da pesquisa sobre a cidade que moram, será fundamentado no conceito de utopia e distopia. Propõe-se averiguar se os direitos preconizados no Estatuto dos Idosos estão sendo cumpridos, sobretudo com relação à efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária. Busca-se também verificar se os idosos participam da formulação e execução de políticas sociais e políticas públicas e de que forma se relacionam com as questões urbanas, procurando investigar como os interesses desse segmento são vistos pelos instrumentos urbanísticos. Também é alvo da pesquisa sondar as projeções que os idosos têm de cidades ideais para se viver.

Percebeu-se a ausência de políticas públicas mais específicas voltadas para as necessidades peculiares da população idosa, negligenciada no Plano Diretor e nos instrumentos normativos ligados ao Planejamento Urbano e Regional, o que deixa à deriva as discussões e interesses desse segmento no desenvolvimento da cidade.

Tendo como base os princípios normativos fundamentais da política inspirada pela reforma urbana, demarcada pela Constituição de 1988, bem como a criação do Ministério das Cidades, do Estatuto das Cidades, além de outras agências governamentais responsáveis por políticas públicas no âmbito do desenvolvimento urbano, que redefiniram o papel do Estado nesse terreno das políticas públicas, parte-se da hipótese de que a dinâmica da estrutura urbana na cidade de São José dos Campos não está preparada para atender às projeções da população envelhecida em 2030.

A pesquisa possui caráter exploratório e reflexivo, pautada nas análises quantitativas e qualitativas, com base na história de vida de quinze (15) pessoas idosas, moradoras da cidade de São José dos Campos. Segundo José Luís Neves (1996, p. 1), a pesquisa qualitativa faz com que o pesquisador esteja em contato direto com seu objeto de estudo, de modo a entender os fenômenos a partir da perspectiva “dos participantes na situação estudada”, e assim, situar suas interpretações. Para o autor, esse método:

Assume diferentes significados no campo das Ciências Sociais. Compreende um conjunto de diferentes técnicas interpretativas que visam a descrever e a decodificar os componentes de um sistema complexo de significados. Tem por objetivo traduzir e expressar o sentido dos fenômenos do mundo social; trata-se de reduzir a distância entre indicador e indicado, entre teoria e dados, entre contexto e ação (NEVES, 1996, p. 1).

Para Denzin e Lincoln (2006), a pesquisa qualitativa envolve uma abordagem interpretativa do mundo. Os pesquisadores que se utilizam dessa metodologia estudam os objetos em seus cenários naturais, tentando entender os fenômenos em termos dos significados que as pessoas a eles conferem. A pesquisa qualitativa confere importância fundamental aos depoimentos dos atores sociais envolvidos, aos discursos e aos significados transmitidos por eles. Nesse sentido, esse tipo de pesquisa preza pela descrição detalhada dos fenômenos e dos elementos que o envolvem (VIEIRA; ZOUAIN, 2005).

A análise qualitativa parte do princípio de que “determinados procedimentos de obtenção, verificação e sistematização do conhecimento, levam em consideração a concepção do mundo e da posição do homem dentro dele” (FERNANDES, 1977, p. 50). As metodologias qualitativas privilegiam, de modo geral, a análise de micro processos, por meio do estudo das ações sociais individuais e grupais, entendidas como unidades sociais que compõem as totalidades. Neste sentido, a questão da representatividade, tão inerente aos estudos quantitativos, é um ponto pelo qual a metodologia qualitativa é criticada. Muitos estudiosos, reticentes à metodologia qualitativa, perguntam até que ponto ela seria representativa do conjunto de casos componentes de uma sociedade. Seja como for, do ponto de vista estatístico, também restarão sempre dúvidas acerca da representatividade das análises quantitativas (MARTINS, 2004).

Os participantes da pesquisa, instrumentos de nossa análise qualitativa, foram selecionados de maneira significativa, sendo, quinze (15) sujeitos de cada região da cidade de São José dos Campos/SP (dois (2) da região Norte, dois (2) da região Sul, três (3) da região Leste, um (1) Oeste, quatro (4) da região Central, um (1) da região Sudoeste, dois (2) dos distritos de São Francisco Xavier e Eugênio de Melo). Foram considerados como critérios de seleção dos participantes da pesquisa a disponibilidade, a representação da diversidade de perfil socioeconômico e a diversidade de histórias de vida ligadas às diferentes formas de envelhecer. Para critério de inclusão foram consideradas pessoas com 65 anos ou mais que estão envelhecendo na cidade de São José dos Campos, em situações diversas, nos quesitos; situação de moradia, estado civil, perfil socioeconômico, nível de escolaridade e histórias de vida.

A escolha pelo município de São José dos Campos se justifica porque ele traz, em sua composição histórica, uma expansão urbana particular, bem como carrega contradições socioespaciais bastante relevantes e evidentes por ser sede administrativa e por ter o maior IDH da região do Vale do Paraíba Paulista.

A tese divide-se em seis seções. Como a utopia é o recurso de pensamento da visão da cidade ideal e real pelo ponto de vista dos idosos, a primeira seção traz uma análise da dimensão da utopia como abstração imaginativa ambientada socialmente em um espaço e tempo definidos. Nessa seção, a distopia também se torna uma

referência de análise. Na segunda seção apresenta-se a compreensão do espaço em diferentes perspectivas, segundo concepção de Henry Lefebvre (2006): Espaço concebido, espaço vivido e espaço percebido; instrumentais importantes para analisar as diferentes compreensões que perpassam a construção social do espaço. Essa seção trouxe as históricas perspectivas do planejamento urbano para se pensar a cidade ideal. Na terceira seção apresentam-se os índices mundiais sobre a longevidade e envelhecimento humano, com ênfase no Brasil. A quarta seção trata das conquistas históricas e políticas nacionais para as pessoas idosas.

Como nosso recorte espacial delimita o município de São José dos Campos, as seções 5, 6 e 7 tratam, respectivamente, da apresentação do município, com breve histórico da expansão urbana e das suas contradições socioespaciais; dos índices de envelhecimento e dos interesses das pessoas idosas nos marcos regulatórios do município e, finalmente, das narrativas dos idosos sobre a cidade real e ideal para se envelhecer. Essas conjecturas acabam se tornando ferramentas importantes para se pensar a vida dos idosos nas cidades e para um planejamento mais democrático e participativo que insira as demandas da população idosa que, em breve, se tornará predominante no cenário urbano.

1 UTOPIA E MEMÓRIA SOCIAL

1.1 Sobre Utopia, Distopia e Mentalidade Utópica

“Utopia: a história de uma ideia”, de Gregory Claeys (2013), é uma obra ilustrada que analisa o processo de criação das utopias ao longo da História, podendo ser sintetizada simplesmente como a busca da sociedade ideal. O autor (2013) realizou uma verdadeira arqueologia das utopias ao pesquisar a influência do pensamento utópico em vários campos do conhecimento, desde mitos fundadores a distopias políticas e viagens imaginárias a lugares fantásticos. Neste trabalho, priorizaram-se algumas partes da obra citada, como o conceito de utopia, na história e na literatura, assim como as distopias contemporâneas e sua semelhança com as experiências totalitárias do século XX.

Ainda sobre as distopias, é possível associar o neocolonialismo instaurado do século XIX como uma experiência definitivamente distópica para os povos não ocidentais e não brancos. Regimes despóticos e obedientes ao imperialismo europeu foram instaurados na África e Ásia, impondo, como importante ferramenta de dominação, o racismo. Exemplos não faltam sobre a brutalidade da colonização europeia, como os campos de concentração na África do Sul e as amputações de mãos no Congo.

Na literatura, são consideradas distópicas as obras “1984”, de George Orwell e, Admirável Mundo Novo, de Aldous Huxley. No entanto, Claeys (2013, p. 184) considera que “a vida supera a arte na experiência totalitária”, com a criação dos campos de concentração nazista e dos *gulags* soviéticos, quando o totalitarismo moderno passou a ser visto como um sistema de extermínio e escravidão em massa.

No século XXI, a distopia permanece como um dos subgêneros preferenciais na produção literária e cinematográfica. Diante do avanço das mudanças climáticas decorrentes da destruição ambiental e das hostilidades entre as grandes potências, vislumbram-se cenários nebulosos de extinção em massa da vida na Terra.

A questão da utopia nos remete à história desse termo, atrelado à obra do inglês Thomas More - homem da Renascença, imerso na condução de sua vida guiada pela razão, premissa do Humanismo. Utopia foi escrita em 1516, período de

transformação do sistema feudal ao capitalista, cuja expressão máxima, à época, centrava-se na liberalização da economia, na privatização das terras coletivas e na expulsão dos camponeses do campo para engrossar as hordas da população trabalhadora urbana. Desencantado com a realidade distópica em que vivia, em que o campo se organizava por outra lógica, da exploração da força de trabalho e desapropriação da população camponesa, More (2004), chanceler do rei Henrique VIII, enxergou, por sua lente revestida de religiosidade, a crueldade devassadora daquele cenário de transição provocada pelo cercamento das terras (*enclosures*).

A Utopia de More, gênero literário ficcional, prefigurava a busca do espaço ideal, cujas dificuldades da vida cotidiana projetavam, na imaginação, o paraíso perdido. O utópico desejo de alcançar algo ou algum lugar, mesmo que pela imaginação, tornou o não lugar, um lugar que ainda não é, mas que move intenções e desejos de alcance.

O neologismo de More surge da associação da palavra Tópos (de origem grega) que significa lugar, somada ao prefixo negativo U + topos, que seria algo em torno do não lugar. Essa obra inaugurou um modelo utópico até então inexistente, que relacionava o espaço e o tempo. Embora se trate de uma ilha imaginária, Utopia descreve um país onde o sistema de governo é republicano, calcada na razão e tem como objetivo propor, através de uma visão futurista, a idealização de uma sociedade harmoniosa, em contraponto com a realidade europeia, na qual a paz, a guerra, as finanças, a disputa pelo poder e as doenças constituem o enredo.

A riqueza da obra consiste em retratar temas que, projetados para outra época, guardadas as devidas proporções, em nada perdem sua vitalidade e a busca por uma sociedade equânime, onde não há fome, miséria ou pobreza; onde todos têm onde morar, além de acesso à saúde e à educação. Na ilha utópica de More (2004) não existe a propriedade privada e o dinheiro e o fruto do trabalho humano são compartilhados por todos. O sistema de produção e distribuição dos bens materiais é pautado pelo igualitarismo e pela valorização do ser humano, em detrimento do capital e do lucro.

Ao que parece, em Utopia o comunismo é praticado, mesmo antes do modelo político soviético se constituir como exemplo de sociedade almejada, como ocorreu na primeira década do século XX. Para tanto, Utopia pode ser vista como um guia, em

que as soluções dos problemas são escritas quase como um manual, uma receita que visa, mais do que o combate direto às mazelas humanas no presente, criar um modelo de organização política, social e econômica visando o futuro.

Sobre a organização política, como já citado, Utopia é uma república que adota um regime de democracia indireta. Porém, não inclui espaços políticos para a participação da mulher. A Ilha é administrada por um conselho cidadão, predominantemente masculino: A população é dividida em grupos de 30 famílias; cada um dos quais eleger, anualmente, um funcionário denominado sifogrante. Cada cidade tem duzentos sifograntes responsáveis pela eleição do príncipe, o qual é escolhido pelo voto secreto depois de os sifograntes terem feito o juramento solene de eleger o homem que consideram mais qualificado para o cargo (MORE, 2004).

O supremo poder é vitalício, exceto em caso de tirania, situação em que o príncipe é retirado. Os demais são cargos rotativos, anuais. O príncipe é um regente vitalício, “salvo se manifestar aspirações à tirania. Os traníboros são eleitos anualmente, mas são sempre reeleitos, a menos que haja razões sérias para não o fazer. Todos os outros magistrados ocupam seus cargos apenas por um ano” (MORE, 2004, p. 54).

A concepção de uma sociedade em que o tempo livre é mediado por um olhar panóptico, tem na supervalorização do trabalho um exemplo salutar que, de alguma forma, lembra a exaltação bíblica, que tem no trabalho uma ação que edifica o homem. Grosso modo, a vigilância seria um combate ao ócio, como forma de não extraviar o pensamento para as coisas indignas. Porém, mesmo não citada diretamente em Utopia, pois essa Ilha valoriza a vida terrena, o trabalho ocupa a mente e tem como resultado a preocupação com o bem comum, que se sobrepõe ao que é da ordem individual.

Desse modo, umas das premissas de Thomas More sobre sua Ilha é que, se o trabalho for distribuído de modo equânime, todos podem trabalhar menos. Dentre as funções, a função dos sifograntes “é a de zelar para que ninguém fique na ociosidade, e que todos exerçam seu ofício de maneira conscienciosa” (MORE, 2004, p. 57). Na ilha, a divisão dos bens entre todos, garante a abundância geral, impossibilitando, dessa forma, a concentração de riquezas nas mãos de um grupo pequeno.

O trabalho é enaltecido em suas várias modalidades, mas o trabalho agrícola tem um valor diferenciado e, todos, desde a mais tenra idade, são envolvidos nessa tarefa. Os intelectuais são reconhecidos pela comunidade e ficam desobrigados do trabalho braçal.

Portanto, embora seja minoritária, há uma casta de intelectuais e sacerdotes privilegiada. A sociedade os mantém, confirmando assim a separação entre trabalho manual e trabalho intelectual. Numa leitura mais minuciosa, dá a entender que ser lavrador é pertencer a uma classe inferior e, adentrar a uma casta superior indica um prêmio. Os *doutos* são responsáveis por fornecer pessoas qualificadas que constituem o grupo dos que mandam, alimentando assim a sociedade utopiense na qual permanece a divisão entre os que trabalham e os que dirigem.

Junto à importância do trabalho, não importando qual segmento, há um fundo moral que menospreza tudo que pode levar os homens ao mundo desregrado e à perdição, como o uso de bebidas alcoólicas ou aos jogos de azar. Em Utopia, “nenhum prazer é proibido, desde que dele nenhum mal se origine” (MORE, 2004, p. 67). A busca pelo ordenamento no mundo, como o controle de hábitos e comportamentos, é venerada e defendida:

Das vinte a quatro horas do dia, apenas seis são dedicadas ao trabalho. Trabalham por três horas na parte da manhã, almoçam e descansam por duas horas para, em seguida, trabalhar por mais três horas. Jantam e, às oito horas (a primeira hora depois do meio-dia é contada como hora um), vão dormir por oito horas. É deixado à escolha de cada um o que fazer nas demais horas do dia, quando não estão trabalhando, comendo ou dormindo. Podem, portanto, dedicar-se a qualquer ocupação que seja de seu agrado, desde que não desperdicem suas horas livres na ociosidade ou em divertimentos insensatos (MORE, 2004, p. 57).

Os moradores da ilha são livres para fazerem o que desejarem, porém, uma série de controles cerca suas vidas cotidianas. É deixado à escolha de cada um o que fazer nas demais horas do dia, quando não estão trabalhando, comendo ou dormindo. Os utopienses podiam dedicar-se a qualquer ocupação, desde que não desperdiçassem suas horas livres na ociosidade ou em divertimentos insensatos. A maior parte deles usa seu período livre para aperfeiçoar sua educação, pois existem muitos cursos públicos que têm início antes do nascer do sol. O comparecimento é voluntário, a não ser no caso daqueles que foram destinados a uma formação acadêmica. Contudo, nada impede as pessoas de dedicarem seu tempo livre ao

exercício de suas profissões. Muitos o fazem, quase sempre os que não têm o gosto das especulações do espírito e preferem dedicar-se a um trabalho útil à comunidade, que muito os admira por sua atitude abnegada (MORE, 2004).

Na ilha de Utopia não existem diferenças de patrimônio. Todos os cidadãos são iguais entre si; todos se revezam nos trabalhos de agricultura e artesanato, e o trabalho é dividido de tal forma que impede o surgimento de diferenças sociais. Além disso, trabalha-se pouco, porque, segundo More (2004), em uma sociedade em que todos trabalham, sobra tempo para o lazer, o entretenimento e as atividades recreativas:

Quando há abundância de tudo, como resultado do trabalho útil de todos e do fato de que ninguém consome em excesso, muitos podem ir trabalhar nas estradas para realizar os reparos que se fizerem necessários. Por vezes, quando não há necessidade nem mesmo desse tipo de trabalho público, decreta-se a redução da jornada de trabalho, uma vez que em Utopia não se permite forçar os cidadãos a realizarem trabalho inútil. O principal objetivo de sua constituição é garantir que, desde que o bem público o permita, os cidadãos sejam livres, tanto quanto possível, para deixarem de gastar seu tempo e suas energias com as necessidades do corpo e dedicarem-se à liberdade e à cultura do espírito. É nisto que consiste, segundo os utopienses, a verdadeira felicidade na vida (MORE, 2004, p. 61).

Na ilha de More (2004) existe um equilíbrio entre trabalho e descanso, porém, a escravidão existe, e são os escravos, que realizam os trabalhos mais degradantes:

Os escravos são encarregados de realizar o abate e a limpeza dos animais nesses locais e essa atividade não é permitida aos cidadãos. Os utopienses entendem que o abate de seres vivos destrói gradualmente o sentimento da compaixão, que é o sentimento mais elevado da natureza humana. Também não permitem que sejam levados para a cidade imundícies ou rejeitos deteriorados, que podem infectar o ar e propagar doenças (MORE, 2004, p. 64).

A educação das crianças percorre um caminho em que a ética é praticada em todo o momento, pois, como já dito, em utopia não há concorrência, sendo assim não há ganância, o que faz com que a sociedade tenha outro movimento. O despojamento em relação à posse de bens materiais estabelece uma infância tranquila, pois, segundo More (2004), tudo que envolve a ganância, o lucro, a usura, a rentabilidade, inexistente na ilha.

Se fossem descartados os conflitos humanos presentes na narrativa, poder-se-ia dizer que o autor prega os preceitos de um possível céu (Éden) na terra, porém,

More (2004) não descarta a recompensa póstuma, admitindo, portanto, que os prazeres da terra são passageiros. Pensamento típico das religiões, no caso do cristianismo, “se não houver nenhuma esperança de recompensa após a morte, o homem não possui nenhuma expectativa de compensação por uma vida inteira sem prazeres, isto é, uma vida miserável” (MORE, 2004, p. 78). Toda a organização de Utopia subsiste atrelada à moral cristã, carregada de historicidade da ética de More.

A virtude, como fundamento, faz com que tudo que envolva o luxo seja menosprezado, como exemplo o pouco valor atribuído aos metais, pois, desde a infância, o valor universal de tais objetos é ignorado:

A loucura dos homens tornou preciosos esses metais simplesmente porque são raros. Como a mais sábia e generosa das mães, a natureza dispôs as melhores coisas em toda parte e a céu aberto, como o ar, a água e a própria terra. No entanto, escondeu em lugares remotos as coisas vãs e supérfluas (MORE, 2004, p. 71).

O desprendimento da riqueza associada à aquisição de ouro e da prata é iniciado desde cedo, para que as crianças mantenham a humildade e simplicidade, que é primordial para os habitantes da ilha:

Como ocorre com outros povos, eles também recolhem pérolas ao longo das praias, e diamantes e pedras preciosas em certos rochedos, mas não saem com o propósito de procurá-los. No entanto, se por acaso os encontram, dão lhes polimento e dão às crianças que, porquanto são ainda pequenas, podem se orgulhar e se satisfazer com esses ornamentos. Assim que crescem, percebem que só os pequenos se divertem com essas bagatelas, abandonando-as em seguida. Seus pais não precisam chamar sua atenção; as crianças, envergonhadas, simplesmente livram-se dessas ninharias como algo que já não lhes é mais adequado, do mesmo modo que as nossas crianças, ao crescerem, desinteressam-se pelos chocalhos, bolas de gude e bonecas (MORE, 2004, p. 72).

Assim, o ouro, a prata e as pérolas que são achadas nas praias não trazem sinal de riqueza, como em outros países; em Utopia, esses itens têm efeitos ao contrário, pois,

enquanto comem e bebem em pratos e taças de cerâmica ou de vidro - bem elaborados, mas feitos de material barato - o ouro e a prata servem para a fabricação dos utensílios de uso mais humilde e comezinho, como os urinóis, nos edifícios públicos e nas habitações particulares. Também as correntes e as pesadas traves com que prendem os escravos são feitos com esses metais. Finalmente, os criminosos condenados a carregar consigo a marca de algum ato infamante são forçados a usar argolas de ouro nas orelhas, anéis de ouro nos dedos, correntes de ouro no pescoço ou mesmo uma coroa

de ouro na cabeça. Assim, procuram de todas as formas tornar ignominioso o uso do ouro e da prata (MORE, 2004, p. 71).

O reconhecimento dos atos simples faz com que a economia de Utopia gire em torno da subsistência e que o acúmulo não seja bem visto. Conseqüentemente, o dinheiro é mantido, mas nunca utilizado. Há o reconhecimento de que, fora dali os valores são outros, diferentes de Utopia, que faz uso do seu isolamento para continuar gozando das benesses do que há de belo no homem: sua felicidade. Na Ilha,

há de tudo em abundância e não há receio de que alguém leve mais do que a quantidade de que efetivamente necessita, uma vez que também não há receio de escassez no futuro. É preciso reconhecer que o receio de privações futuras é que torna os seres vivos avaros e gananciosos (MORE, 2004, p. 64).

Utopia reafirma o poder masculino e geracional, comum aos moldes europeus em que More viveu. Apesar dos esforços e das energias revolucionárias despendidas na construção de uma nova ordem social, persiste a desigualdade de gênero. A mulher é subordinada ao marido, os filhos aos pais, e os jovens, aos mais velhos. O modelo de família utopiense consagra o patriarcado: as mulheres devem obediência aos pais, ao marido ou ao homem mais velho.

Apesar da reafirmação dos valores tradicionais da família e do matrimônio, a condição das mulheres, descrita por Thomas More, busca uma realidade muito melhor do que a realidade vivida em sua época, pois as mulheres podem participar das atividades bélicas e, em algumas circunstâncias, podem obter o divórcio e, no caso de praticarem o adultério ou de manterem relações sexuais antes do casamento, são punidas exatamente como os homens. Mesmo assim, essas exceções não as tornam superiores aos homens.

Ainda às mulheres utopienses é proibido o uso de *make-up*, pois é associado à falta de pudor e integridade ao princípio moral:

Consideram um sinal de fraqueza e de indolência não cuidar da beleza do corpo, mas, por outro lado, entendem como afetação recorrer à maquiagem e ao uso de cosméticos. A experiência lhes mostrou que nenhuma beleza física de uma esposa pode ser tão importante para seu marido quanto a honestidade e a integridade. Assim, poucos homens são apanhados apenas pela beleza e nenhum é mantido senão pela virtude e pela docilidade (MORE, 2004, p. 97).

Atrelado ao papel feminino, numa sociedade em que os valores morais estão acima de tudo, a família é o elemento básico do esteio social e sua ligação com o controle demográfico rígido é estreita, pois esse determina a estrutura das famílias. Na ilha de More,

a cidade compõe-se de famílias, que constituem, como acontece na maioria das vezes, agrupamentos unidos por laços de parentesco. As moças, depois que se casam, vão viver com os maridos. Filhos e netos do sexo masculino permanecem na família e devem obediência ao parente mais velho. Se este é atingido pela senilidade, seu lugar é ocupado pelo membro da família cuja idade vem logo abaixo da sua. Para evitar que a cidade se torne muito grande ou muito pequena, estabeleceu-se por decreto que não poderá haver mais do que seis mil famílias, sem contar aquelas que vivem no campo, em torno da cidade, devendo cada família ter entre dez e dezesseis membros adultos. Não se procura controlar o número de crianças numa família e o número de adultos é controlado por meio da transferência de uma casa, onde há adultos de mais para outra onde os há de menos (MORE, 2004, p. 62).

Dessa forma, o que se observa é que a proposta seja, em caso de aumento demográfico desproporcional, a fundação de colônias para que o excedente seja distribuído. Pode-se dizer que os utopienses são progressistas em alguns quesitos. Um deles diz respeito ao direito à eutanásia, que dava direito do acamado, em estágio terminal, acabar sua vida de maneira digna, pondo fim aos sofrimentos que não são curáveis pela ciência médica:

[...] em Utopia os enfermos são cuidadosamente tratados e nada do que pode ser feito para curá-los é negligenciado, sejam remédios ou alimentos. Faz-se de tudo para mitigar o sofrimento daqueles que sofrem de doenças incuráveis e aqueles que os visitam fazem de tudo para consolá-los. Entretanto, no caso de doença ser não apenas incurável, mas também provocar um sofrimento atroz e contínuo, os sacerdotes e as autoridades públicas exortam o enfermo a não prolongar mais sua agonia. Lembram ao enfermo de que agora ele está incapacitado para a vida, tomando-se um fardo para os outros e para si próprio e que, na realidade, está apenas sobrevivendo à própria morte (MORE, 2004, p. 92).

Se, no direito à eutanásia, a determinação parte da vontade própria do doente, sendo permitida e até “estimulada”, no caso do suicídio é o oposto, uma vez que “é considerado indigno da terra ou do fogo, e o corpo daquele que se mata sem a aprovação dos sacerdotes ou do senado é ignominiosamente lançado no pântano mais próximo” (MORE, 2004, p. 93). Esse fato é explicado a partir do forte apelo moral cristão do autor, em que a religião não o permite pensar Utopia além dos limites que a moral religiosa lhe impõe.

No caso de crimes, o Senado de Utopia estipula as penalidades específicas, com medidas restaurativas e punições em que o culpado se torna escravo ou condenado à pena de morte:

Os crimes mais graves são punidos com a escravidão, pois considera-se que é tão eficaz para conter o criminoso quanto a pena capital imediata, sendo, no entanto, mais benéfica para o Estado. Além do mais, os escravos ficam permanentemente visíveis aos olhos do público para lembrar-lhes de que o crime não compensa. Os escravos que se rebelam contra sua condição, como bestas selvagens que as grades e as correntes não são mais suficientes para conter, são imediatamente executados. No entanto, se forem pacientes, não são deixados sem esperança. Depois de submetidos a trabalhos forçados por longo período de tempo, se vierem a mostrar, com seu comportamento, que sofrem mais com o arrependimento pelo crime cometido do que com a punição imposta, sua condição de escravo pode ser abrandada ou mesmo cancelada pelo príncipe ou pelo voto popular (MORE, 2004, p. 96).

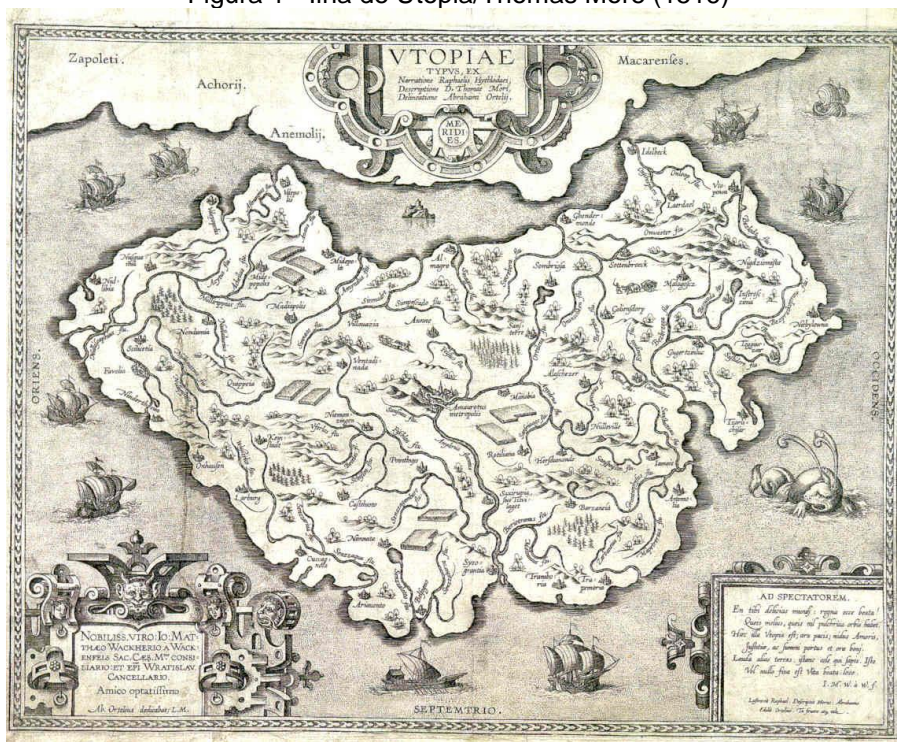
Apesar de o termo Utopia estar ligado às construções imaginárias de sociedades perfeitas, na ilha de Morus, o poder masculino e geracional reina; típico do modelo europeu de sociedade em que Morus viveu. Apesar dos esforços e das energias revolucionárias despendidas na construção de uma nova ordem social, na Utopia de Morus persiste a desigualdade de gênero e impera o patriarcado, contexto que impôs, por sua vez, o recurso da imaginação. A escravidão também existe na ilha, condição conferida àqueles que cometem crimes graves. Se na ilha impera a Utopia, na visão de Morus, a escravidão e a dominação de gênero se apresentam, aos olhos de hoje, como condição das desigualdades distópicas. Por mais imaginativa que seja a faculdade humana, ela é ambientada no contexto vivido, na perspectiva histórico-cultural. No campo da produção imaginária, a “matéria-prima” são as imagens humanas, ou seja, as condições históricas que situam o ser humano e lhe dão suporte para a perspectiva da criação.

Marilena Chauí expõe suas impressões sobre a utopia, do seu nascedouro etimológico à sua constituição em ideia e prospecta esse conceito para o porvir, a partir de alguns pontos considerados a partir da obra de More:

1. A utopia é busca da **cidade feliz ou justa**, cujo fundamento se encontra na excelência da legislação, ou na lei, e na pedagogia ou na educação dos cidadãos segundo a justiça e excelência da lei.
2. A utopia busca a **estabilidade social e política**, ou a estabilidade institucional, conseguida porque a fundação política é obra de um legislador excelente, que legisla para um povo novo, ainda não corrompido socialmente.
3. A utopia instaura a identificação de cada indivíduo com a lei ou com o Estado, ou seja, o **consenso perfeito, a unanimidade das vontades dirigidas para um mesmo fim**, de maneira que não há conflitos nem sedições.

4. **A cidade ideal exerce uma vigilância permanente sobre todos os seus membros:** o Conselho Dirigente costuma ocupar um palácio de vidro ou de cristal, de onde cada habitante possa ser visto, ficando sempre exposto ao olhar de todos.
5. **A cidade ideal é coletivista:** desaparece a família como núcleo social e os casamentos estão submetidos a regras sociais destinadas a manter o amor e a sexualidade sob controle; desaparecem a propriedade privada e o dinheiro, cada um recebendo segundo suas necessidades e capacidades, de maneira que estão eliminadas a desigualdade e a competição. A felicidade é sempre coletiva, cada um oferecendo-se como espelho para todos os outros.
6. **A cidade ideal é insular, isto é, uma ilha isolada de todo o restante do mundo** e cuja localização permanece secreta de modo a mantê-la protegida de ataques, invasões e más influências. Além de isolada e localizada (donde u-topia), a cidade ideal é geométrica e arquitetonicamente planejada, ou seja, é produto de um urbanismo racional deliberado, que organiza o espaço segundo exigências sociais, políticas e econômicas (Figura 1). O urbanismo geométrico significa que a razão humana domina a desordem da matéria e os caprichos da natureza e da história.
7. O lugar do poder é claramente demarcado, tanto pela localização central quanto pelas características dos edifícios, que se distinguem das habitações. Estas tendem a ser homogêneas e simples, enquanto a sede do poder civil tende a ser grandiosa e portentosa.
8. A cidade ideal é bela e esplendorosa, arborizada, florida, ampla, clara, limpa, com edifícios públicos de mármore, rubi, safira, ouro e prata, enquanto as habitações particulares são simples, funcionais, limpas, arejadas e cercadas de jardins.
9. Embora a educação, a ciência e as artes sejam estimadas e estimuladas, a tendência é evitar – seguindo Platão – obras escritas. Em lugar de livros e bibliotecas, há reuniões, conversas, debates, trocas de opiniões e de ideias. Ou seja, evita-se o isolamento da escrita e da leitura e seu individualismo em proveito do grupo e da coletividade (CHAUÍ, 2016, p. 37-39).

Figura 1 - Ilha de Utopia/Thomas More (1516)



Fonte: Suess (2011).

Chauí ressalta que, antes mesmo da palavra Utopia, havia outras narrativas com o mesmo intuito, de pensadores que projetarem uma sociedade onírica em que os males, frutos do convívio humano, não se encontrariam. Tais propostas podem ser pesquisadas na *República* de Platão, na cidade de *Hipodamos de Mileto* ou como na *Idade de Ouro* através dos poemas de Virgílio e Ovídio.

De acordo com Chauí (2016, p. 36), “Thomas More inventa uma sociedade ideal, na qual reinam a liberdade e a igualdade, a paz e a ordem, a justiça e a lei”. Assim sendo, Utopia traz, enquanto projeção, a ruptura com os velhos padrões da sociedade medieval, corrompida pela doença, pela corrupção, pela crise econômica e os tumultos oriundos dos conflitos entre protestantes e católicos na Inglaterra, e propõe, por meio de uma metanarrativa, a busca em direção ao paraíso terrestre. Segundo Chauí (2016, p. 31), Utopia aparece “[...] como visão de uma sociedade futura a partir da supressão dos elementos negativos da sociedade existente (opressão, exploração, dominação, desigualdade, injustiça)”.

É importante ressaltar que o homem da Renascença, período em que More escreve, está imerso na condução de sua vida guiada pela razão, premissa do Humanismo, afastando assim as ações verticais de Deus em seus atos:

Antes de mais nada o humanismo, ou seja, distanciando-se do teocentrismo medieval, a Renascença dá ao homem o lugar central. Desenvolve a ideia de que o homem é dotado de capacidade e força não só para conhecer a realidade, mas sobretudo para transformá-la. (CHAUÍ, 2016, p. 34).

E acrescenta,

[...] ao afirmar a perfeição do que é outro, propõe uma ruptura com a totalidade da sociedade existente [...] que nada tem em comum com o lugar em que vivemos, a descoberta do absolutamente outro, o encontro com a alteridade absoluta (CHAUÍ, 2016, p. 30-31).

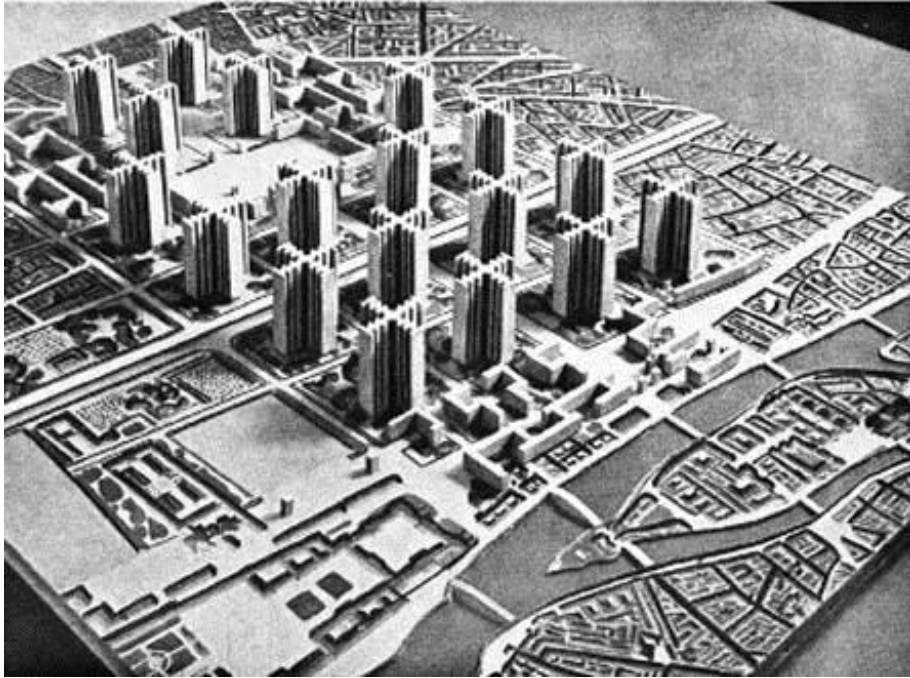
More, Platão, Virgílio e Ovídio, Tommaso Campanella, foram alguns dos pensadores que projetaram as primeiras figuras de cidade que influenciaram uma gama de outros pensadores a projetarem, na imaginação, espaços ideais. Como as ideias são produtos dos espaços e do tempo, várias foram as formas de pensar esses espaços. Segundo Harvey (2009), em More, os modelos utópicos foram caracterizados como utopias de forma espacial, em que a temporalidade dos

processos sociais, a dialética da mudança social, a história social, foram suprimidas para garantir a estabilidade social. Enquanto More fala do espaço e omite o processo para se chegar à organização social de Utopia, por outro lado, Marx e Engels tratam do processo social, da história movida pela luta de classes, mas não comentam sobre o espaço.

Com efeito, inúmeras organizações espaciais possíveis foram imaginadas desde o Renascimento, constituindo, na contemporaneidade, uma variedade de modelos utópicos, incluindo utopias anarquistas, feministas, ecológicas, religiosas, e outras, que têm como traço comum a manutenção de determinada ordem social.

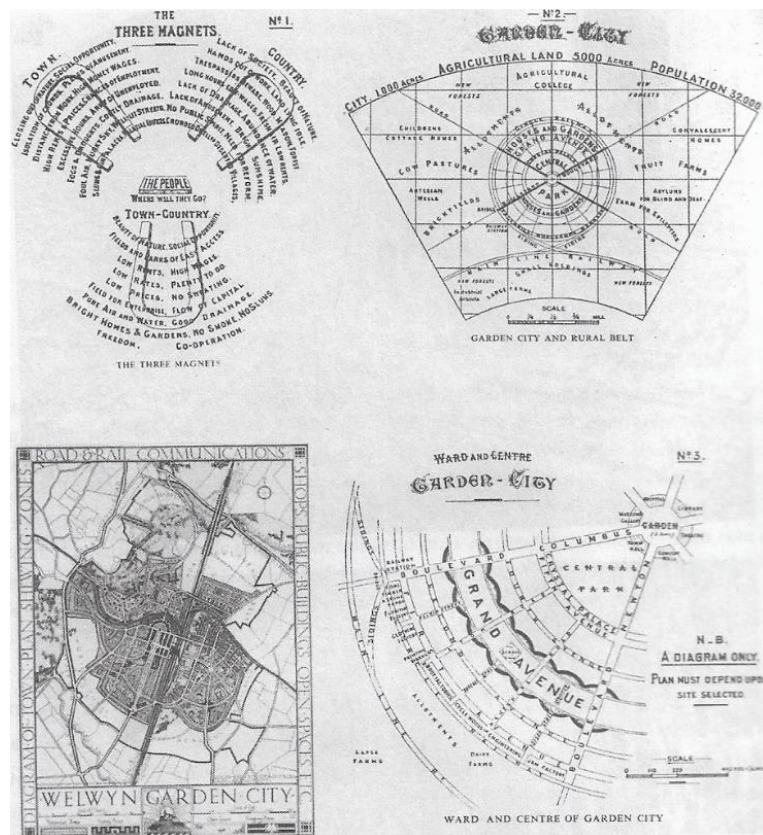
Qualquer iniciativa de resgate do pensamento utópico como potencialidade criadora deve considerar a tradição utópica do planejamento urbano que remonta ao século XIX, no qual seus pensadores conseguiram combinar o imaginário alternativo com preocupações práticas quanto às desigualdades urbanas e regionais. Nesta linha, há projetos que reimaginaram as cidades modernas, como a Cidade Radiosa, de Le Corbusier (Figura 2); os projetos de construção de cidades inteiras, como as Cidades-Jardins, de Ebenezer Howard (Figura 3); os projetos de moradias coletivas, como os Falanstérios, de Fourier (Figura 4), sociedade dominada pela produção comunal e por uma organização comunal da vida; os planos de Robert Moses, de suburbanização de Nova York. Muitos outros projetos tiveram em comum a identificação do fenômeno urbano como potencialidade para a aplicação de modelos imaginativos (HARVEY, 2004).

Figura 2 - Ville Radieuse/Le Corbusier, 1924



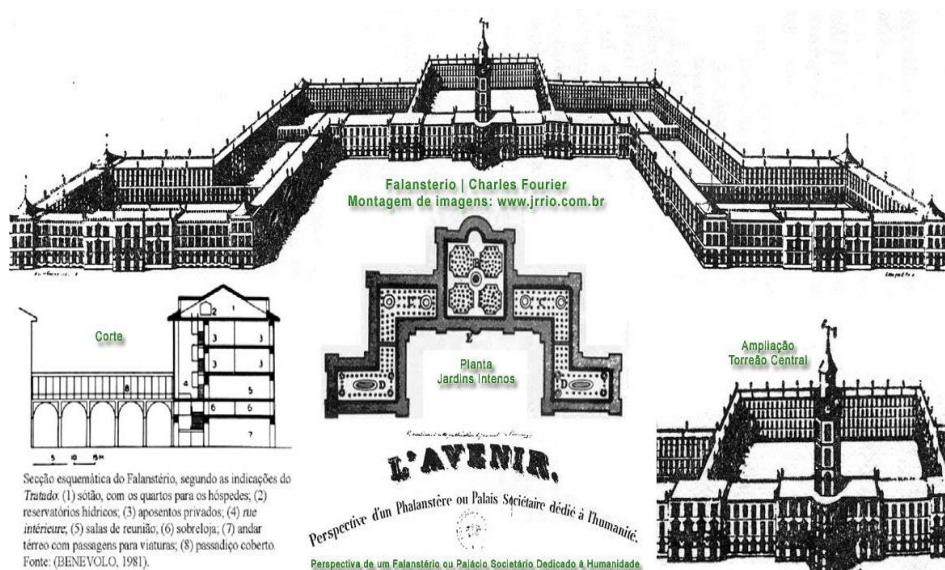
Fonte: Harvey (2009, p. 218).

Figura 3 - Projetos Cidades jardins de Ebenezer Howard, em 1902



Fonte: Harvey (2009, p. 218).

Figura 4 - Falanstério, cidade ideal de Fourier



Fonte: cooperativismolatino.blogspot.com

O certo é que, ao longo da história, inúmeras ideias de organização do espaço foram pensadas e fazendo com que as condições reais distópicas projetassem sociedades e espaços utópicos. No entanto, na década de 1980, um debate acirra a viabilidade ou não de dimensões utópicas, com a discussão do fim da utopia, a partir do declínio do regime socialista do Leste europeu. A rejeição às iniciativas utópicas estava relacionada mais à sua vinculação ao autoritarismo e ao totalitarismo do que propriamente à proposição de um novo modelo de sociedade.

O pessimismo que rondou o século XX, formalizado por momentos históricos de guerras e fracassos sociais, marcou presença no século XXI e, longe de ser uma realidade distante, tem mostrado cada vez mais que a ficção sobrepõe, em muitos casos, a própria realidade. É possível confundir a realidade com distopias, caricatura ou auxese dos tempos atuais, regados por governos totalitários, ditatoriais, com forte domínio ilimitado sobre o grupo social. Nesses governos “imperam a corrupção e as regras instituídas, em nome do bem-estar coletivo. As conquistas tecnológicas são utilizadas também como instrumentos de monitoramento dos indivíduos, da Nação ou de grupos empresariais” (GEETHA, 2014, p. 117). As distopias são os distúrbios do mundo contemporâneo, velados pela suposta assepsia social. São utopias negativas que podem parecer verdadeiras, toda vez que reconhecemos em nossa realidade

cotidianas situações que parecem dar razão ao sombrio pessimismo de nossa realidade (ECO, 2013, p. 310).

Pode-se dizer que as ideias de cidade e de utopia se acham entrelaçadas, uma vez que as utopias são pensadas a partir de formas urbanas. Thomas More projetou a ilha de Utopia como espaço ideal, em 1516, assim como Platão pensou formas ideais de governo entrelaçando conceitos de cidade e de cidadão. O próprio Paraíso é pensado como lugar perfeito da tradição judaico-cristã. O espaço carrega as suas metáforas: cidade da perfeição, cidade celestial, cidade de Deus, cidade eterna, cidade dos Homens. Carregada de sentidos metafóricos e simbólicos, as cidades também se tornaram os lugares de ansiedade e anomia, das subclasses, das “classes perigosas”, do controle, da exclusão.

Os vários projetos de organizações espaciais pensados ao longo do tempo e seus espectros de propostas comprovam a capacidade da imaginação humana no sentido de explorar alternativas socioespaciais ideais e pensar em espaços utópicos.

David Harvey (2009), em *Espaços da Esperança*, promove o retorno do debate sobre as utopias no campo do planejamento urbano. Dentre os vários projetos históricos de projeção da imaginação utópica, Harvey (2009) analisou o modelo de livre organização espacial de Jane Jacobs (1961). Na proposição desta urbanista, propõe-se a preservação da diversidade e vitalidade urbanas, onde as pequenas empresas e formas de trabalho artesanais bem como as tradições culturais de relacionamento social são valorizadas. Para a autora, essa concepção utópica de espaço seria benéfica, pois proporcionaria a segurança naturalmente, por meio da rede de relações sociais, estabelecida na proximidade.

Ao discutir os projetos de espaço a partir da dimensão utópica, Harvey (2009) também fez referência às “utopias degeneradas”, cujo exemplo mais significativo é a *Disneylândia*. A *Disneylândia*, ou *Disney World*, idealiza a materialização de um espaço supostamente feliz e harmonioso, necessariamente sem conflitos e, incontestavelmente, apartado dos problemas das cidades. As implicações deste modelo utópico permitem a concepção de uma cidade dos sonhos, construída para aliviar e tranquilizar seus consumidores por meio da fetichização da cultura em mercadoria, transformando a cultura e os mitos em atrativos comercializáveis, cujo objetivo principal é a criação de um espaço de pura fantasia, adequadamente

higienizado e, indubitavelmente extirpado do mundo “lá fora”, distante dos transtornos da vida urbana.

Todavia, a criação onírica da *Disneylândia* precisa, necessariamente, de uma organização social interna fundada em investimentos em sistemas de vigilância e controle, bem como formas hierárquicas de autoridade que impedem o conflito e o desvio das normas – o despertar deste espaço do sonho. Em suma; a dialética é reprimida em nome da estabilidade e harmonia. Para Harvey (2009, p. 220) “trata-se de uma mera perpetuação do fetichismo da cultura da mercadoria e da prestidigitação tecnológica em forma pura, higienizada e a-histórica”.

De forma semelhante, os *shopping center s* representam o modelo do espaço sonho e da fantasia, uma vez que o ambiente protegido, organizado e controlado garante, sobretudo, a criação de espaços agradáveis e relaxantes, isentos da agitação e dos problemas urbanos.

Walter Benjamin, em “Paris: Capital do Século XIX” identificou, nas arcadas parisienses, um ambiente projetado para induzir ao consumidor sentimentos agradáveis e de bem-estar, podendo ser comparado à busca pelo nirvana. Por sua vez, Simmel compreendeu este processo de apropriação da cultura pelo capital como fomento à indiferença política, a qual nomeou como atitude *blasé*, um comportamento indiferente diante do estado de coisas existentes, devido ao excesso de estímulos ao ambiente urbano, produzido para reproduzir nos consumidores sentimentos de nostalgia do passado e uma visão de mundo ausente de crítica social. Ou seja, toda imaginação utópica de espaço envolve uma nova visão teórica do social.

Diferentemente da Utopia de More, a *Disney World* e a *megashoppinização* são fenômenos reais. Nesse sentido, Harvey (2009) faz um questionamento que deve estar presente na agenda dos planejadores da contemporaneidade: é possível um utopismo de forma espacial que não seja “degenerado”? Na contemporaneidade, o movimento denominado “novo urbanismo” tem representado a iniciativa de resgate ao pensamento utópico como horizonte possível. Andrés André Duany (*apud* HARVEY, 2009), considerado um dos fundadores desse movimento, defendeu em suas propostas a saudade do estilo de vida das pequenas cidades dos Estados Unidos,

onde o sentido de comunidade é mais acentuado, replicando-se nas instituições, nos usos do solo e na coesão social dos cidadãos.

De modo geral, os teóricos do “novo urbanismo” criticam o crescimento desordenado das cidades norte-americanas, identificadas por sua “falta de autenticidade”. Na visão de Duany (*apud* HARVEY, 2009), a recuperação da história e da cultura, da memória coletiva e do sentido de identidade, resultaria na melhora considerável da vida urbana.

Para Harvey (2009), o “novo urbanismo” oferece proposições nostálgicas, mas também positivas, principalmente no âmbito dos teóricos críticos contra a naturalização dos conhecimentos convencionais aquartelados nas instituições de ensino e pesquisa. Dentre os críticos pertencentes ao “novo urbanismo”, segundo Harvey (2009), Lewis Mumford foi um crítico contundente da suburbanização das cidades norte-americanas, cujo processo havia sido fundado com a produção de automóveis em larga escala. Para o historiador, o planejamento urbano deveria pensar as cidades e regiões de forma integrada, buscando uma organização espacial mais orgânica e menos espalhada. Influenciado por Sitte, o pensamento de Mumford valorizava as ruas como locais de sociabilidade e encontro, em contraste com o urbanismo de Le Corbusier, que havia abolido a rua, depreciada como vestígio da barbárie.

Harvey (2009) criticou o “novo urbanismo” em sua proposição de retorno à vida bucólica das pequenas cidades dos Estados Unidos. Para ele, o novo urbanismo oferece tanto pontos positivos quanto nostálgicos de um modelo utópico, ao pensar as regiões de forma homogêneas, ao buscar a realização de algo mais holístico que orgânico, o que, por outro lado, dificulta a materialização dessa visão utópica. Nesse sentido, argumenta o autor:

o novo urbanismo se vincula a um esforço leviano contemporâneo de transformar cidades grandes e hiperpopuladas, aparentemente bastante fora de controle, numa rede interligada de “aldeias urbanas”, nas quais, acredita-se, cada cidadão poderá relacionar-se, democrática e cordialmente, com todos os outros (HARVEY, 2009, p. 223).

Ademais, no “novo urbanismo”, o retorno ao modo de vida coletivo possui um aspecto negativo, uma vez que o espírito de comunidade vem sendo empregado pelos

gestores norte-americanos como uma espécie de antídoto contra as revoltas populares. A busca por uma sociedade harmoniosa, sem guerra ou injustiças já havia despertado as mentes dos sábios inquietos, até mesmo antes de Cristo, que sonhavam com um futuro de paz, em que o equilíbrio entre homens e natureza existiria.

Marilena Chauí (2016) atualiza o debate acerca da utopia e propõe um itinerário em que o sonho se torne realidade. Para isso, Chauí (2016, p. 41) aponta que “só há utopia quando há a representação de uma outra sociedade que negue ponto por ponto a sociedade existente” (CHAUÍ, 2016, p. 32). Dessa forma, a autora não se apoia em um pensamento estanque, rígido, mas sim em algo que se propõe orgânico:

É um discurso cujas fronteiras são móveis, ou seja, a utopia pode ser literária, arquitetônica, religiosa, política. Eis por que se pode falar em política utópica, arte utópica, ciência utópica, filosofia utópica, religião utópica. O fundamental, porém, é que esse discurso não é um programa de ação, mas um exercício de imaginação. Em outras palavras, o utopista é um revolucionário ou um reformador consciente do caráter prematuro e extemporâneo de suas ideias que, por isso, não podem ser postas como um programa (CHAUÍ, 2016, p. 33).

Esse pensar futuro, que a autora chama de exercício de imaginação, faz com que “[...] os humanos exercitem plenamente suas capacidades benfazejas” (CHAUÍ, 2016, p. 35). Para a autora (2016, p. 34), “o discurso utópico pode inspirar ações ou uma utopia praticada, que assume o risco da história, mas com a finalidade de alcançar o fim da história ou do tempo e atingir a perenidade”. Pautada nos acontecimentos históricos do tempo de More, a Utopia vem suprir os desejos dos que almejam a liberdade, a igualdade e a justiça; assim, conforme Chauí (2016), é a partir da materialidade que a utopia é projetada, e nesse sentido, a busca de um equilíbrio se dá através do planejamento das cidades. Logo, com o mesmo ideal, não se esgota a comparação entre a Utopia de More e a projeção de outras sociedades.

De acordo com Karl Mannheim (2016, p. 47),

um estado de espírito é utópico quando está em incongruência com o estado de realidade dentro do qual ocorre. Esta incongruência é sempre evidente pelo fato de que este estado de espírito na experiência, no pensamento e na prática se oriente para objetos que não existem na situação real.

Os conceitos de ideologia e utopia em Karl Mannheim (2016), situados numa perspectiva epistemológica e sociológica, implicam uma noção de “verdade total”, nas quais devem ser compreendidos conceitos correlatos como “compreensão total” e “análise situacional”, dentre outros.

A questão da objetividade ou subjetividade do conhecimento não pode ser estudada na perspectiva positivista, tentando tecer uma metodologia para a análise de objetos “humanos”, semelhante às metodologias das ciências naturais. Uma vez que sujeito e objeto são da mesma natureza e ambos compartilham motivações (objetivos e valores), a relação entre ambos nas ciências humanas não pode ser concebida de forma tão distanciada como nas ciências da natureza. Se eventualmente não se compreender as motivações dos atos, eles perdem qualitativamente significação no campo das ciências humanas.

Desta forma, Mannheim (2016) propõe que, se o sujeito e o objeto são da mesma natureza e ambos são portadores de motivações, o conhecimento sobre a realidade deve levar em consideração as condições sociais em que sujeito e objeto produzem seus respectivos conhecimentos (no sentido de pensamentos), ou seja, a produção do conhecimento sociológico não pode deixar de relacionar o contexto existencial tanto do sujeito como do objeto, ou seja, deve-se levar em consideração os diferentes estilos de pensar e relacioná-los aos seus grupos correlatos: “Ao limitar o significado do termo “utopia” ao tipo de orientação que transcende a realidade e que, ao mesmo tempo, rompe as amarras da ordem existente, estabelece-se uma distinção entre os estados de espírito utópicos e os ideológicos” (MANNHEIM, 2016, p. 47).

Os indivíduos não agem isoladamente, e sim em grupos (por maiores ou menores que sejam) e, a produção do pensamento, se dá de forma semelhante. Ao agirem e pensarem em grupos, a percepção da realidade não é mais a mesma para cada indivíduo. De maneira que cada grupo produz conhecimento sobre a sua própria realidade e sobre a forma que deve agir em relação aos demais grupos.

Mannheim (2016) afirma que os interesses do grupo acabam por produzir certos conhecimentos sociais que terão reconhecimento social e serão elementos fundamentais para a compreensão do agir, pensar e sentir dos indivíduos que fazem parte dos grupos sociais. Esta visão da totalidade como um todo fragmentado, no

qual as partes não estão em harmonia entre si, mas declaradamente em disputa, e no qual todas essas partes precisam coabitar um mesmo espaço (seja um bairro, um país ou o globo terrestre), pressupõe que, ao atribuírem significados e valores às coisas do mundo com as quais se relacionam, estes significados e valores muitas vezes serão bastante diferentes ou mesmo antagônicos de um grupo para outro.

Tais conflitos na atribuição de significados e valores aos eventos do mundo podem fazer com que os acontecimentos decorrentes do encontro destas visões não sejam lógicos, uma vez que os grupos não falam dos mesmos fatos, não se compreendem uns aos outros e, portanto, a comunicação se desfaz, de modo que os argumentos “do outro” não somente não sejam compreendidos como também venham a ser alvo de desqualificação. Ao passo que vive coletivamente, o indivíduo conhece coletivamente, e aí é possível identificar motivações coletivas inconscientes no agir e no pensar do indivíduo.

Antes, sempre pretenderam controlar estas ideias e interesses situacionalmente transcendentais, impossíveis de serem efetivados no quadro da ordem vigente, tornando-os, dessa forma, socialmente impotentes, de modo que tais ideias fossem confinadas em um mundo além da história e da sociedade, onde não pudessem afetar o status quo. Todos os períodos da história contiveram ideais que transcendiam a ordem existente, sem que, entretanto, exercessem a função de utopias; antes, eram as ideologias adequadas a este estágio de existência, na medida em que estavam “organicamente” e harmoniosamente integradas na visão de mundo característica do período (ou seja, não ofereciam possibilidades revolucionárias) (MANNHEIM, 2016, p. 48).

Ao se preocupar com a questão do conhecimento, Mannheim (2016) não apresenta uma justificativa para os elementos da estrutura lógica do pensamento, mas, sim, busca por uma compreensão sobre como os pensamentos podem se transformar em instrumentos de ação coletiva na esfera pública, em especial no campo da ação política.

Há reflexões socialmente construídas e sustentadas que servem aos indivíduos para a compreensão das suas vidas e do mundo em que vivem, e podem conduzi-los no sentido de fazer com que acreditem e lutem pela permanência deste mundo como o compreendem; ou ainda, pela mudança deste mundo em favor de um outro, que compreende ser melhor que o atual. Esses pensamentos produzem conhecimentos

sociais, ou seja, conhecimentos que são socialmente compartilhados pelos indivíduos do grupo.

A questão é que existem modos de pensamento que não podem ser compreendidos adequadamente enquanto se mantiverem obscuras suas origens sociais. Mesmo quando um indivíduo pensa sobre algo, esse ato de pensar, para Mannheim (2016), não pode ser considerado como algo puramente individual, pois este indivíduo que pensa faz uso de categorias e conceitos que existiam antes dele próprio, e já eram carregadas de significados e valores sociais.

O pensamento é algo que pode ser situado histórica e socialmente, e somente a partir da imersão desta carga histórico-social é que os indivíduos podem produzir pensamentos, conseqüentemente com traços pessoais, mas que sempre carregam as características de “grupo” e de “contexto” em que foram produzidos. Mannheim atribui este fenômeno de “um complexo de conduta significativa, que pode ser compreendida em termos de sua estrutura motivacional ou de seu contexto de experiência”. Para Karl Mannheim (2016, p. 49),

toda “ordem operante de vida” concreta deve ser concebida e caracterizada mais claramente por meio da particular estrutura política e econômica em que se baseie. Mas abarca igualmente todas as formas de “vida em conjunto” humana (formas específicas de amor, sociabilidade, conflito, etc.) que a estrutura torna possível ou requer; e também todos os modos e formas de experiência e pensamento característicos deste sistema social e, conseqüentemente, em congruência com ele.

Segundo Mannheim (2016), para que se tenha uma compreensão total destes pensamentos, situados sócio historicamente, é preciso proceder a uma análise situacional. Este “é o modo de pensamento em todas as formas de experiência que se erguem acima do nível do lugar-comum” (MANNHEIM, 1972, p. 133). Nesta perspectiva, o pensamento não é somente um fruto de reflexão contemplativa, mas também fruto de um agir social que sempre se dispõe “com os outros” ou “contra os outros”. Ao agir com os outros, o indivíduo pensa como os outros com os quais age, e, ao agir contra os outros o indivíduo pensa, conforme o grupo ao qual pertence também pensa, contra estes outros. O pensar e o agir são coletivos e não podem, portanto, ser compreendidos isoladamente.

Mannheim (1972, p. 32) evidencia duas formas fundamentais de agir socialmente no mundo: “Estas pessoas, reunidas em grupos, ou bem se empenham, de acordo com o caráter e a posição dos grupos a que pertencem, em transformar o mundo da natureza e da sociedade a sua volta, ou, então, tentam mantê-lo em uma dada situação”. Essa localização do sujeito no seu tempo e no seu grupo cria as questões existenciais deste sujeito, as quais serão relevantes para a compreensão dos fatores sociais que determinam as formas de pensamento e conhecimento.

Mannheim (2016) compreende essas duas formas básicas anteriormente descritas de pensar e agir no mundo como ideologias e utopias, respectivamente, como categorias de pensamento e de ação:

As ideologias são as ideias situacionalmente transcendentais que jamais conseguem de fato a realização de seus conteúdos pretendidos. Embora se tornem com frequência motivos bem intencionados para a conduta subjetiva do indivíduo, seus significados, quando incorporados efetivamente à prática, são, na maior parte dos casos, deformados. A ideia do amor fraterno cristão, por exemplo, permanece, em uma sociedade fundada na servidão, uma ideia irrealizável e, neste sentido, uma ideia ideológica, mesmo quando o significado pretendido constitui, em boa fé, um motivo da conduta do indivíduo. É impossível viver harmoniosamente, à luz do amor fraterno cristão, em uma sociedade que não se acha organizada sob o mesmo princípio. O indivíduo se vê, em sua conduta pessoal, sempre forçado, na medida em que não recorre à ruptura da estrutura social existente, a renunciar a seus motivos mais nobres (MANNHEIM, 2016, p. 50-51).

Ao demonstrar como a concepção de mundo unitária (e que se impunha de forma autoritária pela igreja) da Idade Média ficou debilitada com a introdução da existência de várias formas de se pensar, o que se deu principalmente com o racionalismo (separação do “ato de pensar” em relação aos “pensamentos já pensados”) e o surgimento dos intelectuais desvinculados da instituição religiosa, Mannheim (2016) identifica três momentos (o epistemológico, o psicológico e o sociológico) nos quais a concepção de conhecimento (e seus fundamentos) foi se alterando historicamente.

A análise social do conhecimento parte da “condição da sociedade” na qual os grupos vivem e da postura crítica destes grupos frente à sua realidade, que pode ser na orientação de mantê-la (obscurecendo a sua real condição) ou ainda de negá-la (também obscurecendo a sua real condição), na tentativa de transformá-la:

As utopias também transcendem a situação social, pois também orientam a conduta para elementos que a situação, tanto quando se apresente em dada época, não contém. Mas não são ideologias, isto é, não são ideologias na medida e até o ponto em que conseguem, através da contra atividade, transformar a realidade histórica existente em outra realidade, mais de acordo com suas próprias concepções (MANNHEIM, 2016, p. 52).

A concepção de utopia de Mannheim (2016, p. 55)

procura levar em conta o caráter dinâmico da realidade, na medida em que não assume como ponto de partida uma “realidade em si”, mas, antes, uma realidade concreta, histórica e socialmente determinada, que se acha em um constante processo de mudança [...]. Além disso, propõe-se a atingir uma concepção de utopia qualitativa, histórica e socialmente diferenciada, e, finalmente, manter a distinção entre o “relativamente” e o “absolutamente utópico” (MANNHEIM, 2016, p. 55).

A ideologia e a utopia fazem parte das motivações coletivas inconscientes, que atuam no sentido de determinar a forma como os indivíduos agem e pensam. Neste sentido, Mannheim (2016, p. 67) acredita que “servem para ocultar – em duas direções – certos aspectos da realidade social”. Há uma identificação de ideologia com “conservação” e de utopia com “mudança”, ambas destorcidas da realidade, transcendendo-a, mas em conexão direta com a realidade do grupo dos sujeitos que as pensam.

Mannheim (2016) identifica duas formas básicas de ideologia: ideologia particular e ideologia total. Ambas propõem justificar a ordem social e contrapõem a veracidade do conhecimento do outro. Porém, no primeiro caso, o outro é identificado com um indivíduo e, no segundo caso, o outro é o grupo ou ainda a fundamentação do conhecimento de todo um grupo ou de toda uma época. Por isso podem ser identificadas como formas tradicionais de concepção da realidade social, as quais, segundo Mannheim (1972, p. 121), “tendem a degenerar em ideologias, cuja função consiste em ocultar o real significado da conduta, ao invés de revelá-lo”. Ideologia particular teria então um caráter mais psicológico, e seria a forma de desqualificar apenas “uma parte dos enunciados do opositor” (MANNHEIM, 1972, p. 121).

Cada indivíduo participa de determinados fragmentos deste sistema de pensamento, cuja totalidade não é de forma alguma a simples soma destas experiências individuais fragmentárias. Sendo uma totalidade, o sistema de pensamento é integrado ordenadamente, e não é um mero ajuntamento causal de

experiências fragmentárias dos membros isolados de um grupo. Segue-se, assim, que somente se pode considerar o indivíduo como portador de uma ideologia, na medida em que lidamos com a concepção de ideologia que, por definição, se prende mais aos conteúdos isolados do que à estrutura global de pensamento.

Uma ideologia total não leva em consideração somente aspectos do pensamento do outro, e sim, sua visão total de mundo, de toda a sua época e contexto histórico, ou seja, “não nos estamos referindo a casos isolados de conteúdo de pensamento, mas a modos de experiência e interpretação amplamente diferentes e a sistemas de pensamento fundamentalmente divergentes” (MANNHEIM, 1972, p. 83).

Ou seja, leva-se em consideração a estrutura de pensamento de todo o grupo “opositor”. Mannheim (1972) considera que a atitude de se confrontar com pensamentos e concepções de mundo diferentes foi se alterando historicamente, passando de uma atitude que considerava a visão do outro como simples mentira, para outras que consideravam a visão deste outro como ideologias particulares. Para se compreender como se passa da ideologia particular para a ideologia total é preciso que a visão de mundo unitária se desfaça e que “os valores básicos dos grupos contendores constituam mundos à parte”, ou seja, grupos sociais diferentes, cada qual com sua visão de mundo, se encontrem historicamente.

O verdadeiro problema, para Mannheim (2016, p. 57),

reside em se traçar o intercurso das formas diferenciadas de existência social com as diferenciações correspondentes nas utopias. Disso resulta que os problemas levantados se tornam mais sistemáticos e mais inclusivos, na medida em que refletem a riqueza e a variedade da história. O problema mais imediato para a pesquisa consiste em levar o sistema conceitual e a realidade empírica a um contato mais próximo um com o outro.

Para sair de uma armadilha conceitual na qual, ao dizer que todo conhecimento é determinado sócio-historicamente, transforma qualquer conhecimento em um conhecimento relativo, Mannheim (2016) prevê a possibilidade de tomar consciência de uma “verdade total” e a existência de um grupo capaz de operar tal tarefa. Desta forma, o relacionismo, de certa maneira, supre a carência conceitual de um excessivo relativismo, ao prescrever que cada pensamento deve ser compreendido por sua congruência com a realidade sócio-histórica.

Quando fala de utopia, Mannheim (2016) a compreende como uma forma de mentalidade do grupo, a qual, tal qual ocorre com a ideologia, também transcende o que é denominado por realidade. Tomando este conceito de realidade constituído sócio-historicamente pelo grupo dominante, poder-se-á dizer que são utópicas, segundo Mannheim (2016, p. 47), “somente aquelas orientações que, transcendendo a realidade, tendem, a se transformarem em conduta, a abalar, seja parcial ou totalmente, a ordem de coisas que prevaleça no momento”.

Há, pois, uma diferenciação nítida em relação ao conceito de utopia estabelecido por Thomas More (2004), que a define praticamente em sua totalidade na dimensão teórica, sem orientação para a ação. A utopia (ou mentalidade utópica) também deve ser compreendida segundo os parâmetros da análise situacional, uma vez que reflete maneiras de pensar, sentir e agir que são coletivamente determinadas, ou seja, a orientação do grupo é fundamental.

Uma mentalidade utópica tenta transformar a realidade dominante de acordo com as concepções do próprio grupo que deseja transformá-la. Um elemento importante apontado por Mannheim (2016) e que permite um melhor entendimento do relacionismo e da particularização dos conhecimentos (sejam ideológicos ou utópicos) consiste na constatação de que, em qualquer lugar, num dado tempo histórico, haverá um grupo dominante, para o qual as concepções de todos os grupos que lhe são opostos serão rotulados de utópicos. A utopia, segundo Mannheim (2016, p. 65),

não ocorre em um campo independente da vida social. Seria possível demonstrar que, pelo contrário, especialmente em desenvolvimentos históricos modernos, as sucessivas formas de utopia se acham, no início. Intimamente vinculadas a dados estágios históricos de desenvolvimento e, em cada um destes, a particulares estratos sociais.

É preciso ter sempre em vista um ponto de referência a partir do qual concepções de mundo são rotuladas de ideológicas ou utópicas. Mannheim (2016, p. 53) recomenda que se entenda utopia em seu sentido relativo, ou seja, “uma utopia significando, assim, o que pareça irrealizável tão só do ponto de vista de uma dada ordem social vigente”. Há sempre na utopia um elemento presente que tende a subverter a ordem social. Segundo esta compreensão de ideologia e utopia, tomando como referencial uma dada realidade sócio-histórica, e a existência de grupos (uns dominantes, outros em confronto com estes, em ascensão), muito provavelmente os

grupos dominantes determinam o que neste momento será utópico, ao criticar as concepções dos grupos que lhe são opostos, bem como, serão os grupos que fazem oposição aos grupos dominantes que determinam como ideológicas as concepções de mundo destes últimos.

As ideologias refletem a ordem social dominante, ao passo que as utopias exprimem o futuro almejado. Umas e outras estão, contudo, em relação com as formas políticas e sociais existentes. Percebe-se que a possibilidade de romper com a ordem social que o oprime, tem-se aí um terreno fértil para o surgimento de uma mentalidade que buscará romper com tal ordem. Mannheim (2016, p. 68) esclarece que

se a história social e intelectual se preocupasse exclusivamente com o fato anteriormente delineado de que cada forma de ideologia socialmente vinculada está sujeita a mudança, só teríamos o direito de falar de problemas que dissessem respeito à transformação socialmente vinculada da “utopia”, mas não do problema da transformação da “mentalidade utópica”.

Para Mannheim, “a utopia é uma coleção de pensamentos que fazem exceção à realidade e procuram modificá-la pela ação”. Mannheim (1972) exemplifica esta posição relacional e particularizada da ideologia e da utopia ao analisar, por exemplo, as ascensões da burguesia e, posteriormente, do proletariado. No momento histórico em que a burguesia já se encontrava bastante fortalecida economicamente, havia uma concepção de mundo dominante ainda ligada à ordem feudal. As aspirações políticas da burguesia, neste momento, são consideradas pela aristocracia feudal como utópicas, uma vez que contrariam a ordem social existente baseada na hierarquia e na fé.

Por fim, Mannheim (2016) faz uma reflexão sobre seu próprio tempo e considera ser um avanço que estas diversas concepções de mundo possam ser compreendidas como socialmente determinadas, e que sejam compreendidas não como verdades totais e sim como pontos de vista parciais. Mannheim diz que “somente quando estivermos completamente conscientes do âmbito limitado de cada ponto de vista, estaremos a caminho da almejada compreensão do todo” (1972, p. 131).

A discussão sobre utopia e ideologia, bem como mentalidade utópica, foram ferramentas importantes de um exercício do intelecto para abrir caminhos para se

pensar em um planejamento urbano mais adequado às expectativas e anseios da população, de forma geral e, dos idosos, de forma particular. Porta-vozes dessa pesquisa, os projetos utópicos de cidade que os idosos trazem se transformaram em substratos para se pensar coletivamente em espaços possíveis.

1.2 Memória Coletiva e Construção Social

Partindo do pressuposto de que todos nós carregamos memórias e que elas são constituídas pelas nossas vivências correlacionadas a determinado tempo e espaço, as nossas memórias carregam particularidades de experiências individuais, mas que também são expressões dos grupos dos quais fazemos parte. Por esse motivo, a questão da memória se impõe nessa pesquisa como uma dimensão importante para se pensar como as pessoas, sobretudo os idosos, objeto dessa pesquisa, carregam marcas de uma sociedade e de várias histórias passadas, que acabam por dar sentido às suas formas de pensar. Certamente, no exercício que propomos aos idosos, de falarem sobre o espaço real e ideal, estão contidas as lembranças das experiências vividas, cujo dispositivo de lembrar acionará versões ideais particulares de algo pensado a partir do que se viveu em grupo e que se guardou na memória.

O olhar sobre as contribuições da memória social se manifesta de diferentes maneiras. Pensando sobre as reflexões da cidade que se tem para a cidade que queremos ter para viver, cabe considerar que a própria “evidente longevidade das populações nos faz refletir sobre o passado e o futuro” (CÔRTE; BRANDÃO, 2013, p. 2).

Para a discussão da memória, a obra de Halbwachs (1990), Memória Coletiva, torna-se imperativa. A questão central do autor consiste na afirmativa de que a memória individual existe a partir de uma memória coletiva. Halbwachs (1990) esclarece acerca da memória social, entendida por ele como coletiva:

Quando dizemos que um depoimento não nos lembrará nada se não permanecer em nosso espírito algum traço do acontecimento passado que se trata de evocar, não queremos dizer todavia que a lembrança ou que uma de suas partes devesse subsistir tal e qual em nós, mas somente que, desde o momento em que nós e as testemunhas fazíamos parte de um mesmo grupo e pensávamos em comum sob alguns aspectos, permanecemos em contato com esse grupo, e continuamos capazes de nos identificar com ele e

de confundir nosso passado com o seu. Poderíamos dizer, também: é preciso que desde esse momento não tenhamos perdido o hábito nem o poder de pensar e de nos lembrar como membro do grupo do qual essa testemunha e nós mesmos fazíamos parte, isto é, colocando-se no seu ponto de vista, e usando todas as noções que são comuns a seus membros (HALBWACHS, 1990, p. 28 e 29).

Todas as lembranças são constituídas no interior de um grupo e suas peculiaridades. A origem de várias ideias, reflexões e sentimentos que atribuímos a nós mesmo, são, na verdade, inspiradas pelo grupo. Sobre a memória individual, Halbwachs (1990) considera que haveria então, na base puramente de toda lembrança, o chamado individual a um estado de consciências, distinto das percepções onde entram elementos do pensamento social. Tal sentimento de persuasão é o que garante, de certa forma, a coesão no grupo, esta unidade coletiva, concebida por ele como o espaço de conflitos e influências entre uns e outros. A memória individual construída a partir das referências e lembranças das próprias do grupo refere-se, portanto, a um ponto de vista sobre a memória coletiva. Olhar este que deve ser sempre analisado considerando-se o lugar ocupado pelo sujeito no interior do grupo e das relações mantidas com outros meios.

Considera-se que as lembranças, a partir da vivência do grupo, são reconstruídas ou simuladas, pois as representações do passado podem ser ajustadas na percepção de outras pessoas, no que imaginamos ter acontecido ou pela internalização de representações de uma memória histórica. A lembrança, de acordo com Halbwachs (1990), é uma imagem acumulada em outras imagens. No pensamento nacional, ressaltou Halbwachs (1990, p. 54):

esses acontecimentos deixaram um traço profundo, não somente porque as instituições foram modificadas, mas porque a tradição nelas subsiste muito viva em tal ou qual região do grupo, partido político, província, classe profissional ou mesmo em tal ou qual família; e em certos homens que delas conheceram pessoalmente as testemunhas. Para mim, são noções, símbolos; eles se apresentam a mim sob uma forma mais ou menos popular.

A lembrança é, em larga medida, uma reconstrução do passado com a ajuda de dados do presente. As lembranças podem ser simuladas quando, ao entrar em contato com as lembranças de outros, sobre pontos comuns em nossas vidas, acabamos por expandir nossa percepção do passado, contando com informações

dadas por outros integrantes do mesmo grupo ao qual pertencemos. Para Halbwachs (1990, p. 55-56),

se o meio social passado não sobrevivesse para nós a não ser em tais anotações históricas, se a memória coletiva, mais geralmente, não contivesse senão datas e definições ou lembranças arbitrárias de acontecimentos, ela nos ficaria bem exterior. Em nossas sociedades nacionais tão vastas, muitas das existências se desenrolam sem contato com os interesses comuns do maior número daqueles que leem os jornais e prestam alguma atenção nos negócios públicos.

Entretanto, a memória individual não está isolada e cabe observar que todo esse processo de construção de memória passa por um referencial que é o sujeito. Não há memória que seja somente imaginação pura ou lembranças históricas que tenhamos construído, que nos sejam exteriores, em sua totalidade. A memória toma como referência aspectos externos ao sujeito, mas o suporte em que se apoia a memória individual encontra-se relacionado às percepções e representações produzidas pela memória histórica. A vivência em vários grupos desde a infância estaria na base da formação de uma memória autobiográfica, pessoal.

Os grupos coletivos da memória não se resumem a datas; eles representam correntes de pensamento, ideologias e experiências em que reencontramos nossas vivências, porque estas foram atravessadas por isso tudo. A memória apoia-se sobre o passado vivido, o qual permite a constituição de uma narrativa sobre o passado do sujeito de forma viva e naturalizada. A memória coletiva histórica é compreendida como a sucessão de acontecimentos marcantes na história de um país. Halbwachs (1990, p. 92) explica que

somos sensíveis para aquilo que são intervalos vazios, e o problema é saber então como passar o tempo. Tanto é verdade que a sociedade, obrigando-nos a medir sem parar a vida à sua maneira, nos torna cada vez mais inaptos para fazê-lo da nossa. Sem dúvida, para alguns, é verdade que o tempo perdido é aquele que se lamenta menos (ou, em outro sentido, que se lamenta mais) mas, estes são exceções.

A memória social é contínua e deve sempre ser referenciada no plural (memórias coletivas), ora justamente porque as memórias de um indivíduo ou de um país estão na base da formulação de uma identidade, em que a continuidade é vista como característica marcante. A história, por outro lado, encontra-se pautada na síntese dos grandes acontecimentos da história de uma nação, e são detalhes. O

detalhe, somado ao detalhe, resultará num conjunto; esse conjunto se somará a outros conjuntos; o que, no conjunto total, resultará de todas essas sucessivas somas. Nada está subordinado a nada, qualquer fato é tão interessante quanto outro e merece ser enfatizado na mesma medida.

A função primordial da memória, enquanto imagem partilhada do passado, é a de promover um laço de filiação entre os membros de um grupo, com base no seu passado coletivo, conferindo-lhe uma ilusão de imutabilidade, ao mesmo tempo que cristaliza valores e as acepções predominantes do grupo ao qual as memórias se referem. Halbwachs (1990) argumentou ainda que qualquer análise sobre a origem das recordações pessoais deve tomar em consideração a influência que nelas exercem as instituições sociais como o parentesco, a comunidade, a religião, a organização política e a classe social.

Considerou-se que a memória coletiva é o *locus* de ancoragem da identidade do grupo, assegurando a sua continuidade no tempo e no espaço. Para Halbwachs (1990), a identidade coletiva precede a memória, determinando aquela o conteúdo desta, considerando que a identidade é estável e coerente. Observou-se que é o indivíduo que recorda, porém não deixa de sublinhar que o indivíduo que recorda fá-lo apenas enquanto membro de um determinado grupo social. Ainda segundo Halbwachs (1990), é na sociedade que as pessoas adquirem normalmente as suas memórias, é também na sociedade que recordam, reconhecem e localizam as suas memórias:

O próprio das durações individuais, é, com efeito, que elas têm um conteúdo diferente, apesar de que o curso de seus estados é mais ou menos rápido, de uma a outra e também, dentro de cada uma, nos diferentes períodos. Existem horas mortas, dias vazios, enquanto que em outros momentos, quer seja porque os acontecimentos se precipitam, seja porque nossa reflexão se acelera, ou porque nos encontrávamos em um estado de exaltação e de efervescência afetiva, temos a impressão de ter em algumas horas ou alguns dias, vivido anos. Mas acontece o mesmo quando comparamos num mesmo momento várias consciências. Para um pensamento vivo, impaciente e tenso, quantos encontraremos que apenas são excepcionalmente estimulados por algum acontecimento exterior, e cujo ritmo normal é lento e monótono porque seu interesse se detém, e ainda sem grande entusiasmo, somente a um pequeno número de objetos. É talvez um desinteresse crescente, um enfraquecimento progressivo das faculdades efetivas, que explica o fato de que à medida em que se fica mais velho o ritmo da vida interior se torna mais lento, e que, enquanto um dia de uma criança é repleto de impressões e observações múltiplas, e abrange, nesse sentido, um grande número de momentos, no declínio dos anos o conteúdo de um dia, se levarmos em conta apenas o conteúdo real, daquilo que despertou nossa atenção e nos deu o

sentimento de nossa vida interior, reduz-se a muito menos estados diferentes um do outro e, nesse sentido, a um pequeno número de momentos singularmente dilatados (HALBWACHS, 1990, p. 93).

Essa conceptualização pressupõe uma sujeição das memórias individuais aos padrões coletivos, visto que, em última análise, o que recordamos, enquanto indivíduos, é sempre condicionado pelo fato de pertencermos a um grupo. Ao sujeitar a memória a este determinismo social, pode-se ter negligenciado as tensões dialéticas existentes entre a memória individual e a construção social do passado.

Tal compreensão implica demasiadamente sobre a natureza coletiva da consciência social e despreza a relação entre a consciência individual e a das coletividades, concebendo-se esses indivíduos efetivamente como passivos e obedientes a uma vontade coletiva interiorizada.

A ideia de que os grupos sociais desenvolvem uma memória do seu próprio passado coletivo e que essa memória é indissociável da manutenção de uma percepção de identidade, que permite identificar o grupo e distingui-lo dos demais, é um ponto de partida para se pensar sobre as projeções do futuro. Halbwachs (1990, p. 93 e 94) ressaltou essa questão ao dar exemplo:

O velho que guardou a lembrança de sua vida de criança, acha que os dias são hoje ao mesmo tempo cada vez mais lentos e mais curtos, o que quer dizer que, tanto acredita que o tempo corre mais lentamente, porque os momentos, tais como tem o sentimento de vivê-los, são mais longos, como crê que corre mais rápido, porque os momentos tais como se enumeram em torno dele, tais como a medida do ponteiro do relógio sucedem-se com tal rapidez que eles o ultrapassam: não há tempo para preencher um dia com tudo aquilo que nele uma criança consegue encaixar facilmente; é porque sua duração interior é lenta que o espaço de um dia lhe parece muito curto. É por este motivo que um velho e uma criança que vivessem lado a lado e não tivessem nenhum outro meio de medir o tempo senão reportar-se aos seus sentimentos da duração e às divisões que comportam suas vidas interiores, não se entenderiam nem sobre os pontos de divisão, nem sobre a grandeza dos intervalos escolhidos como unidade comum, que pareceria mínima para as crianças e muito grande para as pessoas mais idosas. É melhor, para fixar as divisões do tempo, guiarmo-nos pelas mudanças e movimentos que se produzem nos corpos materiais, e que se reproduzem de modo bastante regular para que nos seja sempre possível nos reportarmos a eles. Esta escolha, dela não teríamos a ideia sozinhos.

A forma de Halbwachs (1990) pensar sobre a memória coletiva nos leva a idealizar que a memória e a identidade que a determina, como sistemas coerentes de

sentidos e valores, permitem manter e solidificar os laços afetivos existentes entre os membros de um grupo material e mentalmente identificado no espaço e no tempo.

As memórias subsistem porque fazem parte de um conjunto de valores e significados que são comuns a todos os membros do grupo, uma vez que as imagens particulares que cada um tem do passado são submetidas a padrões adequados, mantidos coletivamente. Para o autor, memória é um movimento que retém aquilo que ainda está vivo na consciência do grupo, de forma contínua. E, a história é um elo entre o passado e o presente, que busca restabelecer a continuidade interrompida em algum ponto no processo. Logo, a história não é no presente, pois só é possível recriar correntes de pensamento coletivo que tomam impulso no passado, no que já foi vivido e experimentado. De acordo com Halbwachs (1990, p. 132)

Não é uma simples harmonia e correspondência física entre o aspecto dos lugares e das pessoas. Mas cada objeto encontrado, e o lugar que ocupa no conjunto, lembram-nos uma maneira de ser comum a muitos homens, e quando analisamos este conjunto, fixamos nossa atenção sobre cada uma de suas partes, é como se dissecássemos um pensamento onde se confundem as relações de uma certa quantidade de grupos.

Outro aspecto característico da memória coletiva é o fato de que existem várias memórias coletivas, pertencentes a grupos distintos, mas apenas uma história consolidada de uma nação, construída oficialmente para dar sustentação e legitimidade à história compartilhada pelo grupo. Da mesma forma que pode haver uma história universal, não há memória universal. Segundo Halbwachs (1990, p. 71),

a lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente, e além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora manifestou-se já bem alterada.

Grande parte de nossas lembranças repousa no social e no histórico e as lembranças são incorporadas pela história na medida em que deixam de existir ou quando os grupos que as sustentavam deixam de existir. Disso decorre que “o grupo urbano não tem a impressão de mudar enquanto o aspecto das ruas e dos edifícios permanece idêntico, e que há poucas formações sociais ao mesmo tempo estáveis e ainda seguras de permanecer” (HALBWACHS, 1990, p. 134). Halbwachs (1990) defende que, quando um grupo está inserido em uma parte do espaço, ele a transforma à sua maneira, da mesma forma como se sujeita e se adapta aos aspectos

materiais que a ele resistem. O lugar recebe a marca do grupo e o grupo recebe a marca do lugar, ambos se influenciam. De acordo com o pensamento do autor, cada aspecto e detalhe deste lugar tem um sentido compreensível apenas para os membros do grupo.

Halbwachs (1990) salienta que a memória coletiva e o ambiente material podem mudar com acontecimentos que modifiquem o grupo ou o lugar. Para melhor compreensão, um exemplo seria a família, que é modificada com acontecimentos como casamento, morte ou nascimento, e acontecimentos que modifiquem o ambiente em que este grupo convive, tomando como exemplo o caso de uma família enriquecer ou empobrecer.

De acordo ainda com Halbwachs (1990), os agrupamentos aparentemente não possuem bases espaciais, ou seja, seguem regras sem relação com a configuração do espaço. Diante disto, Halbwachs (1990) considera que não é certo que, para lembrar-se, seja necessário transportar-se em pensamento para fora do espaço, quando na verdade é a imagem do espaço que, em consequência de sua estabilidade, transmite uma ilusão de não mudar através do tempo. Logo, é assim que se pode definir memória e espaço, que só são suficientemente estáveis para poder durar sem envelhecer, sem perder nenhuma de suas partes.

2 O ESPAÇO EM DIFERENTES PERSPECTIVAS

2.1 Espaço Concebido, Espaço Vivido e Espaço Percebido

Pensar o espaço requer entendê-lo em suas múltiplas dimensões. Isso implica em pensá-lo por meio de suas estruturas físicas, mas também de condições sociais, culturais e simbólicas. O sentido da vida perpassa pela lógica do espaço, que carrega os anseios de liberdades pessoais, de ansiedades e anomias, da ordem moral, da forma hierárquica, da existência e permanência das subclasses, das utopias burguesas e de suas contradições.

Propostas urbanísticas ao longo da história se dedicaram a pensar em mundos físicos e sociais alternativos, “sonhos em tijolos e cimento” (HARVEY, 2009, p. 214). Lefebvre (2006), importante teórico sobre o espaço, apresentou formas de compreensão do espaço, que requerem, de início, a superação de conceitos parciais, como forma de construção de uma problemática reveladora do mundo moderno. O ponto de partida para entendê-lo, segundo o autor, é a prática urbana, que envolve tanto a forma de pensar o espaço pelos planejadores como o uso e prática do espaço a partir das experiências e vivências da população.

Para tanto, Lefebvre (2006), que criou o termo "Direito à cidade", se valeu da trilogia espaço percebido (prática espacial), espaço concebido (representações do espaço) e espaço vivido (os espaços de representação). O autor considera o espaço historicamente produzido pelo homem. Nesse sentido, o que seria a prática espacial em condições neocapitalistas ou neoliberais? Para Lefebvre (2006, p. 65),

Ela associa estreitamente, no espaço percebido, a realidade cotidiana (o emprego do tempo) e a realidade urbana (os percursos e redes ligando os lugares do trabalho, da vida “privada”, dos lazeres). Associação surpreendente, pois ela inclui em si {pressupõe} a separação exacerbada entre esses lugares que ela religa. A competência e a performance espaciais próprias a cada membro dessa sociedade só se examinam empiricamente. A prática espacial “moderna” se define, portanto, pela vida cotidiana de um habitante de HLM⁵ no subúrbio, caso-limite e significativo; o que não autoriza

⁵ “A HLM (*Habitation à Loyer Modéré*) significa habitação de renda moderada e integra a política de produção de habitação social ou popular na França, desde o segundo pós-guerra, através de subsídio à locação social e/ ou aquisição da casa própria. A produção deste tipo de moradia foi historicamente pautada em práticas de segregação das famílias trabalhadoras pobres urbanas e de higienização social das áreas centrais da França. De tal forma que a história da HLM se confunde com a da produção da periferia francesa”. In CARDOSO, Isabel Cristina da Costa. O Espaço Urbano e a Re-produção das

negligenciar as autoestradas e a aeropolítica. Uma prática espacial deve possuir uma certa coesão, o que não quer dizer uma coerência (intelectualmente elaborada: concebida e lógica).

O espaço é produzido pelo homem à medida que ele organiza política e economicamente a sociedade. As reflexões do autor em relação à realidade do contexto urbano permitem o reconhecimento das contradições socioespaciais presentes no cotidiano e valida a apreensão da complexidade do estudo das cidades. O espaço (social) não é apenas uma condição e um produto, mas meio que expressa as relações conflitantes.

Segundo o autor, é no cotidiano que se estabelece um programa constante de hábitos sempre direcionados para a produção e para o consumo, produzindo uma “sociedade burocrática de consumo dirigido” (LEFEBVRE, 1991). Os espaços construídos dentro da lógica capitalista seguem a padronização e o individualismo desta racionalidade; são, portanto, espaços abstratos, espaços de poder, primados pela razão estética e pela força das imagens (LEFEBVRE, 1991, p. 47).

Todavia, o espaço abstrato abriga conflitos e contradições da realidade prática, concernentes à própria lógica econômica e política. Assim, o espaço carrega as diferentes representações, que refletem as particularidades dos saberes que não conseguem ser afastadas pela abstração do espaço. É nesse sentido que as representações do espaço, ou seja, as concepções acerca da compreensão do espaço pelos técnicos e especialistas, é apenas uma das dimensões que constitui um determinado saber sobre o espaço.

As representações do espaço também incorporam a experiência imediata e sensível, que tiram a homogeneidade artificial do conceito de espaço. Assim, cabe ponderar sobre as contradições presentes no espaço em condições capitalistas, cuja lógica reside na intrínseca relação do espaço como mercadoria; uma abstração que se concebe enquanto global, a partir do consumo do espaço.

Para Lefebvre (2006, p. 66), essa lógica de administração do espaço está ligada à lógica das

representações do espaço, ou seja, ao **espaço concebido**, aquele dos cientistas, dos planejadores, dos urbanistas, dos tecnocratas “retalhadores” e “agenciadores”, de certos artistas próximos da cientificidade, identificando o vivido e o percebido ao concebido (o que perpetua as sábias especulações sobre os Números: o número de ouro, os módulos e “canhões”). É o espaço dominante numa sociedade (um modo de produção).

Por outro lado, os **espaços de representação**, ou **espaço vivido** por meio de imagens e símbolos, constitui o espaço experimentado, dos habitantes, que tem sua origem na história, no viver, nas contradições e nos conflitos. De acordo com Lefebvre (2006, p. 66),

Os **espaços de representação**, ou seja, o espaço **vivido** através das imagens e símbolos que o acompanham, portanto, espaço dos “habitantes”, dos “usuários”, mas também de certos artistas e talvez dos que *descrevem* e acreditam somente descrever: os escritores, os filósofos. Trata-se do espaço dominado, portanto, suportado, que a imaginação tenta modificar e apropriar. De modo que esses espaços de representação tenderiam (feitas as mesmas reservas precedentes) para sistemas mais ou menos coerentes de símbolos e signos não verbais (Grifo do autor).

O espaço percebido, outra dimensão do espaço analisado por Lefebvre, é o espaço penetrado de imaginário e simbolismo. Essa concepção de espaço compreende tudo que se apresenta aos sentidos: visão, audição, olfato, tato, paladar. É objeto dessa concepção de espaço o sentir, o cotidiano, as representações.

As dimensões do espaço tratadas por Lefebvre constituem importantes ferramentas para entendimento do espaço por parte daqueles que o produzem, especialistas e indivíduos comuns, que produzem socialmente os espaços na constante tensão dialética do porvir histórico. Enquanto o espaço concebido é o da representação abstrata, - traduzida no capitalismo pelo pensamento hierarquizado, distante do real, proveniente de um saber tecnicista e, ao mesmo tempo, ideológico, em que as representações do espaço privilegiam a ideia de produto devido à supremacia do valor de troca na racionalidade geral -, o espaço percebido atribui às representações mentais materializadas funcionalidades e usos diversos, que correspondem a uma lógica de percepção da produção e da reprodução social.

O espaço vivido denota as alterações em relação ao modo de vida planejado. Sendo assim, o espaço social configura-se como a expressão mais concreta do espaço vivido, quando entendido pela soberania do homem sobre o objeto, através de sua apropriação pela corporeidade das ações humanas. Lembrando que este

pensamento remete à produção do espaço no processo de reprodução social; por conseguinte, o espaço é considerado um campo de possibilidades de construção de um espaço diferencial, que se opõe ao homogêneo e contempla o uso.

Lefebvre (2006), em sua fundamentação teórica, tem como objetivo principal desvendar a condição social do espaço, para tanto o parâmetro é a vida cotidiana na sociedade moderna. Neste contexto, o autor relata que o espaço contém e está contido nas relações sociais, logo, o real é historicamente construído tendo como representação mental o urbano e, a cidade, como expressão material desta representação.

Lefebvre (2006) aborda a definição de cidade e de urbano como sendo uma projeção da sociedade sobre um espaço, não somente sobre o aspecto da vida social de cada lugar, mas também no plano da representação. A partir dessa análise, Lefebvre (1991) ressalta que o espaço traduz um conjunto de diferenças, ou seja, é o *lócus* de coexistência da pluralidade e das simultaneidades de padrões, de maneiras de viver a vida urbana e, sobretudo, dos conflitos.

A lógica entre o espaço concebido e o espaço vivido realiza-se quando as temporalidades e as espacialidades ligadas à irreduzibilidade do uso se fazem presentes na apropriação da cidade. Tal dialética pode ser percebida, principalmente, porém não exclusivamente, nos espaços urbanos que reagem à forma metropolitana. O cotidiano destes lugares indica a atividade criadora por meio da construção individual e coletiva dos seus moradores diante da reprodução do espaço.

Saber ouvir e saber ler o espaço torna-se imperativo para quem se dedica a entender as diferentes lógicas de racionalidade de apropriação e usos do espaço. Para Tomatis (*apud* LEFEBVRE, 2006, p. 275),

A audição desempenha um papel decisivo na lateralização do *espaço percebido*. Escuta-se o espaço tanto quanto se o vê, e se o entende antes que ele se revele ao olhar. As percepções dos ouvidos não coincidem. Essa diferença alerta a criança e fornece as mensagens da densidade, do volume físico que ela recebe. A audição é, portanto, mediadora entre o corpo espacial e a localização dos corpos externos. O espaço orgânico do ouvido, (...), estende-se aos ruídos mais distantes, às vozes. Os distúrbios da audição acarretam distúrbios da lateralização, da percepção do espaço externo e do espaço interno (dislexias etc.) (Grifo nosso).

Dar direito às diferentes vozes é conceder a elas o direito legítimo de ser, de viver a cidade, direito que se apresenta como um direito inalienável à vida

(LEFEBVRE, 1991). Essa compreensão só se torna factível por meio da construção de uma reflexão de cidade mais voltada para um outro humanismo. Logo, o espaço social não é apenas uma condição e um produto, mas meio das relações conflitantes dentro do capitalismo. Portanto, é preciso apreender como a reprodução das relações do capitalismo moderno desdobra-se para a vida cotidiana de uma sociedade urbana.

Foi com o intuito de ouvir e entender algumas vozes, que idosos, segmento que se tornará maioria no futuro próximo, foram convidados a participarem dessa pesquisa, para relatarem experiências e vivências praticadas no espaço da cidade de São José dos Campos. Esse convite procurou desvendar um utopismo espaço-temporal que tenha raízes fincadas em nossas possibilidades presentes ao mesmo tempo que aponta trajetórias diferentes para os desenvolvimentos geográficos humanos tão desiguais, característica tão comum nas condições de avanço das políticas neoliberais.

2.2 Perspectivas históricas do Planejamento Urbano para uma Cidade Ideal

Sob o ponto de vista dos estudos em Planejamento Urbano, a cidade ideal foi pensada ao longo do tempo, a se considerar algumas perspectivas como utópicas. O quadro 1 apresenta algumas dessas ideias, desde Thomas More (2004) a David Harvey (2009).

Quadro 1 - Teóricos do Planejamento Urbano e Regional

PENSADORES	FORMAÇÃO	PERÍODO HISTÓRICO	IDEIAS	SOBRE A CIDADE IDEAL
Thomas More	Advogado pela Universidade de Oxford; filósofo, escritor, advogado, diplomata e estadista inglês	1478-1535	Importante figura do humanismo renascentista; defende uma sociedade ideal, regida pela lei e pela religião, e critica os males políticos e econômicos de seu tempo.	Sociedade imaginária pautada na moral cristã, embora regida pelo primado da liberdade. A cidade ideal é coletivista: desaparece a família como núcleo social e os casamentos estão submetidos a regras sociais destinadas a manter o amor e a sexualidade sob controle; desaparecem a propriedade privada e o dinheiro, cada um recebendo segundo suas necessidades e capacidades, de maneira que estão eliminadas a desigualdade e a competição. A felicidade é sempre coletiva,

				cada um oferecendo-se como espelho para todos os outros.
Robert Owen	Rico industrial e reformista social galês	1771-1858	Um dos idealizadores do socialismo utópico no séc. XIX com a proposta de cooperativas; divulgava ideias sobre educação, religião, família e reforma trabalhista; defendia a adoção de práticas sociais pela felicidade, harmonia e cooperação para superar danos da economia capitalista.	Propõe a criação de <i>New Harmony</i> , em que a vida humana em comum passaria por uma nova forma de organização na qual a estrutura radical com um centro para abrigar área para parque e jardim. Desse modo, a nova cidade seria como um enorme edifício que abrigaria instalações de trabalho e lazer para os indivíduos; ademais, haveria ainda promoção da cooperação e solidariedade entre os membros.
Charles Fourier	Filósofo e economista político francês	1772-1837	Um dos representantes do socialismo utópico na França no séc. XIX; escreve sobre questões econômicas e sociais. Abominava o pensamento capitalista e o classificava como algo "passageiro".	. A cidade ideal se baseava na reestruturação da sociedade e adoção da cooperação e associação. Os falanstérios seriam espaços ideais. Os falanstérios eram grandes construções comunais que refletiriam uma organização harmônica e descentralizada onde cada um trabalharia conforme suas paixões e vocações.
Ebenezer Howard	Pré-urbanista inglês	1850-1928	Não gostava da maneira como as cidades estavam se desenvolvendo; acreditava que os indivíduos deveriam viver em lugares que	Cidade ideal é a cidade-jardim, que consiste em uma comunidade autônoma cercada por um cinturão verde num meio-termo entre campo e cidade.

			combinasse m aspectos da cidade e do campo; descreveu uma cidade utópica em que as pessoas viviam harmonicamente em comunidade junto à natureza.	
Le Corbusier	Arquiteto, urbanista, escultor e pintor de origem suíça e naturalizado francês	1887-1965	Conhecido por elaborar processos de construção racionalistas e funcionais; influenciado por suas viagens à Itália, Alemanha e América do Sul. Evidenciou a forma como a organização do espaço expressa as suas preocupações sócio-políticas (socialismo utópico).	Apresenta uma nova linha de arquitetura, baseada em muitos edifícios antigos que valorizam a razão áurea, valiosa, uma proporção matemática considerada harmônica e agradável à visão; tal linha apresentada foi aclamada por muitos arquitetos e muitos projetos habitacionais de baixa renda foram desenvolvidos. Inúmeras cidades foram desenhadas com grandes extensões de áreas verdes para que as pessoas vivessem em ambientes agradáveis em conexão com a natureza.
David Harvey	Geógrafo britânico, formado na Universidade de Cambridge; é professor de Antropologia da Pós-Graduação da Universidade da Cidade de Nova York	1935-presente data	Um dos marxistas mais influentes da atualidade, trabalha com questões ligadas à geografia urbana; reconhecido por seu trabalho de vanguarda na análise geográfica das dinâmicas do capital.	Cidade ideal seria aquela em que o mundo do trabalho e as relações com a natureza sejam mais equitativos, em que sejam valorizadas as qualidades humanas. Forma de sociedade que integre processo social e forma espacial. Para Harvey, a utopia do espaço ideal está ligada às possibilidades de se pensar trajetórias diferentes para os desenvolvimentos geográficos desiguais humanos.

Fonte: Elaboração própria, 2020.

O filósofo Thomas More, que viveu no século XVI, pensou em uma sociedade imaginária em que se pune a intolerância e o fanatismo com o exílio e a servidão, uma vez que o povo escolhe as suas crenças e, vários cultos coexistem em harmonia ecumênica. Nesse mesmo sentido, os benefícios da paz e os horrores da guerra se refletem numa crítica direta às guerras travadas por Henrique VIII por ganância ou por paixão pela glória militar. More mostra como o interesse da comunidade é sacrificado pela paixão dos príncipes pela guerra, que só enriquece os nobres e os novos proprietários, ou seja, a burguesia. Enquanto isso, o povo, cada vez mais oprimido pelo trabalho incessante, precisa manter o exército, a corte e uma multidão de ociosos. A sede de dinheiro dos reis, dos nobres e dos grandes burgueses cria a miséria da maioria e alarga cada vez mais o abismo entre as classes sociais (MORE, 2004).

No início do século XIX, Robert Owen, reformista social galês, considerado um dos mais importantes socialistas utópicos e um dos fundadores do socialismo e do cooperativismo, propõe a criação de *New Harmony*, proposta para o desenvolvimento de uma nova forma de organização da vida humana em comum, em que a estrutura radical tinha um centro que abrigava área para parque e jardim. Como no precedente da comunidade *New Lanark*, na Escócia, Owen implementou suas ideias sociais utópicas, que permanecem até hoje, mas de maneira diferente do que foi inicialmente previsto. Neste caso, a nova cidade seria desenvolvida como um enorme edifício que abrigaria instalações, lazer e trabalho para seus ocupantes, com um visual moderno para promover a cooperação e aumentar a fidelidade artesanal e de solidariedade entre os membros da comunidade.

Charles Fourier, filósofo francês da primeira parte do século XIX, abominava o pensamento capitalista da época e o classificava como algo “passageiro” e passível de “conserto”. De acordo com Fourier, por meio das medidas do garantismo, a sociedade sairia de seu estado de “civilização” e chegaria ao socialismo e, por fim, ao harmonismo. A solução, para Fourier, era uma reestruturação da sociedade que deveria adotar associação e cooperação. Fourier idealizou e planejou as comunidades chamadas de Falanstérios.

O urbanista Ebenezer Howard foi um dos primeiros teóricos do urbanismo e baseou suas ideias nas precárias condições de vida da cidade liberal. Em 1898 publicou um livro em que propõe uma alternativa aos problemas urbanos e rurais que

então se apresentavam, na época. Howard (1996) apresentou um breve diagnóstico sobre a superpopulação das cidades e suas consequências. Segundo Howard, a superpopulação era causada sobretudo pela migração proveniente do campo. Na sua visão, era necessário equacionar a relação entre a cidade e o campo. Howard (1996) fez uma síntese das vantagens e dos problemas tanto de um ambiente como de outro. Ambos atuariam como “ímãs”, atraindo as pessoas.

Le Corbusier, considerado o fundador do movimento urbanístico das cidades-jardim, apresenta, em meados do século XIX, uma nova linha de arquitetura, baseada em muitos edifícios antigos que incorporam a razão áurea, valiosa, uma proporção matemática considerada totalmente harmônica e agradável à visão. A cidade dos sonhos de Le Corbusier foi aclamada delirantemente por arquitetos e acabou assimilada em inúmeros projetos de conjuntos habitacionais de baixa renda e edifícios de escritórios, tendo enorme impacto em nossas cidades.

Seguiu-se, neste aspecto, a orientação de Harvey (2009), de que as narrativas utópicas trazem consigo inúmeras referências indiretas à geografia histórica, os diferentes históricos e geográficos inseridos nas relações de poder, nos debates ideológicos e na economia política do capitalismo multinacional e globalizado. Para o autor, trazer

os sonhos utópicos à luz de uma força política de mudança, pode envolver o risco da frustração última desses desejos. Não obstante, isso é sem dúvida melhor do que se render ao utopismo degenerado do neoliberalismo (e a todos os interesses que criam uma imagem tão negativa da possibilidade) e viver no temor abjeto e letárgico de exprimir e tentar pôr em prática quaisquer desejos alternativos (HARVEY, 2009, p. 257).

Harvey parte da discussão do sentido metafórico de cidade, desde a cidade ideal como também a cidade em processo, carregada de contradições. Desde os primeiros núcleos urbanos até a cidade atual há uma polissemia de sentidos e práticas. Com o lema “O ar da cidade liberta”, a cidade já representou a liberdade para os camponeses, durante a Idade Média, que migraram para os burgos para, dentre outras coisas, se libertarem dos senhores feudais.

Nesse binarismo entre a cidade harmoniosa e a caótica, Harvey (2009) dá um avanço na discussão e questiona projetos pós-modernos que de alguma forma fizeram um *make-up* em modelos antigos; dito de outro modo, os planejadores

urbanos se refugiam em modelos nostálgicos (nas utopias do passado) para tentar solucionar os problemas presentes.

Sendo assim, o desafio seria o de construir um utopismo espaço-temporal, enraizado nas possibilidades presentes e que, ao mesmo tempo, apontasse trajetórias diversas, adequadas a diferentes situações geográficas e condições desiguais de desenvolvimento. Para Harvey (2009, p. 207):

as figuras da cidade e de Utopia há muito se acham entrelaçadas. Em suas primeiras encarnações, as utopias, de modo geral, recebiam uma forma distintivamente bem urbana e, boa parte daquilo que passa por planejamento urbano ou de cidades, tem sido infectada (alguns prefeririam “inspirada”) por modalidades utópicas de pensamento.

Dessa forma, o que se procura é congregar a simultaneidade de diferentes lógicas urbanísticas trazendo a importância de uma abordagem não linear do tempo histórico. Isso constituiria uma abordagem histórico-materialista, portanto dialética, rompendo com a visão historicista, homogênea, da história.

O autor critica as utopias do novo urbanismo em que “a temporalidade dos processos sociais, a dialética da mudança social – a história real – são suprimidas, ao passo que a estabilidade social é garantida por uma forma espacial fixa” (HARVEY, 2009, p. 74), fechando assim às novas alternativas de concepção de espaços citadinos.

Esse “congelamento” gera o apagamento das condições históricas e sociais, aliás, é próprio de determinadas construções utópicas denominadas por Harvey como “utopias da forma espacial”. Essas utopias suprimem o presente e seus conflitos, causando assim uma prospecção de futuro oco, sem sustentação, sem diálogo com os dados presentes.

A principal característica do novo urbanismo é o de criar comunidades fechadas “nostálgicas”, pois enxergam que a cidade atual sofre da “liquidez” e que o retorno a esse modelo traria uma certa segurança, religando o sentimento de pertencimento.

Porém, Harvey ressalta várias críticas ao modelo, pois “*O novo urbanismo*” se vincula a um esforço leviano contemporâneo de transformar as cidades, para o autor:

a comunidade tem sido mais uma barreira à mudança social do que um facilitador. A ideologia fundadora do novo urbanismo é tanto utópica quanto profundamente instável. Em sua materialização prática, o novo urbanismo constrói uma imagem de comunidade e uma retórica de consciência e orgulho cívicos para quem não precisa, ao mesmo tempo que abandona quem precisa da sua própria sorte de “subclasse”. (HARVEY, 2009, p. 224).

Há também uma centralidade na criação dessas comunidades, ignorando a cidade numa visão integradora, pois reforça, por outro lado, o abandono com os centros velhos das cidades. O que se pode notar é que “volta a aflorar a inclinação nostálgica e espacialmente limitada do sonho utópico”

Harvey salienta a contribuição e as diferenças entre More (Ideal) e Marx (dialética), pois, “enquanto More nos fornece a forma espacial, mas não o processo, Engels e Marx oferecem suas versões distintas do processo temporal, porém não a forma espacial última” (2009, p. 79).

Como se pode então construir um utopismo mais sólido que integre processo social e forma espacial? É possível formular uma modalidade mais dialética de utopismo, e até mesmo construir uma dialética utópica? Inspirando-se nas narrativas utópicas histórico-geográficas de Harvey (2009), coletaram-se histórias de vida de pessoas idosas, a fim de analisar a pluralidade de mundos cujas referências de espaço são pautadas nas geografias históricas. Todos temos, a partir de nossas experiências práticas, formas de pensar a cidade ideal para se viver, e, no caso, para se envelhecer. Reforça-se que, por meio das utopias de cidades, a presente tese se apresenta como exercício de um otimismo do intelecto para abrir caminhos para reflexões críticas, promovendo às pessoas idosas a possibilidade de pensar a cidade do futuro que acomode suas expectativas e seus desejos. Antes, porém, é necessário trazer a geografia histórica desses idosos e, sobretudo, contextualizar a condição do idoso trazendo dados da longevidade e do envelhecimento em escala mundial.

3 LONGEVIDADE E ENVELHECIMENTO: PANORAMA MUNDIAL COM ÊNFASE NO BRASIL

Segundo a Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG), a Organização Mundial de Saúde (OMS) considera um país envelhecido quando 14% da população possui mais de 65 anos. Na França, este processo levou 115 anos. Na Suécia, 85 anos. No Brasil, levará pouco mais de duas décadas, sendo considerado um país velho em 2032, quando 32,5 milhões dos mais de 226 milhões de brasileiros terão 65 anos ou mais (SOCIEDADE BRASILEIRA DE GERIATRIA E GERONTOLOGIA, 2019).

A longevidade da população mundial e brasileira aumentou bastante durante o século XX. É cada vez maior o número de pessoas que vivem acima dos 100 anos de idade (ALVES, 2014). Com o advento de novas tecnologias, melhorias no saneamento básico e avanços na área da saúde (ciências médicas, vacinas e medicamentos), a tendência é de aumento progressivo da longevidade humana. Entretanto, quanto mais longeva, mais envelhecida é a pessoa.

Segundo Côrte e Brandão (2013, p. 2), o processo de envelhecimento é único para cada indivíduo. Existem muitos longevos que apresentam boa saúde mental e biológica; outros, “[...] já antes da idade oficial dos 60 anos, apresentam patologias graves e que comprometerão sua longevidade”.

A questão cultural é um elemento agregador para as reflexões sobre a longevidade. As instituições comunitárias e sociais que compõem um lugar são decisivas nas manifestações quanto às necessidades coletivas. Entretanto, existem outros subsídios relevantes para um envelhecimento bem-sucedido, entre eles, um planejamento urbano mais adequado às necessidades biopsicossociais dos idosos.

A década que compreende 2020 a 2030 foi definida pela *World Health Organization* - WHO (2020) como a “Década do Envelhecimento Saudável” e, para tanto, ela pretende promover ações que conscientizem e modifiquem o pensar, o sentir e o agir em relação ao fato de envelhecer.

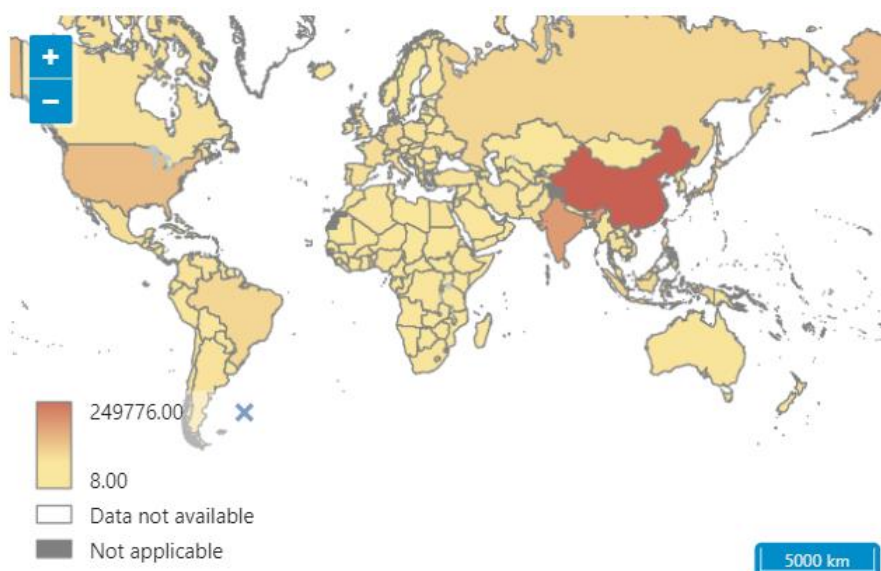
De acordo com os dados do *Department of Economic and Social Affairs* das Nações Unidas (2019), com base nos metadados do *World Population Prospects*

(2019), a população idosa com mais de 60 anos em uma escala mundial se aproxima de 100 milhões de pessoas. Segundo as Nações Unidas (2020, p. 2), a população com mais de 65 anos em 2019 era de 703 milhões de pessoas e, a projeção é que, em 2050, esse número dobre para 1,5 bilhões.

No dia 1º de outubro de 2020, dia do idoso, a OMS (Organização Mundial de Saúde) lançou um portal para reunir todos os dados e estatísticas sobre idosos em escala mundial. O portal WHO hospeda mapas, gráficos e tabelas com dados da população idosa de diferentes locais do mundo com o objetivo de investigar e acompanhar o bem-estar dos idosos.

A figura 5 traz o mapa mundial ilustrado, retirado do Portal WHO (2020), com o número de pessoas com mais de 60 anos em milhares, em cada país. Este mapa, disponibilizado de forma interativa, amplia o local e mostra o número de idosos de ambos os sexos, de cada país, para o ano de 2020. A interatividade pode ser observada no sítio da fonte.

Figura 5 - Mapa mundial interativo com dados da população idosa



Fonte: World Health Organization (2020), traduzido pela autora.

Segundo dados da World Health Organization (2020), o único país que apresenta um alto índice de população idosa é a China, com 249.776 pessoas nessa faixa etária.

Podemos observar que muitos países estão apresentados em amarelo no mapa, o que indica que sua população idosa está próxima de 8 mil. A Tabela 1 indica o número de pessoas com mais de 65 anos no mundo, comparando o ano de 2019 e as projeções para 2050.

Tabela 1 - Dados da população idosa no mundo

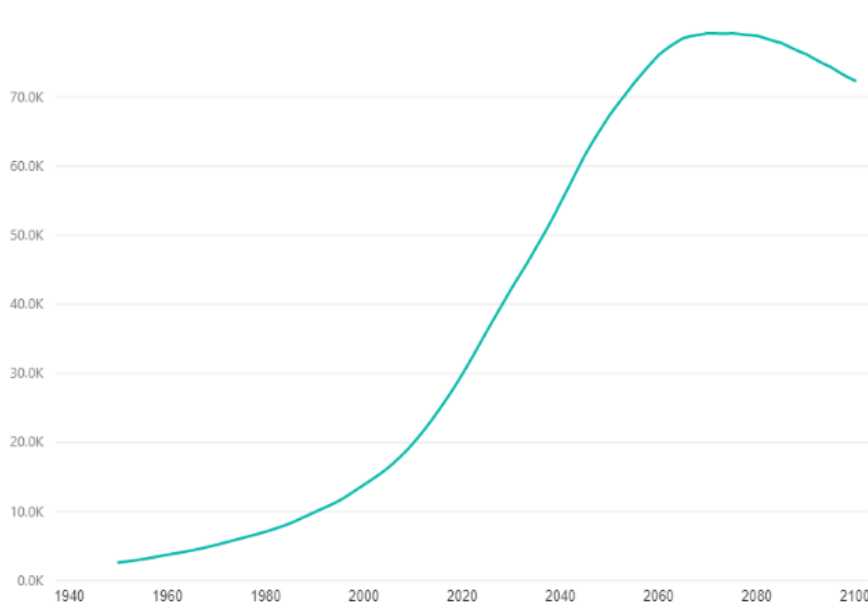
REGIÃO	NUMERO DE PESSOAS 65+ EM 2019 (MILHÕES)	NUMERO DE PESSOAS 65+ EM 2050 (MILHÕES)	PERCENTUAL DE MUDANÇA ENTRE 2019 E 2050
Mundo	702,9	1.548,9	120
África Subsaariana	31,9	101,4	218
África Mediterrânea e Ásia Ocidental	29,4	95,8	226
Ásia Central e Sul da Ásia	119,0	328,1	176
Ásia Oriental e Ásia Meridional	260,6	572,5	120
América Latina e Caribe	56,4	144,6	156
Austrália e Nova Zelândia	4,8	8,8	84
Oceania (excluindo Nova Zelândia e Austrália)	0,5	1,5	190
Europa e América do Norte	200,4	296,2	48

Fonte: United Nations (2019), traduzido pela autora.

A projeção mostra um aumento maior na população no norte da África e Ásia Ocidental. Observa-se que, em regiões onde a população já é significativamente mais velha, como na Europa e na América do Norte, esse aumento será menor.

No Brasil, os números são de 29.857 pessoas com mais de 60 anos em 2020, o que coloca o país na média global. O Gráfico 1 expressa que esse número tende a crescer. Segundo a projeção, na década de 2070 o Brasil atingirá seu ápice populacional de população nessa faixa etária.

Gráfico 1 - Estimativa populacional de pessoas com 60 anos ou mais no Brasil

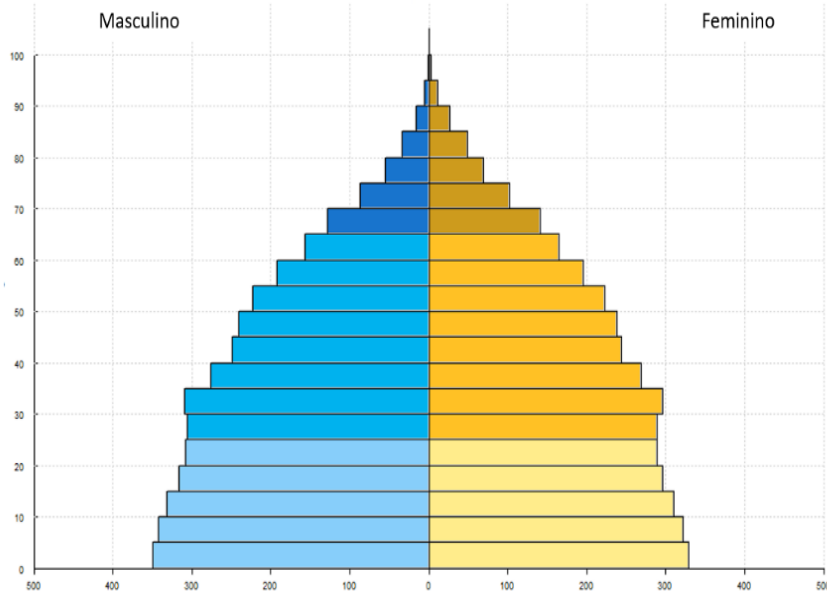


Fonte: World Health Organization (2020), traduzido pela autora.

Todos os países indicados no mapa (figura 5) apresentam aumento próximo ao do Brasil, com o ápice populacional na década de 1970 e após este momento, um nível de decréscimo. Entretanto, os dados da perspectiva anual indicam um grande crescimento da população idosa no século XXI se comparados aos do século XX.

O Gráfico 2 mostra a pirâmide etária em escala mundial para o ano de 2020, dado que aponta justamente para um aumento populacional da população próxima aos 30 anos, seguida por uma diminuição populacional na geração posterior, que só volta a aumentar novamente na população abaixo dos 20 anos.

Gráfico 2 - Pirâmide etária da população mundial em 2020 (em milhões)

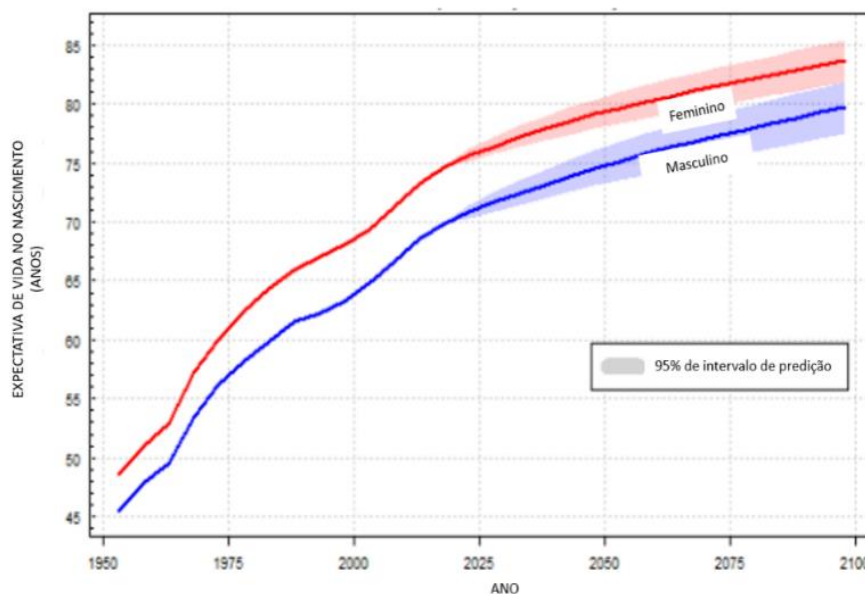


Fonte: United Nations (2019), traduzido pela autora.

A pirâmide etária (Gráfico 2) indica que a população, que em 2020 está com cerca de 30 anos e estará com 60 anos no ápice mundial de crescimento da população idosa, entre as décadas de 2060 e 2070, é maior que a geração posterior que, em 2019, possuía entre 20 e 30 anos.

A expectativa de vida também tem aumentado exponencialmente desde o século XX, conforme demonstrado no Gráfico 3.

Gráfico 3 - Expectativa de vida por sexo

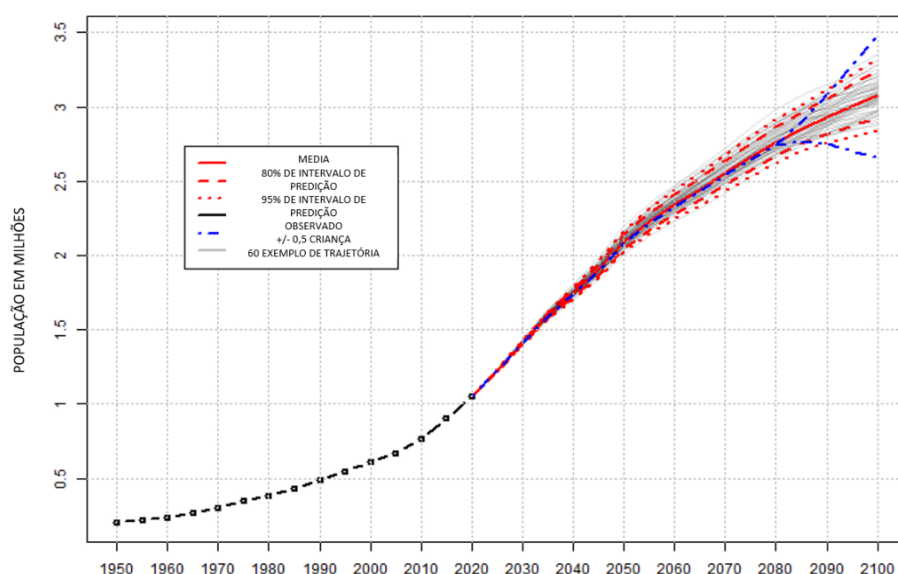


Fonte: United Nations (2019), traduzido pela autora.

Este crescimento acontece devido aos avanços da saúde pública, da medicina, do desenvolvimento econômico, do aumento de tecnologia, do controle de doenças e da redução de mortes prematuras (United Nations, 2019). O aumento do envelhecimento é um fenômeno que todos os países do mundo irão experimentar neste século.

O Gráfico 4 mostra a projeção das Nações Unidas para o crescimento da população com 60 anos ou mais em escala mundial. Pode-se observar que há um crescimento durante o século XX que aumenta nos séculos seguintes.

Gráfico 4 - População mundial com 60 anos ou mais

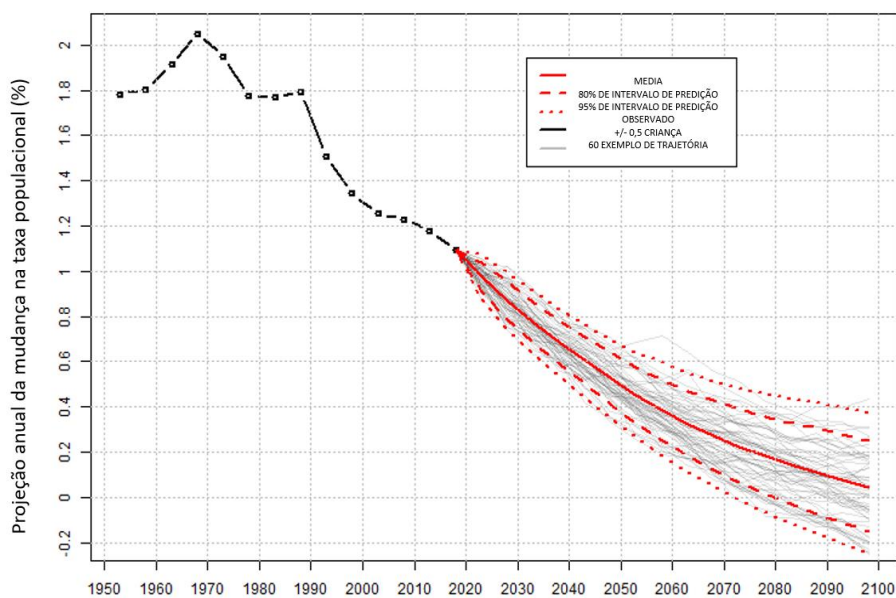


Fonte: United Nations (2019), traduzido pela autora.

Embora a população idosa seja considerada aquela com 60 anos ou mais, há uma diferença entre as políticas públicas a partir dos 65 anos em alguns países. No Brasil, a legislação considera que há a perda da capacidade de trabalho e necessidade de benefício a partir dos 65 anos, incluindo o uso do transporte de forma gratuita.

Entretanto, com a diminuição da população mais jovem, devido à diminuição da taxa de natalidade, a população idosa tende a diminuir, bem como a taxa populacional como um todo, de acordo com o Gráfico 5.

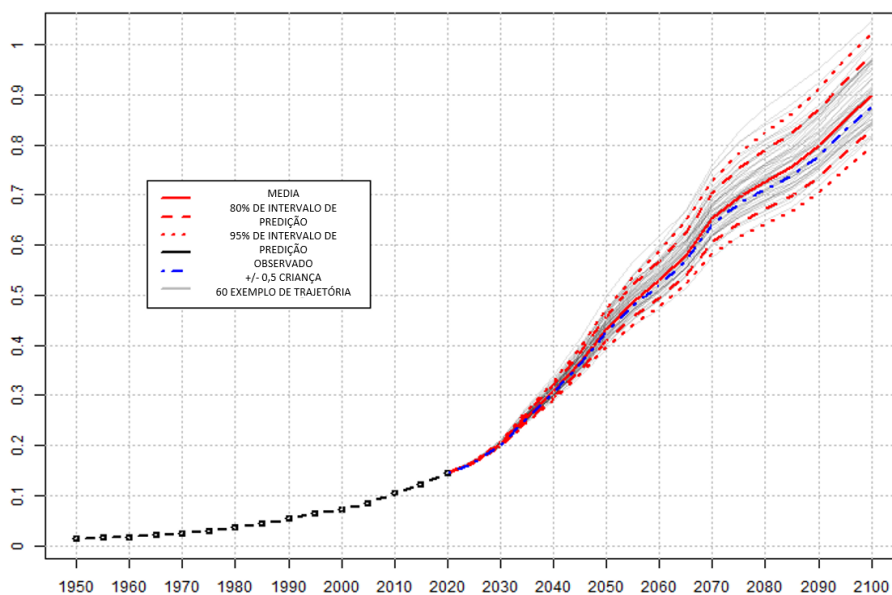
Gráfico 5 - Projeção anual da mudança na taxa populacional (%) – 1950 a 2100



A extensão da vida junto à contrapartida da diminuição da taxa de natalidade mostra que haverá uma inversão na distribuição populacional entre jovens e velhos. Essa mudança na estrutura demográfica exige discussões e reflexões sobre a necessidade de manutenção de direitos e, sobretudo, de auxílios e cuidados sociais e econômicos que proporcionem uma vida longa com qualidade.

É importante ressaltar que há um momento da velhice que aumenta cada vez mais com os avanços tecnológicos e medicinais e proporcionam o aumento da expectativa de vida. Conforme demonstrado no Gráfico 6, a população de mais de 80 anos, que, no século XX, era menor ou inexistente, durante o século XX tendeu a crescer mais rápido do que a população com mais de 60 anos.

Gráfico 6 - Projeção da população mundial com idade 80+ (em bilhões)



Fonte: Fonte: United Nations (2019), traduzido pela autora.

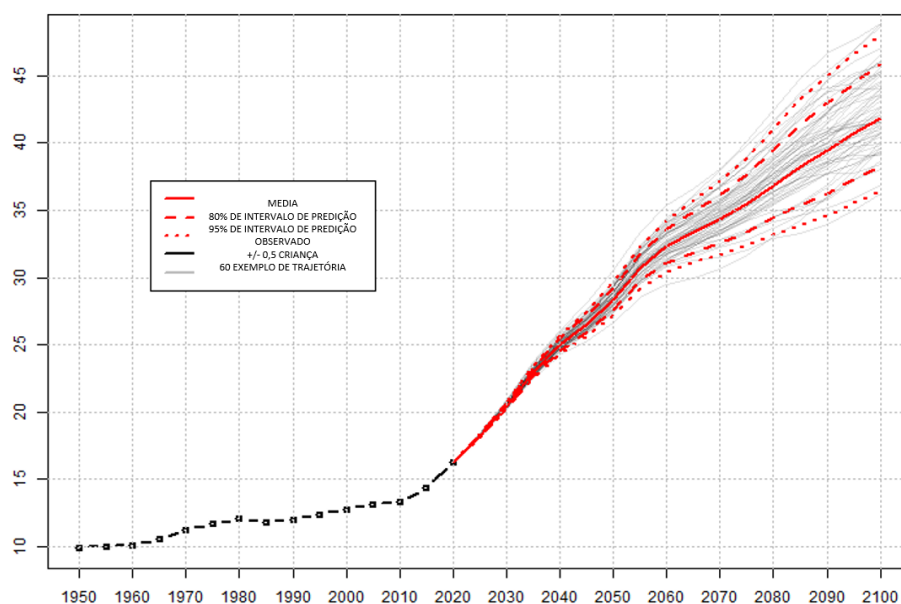
De acordo com as Nações Unidas (2020), o número de pessoas com mais de 80 anos triplicou entre 1990 e 2019, crescendo de 54 milhões para 143 milhões e a projeção é que, em 2050, ela se aproxime dos 500 milhões. Inicialmente, antes de 2019 esse número aumentou mais na América do Norte e Europa, mas, a partir de 2020, ela passa a crescer em países da África, América Latina e Ásia.

Se a expectativa de vida aumenta, o período de vida na velhice também. São idosos então aqueles com 60, 70, 80 ou, ainda 90 anos, o que soma quase três décadas, tempo suficiente no desenvolvimento humano para que ocorra a idade adulta. Observamos aqui, de acordo com Camarano (2013), que as necessidades, a cada uma dessas fases da vida idosa, são heterogêneas e que uma única classificação de idade não consegue incorporar essas características. Em um nível global, a expectativa de vida é de 72,3 anos. Tomando os dados apresentados como base, pergunta-se: como esse aumento na idade geral da população afeta as relações sociais, as relações com o trabalho e a renda do país?

O papel do idoso e seu *status* na sociedade dependem de questões particulares de cada caso, exemplo disso é a aposentadoria compulsória, prática presente em diversos países do mundo.

Os dados indicam que há um aumento na dependência financeira do idoso se comparados aos do século anterior. Essa estatística, evidenciada no Gráfico 7, mostra os idosos com mais de 65 anos que são economicamente inativos em relação aos adultos entre 20 e 64 anos, ativos financeiramente.

Gráfico 7 - Projeção da população mundial idosa 65+ dependente



Fonte: United Nations (2019), traduzido pela autora.

A métrica de dependência, criada no século XVIII, considera um “fardo” os menores de 15 anos ou maiores de 70, classificados como faixas etárias não produtivas. Por meio desse entendimento, a população não produtiva, sendo maior do que a produtiva, gera um grande impacto no desenvolvimento econômico.

Camarano (2013, p. 24) afirma que, para que haja o bem-estar do idoso em uma sociedade, é importante que haja o bem-estar em todas as idades, e a solidariedade entre as gerações. A autora ressalta como necessidades específicas da idade questões como saúde e autonomia.

Nos dados sobre os cuidados da família com os idosos no Brasil, houve um aumento expressivo, de 3,7 milhões de pessoas que em 2016 cuidavam de pessoas com mais de 60 anos, para 5,1 milhões em 2019 segundo dados do IBGE (NERY, 2020).

3.1 A imagem criada sobre o idoso

Em sua obra *A Velhice*, Simone de Beauvoir (1990), filósofa existencialista francesa, busca o entendimento da percepção dos idosos na sociedade. Do tratamento que as sociedades tradicionais davam aos idosos até as conquistas e problemas existentes nas sociedades atuais, a autora propõe uma mudança radical na sociedade, de forma a desmistificar as ideias que cercam a velhice.

A autora aborda a separação e distanciamento social que os mais velhos sofrem e suportam. Beauvoir (1990) levanta alguns questionamentos: o que as palavras idoso, velho e envelhecido realmente significam? Como elas são usadas pela sociedade e como elas definem uma geração comumente castigada e evitada ao invés de respeitada e amada? Mais importante: como o tratamento que damos a essa geração reflete os valores e prioridades de nossa sociedade?

A primeira metade da obra é composta por uma visão de “fora para dentro”, sobre como a sociedade e seus cidadãos veem a velhice; desde como as famílias tratam seus idosos, até as visões de velhice dos filósofos e gigantes literários ao longo dos anos, são questões que interessam à autora. Beauvoir desmembra as influências de filósofos e mostra como essas influências sedimentaram o pensamento e estão incorporadas na sociedade.

A segunda parte do livro é composta por uma visão de “dentro para fora”. A vida é retratada por meio dos olhos de um cidadão idoso, da pobreza à riqueza, assim como da fama ao desconhecimento. A autora examina os mitos e realidades de viver a velhice no mundo desenvolvido e apresenta provas de que, apesar das expectativas da sociedade, os idosos ainda sentem as mesmas paixões que os mais jovens. Beauvoir (1990) critica a marginalização e negligência sofridas pelos cidadãos idosos e desafia o leitor a mudar a visão sobre o seu próprio futuro.

Envelhecer, ao que parece, é uma das mais difíceis etapas da vida do ser humano; sobretudo porque ainda não somos capazes de ver além das alterações físicas. Não reconhecemos, por trás da aparência do idoso, as experiências vividas, resultando em crescimento e realizações pessoais profundas, que aí deixaram suas marcas. Vivemos em uma cultura em que os jovens e adultos procuram ignorar a

realidade do envelhecimento gradual de cada um. Com o avanço moderno, diminuimos o valor do envelhecer, não consideramos o idoso como detentor de extensos e sólidos conhecimentos, talentos e experiências que podem auxiliar as gerações futuras. O que fazemos, na verdade, é um trabalho constante de “sufocamento”. Ao invés de valorizarmos a experiência, advinda da idade e da “maturidade”, reduzimos e sufocamos a memória e os projetos dos idosos, roubamos-lhes a confiança, as possibilidades de caminho e de sentido de vida.

De acordo com Côrte e Brandão (2016, p. 123), sobre o processo de envelhecimento:

A divulgação e o estabelecimento de uma visão alargada sobre esse processo, parte do ciclo vital, é o papel de destaque da mídia como promotora do “novo olhar” sobre o envelhecimento - rompendo o discurso ainda predominante que mais veicula notícias sobre os seus “custos” para a sociedade, reforçando, assim, o preconceito e a exclusão - e aposta na construção de uma sociedade para todos e livre das barreiras etárias (CÔRTE; BRANDÃO, 2016, p. 123).

Acredita-se que o problema não é a idade em si, mas as limitações de concepção que a maioria de nós relaciona ao processo de envelhecimento. Quando alguém nos diz ter uma mente de vinte, num corpo de sessenta, quer nos dizer, em verdade, que a sua idade não implica em uma limitação de suas possibilidades sociais. Essa pessoa nos pede para não lhe roubarmos o direito de participar ativamente da vida em sociedade. Mudar esse quadro significa deixar de entender a velhice como um fim e passar a entendê-la com um estágio do desenvolvimento humano. Isto é, ao invés de pensarmos no idoso como um ser humano acabado e “descartado”, deveríamos associar sua imagem à potencialidade humana de conquistar e traçar projetos.

Não se trata de ignorar as limitações físicas e, em alguns casos, intelectuais, próprias da velhice, mas de respeitar a experiência de vida desses indivíduos e se aproveitar dela. Só despertando em nós esse cuidado e essa atenção, é que poderemos oferecer a cada um a possibilidade de viver com disposição e ânimo para conquistar novos horizontes, fugir das sensações de tristeza e inutilidade tão comuns na velhice e, por fim, propiciar a possibilidade de dizer com orgulho que, naquele corpo de sessenta, tem uma mente de sessenta, com muita coisa para ensinar e mais ainda para aprender.

As experiências sociais de todo e qualquer indivíduo acontecem em determinado lugar e espaço, sendo assim, o espaço, assim concebido, poder-se-ia nomear 'orgânico'. Na imediatividade da relação entre os grupos, entre os membros de cada grupo, da "sociedade" com a natureza, o espaço ocupado revela a organização da sociedade, as relações constitutivas. Essas relações dão apenas um pouco de lugar à abstração. Elas permanecem no nível do sexo, da idade, do sangue e, mentalmente, da "imagem", da palavra. Envelhecer, na perspectiva social, pressupõe os determinantes culturais e políticos advindos da forma de ocupação do espaço, do lugar em que se experiencia o processo de envelhecimento. De acordo com Beauvoir (1990),

Todo mundo sabe: a condição das pessoas idosas é hoje escandalosa. Antes de examiná-la em detalhe, é preciso tentar entender por que a sociedade se acomoda tão facilmente a essa situação. De maneira geral, ela fecha os olhos para os abusos, os escândalos e os dramas que não abalam seu equilíbrio; não se preocupa mais com a sorte das crianças abandonadas, dos jovens delinquentes, dos deficientes, do que com a dos velhos (BEAUVOIR, 1990, p. 265).

Para tanto, conforme Beauvoir (1990, p. 265), é importante se aproximar da pessoa idosa e buscar, junto dela, os detalhes do processo de envelhecimento, sobretudo de maneira contextualizada ao espaço social, político e histórico. Uma sociedade é uma totalidade. Esse fundamento consiste na unidade orgânica de todos os fins humanos.

As histórias de vida de pessoas idosas são capazes de oferecer um 'painel' rico sobre as identidades e como a memória se constitui num elo de pertença entre grupos, ligando o passado ao presente e prestando um relevante serviço ao futuro.

O cidadão idoso pertence ao espaço, e as políticas públicas devem garantir atenção às necessidades peculiares dos idosos e sua participação no processo de construção das políticas sociais para efetivação de seus direitos.

Entretanto, o espaço e as políticas públicas excluem o idoso do direito de pertencer à cidade. Seu papel passa a ser o de expectador, daquele que, por ser idoso, não tem nada a acrescentar ou refletir sobre o espaço que ocupa. Mais que nunca, o espaço do futuro será majoritariamente ocupado por esse segmento, que

deve ser compreendido como sujeito ativo de transformação e construção de seu espaço.

As primeiras pesquisas sobre o tema nasceram na década de 1960 nos Estados Unidos e na Europa, questionando os estudos que apontavam a velhice como algo homogêneo. Esse conceito ignorava as diferenças étnicas ou ainda de classe social, como se os problemas da idade fossem únicos para todos, apagando, dessa forma, as disparidades sociais e étnicas.

A professora de Antropologia da UNICAMP e cientista social Guita Grin Debert (NERI; DEBERT, 1999) se debruça nos estudos sobre a velhice com o objetivo de propor um debate sobre a “Construção e reconstrução da velhice”. A autora apresenta as teorias que retrataram como os idosos eram vistos ao longo do tempo. O sociólogo Leo Willian Simmons (1945) afirma que, no passado, os velhos eram mais valorizados e que isso foi diminuindo com o desenvolvimento da sociedade. O também sociólogo urbano canadense-americano Ernest Watson Burgess (1960) enfatizou, na década de 1960, que as sociedades industrializadas não preveem espaço para os velhos, relegando-os ao abandono.

O educador e sociólogo americano Milton Leon Barron considerou que os velhos são uma minoria desprivilegiada, com precariedade na renda e baixo *status*. Arnold Marshall Rose, sociólogo e político americano, classificou os idosos como um subcultura de identidade própria independente de sexo, religião, etnia ou ocupação. Ao final da década de 1960, havia duas teorias na Gerontologia Social: a Teoria da Atividade, que compreendia que os idosos que exerciam mais atividades tendiam a ser mais felizes, e a Teoria do Desengajamento, que entende que o aumento do ócio e o desapego das atividades que se exerce na fase adulta, é o que proporciona maior bem-estar aos “velhos” (ROSE, 1962).

Estas teorias já são superadas, entretanto ainda hoje as teorias que tratam a área continuam sendo opostas. O primeiro quadro relata tristeza e abandono, principalmente por parte do Estado, e é a família que arca com as despesas e cuidados; e o segundo quadro percebe os idosos como seres ativos, capazes de solucionar os problemas de seu tempo, quadro este que se opõe ao estereótipo comum atrelados ao velho. Ao extremo, este segundo conjunto rejeita a velhice e a vê

como um mercado de consumo em potencial ou ainda um autoconvencimento e que não se envelhece se não quiser, de que as diferenças de idade podem ser apagadas (NERI; DEBERT, 1999, p.43).

As pesquisas dos anos 1970 encaram três pressupostos diferentes da década anterior. O primeiro é a versão de que os velhos eram mais ativos e mais participativos em sua família antes da industrialização, a segunda propõe que a interação e proximidade com a família é algo crucial para o bem-estar do velho, e a terceira, que a situação dos velhos é homogênea independente de suas diferenças antes da idade.

No capítulo dois desta tese, mostra-se que ainda nos anos 1970 se passa a olhar para a velhice com mais sutileza para o envelhecer, principalmente diante das mudanças estruturais e sociais que ocorrem no século XX e, nesse aspecto, autores entram em consenso.

Neri e Debert (1999, p. 44) apresentam o debate do século XX em três períodos, recortes propostos pela socióloga e professora da Universidade Descartes Sorbonne em Paris, Anne Marie Guillemard (1986 apud NERI; DEBERT, 1999). O primeiro período, que vai de 1945 a 1960, classifica a velhice como um estado de pobreza, atrelado a uma assistência social deficitária, principalmente pela aposentadoria generalizada. Nesse momento, compreende-se que o cuidado com o idoso está diretamente relacionado à família, de quem ele depende para sobreviver.

O segundo período, de 1959 a 1967, é marcado pelo nascimento do termo Terceira Idade, com a ideia de solidão e marginalidade. Nessa compreensão, passam a ser incorporados os conceitos de saúde, lazer e férias. Sustentados pela camada média assalariada, os idosos passam a ser vistos como potenciais consumidores, principalmente no que tange aos cuidados com a saúde e divertimento (NERI; DEBERT, 1999).

No terceiro período, a partir da década de 1970, há a revisão da idade para a aposentadoria. Passa-se a entender que há um momento pré-aposentadoria em que o indivíduo fica à margem de seu emprego. O desemprego nessa idade, próxima da aposentadoria, torna-se uma condição de vida, um limbo entre a vida adulta.

Outra base de estudos importante segundo Neri e Debert (1999, p. 45) é a tese do historiador francês Philippe Ariès (1914-1984) que aponta três mudanças principais no século XX até hoje. A primeira grande transformação foi no estilo de vida, nos hábitos e nas roupas. No início do século XX, as mulheres utilizavam roupas de senhoras de idade a partir dos 40-50 anos, caracterizando sua maturidade e, os homens, passavam a usar “roupas de idosos” entre os 50-60 anos. A geração nascida ao final do século XX foi considerada a “geração do progresso”, os idosos nascidos entre 1910 e 1920 não lutaram contra a aposentadoria, mas a compreendiam como um estágio da vida, por conta da aceitação desse estágio da vida. Aproveitando sua necessidade de consumo e de atividades para ocupar o tempo e continuar integrando a sociedade é que nasceu o “turismo para terceira idade” e a “universidade da terceira idade”.

A geração seguinte a este período nasceu com outras aspirações, diferentes das de seus pais que, em sua concepção, paravam de integrar a sociedade e de lutar por mudanças. Essa geração de idoso pretendia continuar com sua vida de adulto mesmo após a terceira idade. Para tanto, são vendidos produtos rejuvenescedores para pele, há o aumento de cirurgias plásticas ou uso do *Botox* para diminuir as marcas de expressão, criação de ginástica para emagrecimento e para manter a massa magra e trazer aspectos de juventude e outros produtos que visam adiar ou evitar o envelhecimento a qualquer custo.

Com o lema “se morre, mas não se envelhece” (NERI; DEBERT, 1999, p. 46), não há a negação da morte, mas o horror à velhice de seus pais, pacata e tranquila. A tecnologia permitiu ainda que esse avanço na sensação de juventude aumentasse. A criação dos elevadores e do carro permitiu que a mobilidade fosse facilitada e que os idosos não precisassem se aposentar e abandonar seu *status* no trabalho, uma forma de envelhecer e continuar com o prestígio e responsabilidade da fase adulta.

Para Ariès (*apud* NERI; DEBERT, 1999, p. 47) a teoria da segregação dos idosos e sua não participação ativa nas questões da sociedade é um problema mais grave do que a miséria. No final do século XX, o foco na compreensão do “ser velho” aumenta no meio acadêmico.

No estudo que descreve a situação dos idosos na Inglaterra, nomeado “*I don’t fell old*” em tradução literal “Eu não me sinto velho”, do sociólogo britânico Paul Thompson, o autor apresenta um quadro de relações que permeiam a vida do idoso, em que os pais tendem a morar com os filhos em tempos de crise e a família passa a ser o principal suporte financeiro e emocional do idoso (NERI; DEBERT, 1999).

A pesquisa da antropologista Sally Falk Moore, professora em Harvard, discorda dessa teoria de dependência familiar e comprova que, em sociedades antigas, como a da aldeia de Chagga, na Tanzânia, os velhos que são bem-sucedidos em sua vida adulta permanecem com prestígio e são considerados sábios ou anciões; todavia, os demais, são desvalorizados. De acordo com Neri e Debert (1999, p.48), esse estudo comprova a heterogeneidade da velhice mesmo em comunidades menores e mais antigas. O pesquisador americano David D. Laitin (*apud* NERI; DEBERT, 1999, p. 48) realizou uma análise da hegemonia cultural do grupo étnico-linguístico africano dos Yorubas. Para o autor, essa etnia é exitosa na questão cultural de revalorização do idoso que inicialmente havia sido perdida na dominação britânica.

Outros estudos comprovam que a valorização do idoso na sociedade é cíclica, como os de Mackain (*apud* NERI; DEBERT, 1999). Na década de 1970, o autor mostrou que na União Soviética, durante o período de recessão, houve valorização dos idosos pleiteados com pensões e aposentadorias. Keith (1980 *apud* NERI; DEBERT, 1999) mostra que essas relações tendem a se modificar de acordo com as necessidades da sociedade e que, o declínio inicial do *status*, tende a se transformar nas sociedades mais desenvolvidas.

Há ainda alguns problemas relacionados à definição da velhice nas idades modernas, pois as tentativas de se resolver a problemática do idoso são consensuais, apesar da diferença na forma da tentativa de solução. Neri e Debert (1999, p. 49) apontam que a primeira tentativa de tentar solucionar a questão da ociosidade na velhice por conta do fim do trabalho é a geração de empregos de meio período.

Acredita-se que esta seja a última geração a trabalhar por período inteiro. Tom Schuller (*apud* NERI; DEBERT, 1999) relata que os jovens de hoje tendem a entrar mais tarde no mercado de trabalho e, conseqüentemente, os idosos a se aposentar mais tarde. Jonathan Long (*apud* NERI; DEBERT, 1999), em estudo do final da

década de 1980, aponta o curso de vida para uma mudança da definição de ciclo de vida humano, entendendo que o que define a intensidade das experiências não é apenas o marcador cronológico, mas a experiência histórica, social e biográfica. Neri e Debert apontam os estudos do psicólogo americano Bertram J. Cohler, da década de 1980, que mostram que morar sozinho pode ser puramente um novo arranjo e não uma forma de abandono. Morar sozinho permite que o velho tenha a opção de aumento do convívio social em diferentes esferas de relações, o que amplia a autonomia e melhora o envelhecimento.

Em entrevistas com idosos que moram em hotéis ou casas congregadas, ou vilas para pessoas da terceira idade, percebe-se nesses espaços o fortalecimento dos laços de comunidade e solidariedade. Nessas comunidades há uma renovação ou transformação da identidade anterior na sociedade para um novo *status* dentro do grupo. Para a escritora especialista em estudos da idade, Jennie Keith (*apud* NERI; DEBERT, 1999) esta forma de morar quebra o paradigma do idoso passivo e sem atuação social. Contudo, Neri e Debert (1999, p.54) atentam para a disposição destes trabalhos que relativizam a importância da família na velhice que, segundo a autora, ainda hoje se mostram importantes formas de apoio. Faltam ainda medidas que ajudem a quantificar ou qualificar o bem-estar na velhice. Não há métricas precisas que mostrem o quanto estar próximo ou distante da família faz bem ou mal e quais os limites destas relações. Essas condições não podem ser estudadas levando-se em consideração as particularidades de cada idoso (NERI; DEBERT, 1999).

Estudos realizados nos Estados Unidos na década de 1960 mostram que os principais problemas enfrentados pelos idosos são a questão financeira, as questões subjetivas como ansiedade, abandono e insegurança e as dimensões culturais. Desses problemas surgem três respostas. A primeira tese é de que a etnia traz valores próprios para a velhice nas sociedades ocidentais; a segunda revela que as questões de classe social e renda se sobrepõem à questão de etnia ou da própria idade e, a terceira, aponta para a idade como sobreposição das demais diferenças.

Quando o tema é trabalhado de forma quantitativa, os fatores idade, etnia e classe social são tratados de diferentes formas e quando um idoso pertence a uma minoria social ou étnica, há a justaposição de problemas e, portanto, a dupla vulnerabilidade. Essa tese tem sido muito criticada principalmente porque os idosos

nem sempre são os mais pobres em diferentes sociedades e estas diferenças não são homogêneas em diferentes locais.

Além disso, nessa hipótese, a maioria branca deveria apresentar maiores níveis de felicidade, o que também não ocorre na prática. Pelo contrário, as comunidades onde há uma minoria étnica ou social, há maiores dados que indicam apoio e interação social. Na comunidade negra americana da década de 1970, os idosos tinham melhor relação com os filhos se comparada com os brancos (JACKSON, 1970 *apud* NERI; DEBERT, 1999).

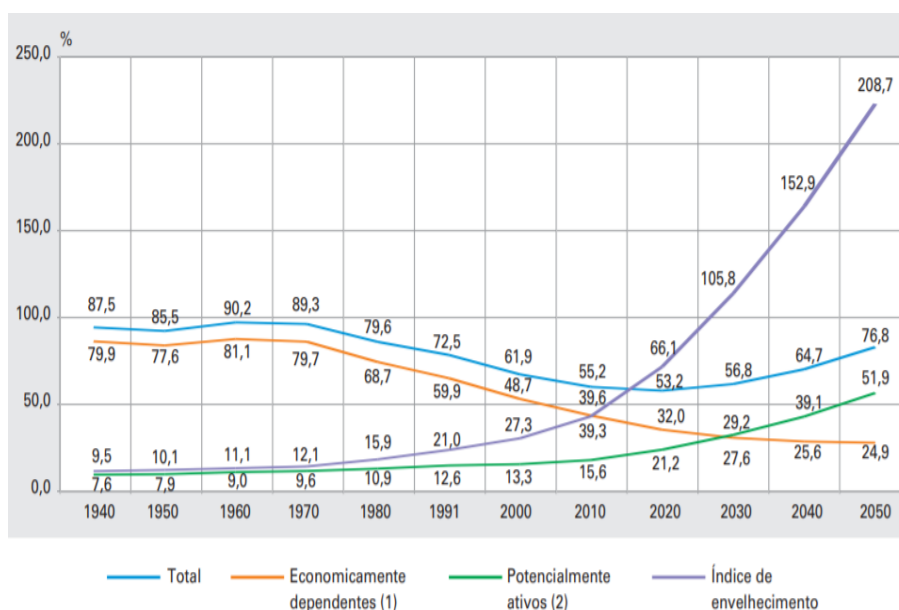
Os estudos qualitativos sobre o tema não dão respostas categóricas aos problemas, mas entendem o peso dessas características que distinguem diferentes idosos e trazem peculiaridades em seu estilo de vida que impactam a saúde e seu bem-estar. Entretanto, pode-se compreender, de acordo com Neri e Debert (1999), que a etnicidade e a religião são fatores que contribuem para uma velhice saudável e bem-sucedida. Esse fato deve-se à rede de relacionamentos atrelada ao fortalecimento destas comunidades que extrapolam os limites familiares de relação. Para a autora, não é possível refletir sobre a velhice sem especificar o grupo com o qual estamos lidando.

O pensamento homogêneo sobre a velhice nos leva a entender esta fase da vida como um problema e de forma homogênea. Estudos propõem novos recortes da velhice em três categorias: a primeira, a dos jovens idosos, os que possuem entre 65 e 75 anos; a segunda, dos idosos-idosos, os que possuem mais de 75 anos e, por último, os idosos mais idosos, os que possuem mais de 85 anos.

3.2 Estado, dependência financeira do idoso e índice de envelhecimento no Brasil

A razão de dependência e índice de envelhecimento no Brasil representa um aumento total de idosos potencialmente ativos e um decréscimo dos economicamente dependentes que tende a diminuir durante o século XXI, indicado no Gráfico 8.

Gráfico 8 - Projeção da população brasileira idosa 65+ dependente



Fonte: Simões (2016, p. 97).

Com um índice de envelhecimento elevado, há um aumento na produção dos idosos principalmente devido ao aumento de expectativa de vida.

Muito embora estes idosos tenham uma vida mais ativa, o aumento na quantidade de pessoas nessa faixa etária é muito maior do que entre os idosos ativos, conforme mostra a Tabela 2.

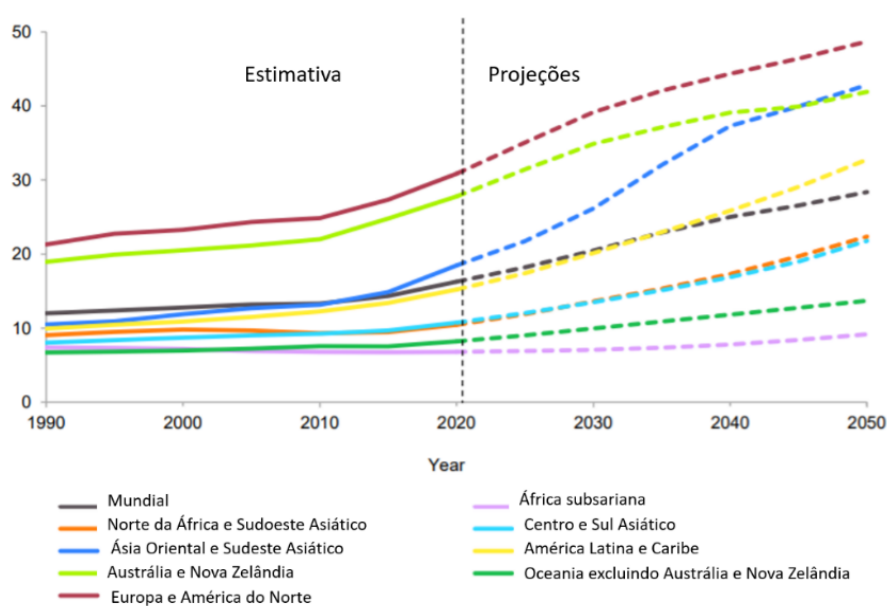
Tabela 2 - Razão de dependência e índice de envelhecimento - Brasil - 1940/2050

ANOS	RAZÃO DE DEPENDÊNCIA			ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO
	Total (1)	De 0 a 14 anos	60 anos ou mais	
1940	87,5	79,9	7,6	9,5
1950	85,5	77,6	7,9	10,1
1960	90,2	81,1	9,0	11,1
1970	89,3	79,7	9,6	12,1
1980	79,6	68,7	10,9	15,9
1991	72,5	59,9	12,6	21,0
2000	61,9	48,7	13,3	27,3
2010	55,2	39,6	15,6	39,3
2020	53,2	32,0	21,2	66,1
2030	56,8	27,6	29,2	105,8
2040	64,7	25,6	39,1	152,9
2050	76,8	24,9	51,9	208,7

Fonte: Simões (2016, p. 97).

O Gráfico 9 indica que haverá um aumento desproporcional por região dessa dependência financeira no decorrer do século XXI, muito maior do que no século anterior. Isso mostra que soluções sociais de impacto na independência financeira do idoso não foram pensadas e aplicadas na mesma velocidade do aumento populacional da terceira idade e que são necessárias políticas públicas que melhorem a autonomia e independência do idoso para que essa projeção seja amenizada.

Gráfico 9 - Projeção da população idosa 65+ dependente por região 1990-2050



Fonte: United Nations (2019), traduzido pela autora.

Esses dados mostram um aumento proporcional na dependência financeira do idoso na América Latina. Nessa área, uma das menos estáveis, a dependência aumentará mais do que em locais como a Europa ou que a Austrália.

O idoso dependente financeiramente fica à deriva de cuidados sociais vindos do Estado e da família e, entendendo que a pirâmide etária reverterá ao longo do século, haverá menos filhos e jovens para contribuir socialmente e economicamente no cuidado dos idosos. Há a necessidade de alocação financeira e disponibilização de recursos para tratar desta população idosa que crescerá a cada ano durante o século XXI para que ela envelheça de forma digna.

A maioria das pessoas idosas no mundo é financiada por programas públicos de aposentadoria, saúde e outras formas de proteção social. Há também uma quantidade de idosos que recebem transferências de recursos de sua família e de outras fontes de recurso privadas; e a minoria dos idosos se mantém com recursos próprios provindos de riqueza acumulada (UNITED NATIONS, 2019).

Há ainda uma parcela da população idosa que vive da renda de seu trabalho. Dados das Nações Unidas (2020) indicam que, na Europa e na América Latina, os idosos dependem fortemente da renda da aposentadoria pública e da ajuda da família, enquanto os asiáticos possuem ativos e riqueza acumulada.

A Fundação Oswaldo Cruz (2005), aponta que a pobreza é o principal desafio enfrentado pelo idoso na América Latina, e isso se deve principalmente à falta de continuidade em programas de assistência, saúde e auxílio ao idoso, que mudam nestes países a cada mudança de governo.

Aproximadamente 40% dos idosos na América Latina não têm renda própria, muitos ainda trabalham, pois não têm aposentadoria ou precisam complementar a renda para sobreviver. Essa diferença é maior em países com desenvolvimento avançado e alta renda. As pesquisas das Nações Unidas (2020) apontam para um aumento na pressão fiscal no sistema de aposentadoria público, pois haverá uma mudança nos padrões atuais e, uma diminuição nessas aposentadorias, implica na necessidade de se encontrar meios de financiamento e consumo para sobrevivência na velhice.

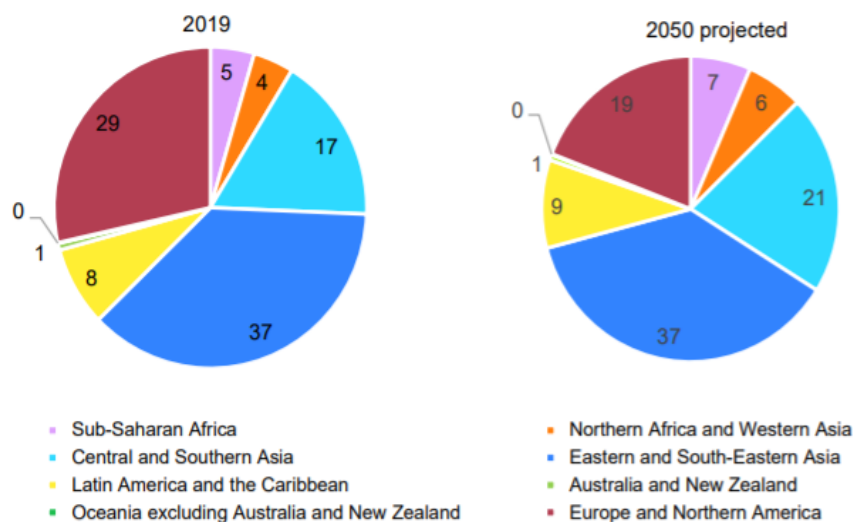
O Relatório da População Idosa “*World Population Ageing 2020*” das Nações Unidas mostra que pesquisadores já propuseram medidas alternativas para rastrear as mudanças na dependência no contexto do envelhecimento da população.

As tendências, neste campo, segundo relato das Nações Unidas (2020), apontam para um aumento na educação financeira para aumento da poupança e programas de proteção social para redução de desigualdade.

Torna-se complexo pensar nesta resolução levando-se em consideração as particularidades dos diferentes países. O Gráfico 10 mostra a distribuição dos idosos no mundo em uma projeção. A Ásia, que em 2019 abrigava 37% dos idosos,

continuará com este percentual, já a segunda maior parcela, residente na América do Norte e Europa, antes de 28,5%, passará a ser de 19%, enquanto a América Latina e o Caribe passarão de 8% para 9%.

Gráfico 10 - Distribuição global da população com 65 anos ou mais por região entre 2019 e 2050



Fonte: United Nations (2019, p. 18).

Todas as sociedades contemporâneas possuem uma característica em comum, que é o ciclo de vida econômico. No início e no final de vida, o consumo geralmente excede a produção por meio do próprio trabalho, enquanto nos anos intermediários a produção geralmente excede o consumo. A renda para sobrevivência e consumo dos idosos pode vir de várias fontes. Em países como o Chile, Uruguai e Suécia, a aposentadoria pública varia de pouco mais de 50% no auxílio do consumo do idoso. Na Europa, as aposentadorias públicas, que igualam as entradas de transferência, menos as saídas, suportam 70% ou mais de consumo em idades mais avançadas. Na maioria dos países da América Latina, as aposentadorias públicas financiam cerca de dois terços do consumo em idosos, com exceção do Brasil, onde a aposentadoria cobre cerca de 90% do consumo dos idosos, o que pode mudar em breve por causa da reforma da previdência (BRASIL, PEC aprovada em outubro de 2019).

O Brasil obteve grandes avanços no que concerne à seguridade social dos idosos, promovidos pela Constituição Federal de 1988, que garantiu a renda para a população idosa por meio da previdência social ou ainda de assistência social em casos de residências com menos de 25% do valor do salário-mínimo vigente.

A aposentadoria no Brasil tem sido assegurada pela Lei 9.876/1999, que calcula o benefício a partir da média de 80% dos maiores salários de contribuição daquele que se aposenta por tempo de contribuição ou ainda pela Lei Orgânica de Assistência Social, com renda de um salário mínimo para aqueles que possuem 65 anos de idade e nenhum meio de renda provida por sua família (CAMARANO, 2013).

Em uma análise referente ao Brasil, os dados mostram, conforme relatado na Tabela 3, que o perfil socioeconômico dos idosos nas diferentes regiões do país varia mais de dez vezes, e a região Sudeste é a que possui maior renda e maior escolaridade.

Tabela 3 - Características socioeconômicas dos idosos por região no Brasil

	NORTE		NORDESTE		SUDESTE		SUL		CENTRO OESTE	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
GENERO										
Masculino	1.100	50,7	3.181	43,9	2.351	44,5	1.160	45,9	1.320	49,6
Feminino	1.070	49,3	4.061	56,1	2.930	55,5	1.366	54,1	1.343	50,4
Total	2.170	100	7.242	100	5.281	100	2.526	100	2.663	100
ESCOLARIDADE										
Ensino Fundamental	1.207	85,3	3.935	84,4	3.380	80,9	1.860	86,9	1.578	81,4
Ensino Médio	147	10,4	488	10,5	417	10	160	7,5	204	10,5
Ensino Superior	57	4	202	4,2	332	7,9	84	3,9	121	6,2
Pós-Graduação	4	0,3	36	0,8	48	1,1	36	1,7	36	1,9
Total	1.415	100	4.661	100	4.177	100	2.140	100	1.939	100
RENDA										
Até 830	401	18,5	1.620	22,4	689	13	301	11,9	473	17,8
830,01 a 1.245	486	22,4	2.025	28	908	17,2	387	15,3	565	21,2
1.245,01 a 2.490	755	34,8	2.288	31,6	1.748	33,8	929	36,8	881	33,1
2.490,01 a 4.150	275	12,7	690	9,5	897	17	453	17,9	346	13
4.150,01 a 6.225	1.112	5,2	270	3,7	415	7,9	220	8,7	166	6,2
6.225,01 a 10.375	92	4,2	220	3	323	6,1	164	6,5	124	4,7

Fonte: Melo, Ferreira e Teixeira (2014, p. 11).

A diferença também se dá nos acessos aos serviços que proporcionam melhor acesso à saúde, lazer, transporte e infraestrutura sanitária, conforme indicado na Tabela 4.

Tabela 4 - Percentual de Idosos no Brasil com acesso aos serviços básicos

SERVIÇOS	BOM	RUIM	NÃO TEM	BOM	RUIM	NÃO TEM
Água	16,5	20,2	87,3	83,5	79,8	12,7
Coleta de lixo	5,3	22,1	98,2	94,7	77,9	1,1
Iluminação de rua	7,7	19,9	97,9	92,3	80,1	2,1
Limpeza e manutenção de rua	2,6	8,2	74,9	97,4	91,8	25,1
Transporte coletivo	12,1	21,1	46,9	87,9	78,9	53,1
Saúde	23,9	24,3	77,3	76,1	75,7	22,7
Lazer e esporte	10,6	12,1	43,7	89,4	87,9	56,3
Esgotamento sanitário	3,0	5,7	52,7	97,0	94,3	47,3

Fonte: Melo, Ferreira e Teixeira (2014, p. 11).

Observa-se que mais da metade dos idosos não possui acesso a um transporte público e que muitos não têm acesso ao lazer e esporte ou ao esgotamento sanitário.

As diferenças de renda e de acesso implicam diretamente na qualidade de vida na velhice. Um estudo dos Indicadores Sociodemográficos da População Idosa (ISPI) residente na cidade de São Paulo, realizado pela Prefeitura Municipal de São Paulo em 2020 (Prefeitura de São Paulo, 2020), aponta a proporção de idosos sem acesso a bens considerados indispensáveis para o bem-estar, localizada principalmente nos distritos menos favorecidos financeiramente em percentuais de velhos sem acesso: Marsilac – 53%, Parelheiros – 50%, Jardim Helena 47,7% em contrapartida com bairros mais nobres como Itaim Bibi – 8%, Vila Mariana – 10,2% ou Tatuapé – 8,2%.

Em cidade com média municipal de 22,6% dos idosos sem acesso, há uma grande desigualdade entre bairros, que mostra que a facilidade de acessos não é homogênea. A localização do idoso, na cidade, influencia no seu bem-estar, pois com ela vem o acesso ao transporte, ao atendimento de saúde e a outras condições.

O estudo evidenciou que a expectativa de vida também varia de acordo com o distrito: 72,66% na Sé, para 82,24%, no Morumbi e, 85,33% no Alto de Pinheiros, bairros valorizados da cidade.

Os dados de São Paulo apontam ainda que há uma média de três residentes por habitação nos diferentes bairros da cidade, mas que os domicílios dos bairros menos valorizados são os que não possuem adequação necessária para os idosos.

A Tabela 5 mostra de onde provém a renda dos idosos no Brasil, de acordo com o IBGE.

Tabela 5 - Renda dos idosos no Brasil

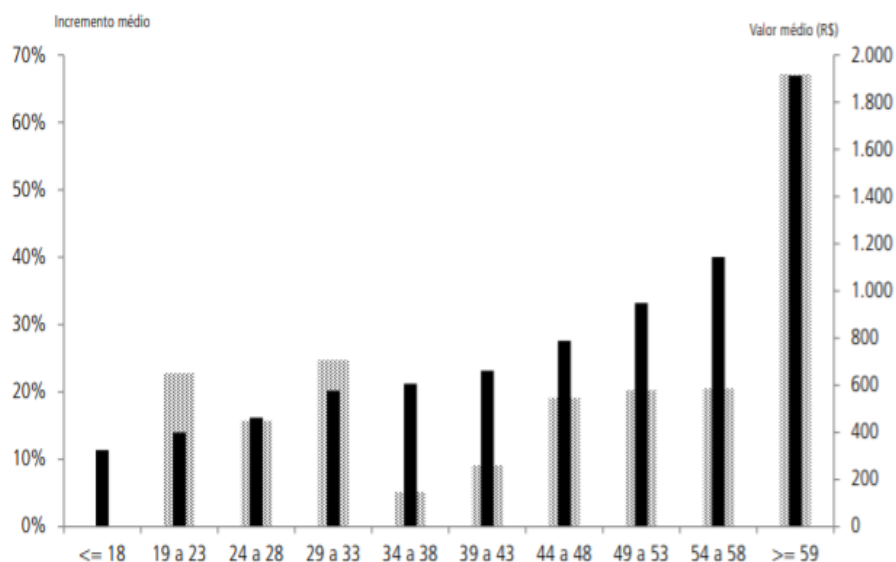
	IDOSOS ENTRE 65 E 74 ANOS	PERCENTUAL	IDOSOS COM 75+	PERCENTUAL
Trabalho	696.633	5,47	42.696	0,54
Aposentadoria ou pensão	8.000.864	62,77	6.246.687	78,28
Outros rendimentos	608.994	4,78	420.893	5,27
Trabalho + Aposentadoria	1.488.964	11,68	296.117	3,71
Trabalho + Outras fontes	138.650	1,09	21.550	0,27
Trabalho + Aposentadoria + Outras fontes	556.343	4,36	510.315	6,40
Outras fontes	167.009	1,31	40.982	0,51
Nenhuma	1.088.337	8,54	400.591	5,02

Fonte: IBGE (2020).

Por meio da Tabela 5 fica claro que o rendimento do idoso no Brasil provém principalmente da pensão ou da aposentadoria, seguido da aposentadoria complementada pelo trabalho, uma vez que o valor da aposentaria é insuficiente para cobrir as despesas, parte delas destinada à medicação e convênio médico.

O Gráfico 11 mostra o incremento médio percentual do valor da mensalidade de alguns convênios de saúde por grupos de idade.

Gráfico 11 - Incremento médio percentual do valor dos planos de saúde por grupos de idade



Fonte: Camarano (2013, p. 15).

As variações nos valores dos convênios médicos seguem a Normativa 63 da Agência Nacional de Saúde (ANS) que estipula no máximo seis vezes o acréscimo de valores a partir da primeira faixa etária. Se compararmos a média salarial do idoso no país com os valores de convênio, é possível concluir que a maioria dos idosos não possui acesso a este recurso ou tende a optar por uma cobertura menor que, muitas vezes, não cobre os problemas reais de saúde provindos da idade devido ao elevado custo.

Tabela 6 - Estrutura relativa da população de jovens e idosos, média das internações, gasto médio das internações e média de permanência na rede hospitalar dos recativos grupos segundo as Grandes Regiões 2010

GRANDES REGIÕES	Estrutura Relativa (%)		Média das Internações		Gasto Médio das Internações (R\$)		Média de Permanência na Rede Hospitalar (dias)	
	0 a 14 anos	60 anos ou mais	0 a 14 anos	60 anos ou mais	0 a 14 anos	60 anos ou mais	0 a 14 anos	60 anos ou mais
Brasil	25,5	10	4,1	12,5	911,1	1.245,8	4,8	7,6
Norte	32,7	6,0	4,7	13,1	630,6	864,2	4,5	5,9
Nordeste	28,4	9,1	4,3	11,9	723,9	958,7	4,5	6,3
Sudeste	23,1	11,2	3,7	11,4	1.094,9	1.434,3	5,2	9,4
Sul	23	11,5	4,5	15,7	1.146,4	1.346,7	4,9	6,5
Centro-Oeste	25,6	8,2	4,5	15,2	892,1	1.075,6	4,6	6

Fonte: Simões (2016, p. 99).

O quadro de dependentes em todas as regiões do país tende a acentuar, visto que há um aumento no número geral de idosos nas diferentes décadas. As discrepâncias sobre a renda média e a condição de vida dos idosos foram percebidas pelos dados dos países, em uma macroescala, assim como foi apresentada na microescala com os dados referentes à cidade de São Paulo. Na Tabela 7, Melo, Ferreira e Teixeira (2014, p. 12) apresentam a heterogeneidade da condição de vida do idoso por região no Brasil:

Tabela 7 - Condição de vida do idoso por região no Brasil

REGIÃO	CONDIÇÃO DE VIDA	%	MÉDIA DA RENDA
Norte	Precária	38,4	1.685,06
	Suficiente	61,6	2.715,50
Nordeste	Precária	31,4	1.310,77
	Suficiente	68,6	2.305,57
Sudeste	Precária	17,6	2.185,45
	Suficiente	82,4	3.420,19
Sul	Precária	21,4	25.552,43
	Suficiente	78,6	2.935,00
Centro-Oeste	Precária	26,6	2.133,13
	Suficiente	73,4	2.978,56

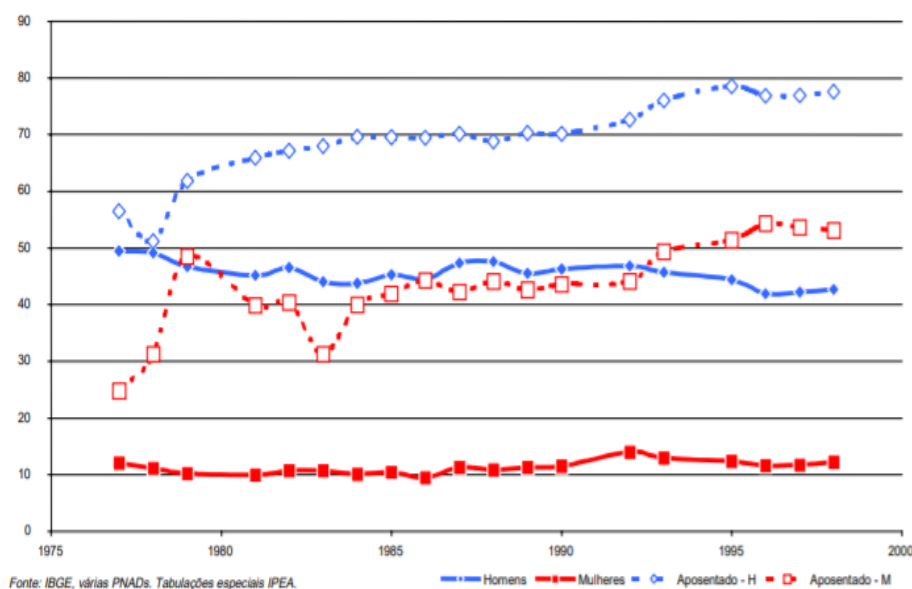
Fonte: Melo, Ferreira e Teixeira (2014, p. 11).

Observa-se que a média de renda é diretamente proporcional à melhoria da qualidade de vida dos idosos e que a renda mínima, aplicada em nível federal, também não atua nas diferentes regiões de forma proporcional, visto que as necessidades na média de renda para uma condição de vida suficiente são diferentes entre regiões. Na Região Sudeste há um aumento no percentual de idosos com escolaridade maior e maior renda, entretanto, não podemos desconsiderar o percentual de idoso com renda precária ou insuficiente, que media 20% no país.

As taxas de atividade da população acima de 55 anos declinaram entre a década de 1960 e 1980 nos países desenvolvidos (CAMARANO, 2001, p. 1). A partir da década de 1990, essa redução na taxa de atividade estabilizou ou diminuiu.

O Gráfico 12 apresenta um decréscimo na taxa de participação da população idosa em atividades econômicas no período entre 1977 e 1998.

Gráfico 12 - Taxas de Atividades dos Idosos e proporção dos aposentados entre 1977 e 1998

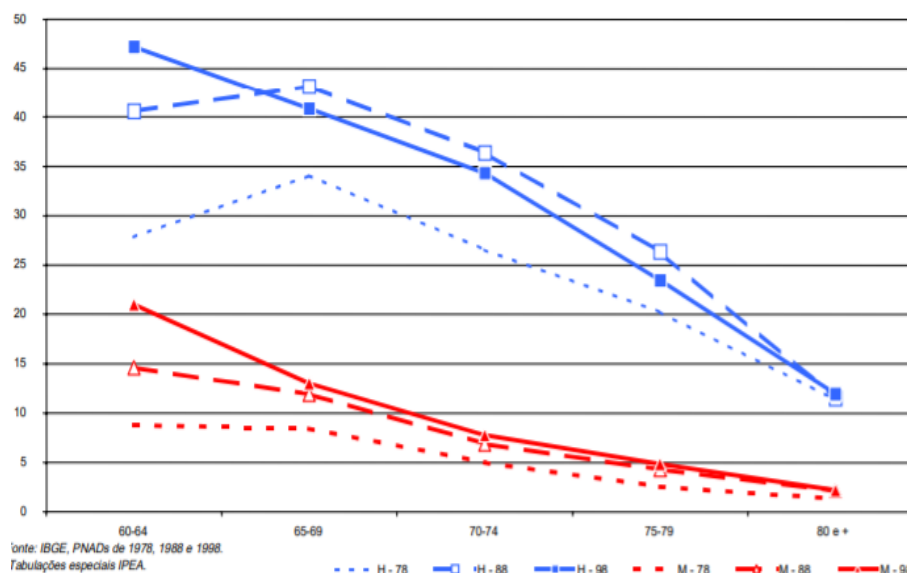


Fonte: Camarano (2001, p. 2).

Observa-se que há uma diferença no decorrer do ciclo de vida que mostra maior participação masculina no mercado de trabalho. Entretanto, com o aumento da participação das mulheres em atividades econômicas, esse quadro tende a mudar no século XXI.

Dados do IPEA apresentados por Camarano (2001, p. 11) mostram que a participação da População Economicamente Ativa (PEA) tende a diminuir de acordo com a idade, conforme Gráfico 13.

Gráfico 13 - Taxas de Participação dos aposentados em 1978, 1988 e 1998



Fonte: Camarano (2001, p. 12).

O aumento dos aposentados, segundo o PEA, durante o período de 1978, 1988 e 1998, indica que o benefício previdenciário e o aumento da longevidade fizeram com que muitos idosos no Brasil passassem a depender financeiramente de sua aposentadoria.

Dos aposentados em 1998, Camarano (2001) aponta que apenas 7,5% dos homens e 6% das mulheres trabalhavam com carteira assinada. De acordo com a Tabela 8, havia famílias que dependiam da renda do idoso.

Tabela 8 - Proporção de renda familiar do idoso em 1997 (em %)

	HOMENS	MULHERES	TOTAL
CHEFES IDOSOS	67	70	68
IDOSOS NÃO CHEFES	32	23	24
TOTAL	64	42	52

Fonte: Camarano (2001, p. 07).

As ocupações dos que ainda trabalham são demonstradas na Tabela 9.

Tabela 9 - Ocupação dos idosos ativos no Brasil

OCUPAÇÃO	%
Homens	
Produtores Agropecuários Autônomos	33,1
Outros Trabalhadores na Agropecuária	19,1
Comerciantes por Conta Própria	4,9
Agricultores	2,4
Criadores de Gado Bovino	2,4
Pedreiros	2,2
Comerciantes	2,1
Total	66,1
Mulheres	
Outros Trabalhadores na Agropecuária	58,2
Produtores Agropecuários Autônomos	6,9
Empregadas Domésticas	5,9
Alfaiates Costureiras	4,3
Comerciantes por Conta Própria	3,3
Outras Ocupações no Comércio Ambulante	1,5
Apanhador, Quebrador e Descascador de Produtos Vegetais	1,5
Total	81,6

Fonte: Camarano (2001, p. 15).

Pode-se observar que a principal ocupação dessa parcela da população é na produção agrícola, seguida pelos comerciantes por conta própria e pedreiros. No caso das mulheres, destaca-se o serviço como empregada doméstica. Observa-se que os segmentos citados acima demandam serviço braçal. A população idosa de classe social menos favorecida é a que mais trabalha após se aposentar.

Faz-se necessária uma classificação além do termo “idoso” para criação e aplicação de políticas públicas, pois a população idosa possui grupos heterogêneos nos segmentos, e as necessidades são diferentes em cada um deles. Uma política que contemple as características individuais de cada grupo poderá atender, de

maneira mais efetiva, às necessidades práticas de cada um deles, distribuindo de forma eficaz a renda pública (CAMARANO, 2013, p. 12).

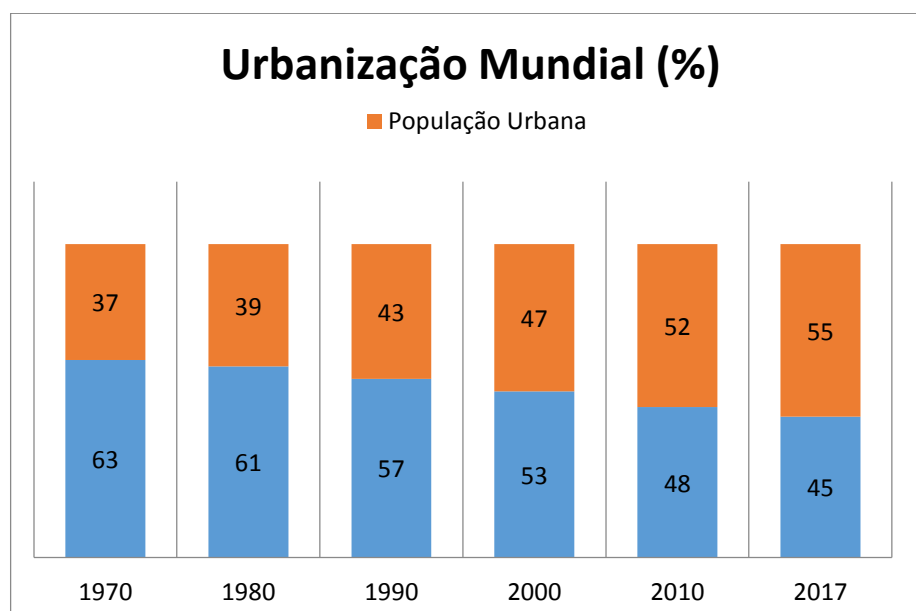
3.3 Aumento da expectativa média de vida e da longevidade humana no Brasil

Nessa subseção, são apresentados indicadores sociais que demonstram o aumento da expectativa média de vida e o aumento da longevidade humana no Brasil, derivados do processo de urbanização, a partir da década de 1960.

A urbanização é um fenômeno identificado pelo crescimento das cidades, tanto em população quanto em extensão territorial. É o processo em que o espaço rural se transforma em espaço urbano, com a conseqüente migração populacional do tipo campo–cidade que, quando ocorre de forma intensa e acelerada, é chamada de êxodo rural (ATLAS DA QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA, 2008).

O Gráfico 14 mostra que, em termos mundiais, entre 1970 e 2017, houve um aumento da população urbana em relação à população rural.

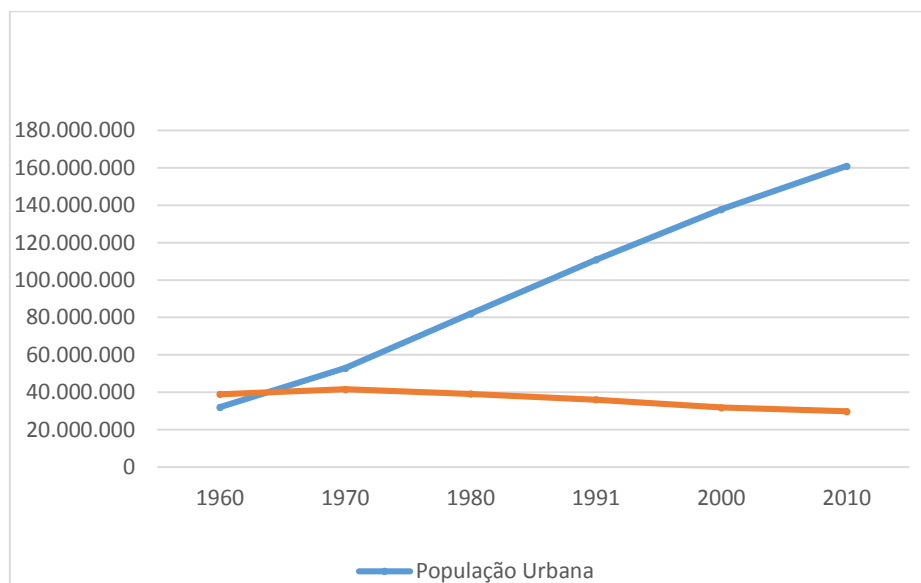
Gráfico 14 - População urbana e rural em termos mundiais (1970 a 2017)



Fonte: Nações Unidas, Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais, Divisão de População. World Population Prospects: The 2019 Revision.

No Brasil, até 1960, a população rural predominava. Essa realidade muda, a partir dessa década, conforme o Gráfico 15.

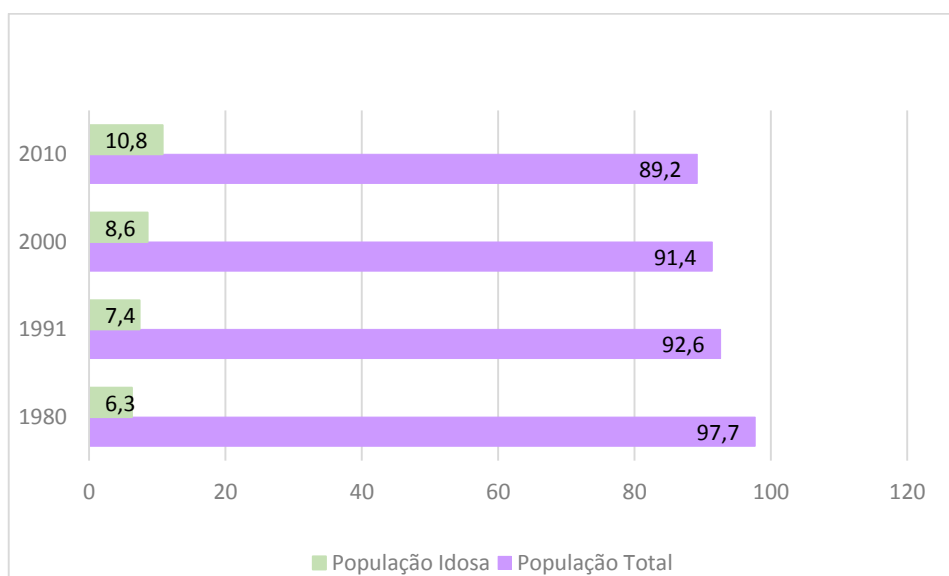
Gráfico 15 - População rural e urbana no Brasil (1960 a 1970/1991, 2000 e 2010)



Fonte: IBGE, censos demográficos de 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

Ainda sobre a urbanização, o gráfico 16 demonstra um movimento de diminuição da população idosa residente em zona rural e um aumento dessa população em área urbana, entre 1980 e 2010.

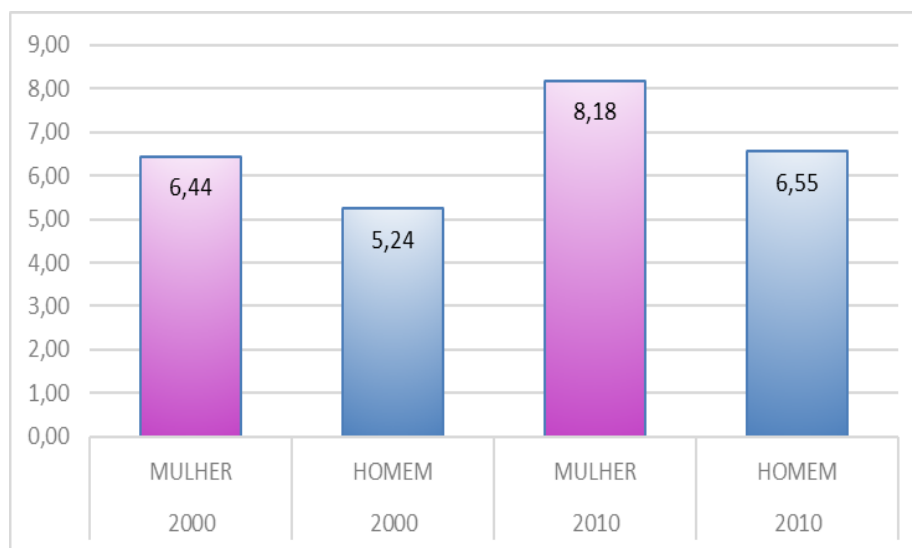
Gráfico 16 - População idosa em área urbana no Brasil (1980 a 2010)



Fonte: IBGE, censos demográficos de 1980, 1991, 2000 e 2010. Projeções demográficas: Elaboração própria.

No Brasil, os dados demonstram que, de 2000 a 2010, tem aumentado a expectativa média de vida, tanto das mulheres quanto dos homens. Ambos têm vivido mais (Gráfico 17).

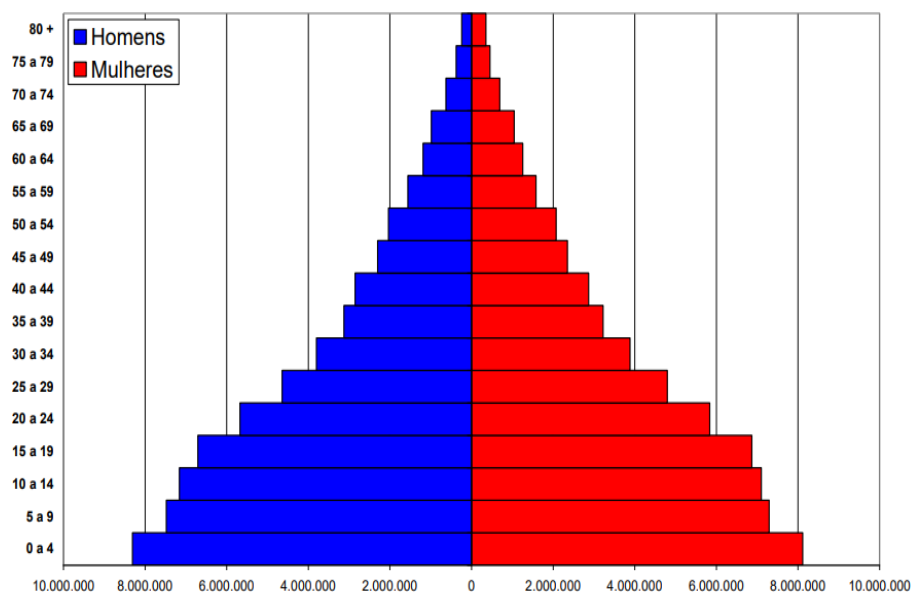
Gráfico 17 - Taxa de Envelhecimento por Sexo no Brasil (2000 - 2010)



Fonte: PNUD (2013).

Conforme o Gráfico 18, a Pirâmide Etária demonstra que, no Brasil, em 1980, havia cerca de 13,5% de pessoas idosos e idosas, representadas no formato de pirâmide. A base da pirâmide indicava uma quantidade significativa de crianças e, no pico, um número reduzido de pessoas idosas.

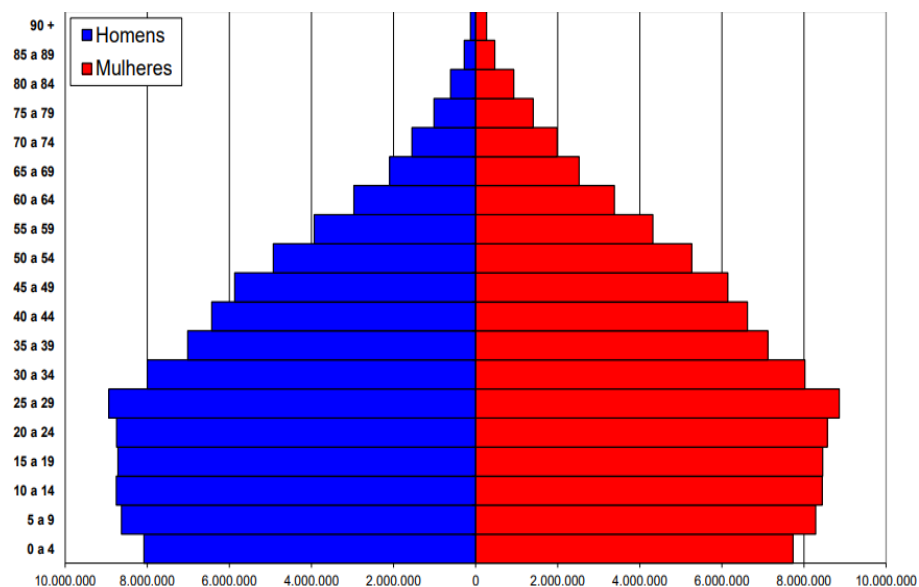
Gráfico 18 - Pirâmide Etária no Brasil (1980)



Fonte: IBGE, agosto de 2013.

Em 2010 (Gráfico 19), observa-se um leve achatamento da base da pirâmide etária e um alargamento na ponta do gráfico. Ou seja, observa-se a diminuição da taxa de natalidade e um aumento da taxa de expectativa média de vida.

Gráfico 19 - Pirâmide Etária no Brasil (2010)

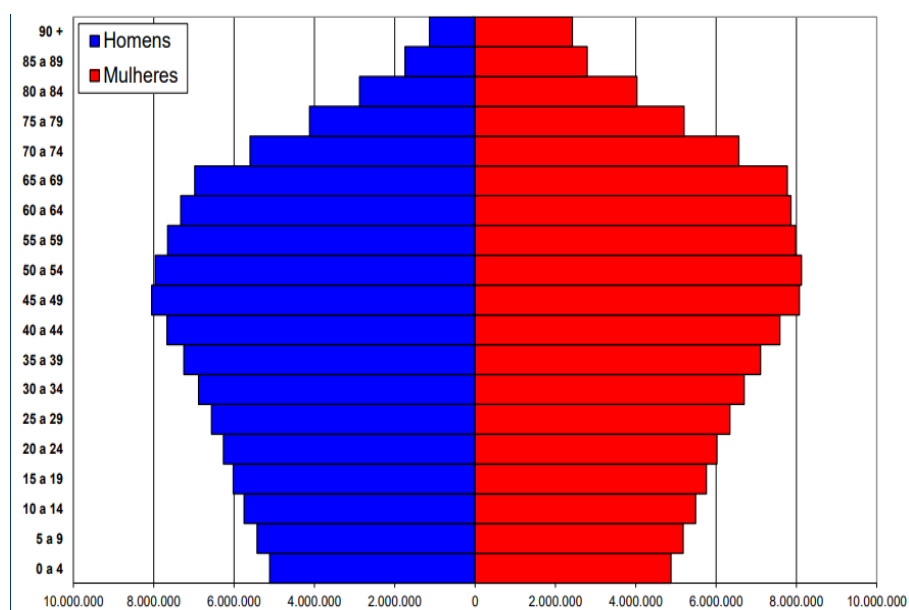


Fonte: IBGE, agosto de 2013.

Em 2050, as projeções são de uma diminuição ainda maior da taxa de natalidade e um aumento da expectativa média de vida. Portanto, os dados para 2050 mostram uma alteração ainda mais significativa no formato da “Pirâmide Etária”, que deixará as características de pirâmide e passará para a forma de colmeia, mais abaulada, evidenciando um número reduzido de crianças (representada na base do gráfico, e mais idosos e idosas, representados na parte superior do Gráfico 20).

De acordo com o Gráfico 20, a Pirâmide Etária demonstra alterações referentes à projeção para 2050. De 25,5% de pessoas idosas no mundo, quase 80% da população terá 65 anos ou mais (IBGE, 2018). Inclusive, os dados sobre urbanização sinalizam que o município de São José dos Campos se destaca, com 97,97% de pessoas idosas, previsto para 2050. Este dado é relevante, posto que a densidade demográfica é de 178,53% (SEADE, 2019), e o grau de urbanização, de 96,47% (SEADE, 2019), no estado de São Paulo.

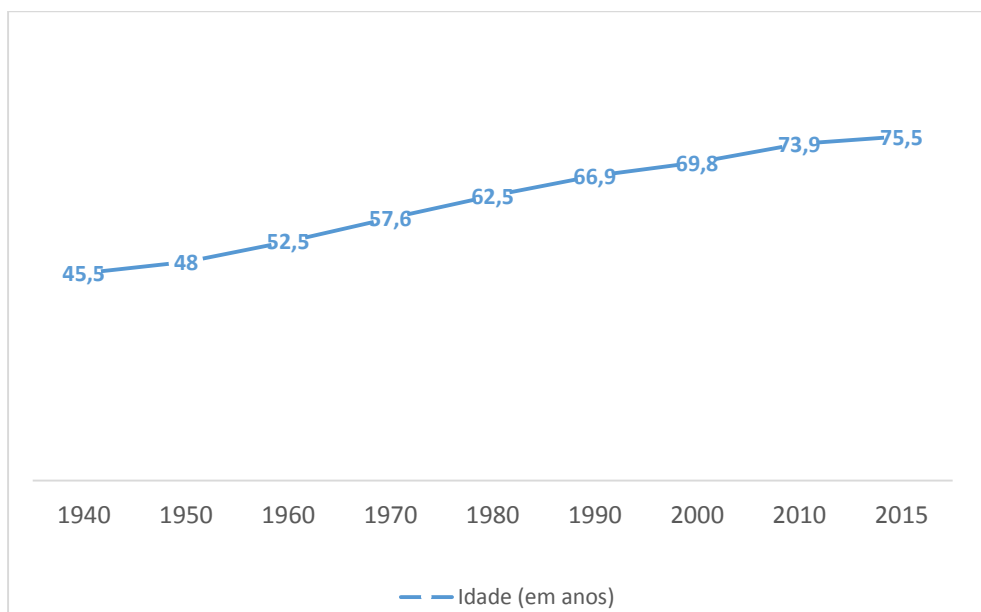
Gráfico 20 - Pirâmide Etária no Brasil (Projeção 2050)



Fonte: IBGE, agosto de 2013.

Considerando o corte de 1940/2015, o Gráfico 21 permite vislumbrar o movimento ascendente da expectativa média de vida, no Brasil:

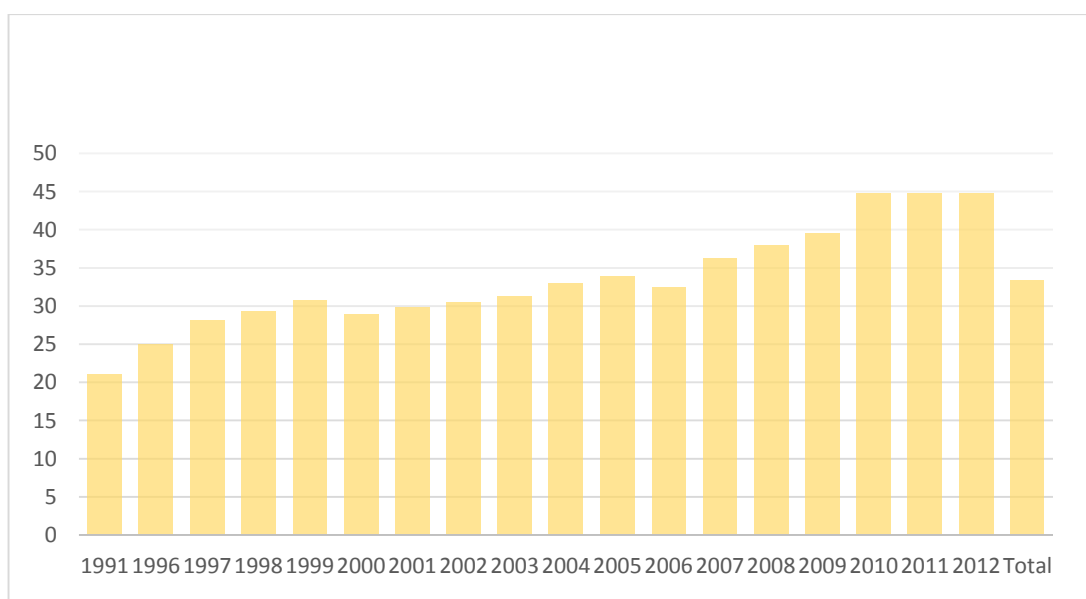
Gráfico 21 - Expectativa de vida no Brasil



Fonte: IBGE. Tábuas Completas de Mortalidade do Brasil de 2015.

O índice de envelhecimento demonstra o aumento do número de pessoas idosas que vem crescendo a partir de 1940. Além do alcance do aumento da longevidade humana, já antes apresentado, o Gráfico 22, a seguir, demonstra o aumento da quantidade de pessoas que estão alcançando a longevidade. Para apresentação de tal indicador, foi considerada a coorte de 1991 a 2012.

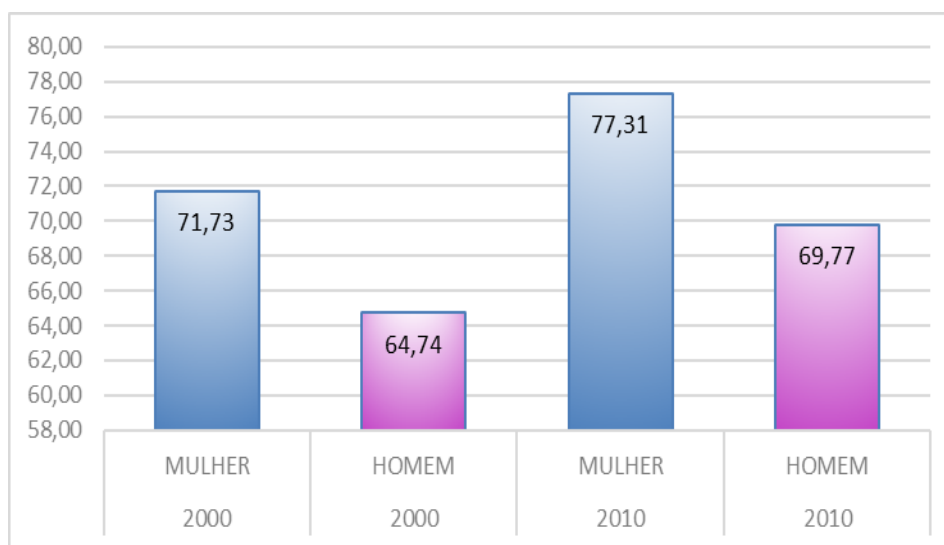
Gráfico 22 - Índice de Envelhecimento no Brasil (1991 a 2012) (1940 a 2015)



Fonte: IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD (1997-1999), Censos Demográficos (1991, 2000 e 2010), Contagem Populacional (1996) e projeções e estimativas demográficas (2001-2009).

Com relação à Esperança de Vida por Sexo no Brasil (Gráfico 23), os dados mostram que, no Brasil, de 2000 a 2010, tem aumentado a expectativa média de vida, tanto das mulheres quanto dos homens. Entretanto, demonstra que a mulher tem uma esperança de vida maior em relação ao homem.

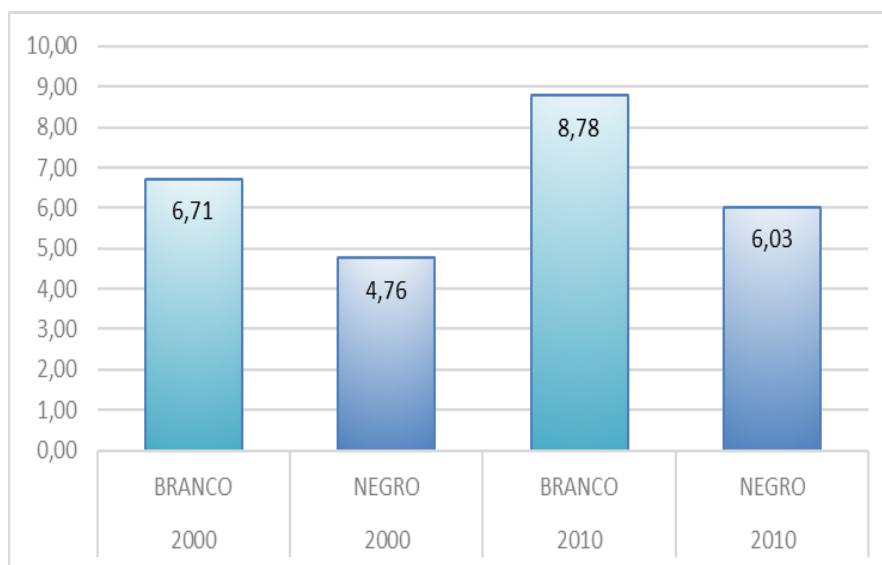
Gráfico 23 - Esperança de vida por sexo no Brasil – em anos (2000 - 2010)



Fonte: PNUD (2013).

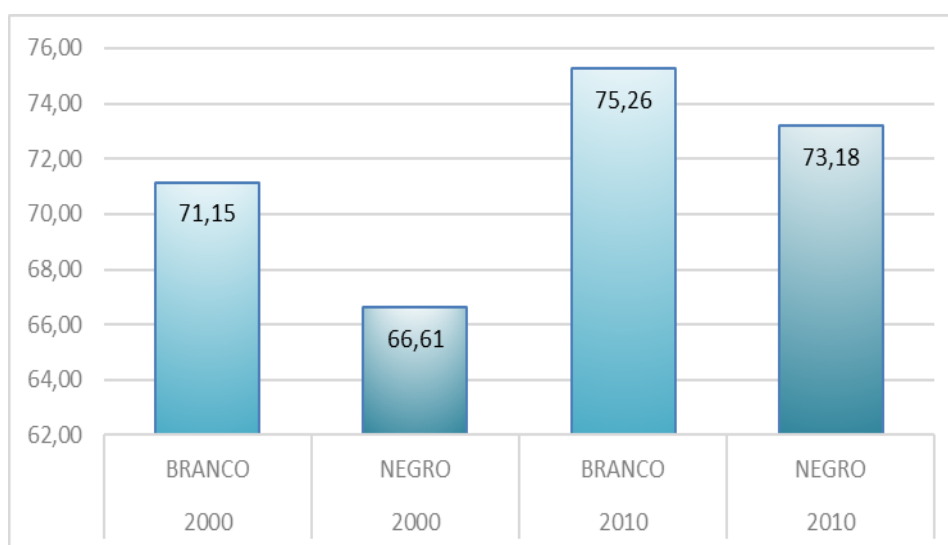
Sobre a taxa de envelhecimento e esperança de vida por cor, no Brasil, entre 2000 e 2010 (Gráficos 24 e 25), a população negra tem uma expectativa menor com relação à população branca. Considerando-se que há um baixo índice de idosos autodeclarados negros no Brasil, nação de maioria preta e parda, esses dados, certamente são sub-representados, evidenciando-se as desigualdades sociais e os inúmeros problemas enfrentados pela população de cor negra no país (MENEZES, 2018).

Gráfico 24 - Taxa de Envelhecimento por Cor no Brasil (2000 - 2010)



Fonte: PNUD (2013).

Gráfico 25 - Esperança de Vida por Cor no Brasil – em anos (2000 - 2010)

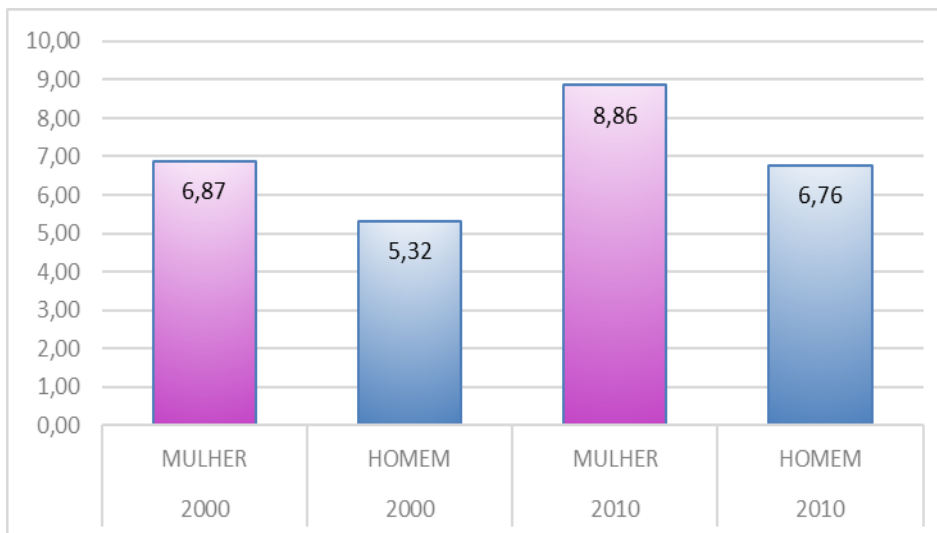


Fonte: PNUD (2013).

Com relação às taxas de envelhecimento e esperança de vida por sexo, no estado de São Paulo (Gráficos 26 e 27), as expectativas das mulheres são maiores do que as dos homens. Geralmente, desde a menarca, ou, em situação de gestação, as mulheres costumam frequentar profissionais da área da saúde. Já os homens, em sua maioria, não realizam ações de prevenção. Além disso, os homens, em sua

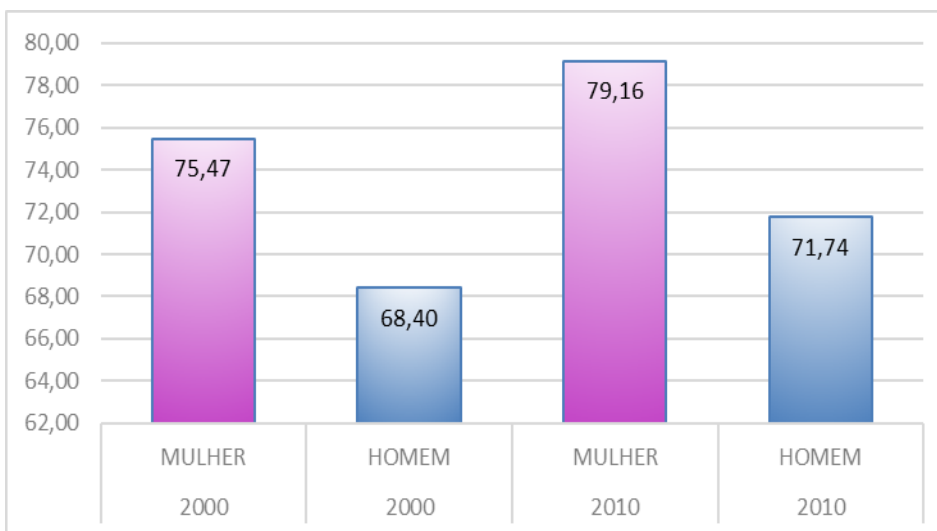
maioria, são acometidos por doenças cardiovasculares, entre outras, que podem levar a óbito.

Gráfico 26 - Taxa de Envelhecimento por Sexo em São Paulo (2000 - 2010)



Fonte: PNUD (2013).

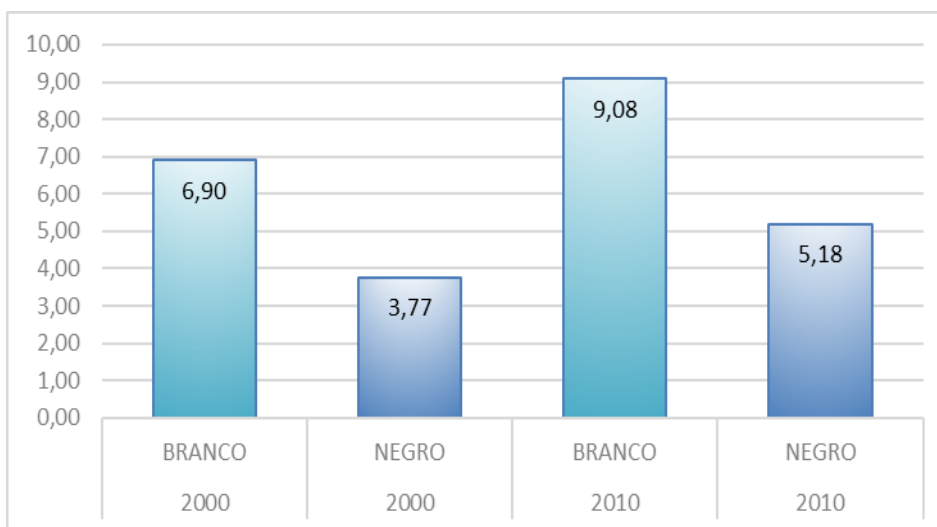
Gráfico 27 - Esperança de Vida por Sexo em São Paulo – em anos (2000 - 2010)



Fonte: PNUD (2013).

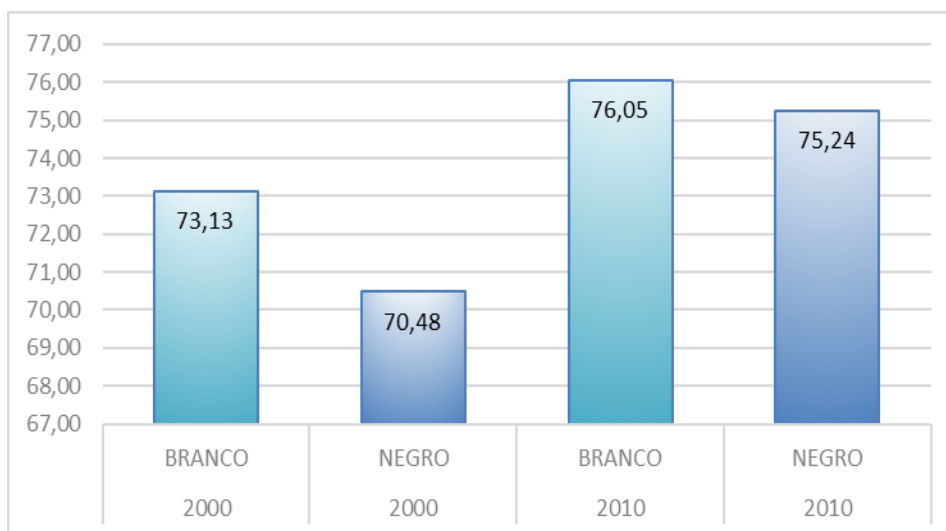
As taxas de envelhecimento e esperança de vida por cor no estado de São Paulo (Gráficos 28 e 29) têm correspondência com os dados nacionais (Gráficos 24 e 25).

Gráfico 28 - Taxa de Envelhecimento por Cor em São Paulo (2000 - 2010)



Fonte: PNUD (2013).

Gráfico 29 - Esperança de Vida por Cor em São Paulo – em anos (2000 - 2010)



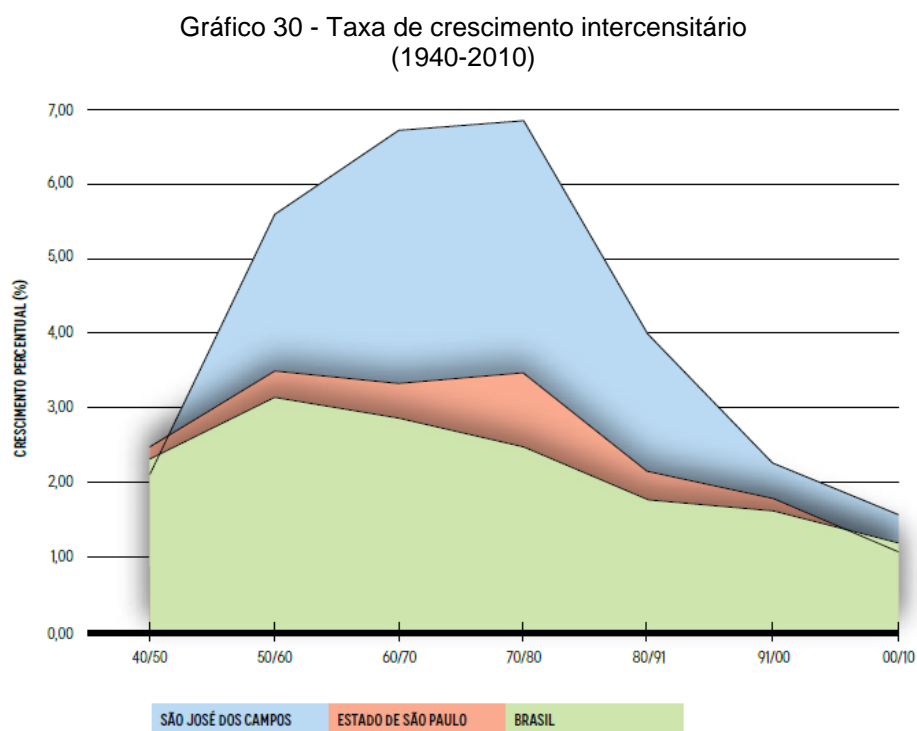
Fonte: PNUD (2013).

Tabela 10 - % de pessoas em domicílios com renda per capita inferior a meio salário mínimo (de 2010) e dependentes de idosos no Brasil

ANO	%
2000	3.41
2010	2.42
2011	1.82
2012	1.15
2013	1.09
2014	1.01
2015	1.24
2016	1.21
2017	1.34

Fonte: IPEA – Atlas da Vulnerabilidade Social, (2017).

O Gráfico 30 representa uma síntese da taxa de crescimento censitário do município de São José dos Campos e seu índice de crescimento em relação ao estado de São Paulo e ao Brasil.



Fonte: São José dos Campos, Prefeitura Municipal. São José em Dados (2016).

4 CONQUISTAS HISTÓRICAS E POLÍTICAS NACIONAIS PARA AS PESSOAS IDOSAS

A história dos direitos da pessoa idosa tem como marco a conquista da previdência social. Até a década de 1930, as pessoas idosas ficavam à deriva dos cuidados de sua família, muitos não tendo com quem contar, formavam uma massa de miseráveis sem condição de sobrevivência (ALCÂNTARA; CAMARANO; GIACOMIN, 2016, p. 339).

O projeto do economista britânico William Beveridge, durante a Segunda Guerra Mundial, defensor do poder do estado sobre a economia, teoria que defende a ação do governo nas políticas econômicas de forma a garantir emprego e equilíbrio, no auge da crise de 1930 visava considerar os idosos como possíveis consumidores. Sua teoria resultou na formulação do projeto de seguridade social (COSTA, 2019).

O Plano Beveridge previa uma contribuição mensal das pessoas em idade ativa de trabalho, que subsidiaria o cuidado das viúvas, dos doentes, dos desempregados ou das pessoas sem condições de trabalhar. O projeto previa um amparo social mínimo possibilitado pelas contribuições dos trabalhadores. Este projeto foi instituído como lei na Inglaterra, em substituição à antiga Lei dos Pobres, implantada em 1602, durante o reinado da Rainha Elizabeth I (COSTA, 2019). A Lei dos Pobres penalizava os pobres por vagabundagem ou mendicância; os pobres podiam ser punidos com açoites, serem enforcados, ou ainda ter o peito marcado com a letra “V” e ser escravizados por dois anos.

Na Inglaterra, desde 1908, já havia legislação sobre aposentadoria para os trabalhadores de indústrias; na Alemanha, desde 1883 havia um regime de pensões e, na França, desde 1910, passou a vigorar a Lei de Aposentadoria Voluntária (ALCÂNTARA; CAMARANO; GIACOMIN, 2016, p. 339). No Brasil, em 1888, alguns trabalhadores eram pleiteados com o direito à aposentadoria, como os funcionários dos Correios, da Marinha e da Imprensa. Apenas em 1923, é que a previdência social passou a funcionar de forma mais ampla no país. Até 1971, os trabalhadores rurais não eram inclusos em diversos direitos.

No Brasil, nos governos de Getúlio Vargas, Governo Provisório (1930-34), Governo Constitucional (1934-37) e Estado Novo (1937-1945), o seguro previdenciário foi instituído por categorias profissionais. Em 1960 foi criada a União dos Aposentados do Brasil (COSTA, 2019).

Durante a ditadura civil-militar (1964 a 1985), foram implementados benefícios com o valor da metade de um salário-mínimo vigente na época. Um desses auxílios foi o Fundo de Previdência Rural (Funrural), lei de 25 de maio de 1971, Lei Complementar 11. Esta lei foi a primeira no país a atender diretamente o trabalhador rural com pensão, auxílio-invalidez, serviço funeral e serviços de saúde (COSTA, 2019). O Quadro 2 traz uma síntese das políticas e ações de atenção aos idosos no Brasil de 1960 a 2016.

Quadro 2 - Políticas e ações de atenção aos idosos no Brasil (1960 a 2016)

ANO	POLÍTICAS E AÇÕES DE ATENÇÃO AOS IDOSOS	ACONTECIMENTO
1960	União dos Aposentados do Brasil	Criação da União dos Aposentados do Brasil.
1971	Fundo de Previdência Rural	Esta lei foi a primeira no país a atender diretamente o trabalhador rural com pensão, auxílio-invalidez, serviço funeral e serviços de saúde.
1974	Renda Mensal Vitalícia	Benefício para os trabalhadores maiores de 70 (setenta) anos de idade e para os considerados inválidos, pessoas que por algum problema crônico mental ou físico desde o nascimento ou devido a acidente, perderam a capacidade laborativa.
1974	Iniciativas de Inclusão	O Serviço Social do Comércio (SESC), entidade patronal financiada por empresários do setor, possui desde 1974 em suas redes a custo zero ou a custo simbólico/social, atividades variadas voltadas para os idosos. E em parceria com o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), mostraram iniciativas para inclusão.
1976	Seminários	Aconteceram três seminários regionais e um seminário nacional para estudar a situação dos idosos, promovidos pelo MPAS em conjunto com o SESC, apontando em uma análise da situação da velhice no Brasil demonstrado no documento, “Políticas para a terceira Idade – Diretrizes Básicas”.
1979	Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia	É criada a Comissão Especial de Gerontologia Social, composta por profissionais de vários campos de conhecimento, dando origem à Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia.

1985	Associação Nacional de Gerontologia	Fundada com o objetivo de lutar pela melhoria de condições de vida da população idosa.
1985	Confederação Brasileira dos Aposentados, Pensionistas e Idosos (COBAP)	Responsável por contribuições em Conquistas como o Estatuto do Idoso.
1988	Constituição Federal	Instituiu o paradigma da seguridade social que prevê a previdência privada pré-paga, o SUS (Sistema Único de Saúde), obrigatoriedade da educação fundamental e oferta gratuita para população em geral e assistência social para o cidadão que necessitar.
1991	Previdência Social	Criada a lei que desvinculava a aposentadoria e as pensões do salário mínimo e a calcularia pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) sendo que o INPC seria reajustado junto com o salário mínimo nesta situação.
1991	Dia Internacional da Pessoa Idosa	A Organização das Nações Unidas (ONU) definiu o dia 1º de Outubro como o Dia Internacional do Idoso com o objetivo de sensibilizar a população para o cuidado e atenção com a pessoa idosa.
1993	Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS	Estabelece em seu artigo 2, inciso I, proteção à família, à infância, à adolescência e à velhice, e no inciso V, a criação do Benefício de Prestação Continuada – BPC.
1994/1996	Política Nacional do Idoso - PNI	Aprovada e regulamentada a lei que cria a PNI. Formulada a partir das manifestações dos idosos, e prevê o asseguramento dos direitos sociais do idoso. Nesta lei, são considerados idosos aqueles com idade igual ou maior que 60 (sessenta) anos e fomenta programas de assistência, socialização e integração do idoso.
1997	Benefício de Prestação Continuada - BPC	Implementado em 1997 para brasileiros ou portugueses residentes no Brasil com 67 (sessenta e sete) anos ou mais e depois modificado para pessoas a partir de 65 (sessenta e cinco anos), é uma renda mensal de um salário mínimo para a pessoa idosa que tenha baixa ou nenhuma renda mesmo que esta não tenha contribuído com o INSS.
1997	Estatuto do Idoso	Início da discussão, feita pela sociedade civil.
1999	Ano Internacional da Pessoa Idosa	Seu slogan “uma sociedade para todas as idades” trazia o apelo para o desenvolvimento de relações entre gerações.
2002	Plano de Ação Internacional para o Envelhecimento	Resultado da II Assembleia Mundial de Envelhecimento e adota medidas para promoção da saúde e bem-estar na velhice
		Sancionado pelo presidente da República. A base de formulação do documento foi o Plano de Ação para o Envelhecimento de

2003	Estatuto do Idoso	Madri de 2002 que considerou as necessidades específicas dos idosos e criou ações específicas e propostas para proteção e direito social da pessoa idosa.
2004	Plano de Ação para o Enfrentamento da Violência contra a Pessoa Idosa	Documento redigido pela Subsecretaria de Direitos Humanos em parceria com diversos Ministérios. O objetivo do apontamento foi promover o cumprimento do Estatuto do Idoso, escrito no ano anterior. Ele estabelece que os abusos contra a pessoa idosa possam ser físicos, psicológicos, abandono, negligência de cuidados ou ainda abuso financeiro.
2004	Conselho Nacional de Defesa da Pessoa Idosa - CNDI	Reorganização do conselho, criado pela PNI como canal de representação nacional do idoso.
2006	I Conferência Nacional da Pessoa Idosa	Resultado de toda mobilização e organização de amplos setores da sociedade pela busca dos direitos sociais dos idosos.
2006	Política Nacional de Saúde do Idoso	Formulada neste ano. Há a possibilidade de tratamento em serviço domiciliar para cuidado ao idoso que esteja impossibilitado de se locomover.
2009	II Conferência Nacional da Pessoa Idosa	Avaliação da Renadi.
2010	Fundo Nacional do Idoso	Deduz do Imposto de Renda devido pelas pessoas físicas ou jurídicas as doações para Fundos Nacionais, Estaduais ou Municipais do Idoso.
2011	Estatuto do Idoso	Sofreu alteração com a lei 12.461 que exige principalmente dos agentes de saúde a notificação dos idosos que sofrem violência com vista de operacionalizar o Plano de Enfrentamento de Violência Contra a Pessoa, de 2004, uma vez que ainda hoje muitos idosos sofrem com medo de denunciar.
2011	III Conferência Nacional da Pessoa Idosa	Com o tema "O Compromisso de Todos por um Envelhecimento Digno no Brasil".
2016	IV Conferência Nacional da Pessoa Idosa	Teve como tema central o protagonismo e o empoderamento. Teve a participação de 600 (seiscentos) delegados de diversas regiões do país e aprovou 20 (vinte) propostas na plenária. Resultado expressivo foi o destino de 2% da arrecadação das loterias, estaduais e federais para o fundo do idoso.

Fonte: Elaborado pela autora.

Outro amparo foi a Renda Mensal Vitalícia, estabelecida pela Lei nº 6.179/74 como um benefício para os trabalhadores maiores de 70 (setenta) anos de idade e para os considerados inválidos, pessoas que por algum problema crônico mental ou físico desde o nascimento ou devido a acidente, perderam a capacidade laborativa. O

benefício desta lei foi extinto desde 1995 e, somente os contribuintes que aderiram a ela, na época, é que ainda têm direito de receber este auxílio (BRASIL. Ministério da Cidadania, 2016).

Na categoria institucionalidade, foi decisiva a postura do SESC São Paulo, que criou, a partir da década de 1960, um espaço de formação e discussão no campo da Gerontologia, tornando-se o trabalho social pioneiro em relação às questões que permeiam a vida dos idosos no Brasil. Nesse contexto, em 1976 aconteceram no Brasil três seminários regionais e um seminário nacional para estudar a situação dos idosos, promovidos pelo Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS) em conjunto com o SESC, que realizou análise da situação da velhice no Brasil, demonstrada no documento, “Políticas para a terceira Idade – Diretrizes Básicas”. A partir de então, surgiram grupos de idosos organizados por clubes de serviços e instituições religiosas que se organizaram, dando visibilidade às questões da categoria.

O Serviço Social do Comércio (SESC), entidade patronal financiada por empresários do setor, oferece desde 1974 em suas redes, a custo zero ou a custo simbólico/social, atividades variadas voltadas para os idosos. E, em parceria com o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), em 1975, mostrou iniciativas para a inclusão.

A década de 1980 foi marcada por lutas pelos direitos a eleições diretas e fim da ditadura. Dentre os segmentos que se mobilizaram, havia também muitos idosos que se concentraram na Praça da Sé, em 1989 (ALCÂNTARA; CAMARANO; GIACOMIN, 2016, p. 542). No mesmo ano, ainda houve atos públicos na Rua do Carmo e na Assembleia Legislativa. Esses eventos foram concentrados no mês de junho de 1989, todos com a intenção de pedir a rejeição da medida MP 63, que “desatrelaria, mais uma vez, os benefícios previdenciários do salário mínimo e ainda aumentaria a alíquota das contribuições efetuadas tanto pelos segurados quanto pelas empresas” (ALVES, 2014). Essa medida foi indeferida no mês de setembro de 1989.

No final da década de 1980, o envelhecimento da população era uma preocupação quase exclusiva dos especialistas da área da demografia, do campo

médico e da assistência social, que produziram reflexões, estudos e ações a respeito do envelhecimento, da longevidade e da velhice.

Esses especialistas trouxeram várias demandas por direitos sociais, em vários pontos do país, movidas pela preocupação com o fenômeno do envelhecimento da população, a falta de proteção social e de investimentos públicos de atendimento e cuidados ao segmento.

Em 1985 foi criada a Confederação Brasileira dos Aposentados, Pensionistas e Idosos (COBAP), responsável por conquistas como o Estatuto do Idoso. Por sua vez, pensionistas e aposentados se organizavam em Associações de Aposentados e Pensionistas e em federações que participaram ativamente da Constituinte de 1988. Em 1988, a Constituição Federal instituiu o paradigma da seguridade social que prevê a previdência privada pré-paga, o SUS (Sistema Único de Saúde), obrigatoriedade da educação fundamental e oferta gratuita para a população em geral e assistência social para o cidadão que necessitar (ALCÂNTARA; CAMARANO; GIACOMIN, 2016).

As contribuições obrigatórias no início do século XX extraíam o dinheiro da poupança privada para um fundo público obrigatório que só passou a ser articulado com a Constituição de 1988, ao instituir que, pela seguridade social, os idosos com ou sem contribuição durante o tempo ativo de trabalho, possuíssem direito de atendimento social (ALCÂNTARA; CAMARANO; GIACOMIN, 2016).

Em 1991, houve diversos protestos encabeçados pela Confederação Brasileira de Aposentados (COBAP), pois a Lei 8.213, aprovada naquele ano, desvinculava a aposentadoria e as pensões do salário mínimo e as calculava pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), reajustado junto com o salário mínimo (BRASIL, 1991).

A luta dos idosos, a partir de então, se deu para conseguir um reajuste de 147% nas aposentadorias e nas pensões, aprovado em novembro do mesmo ano. A cassação das liminares favoráveis aconteceu antes e, por isso, a COBAP se uniu aos idosos e, juntos, conseguiram que idosos passassem a implementar conselhos, manifestações e fóruns (ALCÂNTARA; CAMARANO; GIACOMIN, 2016, p. 542).

A Lei nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993 dispõe sobre a Assistência Social e prevê o benefício de garantia do salário mínimo mensal para os idosos a partir de 65 (sessenta e cinco anos) que não possuam outro sustento.

A Política Nacional do Idoso (PNI), Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, foi formulada a partir das manifestações dos idosos e prevê o asseguramento dos seus direitos sociais. Por esta lei foram considerados idosos aqueles com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos e por meio dela foram fomentados programas de assistência, socialização e integração do idoso. A estratégia desta política é dar suporte técnico e financeiro para os estados e municípios para que estes possam atender os direitos da pessoa idosa.

O Decreto Nº 1.948, de 3 de julho de 1996, revogado pelo Decreto Nº 9.921, de 18 de julho de 2019, estabeleceu as competências sobre a temática do idoso e instituiu o Ministério da Previdência Social (MPAS) como responsável por esta política. Outros Ministérios também estavam inclusos no Decreto, como o Ministério da Educação, com a responsabilidade da criação e operacionalização da Universidade da Terceira Idade, o Ministério da Cultura, com a responsabilidade de aumentar o acesso do idoso com a redução de custos na entrada de teatros, cinema e museus. Entretanto, segundo Alcântara, Camarano e Giacomini (2016, p. 545), essas competências são de cunho burocráticas, e segmentadas.

A lei de 1994 estabelece que os idosos que não possuem nenhum outro tipo de cuidado ou renda terá o direito garantido de asilo pela União. O Benefício Assistencial ao Idoso (BPC), implementado em 1997 para brasileiros ou portugueses residentes no Brasil com 67 (sessenta e sete) anos ou mais, logo depois modificado para pessoas a partir de 65 (sessenta e cinco anos), é uma renda de um salário mínimo por mês para a pessoa idosa que tenha baixa ou nenhuma renda, mesmo que não tenha contribuído com o INSS (BRASIL, 1994). O diferencial deste benefício é que ele não concede direito ao 13º (décimo terceiro) salário e nem permite pensão por morte.

Em 1991, a Organização das Nações Unidas (ONU) definiu o dia 1º de Outubro como o Dia Internacional do Idoso, com o objetivo de sensibilizar a população para o cuidado e atenção com a pessoa idosa. O ano de 1999 foi estabelecido como o “Ano internacional do Idoso” e seu *slogan* “uma sociedade para todas as idades” trazia o apelo para o desenvolvimento de relações entre gerações (ALCÂNTARA; CAMARANO; GIACOMINI, 2016).

O Plano de Ação Internacional para o Envelhecimento de 2002 foi resultado da II Assembleia Mundial de Envelhecimento que adotou medidas para a promoção da saúde e bem-estar na velhice (PLANO DE AÇÃO, 2003, p. 18).

O Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003) foi sancionado em 2003 no Congresso Nacional após sete anos de tramitação e entrou em vigor no ano de 2004. De acordo com Camarano (2013, p. 8):

Este foi fruto da organização e mobilização dos aposentados, pensionistas e idosos vinculados à Confederação Brasileira dos Aposentados e Pensionistas (COBAP) e ao Movimento de Servidores Aposentados e Pensionistas (MOSAP), de representantes da Associação Nacional de Gerontologia (ANG) e de diversas seções estaduais, de representantes da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG), da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), de representantes religiosos, em especial, da Pastoral Nacional e pastorais de diversos estados e de federações e associações de aposentados.

A base de formulação do documento foi o Plano de Ação para o Envelhecimento de Madri, de 2002, que considerou as necessidades específicas dos idosos e criou ações específicas e propostas para proteção e direito social da pessoa idosa.

Ainda em 2002, a Portaria 702 criou mecanismo de assistência à saúde do idoso especificando os centros de tratamento distribuídos por todo país. Alcântara, Camarano e Giacomini (2016) relatam que estes centros nunca foram suficientes e atuam de forma desarticulada, impossibilitando um tratamento eficiente.

Para Camarano (2013), o grande avanço do Estatuto do Idoso é que ele prevê, no Artigo 4º, a responsabilização e punição dos omissos e denúncia às autoridades responsáveis, caso a lei não seja cumprida. Outros temas que são previstos no Estatuto do Idoso são os atendimentos preferenciais, a prioridade no atendimento judicial, participação dos idosos em atividades culturais como o direito ao pagamento de meia-entrada (desconto de 50% nos ingressos), a proibição de cobranças abusivas pelos planos de saúde, a destinação de 10% das vagas de transporte coletivo para os idosos e 5% das vagas de estacionamento, o transporte coletivo gratuito municipal e duas vagas gratuitas em transporte interestaduais e, recebimento de um salário mínimo para os idosos sem outra renda garantida pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS).

Desde 2004, há um Plano de Ação para o Enfrentamento da Violência contra a Pessoa Idosa, documento redigido pela Subsecretaria de Direitos Humanos em parceria com diversos Ministérios. O objetivo do apontamento foi promover o cumprimento do Estatuto do Idoso, escrito no ano anterior. Esse Estatuto estabelece que os abusos contra a pessoa idosa são os físicos, psicológicos, abandono, negligência de cuidados ou abuso financeiro. O documento aponta ainda que esses abusos podem ser realizados por terceiros ou mesmo pelo próprio idoso que atente contra si (BRASIL, Subsecretaria dos Direitos Humanos, 2005).

A OMS relatou, em documento oficial de 2005, que o envelhecimento ativo contribui efetivamente para uma velhice mais saudável, o que divide a responsabilidade de cuidados com a saúde não apenas com o estado ou meio público, mas com o próprio idoso enquanto protagonista de sua história. Todavia, este autocuidado não é tão simples e fácil. Alcântara, Camarano e Giacomini (2016) atenta para a renda aplicada em cuidados médicos específicos, dietas, exames, academias e mesmo o tempo que pode faltar para aqueles que precisam trabalhar até o fim da vida para complementar o sustento básico da família.

Já em relação à atenção à pessoa idosa, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), no artigo 1.1, sobre Caráter da Norma Operacional Básica do SUAS, aponta o Caráter do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e a articulação interinstitucional entre competências e ações com os demais sistemas de defesa de direitos humanos, em específico com aqueles de defesa de direitos de crianças, adolescentes, idosos, pessoas com deficiência, mulheres, negros e outras minorias; proteção às vítimas de exploração e violência; adolescentes ameaçados de morte, promoção do direito de convivência familiar; No item III “Sobre a Vigilância Socioassistencial” diz que:

a função de vigilância social no âmbito da assistência social é: produzir, sistematizar informações, construir indicadores e índices territorializados das situações de vulnerabilidade e risco pessoal e social que incidem sobre família/pessoas nos diferentes ciclos de vida (crianças, jovens, adultos e idosos); identificar a incidência de crianças, adolescentes, jovens, adultos, e idosos vítimas de formas de exploração, de violência, de maus tratos e de ameaças.

Em parceria com os estados e municípios, o SUS, articulado com o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), a partir da Portaria 2.529 de 2006, passou

a realizar tratamento de saúde em serviço domiciliar para o idoso impossibilitado de se locomover.

A Lei nº 12.213, de 20 de janeiro de 2010, instituiu o Fundo Nacional do Idoso, que deduz do Imposto de Renda das pessoas físicas ou jurídicas, as doações para Fundos Nacionais, Estaduais ou Municipais do Idoso. Alguns pactos foram criados na década de 2000: Pacto de Gestão (2005), Pacto pela Saúde (2005) e Pacto pela Vida (2006), que formam um trio nacional importante para se pensar o idoso de forma holística e integral em sua individualidade e heterogeneidades.

É importante ressaltar que a maioria das instituições de abrigo para os idosos no país são de organizações filantrópicas. Alcântara, Camarano e Giacomini (2016) afirma que, nas sociedades em que a estrutura política e social não consegue suprir as necessidades de uma classe minoritária, ganham espaço o suporte familiar ou as instituições beneficentes.

O Estatuto do Idoso sofreu alteração em 2011, com a Lei nº 12.461, que exige principalmente dos agentes de saúde a notificação dos idosos que sofrem violência com vista de operacionalizar o Plano de Enfrentamento de Violência Contra a Pessoa, de 2004, uma vez que ainda hoje muitos idosos sofrem com medo de denunciar (BRASIL, Subsecretaria de Direitos Humanos, 2005).

A 4ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa ocorreu em Brasília/DF, em 2016, e teve como tema central o protagonismo e o empoderamento, dividido em quatro eixos temáticos: “Gestão (Programas, projetos, ações e serviços)”, “Financiamento (Fundos da Pessoa Idosa e Orçamento Público)”, “Participação (Política de Controle Social)” e “Sistema Nacional de Direitos Humanos” (IPEA, 2006, p.1). A Conferência teve a participação de 600 (seiscentos) delegados de diversas regiões do país e aprovou 20 (vinte) propostas na plenária. Resultado expressivo foi o destino de 2% da arrecadação das loterias, estaduais e federais, para o fundo do idoso.

No decorrer do século XX e início do século XXI, diversas conquistas foram realizadas nas legislações que atendem aos idosos. As políticas para atendimento amplo do idoso nos setores financeiros e sociais só conseguiram ser ampliadas e instaladas a partir da Constituição de 1988. Entretanto, a Constituição não especificou

itens específicos para o idoso que, posteriormente, foram tratados no Estatuto do Idoso em 2003.

O Estatuto coloca em pauta questões de diversos âmbitos da vida do idoso e ressalta a importância de colaboração intergeracional e a integração do idoso na cidade sem exclusividade ou preconceitos. O documento foi alterado em 2018 para atualizar as demandas em virtude das mudanças sociais, econômicas, tecnológicas e demográficas. Contudo, ainda há a necessidade para além das alterações da implementação das ações propostas. Para isso, é necessário que as necessidades dos idosos sejam tratadas a partir das suas especificidades.

A busca pelas garantias de direitos dos idosos no Brasil foi reforçada no momento de transição da sociedade brasileira, quando os aposentados e pensionistas passaram a expressar, de forma organizada, suas demandas. Os próprios idosos tornaram-se interlocutores legítimos de suas pautas, no que diz respeito aos benefícios financeiros, às políticas para o espaço da vida cotidiana, ao exercício da cidadania e da democracia nas várias instâncias da vida social.

Em 1979 foi criada uma Comissão Especial de Gerontologia Social, composta por profissionais de vários campos do conhecimento, dando origem à SBGG (Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia). Já em 1985, foi fundada a ANG (Associação Nacional de Gerontologia), entidade técnico-científica com o objetivo de lutar pela melhoria de condições de vida da população idosa brasileira. Não obstante, a expansão muito rápida da população idosa no Brasil fez com que, no início dos anos 1990, já se falasse no envelhecimento como um novo fenômeno no país.

Nesse panorama surgem grupos diferenciados e movimentos de idosos com sugestões de organização, como é o caso da criação dos Fóruns de Idosos na cidade de São Paulo chegando, no início de 2000, com mais de 20 fóruns regionais pautando discussões na busca de direitos (ALCÂNTARA; CAMARANO; GIACOMIN, 2016). No aspecto profissional, foram criados cursos de Gerontologia e Geriatria por universidades abertas à terceira idade e programas de atendimento a idosos em instituições privadas.

Em 1993, a criação da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS – estabelece em seu artigo 2, inciso I, a proteção à família, à infância, à adolescência e à velhice e,

no inciso V, a criação do Benefício de Prestação Continuada – BPC (BRASIL, 1993). Estavam dadas as bases para promulgação da Política Nacional do Idoso. Em 1994, foi aprovada a lei que cria a Política Nacional do Idoso – PNI, regulamentada em 1996.

O item Benefícios consta no Benefício de Prestação Continuada: previsto nos artigos 20 e 21 da LOAS, promovido pelo governo federal, que consiste no repasse de um salário mínimo mensal ao idoso (com 65 anos ou mais) e à pessoa com deficiência que comprovam não ter meios para suprir sua sobrevivência ou de tê-la suprida por sua família (BRASIL. LOAS, 1993).

Esse benefício compõe o nível de proteção social básica e, seu repasse, efetuado diretamente ao beneficiário. Os Benefícios Eventuais são previstos no artigo 22 da LOAS, e visam o pagamento de auxílio por natalidade ou morte, ou ainda outros que visem atender às necessidades advindas de situações de vulnerabilidade temporária, com prioridade para a criança, a família, o idoso, a pessoa com deficiência, a gestante, a nutriz e nos casos de calamidade pública. A proteção social tem por referência a ocorrência de situações de risco ou violação de direitos e inclui a atenção a crianças, adolescentes, pessoas com deficiência, idosos, migrantes, usuários de substâncias psicoativas e outros indivíduos em situação de abandono.

A Responsabilidade da Gestão da União consiste em

Coordena(r) a implementação da Política Nacional do Idoso, em observância às Leis 8.842, de 4 de janeiro de 1994, e Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003, e coordenar a elaboração e implementação do Plano de Gestão Intergovernamental e da proposta orçamentária, em parceria com outros Ministérios, apresentando para apreciação e deliberação dos Conselhos Nacional da Assistência Social e Idoso (BRASIL, LOAS, 1993).

A União disponibiliza “o Piso Básico Variável”, valor

que será referência para o cofinanciamento, levará em conta, além de prestação dos serviços de retaguarda no território, voltados ao atendimento às famílias, suas crianças pequenas, adolescentes, jovens, idosos, pessoas com deficiência e adultos em situação de vulnerabilidade, as especificidades decorrentes das diferenças regionais, tais como: demandas relativas à realidade dos municípios da Região Norte, de Fronteira, do Árido e Semiárido, do meio rural, das comunidades indígenas e quilombolas, dos assentamentos, populações das florestas, entre outras (BRASIL, LOAS, 1993).

Também é disponibilizado o Piso de Alta Complexidade II, que

trata dos usuários em situações específicas de exposição à violência, elevado grau de dependência, apresentando, conseqüentemente, particularidades que exijam ofertas específicas e altamente qualificadas, como por exemplos, o financiamento de ações voltadas para a proteção integral de famílias e, ou, indivíduos em situação de rua, idosos dependentes, adolescentes sob ameaça, entre outros (BRASIL, LOAS, 1993).

A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) estabelece, no Capítulo I, “Das Definições e dos Objetivos”, Artigo 2, item 1, que a Assistência Social tem por objetivo:

a proteção social que visa a garantia da vida, a redução de danos e a prevenção da incidência de riscos, especialmente: e) a garantia de um salário-mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família (Incluído pela Lei nº 12.435, de 2011) (BRASIL, LOAS, 1993).

E, no Art. 6º-D, a LOAS preconiza que

as instalações dos CRAS e dos CREAS devem ser compatíveis com os serviços neles ofertados, com espaços para trabalhos em grupo e ambientes específicos para recepção e atendimento reservado das famílias e indivíduos, assegurada a acessibilidade às pessoas idosas e com deficiência (Incluído pela Lei nº 12.435, de 2011) (BRASIL, LOAS, 1993).

O Art. 20 da Lei nº 12.435 (BRASIL, Lei nº 12.435, de 2011) determina que o benefício de prestação continuada é a garantia de um salário mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais, desde que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família (BRASIL, Lei nº 12.435, de 2011). No item V do Art. 20 desta Lei, consta que “a condição de acolhimento em instituições de longa permanência não prejudica o direito do idoso ou da pessoa com deficiência ao benefício de prestação continuada” (BRASIL, Lei nº 12.435, de 2011). E, na seção IV, “Dos Programas de Assistência Social”, Item II do Art. 24, “estipula-se que os programas voltados para o idoso e a integração da pessoa com deficiência serão devidamente articulados com o benefício de prestação continuada, estabelecido no Art. 20 desta Lei” (BRASIL, Lei nº 12.435, de 2011).

Os fóruns estaduais e regionais permanentes de acompanhamento da implantação da PNI e, posteriormente, os Encontros Nacionais e Regionais de Conselhos de Direito do Idoso foram outros canais de discussão e acompanhamento da implementação da PNI. Em 1997, o Estatuto do Idoso passou a ser discutido pela

sociedade civil e pelo legislativo, depois de oito anos engavetado no Congresso Brasileiro, sendo sancionado pelo Presidente da República em 2003. Em 2004, acontece a reorganização do Conselho Nacional de Defesa da Pessoa Idosa – CNDI, criado pela PNI como canal de representação nacional do idoso (BRASIL, Lei nº 8.842, de 1994).

Como resultado de toda essa mobilização e organização de amplos setores da sociedade pela busca dos direitos sociais dos idosos, foram criadas as Conferências Nacionais da Pessoa Idosa. A I Conferência Nacional da Pessoa Idosa – Construindo a Rede Nacional de Proteção e Defesa da Pessoa Idosa (Renadi) foi realizada em 2006. Ainda em 2006 foi formulada a Política Nacional de Saúde do Idoso. Em 2009, realizou-se a II Conferência da Pessoa Idosa – Avaliação da Renadi e, um ano depois, foi criado o Fundo Nacional do Idoso. Em 2011 realizou-se em Brasília a III Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, com o tema “O Compromisso de Todos por um Envelhecimento Digno no Brasil” (PORTAL DO ENVELHECIMENTO, 2014, p. 1). Contudo, destaca-se o importante e decisivo papel do protagonismo da pessoa idosa e dos profissionais da Gerontologia para garantir que o envelhecimento fosse reconhecido como patrimônio e não como um encargo para a sociedade, para a família e para o Estado.

O Estatuto do Idoso (BRASIL, 2003) no Brasil, Lei Orgânica do Estado Brasileiro, de 2004, destinada a regulamentar os direitos assegurados às pessoas idosas, resultou do esforço de várias entidades voltadas para a defesa dos direitos dos idosos no país, entre as quais, a Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia e demais profissionais das áreas da saúde, direitos humanos e assistência social, além do apoio de parlamentares do Congresso Nacional (MACHADO, 2019). O documento veio ampliar direitos já previstos em outra Lei Federal, nº 8842, de 04 de janeiro de 1994 e na Constituição Federal de 1988, que se consolidou como instrumento poderoso na defesa da cidadania dos cidadãos e cidadãs em fase de envelhecimento.

As projeções da Divisão de População da ONU (2019) mostram que a taxa de idosos brasileiros de “65 anos e mais” deve passar de 10 milhões para 50 milhões entre 2000 e 2050 e, a dos idosos de “80 anos e mais”, deve passar de 1,7 milhão para quase 14 milhões no mesmo período. Com a população idosa aumentando em

ritmo superior ao de outros grupos etários, percebe-se que o envelhecimento populacional brasileiro é inevitável (ALVES, 2010).

Considerando as projeções sobre a taxa de fecundidade em 2050 - projeção alta = 2,35 filhos por mulher; projeção média = 1,85 filhos por mulher; e projeção baixa = 1,35 filhos por mulher. Com a projeção de alta fecundidade no Brasil, a população idosa será de 16% da população total em 2050. Caso prevaleça a projeção média de fecundidade, a população de “65 anos e mais” representará 20% da população total e, no caso da projeção de baixa fecundidade, a população idosa será de 23% em 2050 (ALVES, 2010).

O envelhecimento populacional e a urbanização das cidades caracterizam realidades marcantes do século XXI. Diante dos dados da longevidade da população, pergunta-se se as cidades estão preparadas para atender a essa população com altas projeções de crescimento em um futuro muito próximo. Esse estudo versa sobre as idealizações ou racionalizações de um tipo de cidade possível para atender às necessidades dos idosos e, ao mesmo tempo, traz as críticas dos idosos sobre a realidade vivida, substratos para se pensar em espaços de esperança (HARVEY, 2009).

5 SÃO JOSÉ DOS CAMPOS: EXPANSÃO URBANA E CONTRADIÇÕES SOCIOESPACIAIS⁶

O município de São José dos Campos configura-se hoje como um dos pontos nodais do sistema urbano-regional do Vale do Paraíba que inter-relaciona a Leste do estado paulista suas três regiões metropolitanas (São Paulo, Campinas e Baixada Santista) com o importante eixo de desenvolvimento urbano que se tornou a Via Dutra após 1950.

No contexto de uma revisão da legislação municipal (1951), para atração de novas indústrias e da providência do governo estadual para um convênio firmado com o Centro de Planejamento e Estudos Urbanos - CPEU da FAUUSP, em 1958, São José dos Campos passa a dispor do primeiro Plano Diretor (publicado em 1961), que buscava preparar a cidade para os impactos socioespaciais e urbanísticos causados pela rodovia e grandes empresas (SANTOS, 2006, p. 66) sobre o tecido urbano.

Nesse momento, já tinha sido instalada a sede do Centro Tecnológico da Aeronáutica – CTA e, em 1961, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE, bem como a Empresa Brasileira de Aeronáutica - Embraer (1969) e, novas grandes unidades industriais passaram a se localizar nas imediações da Via Dutra, com destaque aos setores de telecomunicações, químico e farmacêutico, automobilístico, eletroeletrônico, aeronáutico e bélico, e do refino de petróleo, com a instalação da Refinaria Henrique Laje, da Petrobras, em 1982 (IBID, p. 50 - 55).

As propriedades rurais, situadas às margens da Via Dutra “passaram a ser, gradativamente, objeto de grande especulação imobiliária e, em especial, as glebas mais próximas da área urbanizada” (SANTOS, 2006, p. 50 – 51). Na zona rural, novos espaços foram reservados para as expansões da urbanização. Uma nova cidade surgiu de ambos os lados da rodovia e, aos retalhos, num tecido urbano nitidamente fragmentado (IDEM, p. 66).

O processo de urbanização provocado pela dinâmica econômica a partir de 1950, estimulou a vinda de pessoas das mais diferentes regiões do país e, junto com

⁶ Essa seção, parte dos resultados da pesquisa, foi submetida à Revista Política e Planejamento Regional/IPPUR/UFRJ.

ela, desdobrou-se a questão da moradia, com o surgimento de loteamentos clandestinos.

Ao mesmo tempo que a cidade reafirmava a sua importância nacional, consolidando-se como parque industrial diversificado e especializado, em amplo processo de verticalização (SANTOS, 2006, p. 68), o Plano Diretor Integrado, publicado em 1969/1970, já enfatizava a necessidade de controle da expansão urbana.

Na década de 1985, o país viveu um período de estagnação, que se formou com uma retração agressiva da produção industrial. Nesse contexto, ocorreu a ampliação e predominância do setor de serviços, com consequências expressivas na reestruturação espacial de São José dos Campos. O crescimento da mancha urbana passou a se dar mediante formas de urbanização descontínuas ou espalhadas.

Nesse sentido é que se entende a tendência à aprovação de loteamentos fechados de alto padrão, a partir dos anos 1980, com uma concentração clara na região Oeste da cidade e, recentemente, na região Norte (MARIA, 2008). Por outro lado, a região Leste da cidade registrou a maior concentração de loteamentos clandestinos, enquanto a região Sul, e mais particularmente, os bairros Chácaras Reunidas e Eldorado, tenderam a abrigar uma estrutura dispersa de microempresas e pequenas indústrias.

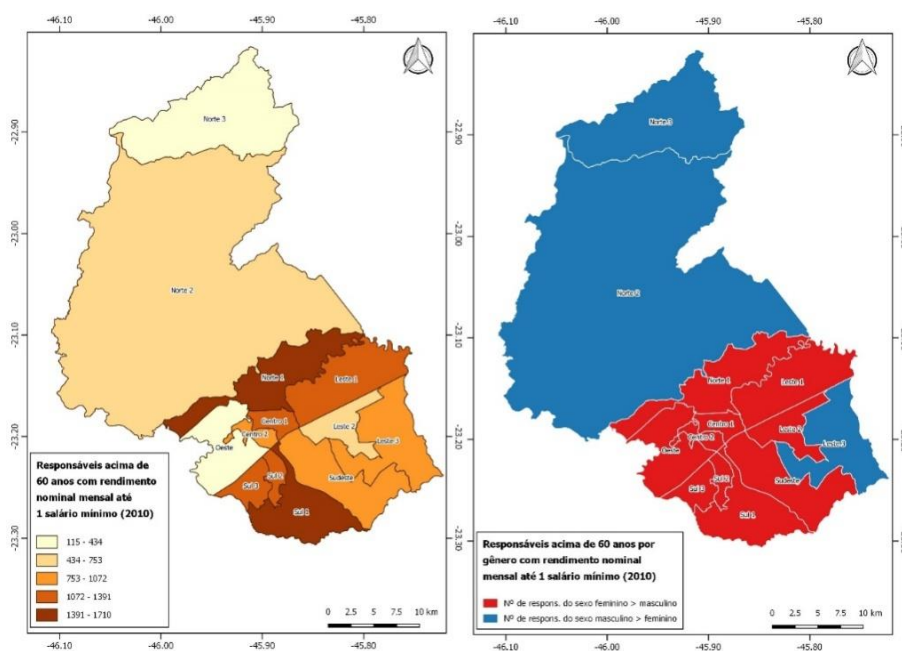
Num período marcado pelas privatizações (telecomunicações, Dutra, Embraer), ao incremento das grandes unidades comerciais e de serviços, e à ampliação de mercados informais, a cidade tornou-se objeto de novas redefinições normativas, mas nem por isso deixando de crescer pelos mesmos mecanismos de retenção especulativa e posterior ocupação dos vazios urbanos e de ampliação de suas bordas urbanizadas, como bem nos mostra os cálculos de Costa (2019).

No início dos anos 2000, 43% dos domicílios de São José dos Campos continham rendimentos mensais de até 3 salários mínimos, sendo que este percentual chegava a 70% justamente nas áreas de favelas e ocupações irregulares, no extremo-sul e leste da cidade, bem como em algumas outras localidades mais periféricas ao norte. De outro lado, mais de 60% dos domicílios com renda superior a 10 salários mínimos localizavam-se, na mesma data, em bairros do eixo Centro-Oeste da cidade

(Vila Adyana, Esplanada, Aquarius e Urbanova) e, ainda, nos bairros de Vista Verde (Leste 2) e Jardim das Indústrias (Oeste), ambos localizados nas imediações da via Dutra (SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, PREFEITURA MUNICIPAL, 2003).

Analisando a situação dos responsáveis pelos domicílios com 60 anos ou mais, e com rendimento até um salário, constata-se a pior condição de renda dos idosos nas regiões Sul 3 e Norte 1, em seguida, Centro 1, Sul 2 e Sul 3, e ainda na região Leste 1 (Figura 6). Além disso, verifica-se a predominância de mulheres idosas responsáveis pelos domicílios com baixa renda em todas as regiões urbanas do município, exceto na região Leste 3, onde os responsáveis idosos homens de baixa renda estão em maior número.

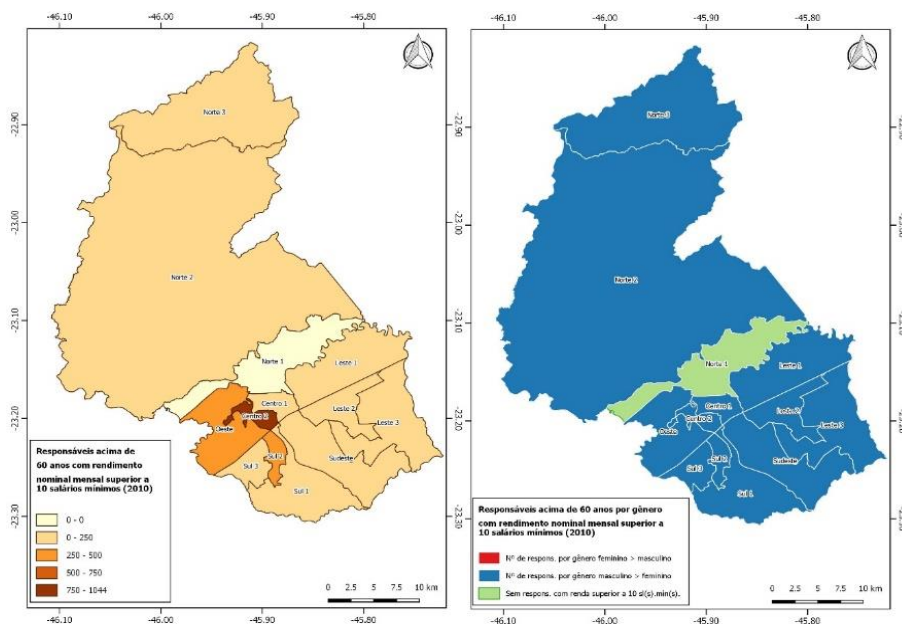
Figura 6 - Distribuição geográfica dos responsáveis pelos domicílios com renda até 1 salário mínimo, em São José dos Campos, em 2010



Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 2010.

No outro extremo da condição de alta renda, também em 2010, a situação dos responsáveis idosos pelos domicílios revela pouca alteração, com uma concentração na região Centro 2, região Oeste, e agora, também, na região Sul 2 da cidade (Figura 7). Interessante observar a predominância de idosos responsáveis pelos domicílios com alto rendimento do sexo masculino em praticamente todo o território municipal, evidenciando a clássica desigualdade de renda entre homens e mulheres.

Figura 7 - Distribuição geográfica dos responsáveis pelos domicílios com renda até 1 salário mínimo, em São José dos Campos, em 2010



Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 2010.

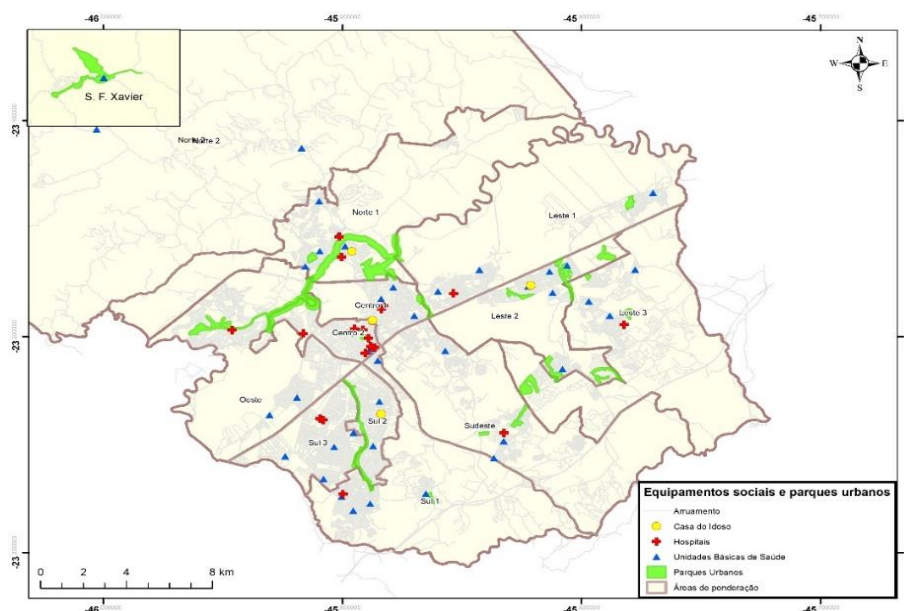
Estudando a distribuição espacial da pobreza em São José dos Campos, Borges (2003) conclui que, embora São José dos Campos seja um município desenvolvido, rico e sede de empresas de alta tecnologia, o mapa da pobreza urbana revela uma grande desigualdade socioespacial e uma “cidade oculta” de pobres, “largados à própria sorte, morando de forma irregular, à margem da lei, sem acesso à infraestrutura, além de terem baixa escolaridade e baixa renda” (BORGES, 2003, p. 330).

Considerando a distribuição de equipamentos sociais e parques urbanos de interesse aos idosos, conforme a Figura 8, observa-se a relativa melhor distribuição das unidades básicas de saúde em regiões com relativa ausência de hospitais, ou em outros termos, percebe-se a concentração de hospitais nas áreas mais ricas da cidade, assim como a existência da Casa do Idoso em três localidades e dos parques urbanos onde as condições de vida são melhores.

Levando em conta que a mobilidade interurbana para os pobres e os idosos é estruturalmente mais difícil em cidades que cresceram segundo um modelo socialmente desigual e urbanisticamente espreado e fragmentado, a concentração de equipamentos e parques acontece justamente onde as condições de mobilidade são as melhores e que, no caso de São José dos Campos, coincide com as regiões onde

há maior presença de idosos de alta renda e apenas em parte maior predominância de idosos residentes (Centro 2), não coincidindo, portanto, com as regiões onde há maior presença de idosos de baixa renda.

Figura 8 - Distribuição de equipamentos sociais e parques urbanos



Fonte: Prefeitura Municipal de São José dos Campos (2020).

Dessa forma, pode-se constatar a existência de segregação socioespacial e admitir sua produção deliberada pelo poder público e outros agentes sociais que dele obtiveram, de alguma forma, seus favorecimentos. A imagem projetada da cidade de São José dos Campos como polo tecnológico, com elevado IDH, não é coerente com as reais necessidades das pessoas que vivenciam o processo de envelhecimento nos mais variados lugares desta cidade. Neste sentido, cabe refletir se há de fato políticas sociais e urbanas preocupadas em atender às demandas dos idosos e, sobretudo, de uma população que tende a envelhecer nas próximas décadas.

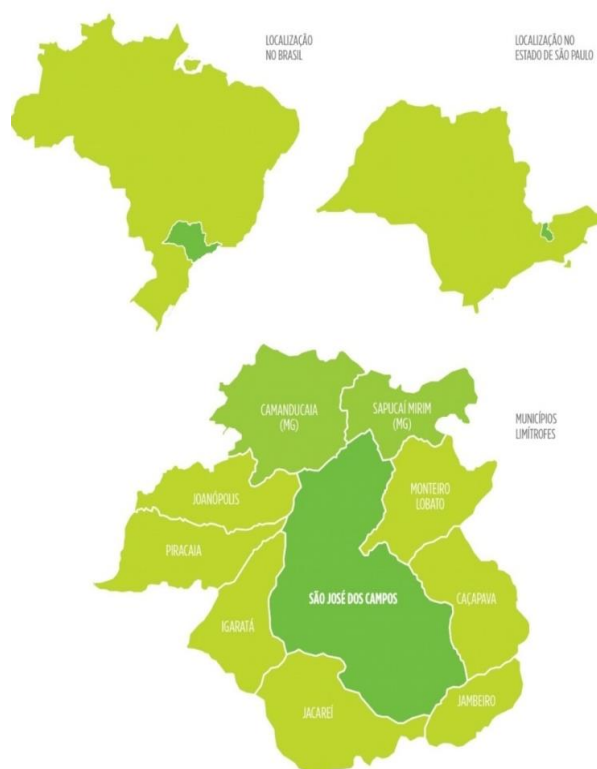
6 MARCOS REGULATÓRIOS E CONDIÇÕES SOCIOESPACIAIS URBANAS: UM ESTUDO SOBRE O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

6.1 Marcos regulatórios urbanísticos: atenção aos idosos no município de São José dos Campos

Essa seção tem como objetivo discorrer sobre os marcos regulatórios urbanísticos de âmbito municipal, questão importante para os objetivos dessa tese, que propõe discutir acerca da cidade real e da cidade ideal para se viver na velhice, à luz do aporte das dimensões da utopia e distopia pautado na política e normativa do planejamento urbano.

Como a pesquisa tem como recorte o município de São José dos Campos, sede da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVPLN), as Figuras 9, 10 e 11, apresentam a localização do município em termos geográficos, e as Tabelas 11 e 12 e 13 trazem, respectivamente, os dados da extensão das regiões que compreendem o município; a distribuição da população de São José dos Campos por região e a população dos distritos de São José dos Campos, com taxas de crescimento no período de 2000 a 2010.

Figura 9 - Localização do município de São José dos Campos



Fonte: São José dos Campos, Prefeitura Municipal. São José em Dados (2012).

Figura 10 - Mapa do município de São José dos Campos e divisas distritais



Fonte: São José dos Campos, Prefeitura Municipal. São José em Dados (2012).

Figura 11 - PMSJC. Regiões geográficas, Lei Complementar 428/10



Fonte: São José dos Campos, Prefeitura Municipal. São José em Dados (2012).

Tabela 11 - Áreas das regiões geográficas (em hectares)

REGIÃO	ÁREA (em hectares)
Centro	1.861,30
Norte	6.359,46
Leste	13.657,50
Sudeste	3.426,40
Sul	5.671,50
Oeste	4.419,50
São Francisco Xavier	102,52
Eugênio de Melo	8,58

Fonte: São José dos Campos, Prefeitura Municipal. São José em Dados. Secretaria de Planejamento Urbano, 2012.

Tabela 12 - Distribuição da população de São José dos Campos segundo as regiões urbanas

REGIÃO	POPULAÇÃO
Centro	72.115
Norte	59.800
Leste	160.990
Sudeste	45.800
Sul	233.536
Oeste	41.163
São Francisco Xavier	1.342

Fonte: São José dos Campos, Prefeitura Municipal e Instituto de Pesquisa, Administração e Planejamento (IPPLAN). São José em Dados (2012).

Tabela 13 - População dos distritos de São José dos Campos e taxas de crescimento no período 2000-2010

DISTRITO	POPULAÇÃO EM 2000	POPULAÇÃO EM 2010	TAXA DE CRESCIMENTO MÉDIO ANUAL
São José dos Campos (distrito sede)	468.325	542.404	1,48
Eugênio de Melo	68.121	83.665	2,08
São Francisco Xavier	2.867	3.852	3,00

Fonte: São José dos Campos, Prefeitura Municipal. São José em Dados (2012).

O município de São José dos Campos foi um dos primeiros povoamentos da região, criado pela coroa portuguesa a partir de um aldeamento, ou seja, de uma redução de indígenas. Pela pouca produtividade de suas terras, seu desenvolvimento se deu de forma lenta. São José dos Campos não teve grande expressão na produção cafeeira, atividade que possibilitou o avanço de outros municípios da região. Somente no final do século XIX, quando começaram a aparecer as primeiras fábricas, é que o município consegue certo alento econômico e quando, em 1935, se tornou referência no tratamento da tuberculose, auferindo o título de Estância Climática e Hidromineral, especializando-se no tratamento de doenças pulmonares, sobretudo da tuberculose.

Porém, seu salto de desenvolvimento se deu na metade do século XX, com a chegada da Rodovia Presidente Dutra, do CTA (Centro Técnico Aeroespacial) e do ITA (Instituto Tecnológico da Aeronáutica) tornando-se a partir da década de 1970 um polo tecnológico, científico e informacional.

Em 2010, o seu índice de Desenvolvimento Humano era de 0,807, considerado elevado em relação ao restante do país, sendo o 12º maior do estado (IBGE, 2010). A cidade de São José dos Campos, exemplar clássico das dinâmicas estruturais de orientação neoliberal, esboça claramente as agruras do sistema no seu espaço, que revela as expressivas contradições socioeconômicas da sua população, sobretudo da população idosa menos favorecida.

6.2 A pessoa idosa nos marcos regulatórios de São José dos Campos

Uma breve análise dos principais marcos urbanísticos em São José dos Campos, como o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI) e o Estatuto da Cidade, Lei Complementar do PDDI, deixa entrever que, na prática, não há correspondência entre os marcos urbanísticos e os direitos dos idosos.

O Capítulo IV, Item III do PDDI, “Da Assistência Social”, preconiza sobre a importância de fortalecer e ampliar o acesso a programas, projetos e ações à população idosa, considerando o aumento gradativo dessa população. O item IX deste mesmo Capítulo, traz o fortalecimento dos Conselhos Municipais: do Idoso, da Mulher, da Igualdade Racial, de Atenção às drogas, dos Direitos da Criança e Adolescente e dos Conselhos Tutelares, assim como demais organizações relacionadas à luta pela melhoria da qualidade de vida. O Capítulo IX “Da Proteção ao Cidadão e à Cidade”, no item VIII do Art. 123, aponta a relevância de ampliar a assistência às vítimas e fazer prevenção contra a violência doméstica, violência de gênero, violência contra criança e adolescentes e idosos, violência à identidade de gênero e violência decorrente de intolerância religiosa (SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, PREFEITURA MUNICIPAL, PDDI, 2018).

Com relação ao Estatuto da Cidade, cabe enfatizar o Capítulo IV, que trata sobre o “Desenvolvimento Social”, observando particularmente o item III do Art. 42,

que se refere à implantação da Casa do Idoso enquanto um espaço de convivência e serviços voltados à pessoa idosa (BRASIL. Estatuto da Cidade, 2001).

Entretanto, as políticas públicas sobre assistência social, que constam na Lei Orgânica, por exemplo, ressaltam o seguinte, no Capítulo V, Seção I “Do Transporte Coletivo Urbano”, em seu item I: “acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência física, às grávidas, aos idosos e às crianças, inclusive quanto às catracas”. Na Seção III “Do Idoso”: Art. 300:

É dever da família, da sociedade e do Município o amparo às pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, garantindo-lhes direito à vida, à saúde, à cultura, à dignidade, ao respeito, ao bem-estar, à convivência familiar e social, além de colocá-las a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Parágrafo Único: Para assegurar a efetividade das garantias constantes neste artigo, o Município, em convênio com a iniciativa privada e instituições de defesa dos idosos, valer-se-á dos seguintes meios:

I – Construção de moradias populares destinadas à habitação de pessoas idosas e condizentes com suas reais capacidades econômicas; II – provimento de lares comunitários dotados de infraestrutura médica, odontológica e psicológica e voltados para o desenvolvimento e de atividades condizentes com as condições físicas e psíquicas dos idosos necessitados economicamente (SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, Lei Orgânica, 2014).

O Art. 301 da Lei Orgânica de São José dos Campos dispõe que “são garantidos aos idosos programas especiais de alfabetização e acesso aos diferentes níveis de ensino junto à rede pública municipal”. No Art. 302 consta que “é dever do município garantir aos idosos o acesso aos meios de transporte coletivo urbano, facilitando sua participação na vida social e cultural”. No Art. 303: “são asseguradas às pessoas idosas condições apropriadas que permitam o acesso, a frequência e a participação em todos os serviços e programas culturais, educacionais, recreativos e de lazer”. A seção III “Do Esporte e Lazer”, item VII do Art. 339, faz referência “à adequação de locais já existentes, na criação de novos espaços esportivos, planejando a construção de ambientes estruturados para prática de esportes aos portadores de deficiência, idosos, de maneira integrada aos demais cidadãos” (SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, Lei Orgânica, 2014).

No Brasil existem instrumentos legais importantes que intervêm nos processos urbanos e, especialmente, na produção do espaço, regulamentando, controlando ou direcionando-os, como o Estatuto da Cidade e o Estatuto da Metrópole. O Estatuto da

Cidade (2001) regulamenta o capítulo da Constituição Federal (CF) de 1988 que trata da Política Urbana (Artigos 182 e 183). Já o Estatuto da Metrópole (2015) estabelece normas para regular as funções públicas de interesse comum nas aglomerações urbanas, bem como define diretrizes para a elaboração de Planos Integrados/Metropolitanos (BRASIL, Estatuto da Metrópole, Lei Nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015). O Estatuto da Cidade (2001) estabelece a função social da cidade e da propriedade, o direito à cidade e à cidadania (vida urbana digna com a garantia dos direitos aos serviços urbanos e equipamentos públicos) e gestão democrática da cidade (garantia da participação popular). Esse Estatuto traz instrumentos que oportunizam o processo de desenvolvimento urbano, a exemplo os instrumentos Jurídicos e Urbanísticos, de Regularização Fundiária e de democratização da gestão municipal.

É por meio da elaboração do Plano Diretor que se constata, pelo menos em tese, se esses instrumentos estão sendo efetivos para o desenvolvimento urbano e se a cidade que temos está próxima da que queremos e, se não está, qual instrumento precisa ser utilizado para que se atinja esse objetivo. A função social da cidade e da propriedade, que propõe como lema “Cidades inclusivas, participativas e socialmente justas”, define quatro eixos temáticos: O Brasil urbano: a cidade que temos; a função social da cidade e da propriedade; o Plano Diretor, e a cidade que queremos (BRASIL, PDDI, 2018).

Sabe-se que os marcos regulatórios dos municípios são compostos por instrumentos de planejamento urbano que deveriam, do ponto de vista social, organizar os espaços visando garantir uma cidade mais equilibrada, inclusiva, e, sobretudo, com qualidade de vida. No entanto, sabe-se, por outro lado, que esses instrumentos definem o uso, desenho e ocupação dos espaços da cidade, atrelados à racionalidade da dinâmica do mercado.

Os limites atuais da política urbana e sua lógica perversa nos impõem refletir sobre o capítulo da Gestão Democrática, previsto no artigo 43, do Estatuto da Cidade (Lei n. 10.257, de julho de 2001), segundo o qual a política urbana deve ser exercida como "gestão democrática, por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade, na formulação, execução e

acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano" (BRASIL, Estatuto da cidade, 2001).

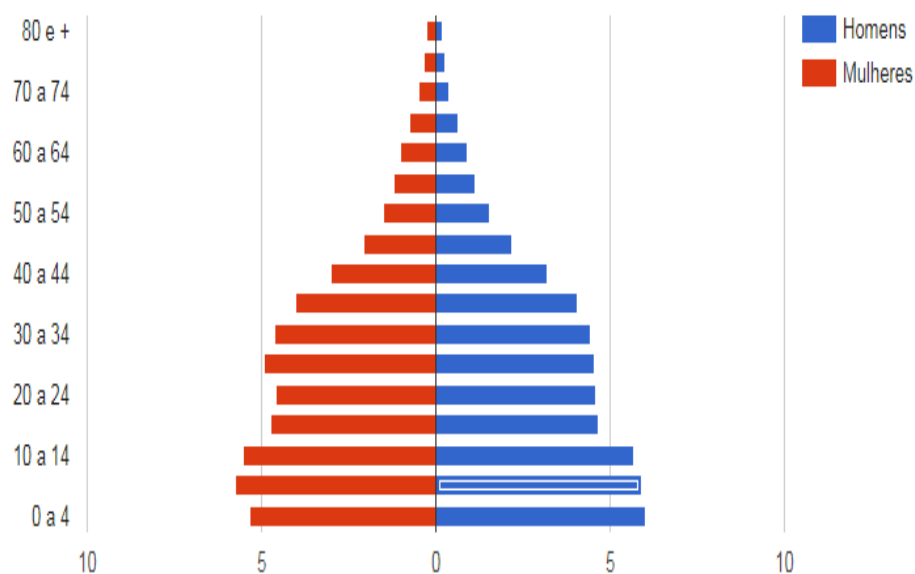
Por meio das narrativas dos idosos participantes desta pesquisa, a imagem projetada da cidade de São José dos Campos como polo tecnológico, com elevado IDH, não é coerente com as reais necessidades das pessoas que vivenciam o processo de envelhecimento nos mais variados lugares desta cidade. Portanto, tendo como base depoimentos de quinze pessoas idosas, na condição de moradores, representantes das cinco regiões da cidade de São José dos Campos, pretende-se, por meio de análise qualitativa exploratória, verificar as reflexões que os idosos fazem sobre envelhecer na cidade em que moram e sobre a projeção de cidade ideal que atenda às suas demandas.

Pretende-se levantar debates e discussões sobre as reais condições da cidade que temos e de que forma, em específico, os instrumentos urbanísticos da cidade de São José dos Campos acomodam os interesses e demandas das pessoas idosas. Consultar essa população sobre a cidade que se tem e a cidade ideal onde as pessoas idosas desejam envelhecer constitui-se em uma forma de analisar as reais condições de acesso dessa população à cidade e propor políticas públicas que atendam e garantam a constituição de cidades mais inclusivas, que acolham os efetivos interesses dessa população, não como simples expectadores urbanos, mas como atores sociais na construção de seu cotidiano.

6.3 Envelhecimento e urbanização: condições intraurbanas diferenciadas

O Gráfico 31 demonstra que no município de São José dos Campos, em 1991, os indicadores sociais sobre a longevidade/aumento da expectativa média de vida acompanharam o movimento da pirâmide etária nacional. Isso quer dizer que havia mais crianças, mais jovens e menos pessoas idosas.

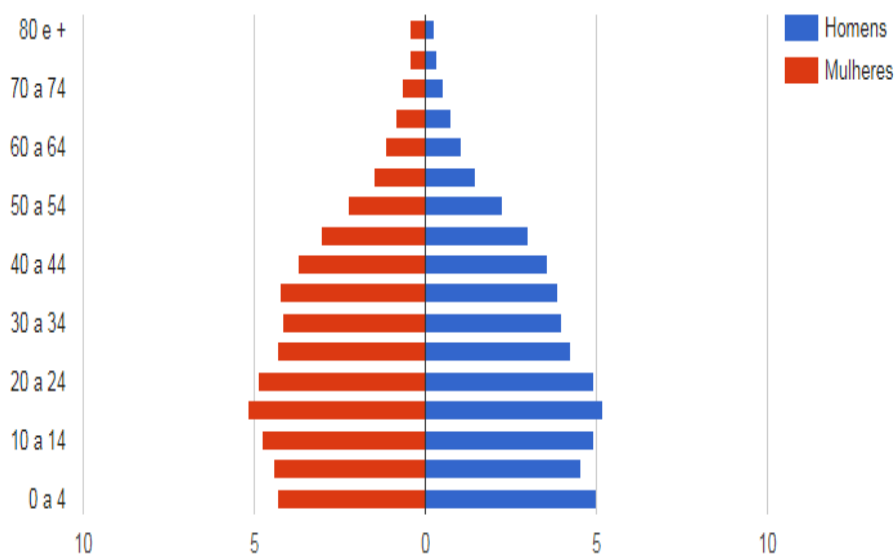
Gráfico 31 - Pirâmide Etária de São José dos Campos (1991)



Fonte: PNUD, IPEA e FJP.

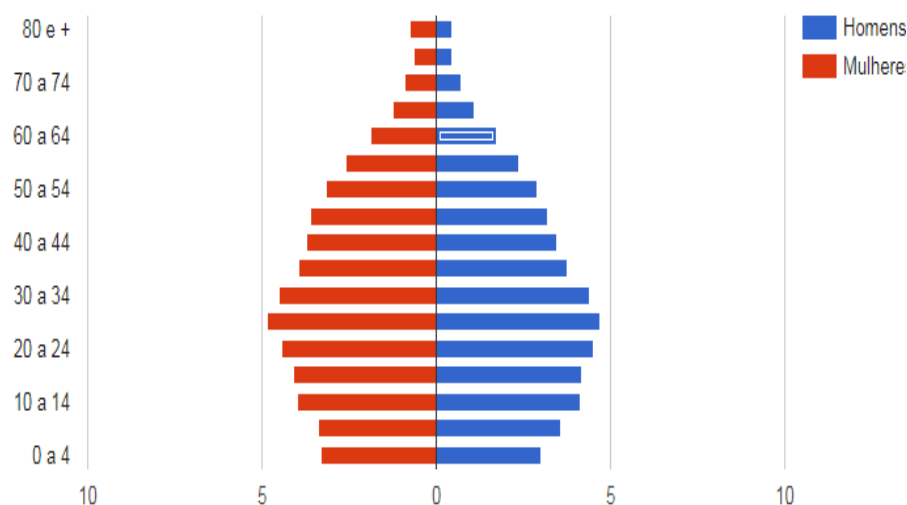
A partir do ano 2000, o município de São José dos Campos refletiu o aumento da longevidade humana e expectativa média de vida. Os gráficos 32 e 33 demonstram a continuidade da diminuição da taxa de natalidade e o aumento da quantidade de pessoas idosas.

Gráfico 32 - Pirâmide Etária de São José dos Campos (2000)



Fonte: PNUD, IPEA e FJP.

Gráfico 33 - Pirâmide Etária de São José dos Campos (2010)



Fonte: PNUD, IPEA e FJP.

A Tabela 14 traz a distribuição em grupo etário por região no município de São José dos Campos.

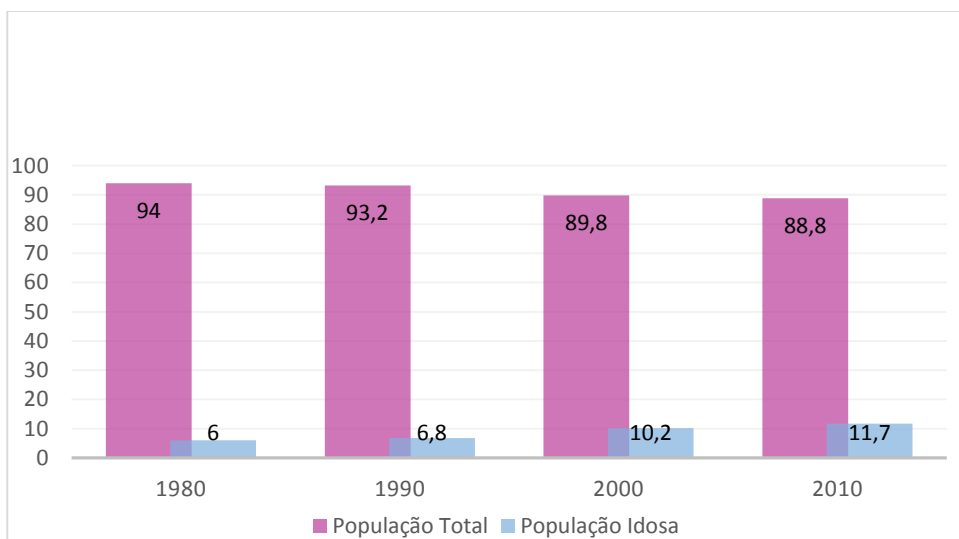
Tabela 14 - Distribuição por grupo etário na cidade de São José dos Campos/SP

Grupo etário	São José dos Campos						São Francisco Xavier
	Centro	Norte	Leste	Sudeste	Sul	Oeste	
Crianças (0-14 anos)	16%	22%	23%	25%	22%	19%	25%
Jovens (15-29 anos)	24%	27%	28%	27%	28%	23%	24%
Adultos (30-39 anos)	43%	40%	41%	41%	41%	49%	39%
Idosos (60 anos e mais)	18%	11%	8%	8%	9%	10%	13%

Fonte: IBGE – Censo de 2010.

No município de São José dos Campos, a projeção realizada entre 1980 e 2010 está coerente com o fenômeno em nível mundial e nacional. Ou seja, há correspondência desse fenômeno, com a diminuição da quantidade de pessoas idosas residentes na zona rural e com o aumento da quantidade de pessoas idosas residentes na zona urbana, conforme o Gráfico 34, a seguir.

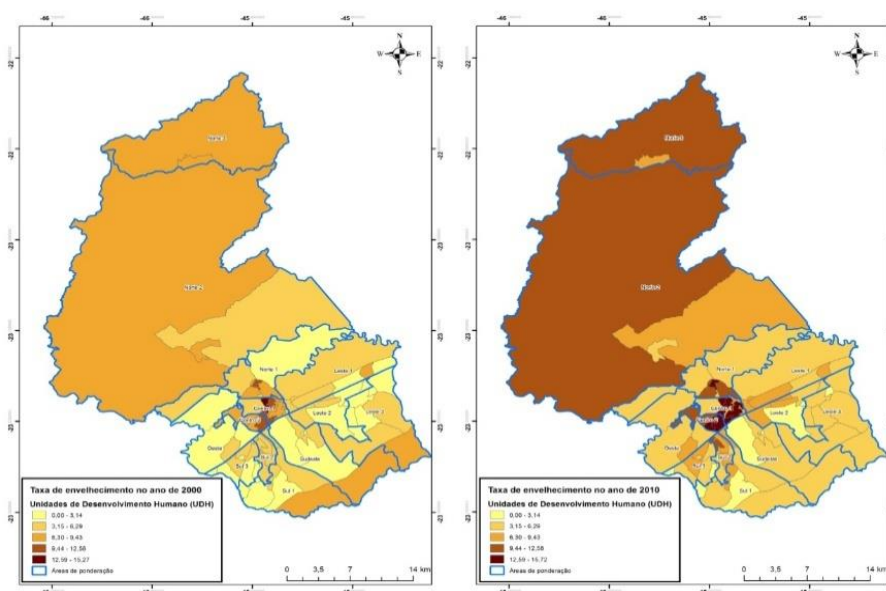
Gráfico 34 - População idosa em área rural de São José dos Campos/SP (1980, 1990, 2000 e 2010. Projeções demográficas)



Fonte: A autora, 2020.

A Figura 12 mostra a taxa de envelhecimento no município de São José dos Campos, entre 2000 e 2010 e a concentração da população idosa na região central da cidade.

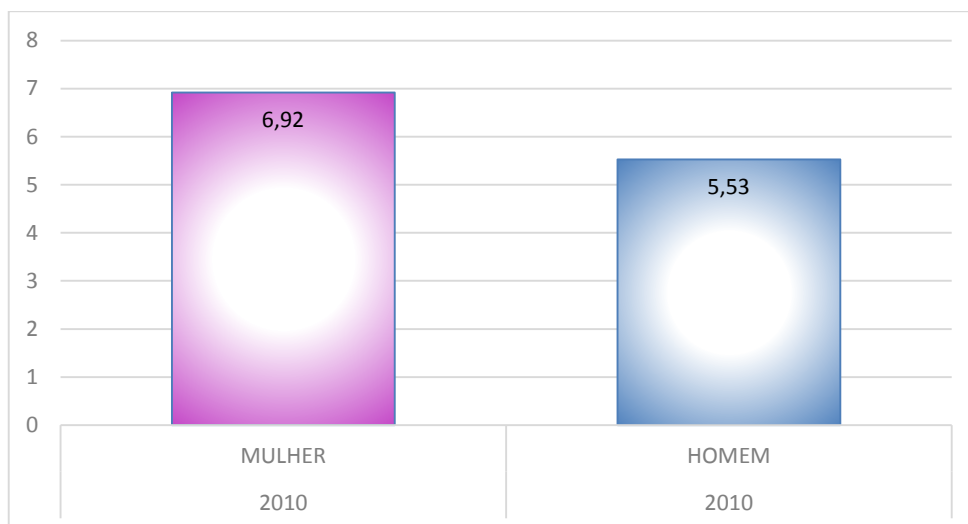
Figura 12 - Taxa de Envelhecimento em São José dos Campos/SP (2000-2010)



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2013.

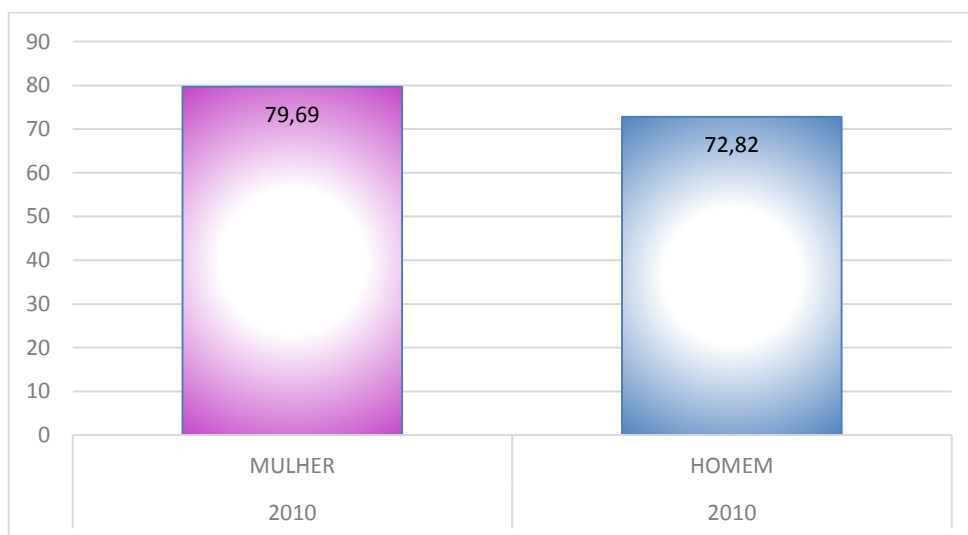
A taxa de envelhecimento e esperança de vida, por sexo, no ano de 2010, também está em consonância com os dados nacional e estadual: uma longevidade e uma expectativa de vida maior por parte das mulheres (Gráficos 35 e 36).

Gráfico 35 - Taxa de Envelhecimento por Sexo em São José dos Campos/SP (2010)



Fonte: PNUD, 2013.

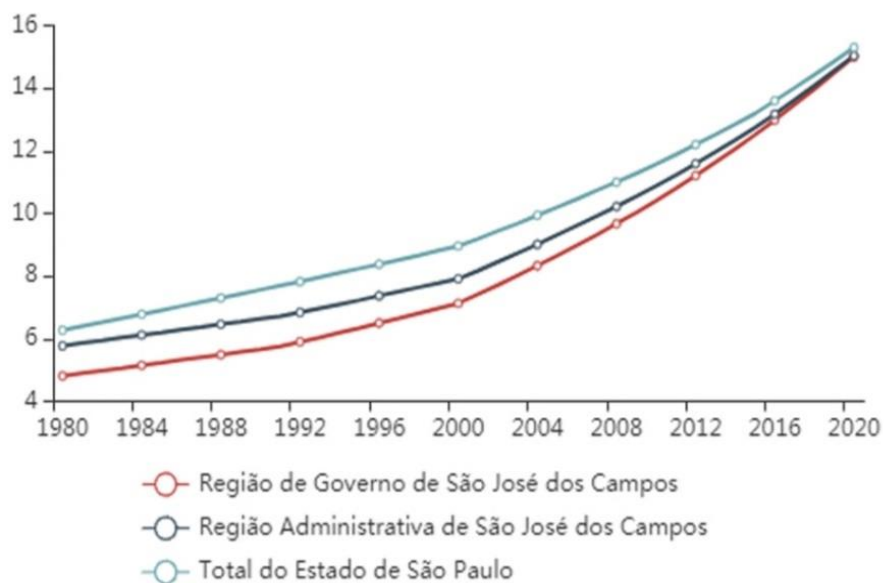
Gráfico 36 - Esperança de Vida por Sexo em São José dos Campos/SP – em anos (2010)



Fonte: PNUD, 2013.

O Gráfico 37 mostra o crescimento da população com 60 e mais anos na cidade de São José dos Campos e o total do estado de São Paulo. O crescimento é mais relevante a partir do ano de 2000.

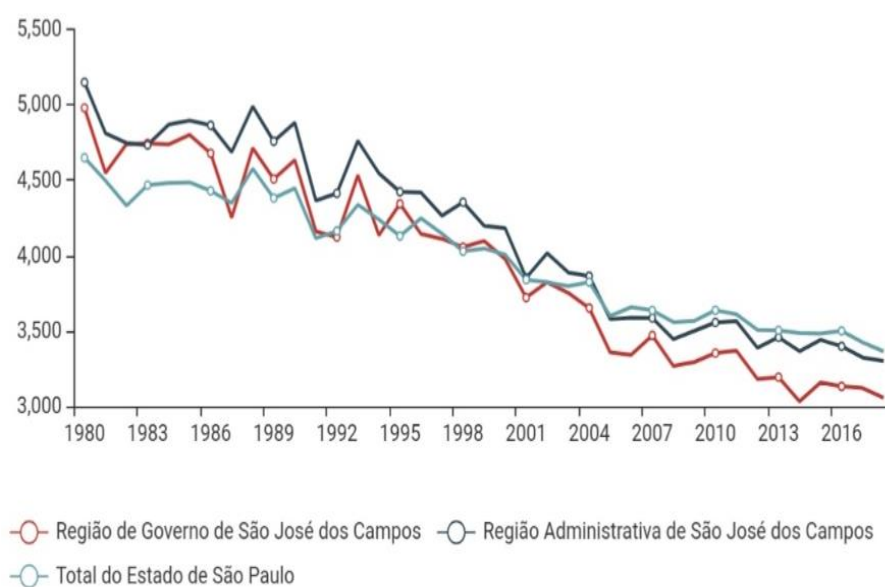
Gráfico 37 - População com 60 e mais anos em % (1980 - 2020)



Fonte: SEADE, 2020.

Dessa maneira, no Gráfico 38, nota-se a diminuição da taxa de mortalidade da população com 60 anos e mais em São José dos Campos e, no total do estado de São Paulo, a partir do mesmo ano, ou seja, de 2000.

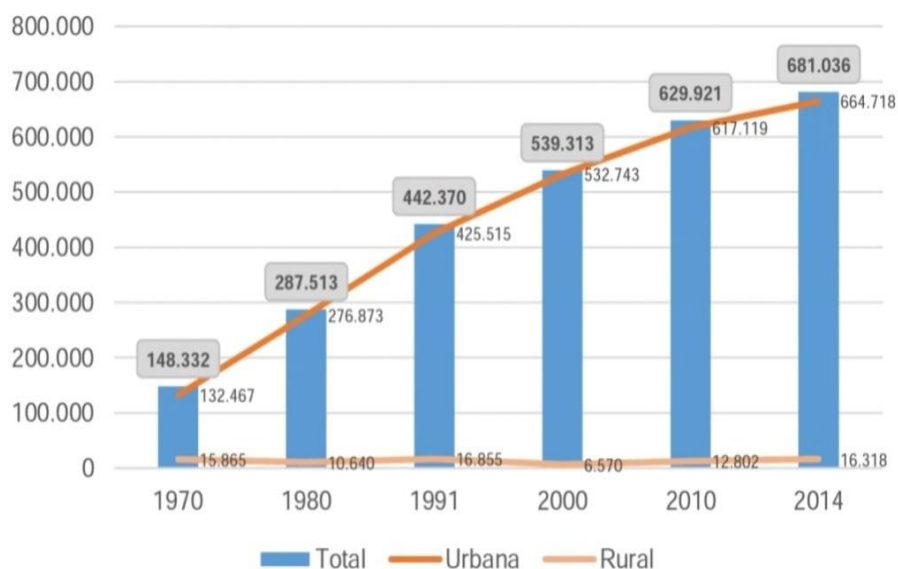
Gráfico 38 - Taxa de Mortalidade da População de 60 anos e mais (por cem mil habitantes nessa faixa etária) (1980 - 2018)



Fonte: SEADE, 2018.

O Gráfico 39 mostra que no ano de 1970 houve um grande aumento na população urbana de São José dos Campos, enquanto, no mesmo período, a população rural diminuiu.

Gráfico 39 - Evolução da população de São José dos Campos/SP (1970 - 2014)



Fonte: IBGE; IPPLAN, 2012; Plano Diretor de Mobilidade Urbana de São José dos Campos PlanMob SJC, 2015.

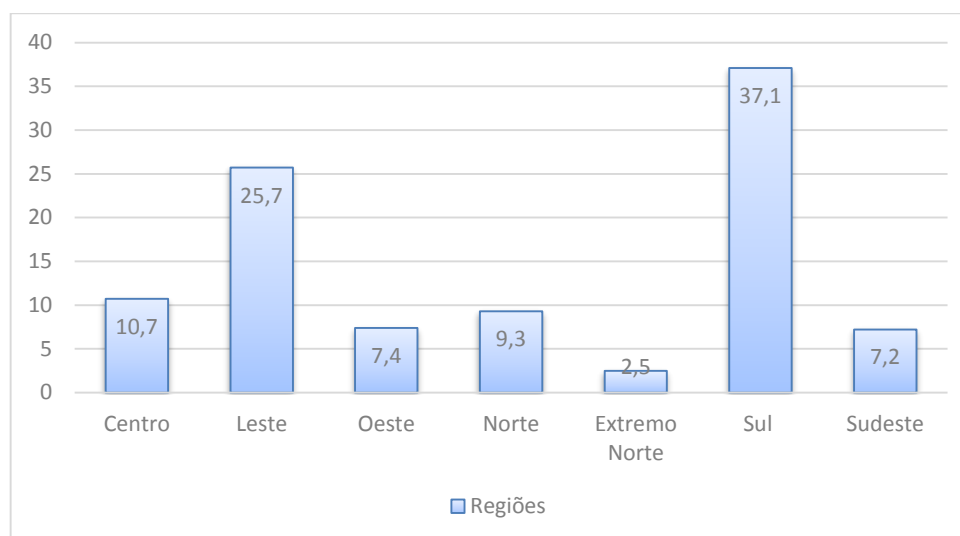
A Tabela 15 e o Gráfico 40 refletem o crescimento da população joseense por unidades territoriais com destaque para a região Sul, até o ano de 2014.

Tabela 15 - Evolução da população por Unidade Territorial (2000-2014)

UNIDADES TERRITORIAIS	ANO			TGCA (% a.a)	
	2000	2010	2014	00-10	Out/14
São Paulo	37.032.403	41.262.199	42.673.797	1,09	0,84
São José dos Campos	539.313	629.921	681.036	1,57	1,97
Centro	70.701	72.115	72.913	0,20	0,28
Leste	136.274	160.990	174.933	1,68	2,10
Oeste	25.294	41.163	50.115	4,99	5,04
Norte	54.377	59.800	62.859	0,96	1,26
Extremo-norte	12.855	15.514	17.014	1,90	2,33
Sudeste	40.151	46.803	50.556	1,54	1,95
Sul	199.661	233.536	252.646	1,58	1,99

Fonte: Censo Demográfico IBGE; IPPLAN, 2012; Plano Diretor de Mobilidade Urbana de São José dos Campos PlanMob SJC, 2015.

Gráfico 40 - População por Zona de Tráfego em São José dos Campos/SP – 2014 (%)



Fonte: Censo Demográfico IBGE; IPPLAN, 2012; Plano Diretor de Mobilidade Urbana de São José dos Campos PlanMob SJC, 2015.

No que se refere à situação do domicílio em São José dos Campos, pode-se observar na Tabela 16 um aumento relevante da população que vive em áreas urbanas na cidade.

Tabela 16 - População de São José dos Campos/SP, por sexo e situação do domicílio (2016-2020)

Períodos	População	População Masculina	População Feminina	Razão de Sexos	População Urbana	População Rural
2016	680.008	332.732	347.276	95,81	666.174	13.834
2017	687.544	336.338	351.206	95,77	673.557	13.987
2018	695.163	339.983	355.180	95,72	681.021	14.142
2019	702.866	343.667	359.199	95,68	688.567	14.299
2020	710.654	347.392	363.262	95,63	696.197	14.457

Fonte: SEADE, 2020.

A Tabela 17 reflete a quantidade de domicílios particulares ocupados por região, ou seja, os domicílios particulares, permanentes ou improvisados, que, na data de referência, estavam ocupados por moradores.

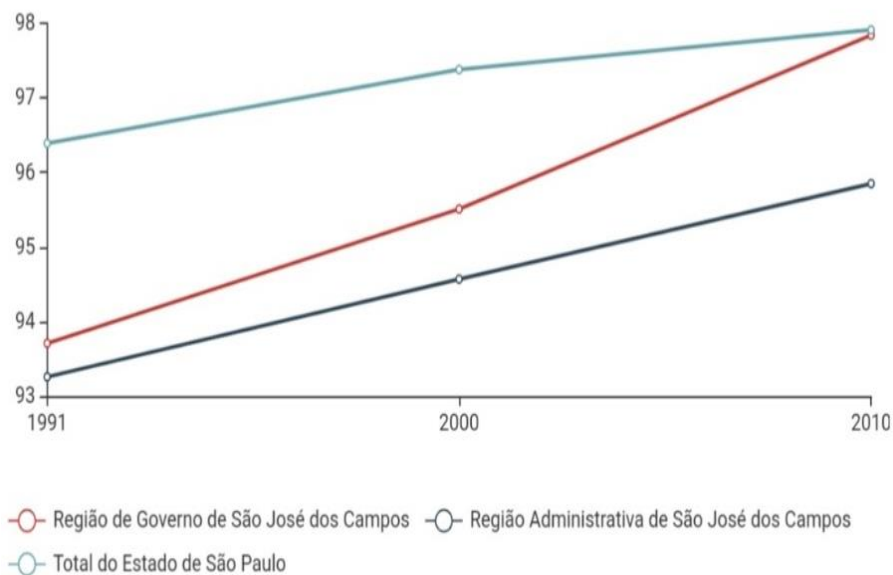
Tabela 17 - Domicílios particulares por Região em São José dos Campos/SP (2010)

Região	Domicílios particulares ocupados	Pessoas residentes	Moradores/domicílio
Centro	24.690	72.115	2,9
Norte	17.646	59.800	3,4
Leste	46.829	160.990	3,4
Sudeste	12.680	45.800	3,6
Sul	69.198	233.536	3,4
Oeste	13.490	41.163	3,1
SFX	437	1.342	3,1

Fonte: IBGE – Censo de 2010 e estimativas IPPLAN/PMSJC.

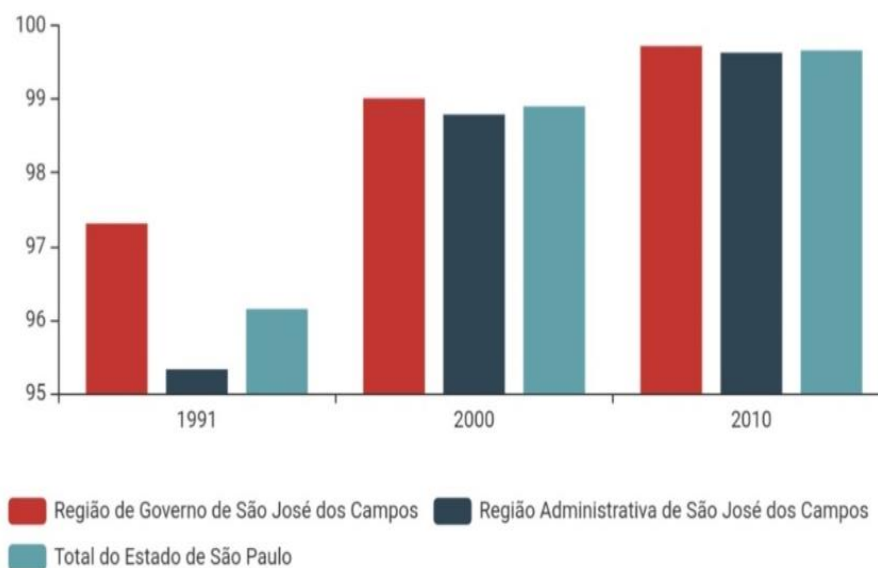
A partir de 2000 houve um aumento dos serviços de abastecimento de água, coleta de lixo e esgoto sanitário no município de São José dos Campos e no estado de São Paulo, segundo o último censo demográfico, entre 1991 a 2010 (Gráficos 41, 42 e 43). Desse modo, ao relacionar estes dados com os Gráficos 37 e 38 (população com 60 e mais anos e taxa de mortalidade da população de 60 anos e mais), pode-se observar uma melhora na qualidade de vida da população.

Gráfico 41 - Abastecimento de água – Nível de atendimento – Censo Demográfico em % (1991-2000-2010)



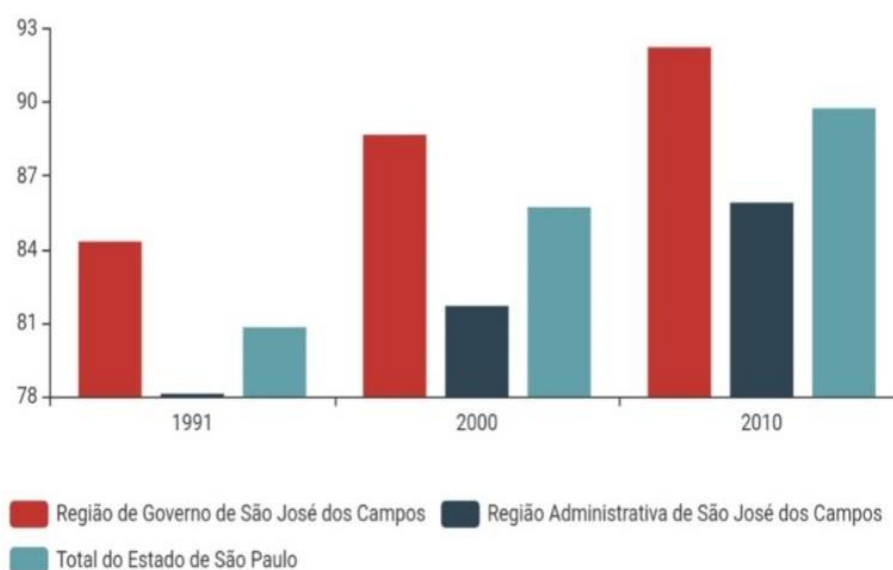
Fonte: SEADE, 2010.

Gráfico 42 - Coleta de lixo – Nível de atendimento – Censo Demográfico em % (1991-2000-2010)



Fonte: SEADE, 2010.

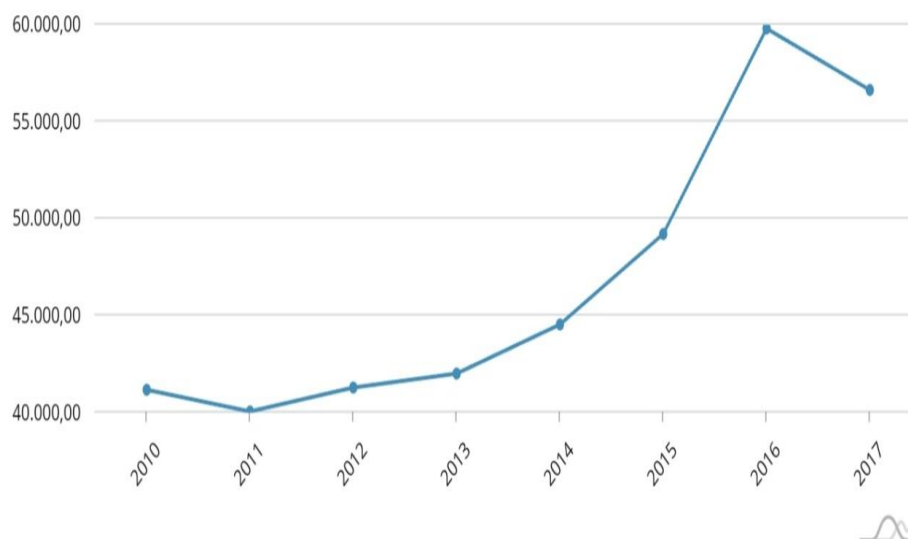
Gráfico 43 - Esgoto sanitário – Nível de atendimento – Censo Demográfico em % (1991-2000-2010)



Fonte: SEADE, 2010.

Em 2016, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita em São José dos Campos obteve seu maior pico entre os anos de 2010 e 2017, enquanto o menor foi em 2011, conforme o Gráfico 44.

Gráfico 44 - PIB per capita em São José dos Campos/SP (2010-2017)



Fonte: IBGE, 2017.

A Tabela 18 evidencia a renda média per capita nas regiões de São José dos Campos, em 2010. Há destaque para o Extremo-norte com menor renda, enquanto a região Oeste se destaca por ter a maior renda, com R\$ 2.057,95.

Tabela 18 - Comparativo de Renda Média por Zona de Tráfego (2010)

Zona de Tráfego	Renda média per capita 2010
Centro	R\$ 1.290,91
Leste	R\$ 580,77
Oeste	R\$ 2.057,95
Norte	R\$ 517,41
Extremo-norte	R\$ 506,56
Sul	R\$ 715,90
Sudeste	R\$ 714,09
TOTAL	R\$ 911,94

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010; Plano Diretor de Mobilidade Urbana de São José dos Campos PlanMob SJC, 2015.

Referente aos empregos em 2014, a região central de São José dos Campos oferece o maior número de empregos para a população, no município, conforme Tabela 19.

Tabela 19 - Empregos por Zona de Tráfego (2014)

Zona de Tráfego	Empregos 2014	Densidade de empregos (empr/hab)
Centro	96.888	1,3
Leste	57.786	0,3
Oeste	37.050	0,7
Norte	15.651	0,2
Extremo-norte	6.453	0,4
Sul	76.718	0,3
Sudeste	28.292	0,6
TOTAL	318.838	0,5

Fonte: Censo Demográfico IBGE; IPPLAN, 2012; Plano Diretor de Mobilidade Urbana de São José dos Campos PlanMob SJC, 2015.

No município de São José dos Campos nota-se que a população com idade entre 0 e 34 anos diminuiu, enquanto a de 35 a 59 cresceu. Além disso, outro aspecto ainda mais expressivo é o crescimento da população com 60 e mais anos evidenciado nas Tabelas 20, 21 e 22.

Tabela 20 - População de São José dos Campos/SP, por grupos de idade 0-34 anos (2016-2020)

Períodos	Pop. de 0 a 4 anos	Pop. de 5 a 9 anos	Pop. de 10 a 14 anos	Pop. de 15 a 19 anos	Pop. de 20 a 24 anos	Pop. de 25 a 29 anos	Pop. de 30 a 34 anos
2016	48.518	43.720	43.859	50.974	54.304	58.371	61.376
2017	48.171	45.042	43.619	49.484	54.360	57.903	61.079
2018	47.802	46.378	43.360	48.012	54.387	57.409	60.756
2019	47.411	47.731	43.080	46.558	54.386	56.889	60.403
2020	46.998	49.097	42.779	45.127	54.356	56.344	60.023

Fonte: SEADE, 2020.

Tabela 21 - População de São José dos Campos/SP, por grupos de idade 35-59 anos (2016-2020)

Períodos	População de 35 a 39 anos	População de 40 a 44 anos	População de 45 a 49 anos	População de 50 a 54 anos	População de 55 a 59 anos
2016	57.573	50.104	45.552	42.585	37.934
2017	58.673	51.660	46.263	43.032	38.743
2018	59.763	53.236	46.962	43.461	39.551
2019	60.842	54.832	47.645	43.873	40.356
2020	61.907	56.447	48.314	44.265	41.157

Fonte: SEADE, 2020.

Tabela 22 - População de São José dos Campos/SP, por grupos de idade 60 e mais anos (2016-2020)

Períodos	População de 60 a 64 anos	População de 65 a 69 anos	População de 70 a 74 anos	População de 75 anos e mais
2016	30.909	22.387	14.265	17.577
2017	32.061	23.686	15.371	18.397
2018	33.238	25.047	16.554	19.247
2019	34.442	26.472	17.820	20.126
2020	35.670	27.964	19.172	21.034

Fonte: SEADE, 2020.

A Tabela 23 evidencia a taxa de crescimento anual da população no município de São José dos Campos, com uma diminuição considerável desde o ano 1991.

Tabela 23 - Taxa de Crescimento Anual da População de São José dos Campos/SP (1991-2020)

Períodos	Taxa de Crescimento Anual da População – 2010/2020 (em % a.a.)	Taxa de Crescimento Anual da População – 2000/2010 (em % a.a.)	Taxa de Crescimento Anual da População – 1991/2000 (em % a.a.)	Taxa de Crescimento Anual da População – 1980/1991 (em % a.a.)
1991				3,99
2000			2,29	
2010		1,57		
2020	1,23			

Fonte: SEADE, 2020.

A Tabela 24 traz a porcentagem de pessoas com renda per capita inferior a meio salário mínimo e os dependentes de idosos no município de São José dos Campos.

Tabela 24 - % de pessoas em domicílios com renda per capita inferior a meio salário mínimo (de 2010) e dependentes de idosos em São José dos Campos/SP

ANO	%
2000	1.27
2010	0.76

Fonte: IPEA – Atlas da Vulnerabilidade Social, 2010.

Os indicadores mostraram que, nas duas últimas décadas, vem se mantendo o aumento progressivo na quantidade de pessoas idosas, no Brasil, no estado de São Paulo e no município de São José dos Campos. As mulheres e homens brancos vivem mais do que as mulheres e homens negros, dado este que pode estar relacionado

com a questão de renda. Outro aspecto relevante para o presente estudo é que vem aumentando a expectativa média de vida, sendo que os idosos e idosas residem em sua maioria na região central e na zona urbana de São José dos Campos.

7 ENVELHECIMENTO HUMANO E CIDADE IDEAL: CONJECTURAS DE IDOSOS, MORADORES DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS⁷

Quanto à metodologia, a pesquisa possui caráter exploratório e reflexivo, pautando-se nas análises quantitativas e qualitativas, com base na história de vida de quinze (15) pessoas idosas, moradoras da cidade de São José dos Campos. Segundo José Luís Neves (1996, p. 1), a pesquisa qualitativa faz com que o pesquisador esteja em contato direto com seu objeto de estudo, de modo a entender os fenômenos a partir da perspectiva “dos participantes na situação estudada”, e assim, situar suas interpretações. Para o autor, esse método:

Assume diferentes significados no campo das Ciências Sociais. Compreende um conjunto de diferentes técnicas interpretativas que visam a descrever e a decodificar os componentes de um sistema complexo de significados. Tem por objetivo traduzir e expressar o sentido dos fenômenos do mundo social; trata-se de reduzir a distância entre indicador e indicado, entre teoria e dados, entre contexto e ação (NEVES, 1996, p. 1).

Para Denzin e Lincoln (2006), a pesquisa qualitativa envolve uma abordagem interpretativa do mundo. Os pesquisadores que se utilizam dessa metodologia estudam as coisas em seus cenários naturais, tentando entender os fenômenos em termos dos significados que as pessoas a eles conferem. A pesquisa qualitativa confere importância fundamental aos depoimentos dos atores sociais envolvidos, aos discursos e aos significados transmitidos por eles. Nesse sentido, esse tipo de pesquisa preza pela descrição detalhada dos fenômenos e dos elementos que o envolvem (VIEIRA e ZOUAIN, 2005).

A análise qualitativa parte do princípio de que “determinados procedimentos de obtenção, verificação e sistematização do conhecimento levam em consideração a concepção do mundo e da posição do homem dentro dele” (FERNANDES, 1977, p. 50). As metodologias qualitativas privilegiam, de modo geral, a análise de micro processos, por meio do estudo das ações sociais individuais e grupais, entendidas como unidades sociais que compõem as totalidades. Neste sentido, a questão da representatividade, tão inerente aos estudos quantitativos, é um ponto pelo qual a metodologia qualitativa é criticada. Muitos estudiosos, reticentes à metodologia

⁷ Essa seção, que apresenta os resultados da pesquisa, foi submetida à revista *Temporalis*, editada pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. <https://periodicos.ufes.br/index.php/temporalis>.

qualitativa, perguntam até que ponto ela seria representativa do conjunto de casos componentes de uma sociedade. Seja como for, do ponto de vista estatístico, também restarão sempre dúvidas acerca da representatividade das análises quantitativas (MARTINS, 2004).

Para critério de exclusão, não participam da pesquisa pessoas com menos de 65 anos, que não mantenham sua capacidade de autonomia, que não tenham uma história de vida vinculada à história da cidade de São José dos Campos, ou que não garantam a condição de heterogeneidade dos discursos e representações sociais dos sujeitos, característica esta fundamental para a presente pesquisa.

Trazer os idosos para refletirem sobre suas projeções de cidade ideal consiste em um exercício de imaginação utópica que pode inspirar ações ou, de forma alinhada à proposta da tese, a uma utopia praticável. Reconhecer suas narrativas é uma forma de compreender a lógica social que se sustenta na contemporaneidade e validar a ideia de que o ser humano não existe apenas para aceitar seu destino, e sim para usar a razão e construir o futuro.

Nessa seção, validamos as narrativas de 15 pessoas idosas, moradoras da cidade de São José dos Campos que projetaram, na imaginação, os sonhos e esperanças de outros espaços, carregados de subjetividades, ao mesmo tempo que fizeram críticas à cidade que habitam. Foi entrevistado pelo menos um morador de cada região, distribuindo-se da seguinte forma: um morador da zona Norte, dois da região Sul, três da região Leste, um da Oeste, quatro da região Central, um da região Sudoeste, dois do distrito de São Francisco Xavier e dois de Eugênio de Melo. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Vale do Paraíba e recebeu o n. de Protocolo CAAE 22103019.4.0000.5503 (ANEXO A).

Foram considerados como critérios de seleção dos participantes da pesquisa a disponibilidade, a representação da diversidade do perfil socioeconômico e a diversidade de histórias de vida ligadas às diferentes formas de envelhecer. Para critério de inclusão foram consideradas pessoas com 65 anos ou mais que estão envelhecendo na cidade de São José dos Campos, em situações diversas, nos quesitos; situação de moradia, estado civil, perfil socioeconômico, nível de escolaridade e histórias de vida.

Alguns participantes foram escolhidos por serem conhecidos pela pesquisadora; outros foram sugeridos por profissionais que atuam na área social e/ou na área da Gerontologia e, a maioria, foi indicada pelos próprios participantes da pesquisa.

De início, a ideia foi realizar as entrevistas na modalidade presencial. Para a coleta das histórias de vida, respeitou-se a disponibilidade de agenda de cada depoente. O local do encontro foi determinado pelos sujeitos da pesquisa, visando garantir maior privacidade e redução do risco de desconforto durante a coleta das narrativas. Desta forma, para a coleta dos relatos, foi disponibilizada uma sala reservada, que garantiu o sigilo, o anonimato e o conforto dos sujeitos, na Faculdade da Terceira Idade da Univap, que fica no Campus Castejon, na região central da cidade de São José dos Campos.

No entanto, em razão do contexto da atual situação de saúde no Brasil e no mundo, de contexto pandêmico do COVID-19, que exigiu o distanciamento físico imposto pela Organização Mundial de Saúde (OMS), vimo-nos obrigadas a estabelecer outra técnica de coleta das entrevistas, uma vez que os participantes da pesquisa se enquadravam no grupo de risco. Para garantir o contexto de cuidados éticos inicialmente estabelecido, e a preservação da saúde dos entrevistados, utilizou-se do recurso do aplicativo de celular *WhatsApp*. As perguntas obedeceram a um roteiro preestabelecido (ANEXO B) para nortear o diálogo, sem, contudo, restringir as falas dos idosos, que ficaram à vontade para responderem às perguntas.

A coleta das entrevistas teve autorização prévia dos participantes, para os quais foi apresentado o “Termo de Consentimento Livre Esclarecido” (ANEXO C), com explicações sobre todo o teor da pesquisa. As perguntas desvendaram a crítica que as pessoas idosas fazem da cidade em que vivem e a projeção da cidade ideal para se viver.

Foi realizado, também, um estudo detalhado, com dados demográficos atualizados sobre indicadores que revelam a condição da pessoa idosa e o processo de envelhecimento, no mundo, no Brasil e em São José dos Campos, com projeções para o ano de 2050. A pesquisa pautou-se também em estudo sobre as políticas públicas e políticas sociais que mantêm a pessoa idosa nas questões centrais de suas atuações.

Para análise do conteúdo, foram utilizadas leituras de bibliografias consideradas como referências sobre o objeto de estudo e sobre o tema em questão. Será realizada tabulação dos dados de perfil socioeconômico, para análise quantitativa e caracterização dos participantes da pesquisa, a qual pauta-se em análise qualitativa dos dados e dos depoimentos dos participantes do estudo, partindo da realidade de vida dos próprios sujeitos. A análise e interpretação das falas dos idosos foram realizadas à luz das teorias fundamentais do presente estudo, considerando a possibilidade de aglutinação de conteúdos e articulação das informações disponibilizadas, tanto com a fundamentação teórica, quanto com o contexto sócio-histórico, político, econômico e cultural, visando, exclusivamente, ao máximo de acesso às características individuais, sem desconsiderar a aproximação à totalidade dos sujeitos em questão. Também será elaborado o perfil socioeconômico dos sujeitos que participarão da pesquisa. A História Oral norteará a análise. De acordo com Portelli (2016),

embora a história oral (esteja) sempre associada com a “micro-história” devido ao seu enfoque nas vidas individuais e seu modo de transmissão, o trabalho de seus historiadores varia amplamente. A disposição dos caracteres pode ir da história de vida de um indivíduo à reconstrução do cerne de um processo envolvendo milhões de pessoas; a meta geográfica pode ser um trabalho de campo, uma vizinhança, uma cidade, um fenômeno internacional; o tempo pode variar de 30 minutos para um ou dois séculos (PORTELLI, 2016, p. 27).

Sobre a legitimidade da História Oral, Portelli (IDEM) complementa: “o que uma cultura mais prontamente dirá a respeito de si mesma, o que o povo sente ser a mais segura forma de autoapresentação, pode ser muito revelador” (PORTELLI, 2016, p. 22).

Assim, com o objetivo de realizar um estudo detalhado, com dados demográficos e levantamento de informações qualitativas por meio das técnicas de coleta de entrevistas, a pesquisa terá caráter descritivo, visando um aprofundamento sobre o fenômeno estudado.

Partindo da realidade de vida dos próprios sujeitos, será feita análise qualitativa à luz das teorias fundamentais do presente estudo, cuja Matriz Conceitual foi estruturada nas seguintes categorias de análise: Envelhecimento Biopsicossocial, Produção Social do Espaço; Utopia e Distopia. Será considerada a possibilidade de

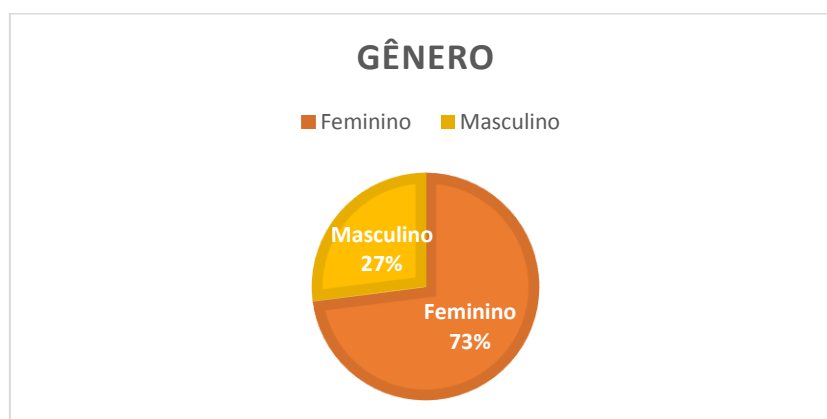
aglutinação de conteúdos e articulação das informações disponibilizadas, tanto com a fundamentação teórica, quanto com o contexto sócio-histórico, político, econômico e cultural, visando, exclusivamente, o máximo de aproximação e acesso à totalidade dos sujeitos em questão, ou seja, quatro idosos⁸, até o momento.

Apresenta-se, inicialmente, o perfil socioeconômico dos participantes da pesquisa para ambientação das falas, com relação às críticas e aspectos positivos levantados pelos depoentes sobre a cidade em que vivem. Na sequência, foram exibidos dois gráficos e duas tabelas contendo os substratos dos discursos dos participantes da pesquisa, organizados em categorias recorrentes durante as entrevistas. O primeiro gráfico traz a crítica à cidade atual e, o segundo, a projeção da cidade ideal para se viver. Foi, por fim, apresentada uma análise dos discursos na perspectiva de um estudo detalhado com caráter descritivo reflexivo visando um aprofundamento sobre o fenômeno estudado.

7.1 Perfil dos participantes da pesquisa

Conhecer o perfil socioeconômico dos sujeitos da pesquisa contribuiu para o processo de reflexão sobre as narrativas das pessoas idosas que participaram desta pesquisa. Do total de 15 entrevistados, 73% pertencem ao gênero feminino, e 27% ao gênero masculino.

Gráfico 45 - Percentual de gênero dos (as) entrevistados (as)

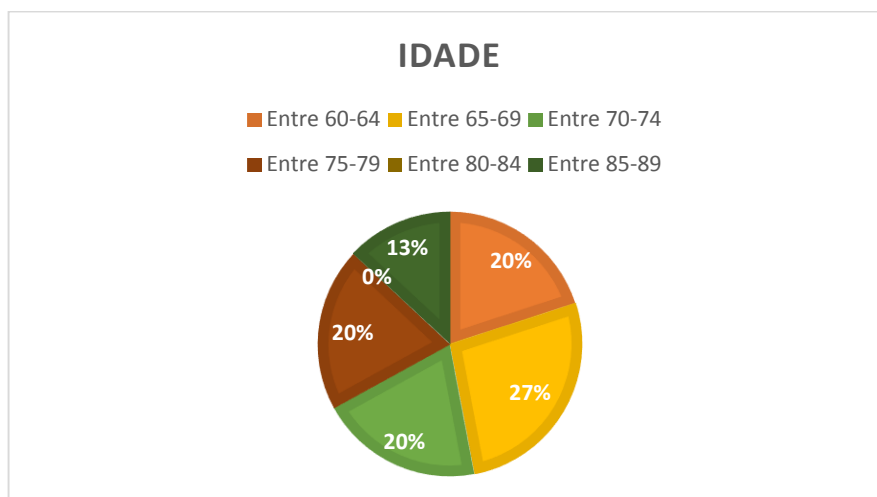


Fonte: Elaboração própria (2020).

⁸ A pesquisa de campo foi interrompida devido à pandemia mundial COVID 19. Segundo orientações da Organização Mundial da Saúde, as pessoas idosas são grupo de risco de contágio. Fonte: Organização Mundial da Saúde (OMS), 2020.

Com relação à idade, 20% têm entre 60 e 64 anos e 27% dos entrevistados têm entre 65 e 69 anos, enquanto os que têm entre 70 e 74 anos e 75 e 79 anos representam 20%. Os entrevistados com idade entre 85 e 89 anos representam 13% do total.

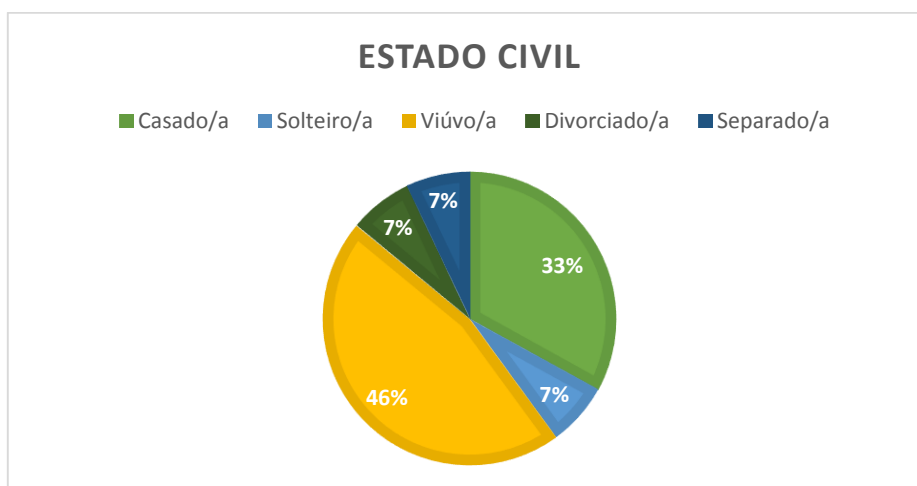
Gráfico 46 - Percentual da idade dos (as) entrevistados (as)



Fonte: Elaboração própria (2020).

No que se refere ao estado civil, a maioria, representada pelos (as) viúvos (as) totalizou 46%, seguido de 33% que se encontram casados (as). Os (as) entrevistados (as) que se afirmam solteiros (as), divorciados (as) e separados (as), representam uma porcentagem de 7% cada (Gráfico 47).

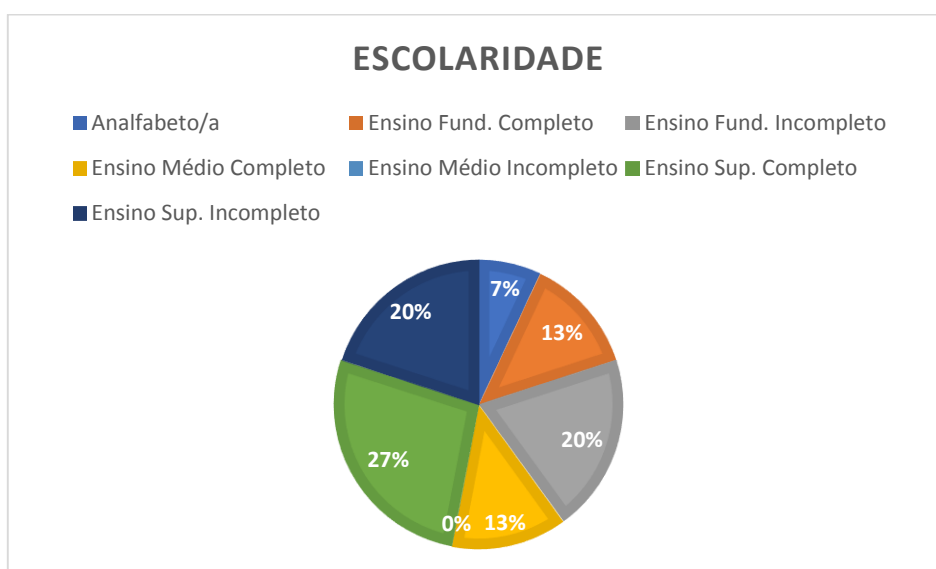
Gráfico 47 - Percentual do estado civil dos (as) entrevistados (as)



Fonte: Elaboração própria (2020).

Sobre a escolaridade dos (as) entrevistados (as), a maior parte (27%) possui ensino superior completo, seguido de 20% que possui ensino superior incompleto e ensino fundamental incompleto. Aqueles que se declaram analfabetos (as) representam 7%, enquanto 13% possuem ensino fundamental e médio completo (Gráfico 48).

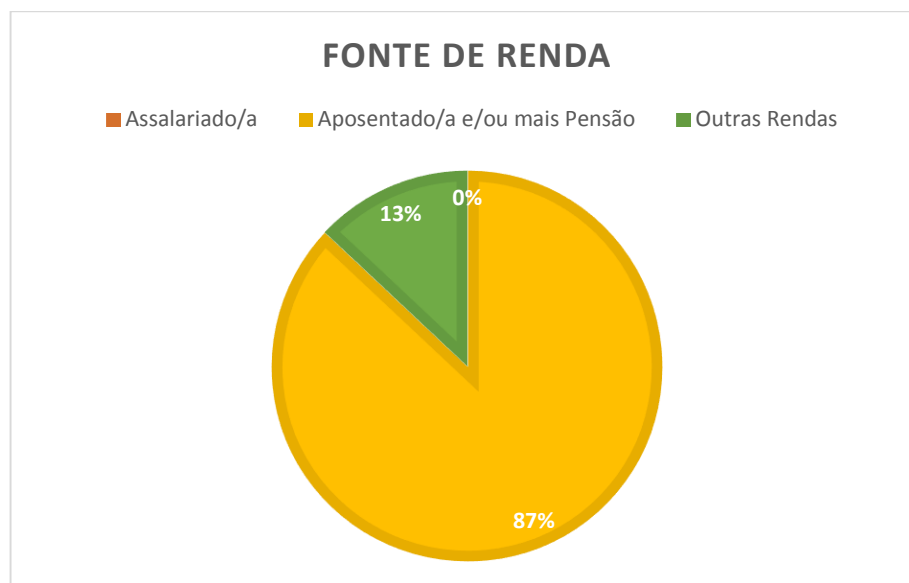
Gráfico 48 - Percentual da escolaridade dos (as) entrevistados (as)



Fonte: Elaboração própria (2020).

Com relação à fonte de renda, 87% afirmam ser aposentados (as), enquanto 13% mantêm outras rendas, advindas, sobretudo, do comércio (Gráfico 49).

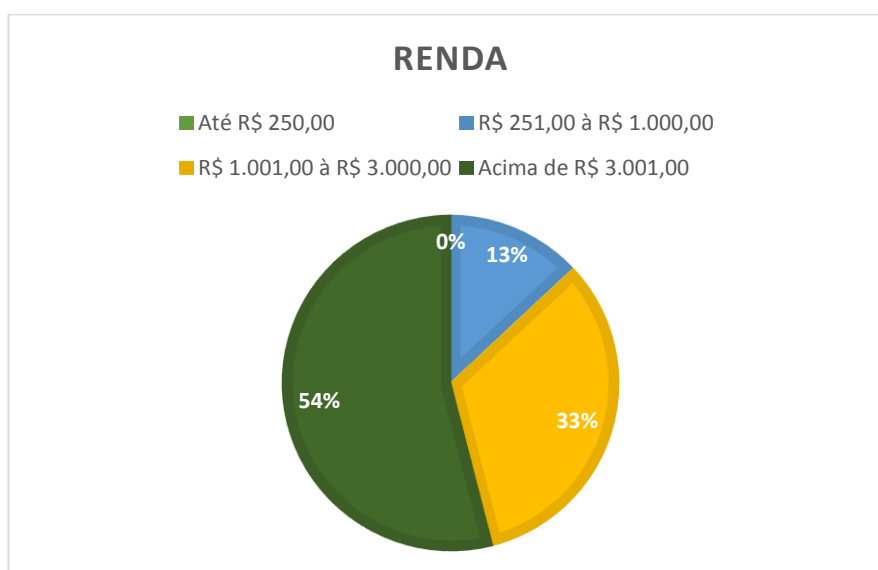
Gráfico 49 - Percentual da fonte de renda dos (as) entrevistados(as)



Fonte: Elaboração própria (2020).

No que diz respeito à renda, mais da metade (54%) recebem acima de R\$ 3.001,00, enquanto 13% têm a renda média em torno de R\$ 251,00 a R\$ 1.000,00. Os entrevistados que afirmam ter renda entre R\$ 1.001,00 a R\$ 3.000,00 possuem um percentual de 33%, ao passo que nenhum entrevistado afirma ter renda de até R\$ 250,00 (Gráfico 50).

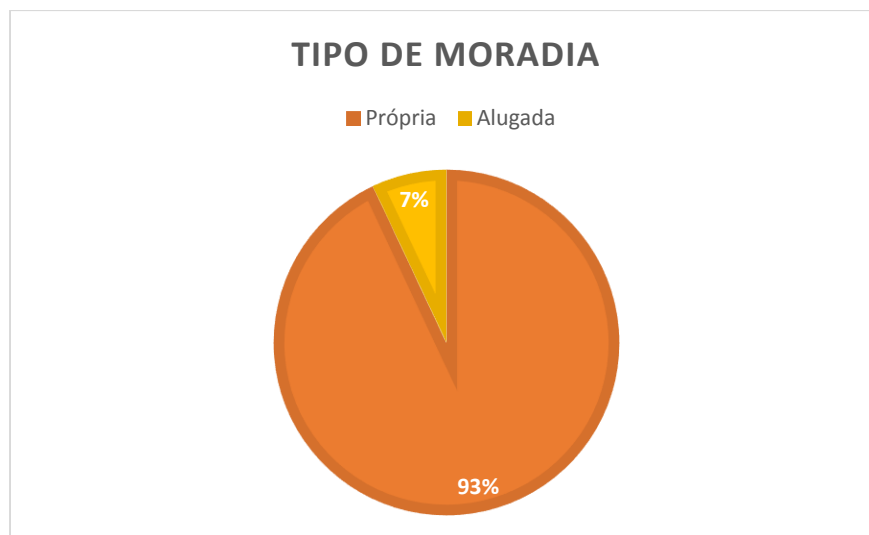
Gráfico 50 - Percentual da renda dos (as) entrevistados (as)



Fonte: Elaboração própria (2020).

Quanto ao tipo de moradia, 93% dos entrevistados possuem casa própria, e 7%, alugada (Gráfico 51).

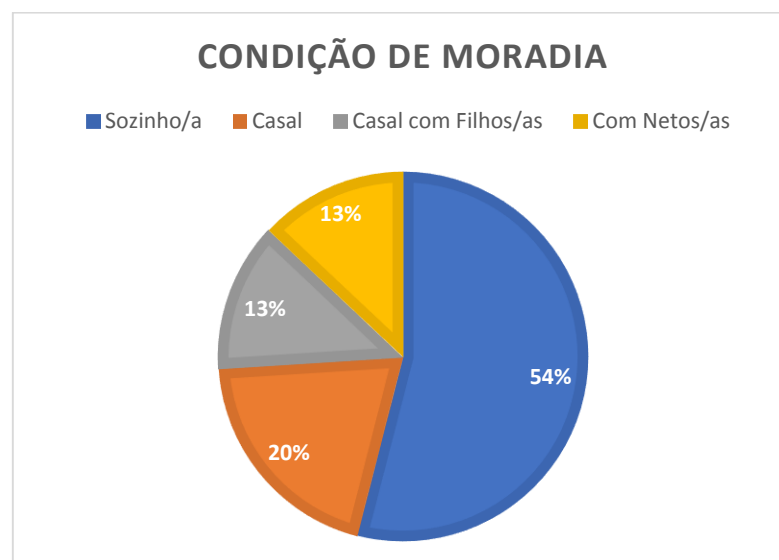
Gráfico 51 - Percentual do tipo de moradia dos (as) entrevistados (as)



Fonte: Elaboração própria (2020).

Dos entrevistados, 54% vivem sozinhos (as), 20% moram com o cônjuge e 13% são casais que moram com filho (a)s, netos/as (Gráfico 52).

Gráfico 52 - Percentual da condição de moradia dos (as) entrevistados(as)

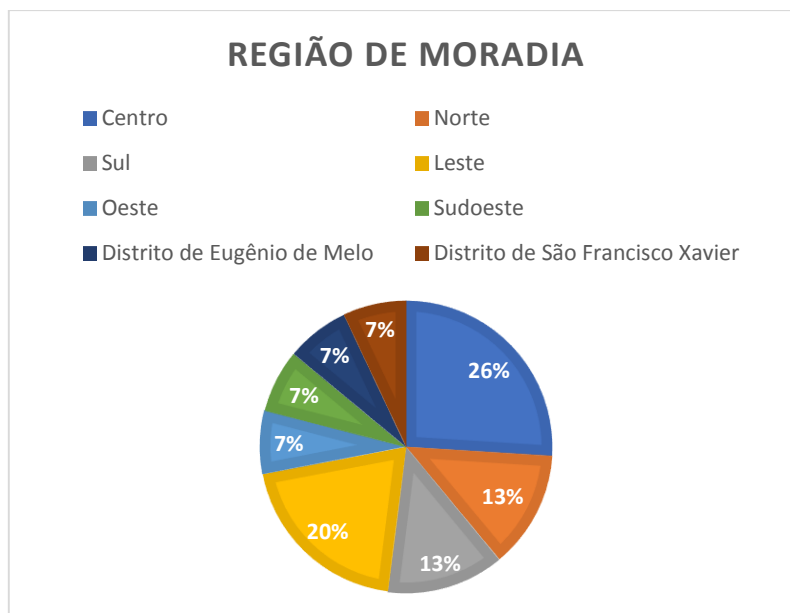


Fonte: Elaboração própria (2020).

Quanto à região, 26%, a maioria dos entrevistados, está localizada no Centro; 20% na região Leste, 13% nas regiões Norte e Sul, seguido pela porcentagem de 7%

em cada região restante: Oeste, Sudoeste, Distrito de Eugênio de Melo e Distrito de São Francisco Xavier de São José dos Campos (Gráfico 53; Figura 13).

Gráfico 53 - Percentual da região de moradia dos (as) entrevistados (as)



Fonte: Elaboração própria (2020).

Figura 13 - Setores socioeconômicos do município de São José dos Campos



Fonte: PMSJC. NEPO/UNICAMP. Atlas das Condições de Vida em São José dos Campos, 2003.

A fim de ambientar a fala dos participantes da pesquisa, o Quadro 3 traz as características de cada região.

Quadro 3 - Características das regiões de São José dos Campos

REGIÃO	CARACTERÍSTICAS
Centro	<p>Região que abrigava os antigos sanatórios, que impulsionaram o crescimento da cidade na década de 1930, por alojar os equipamentos de saúde especializados no tratamento da tuberculose.</p> <p>Local em que se encontram antigos estabelecimentos de início do século XX, como o Mercado Municipal, a biblioteca e o primeiro Paço Municipal.</p> <p>Possui uma Área de Proteção Ambiental, localizada no Banhado, que abriga uma comunidade há cerca de 100 anos, os moradores do Jardim Nova Esperança. O bairro também é conhecido por uma denominação pejorativa de Favela do Banhado. É composto por dois núcleos consolidados, o núcleo I, área mais adensada, ocupada por trabalhadores rurais atraídos pelas ofertas de trabalho na indústria entre 1960 a 1980, e o núcleo II, caracterizado como uma área espalhada por chácaras e ocupada por pequenos agricultores desde a década de 1930⁹.</p>
Norte	<p>Aloja o bairro mais antigo da cidade, Santana, que teve início no final do século XIX. Foi nesse bairro que ocorreu o primeiro foco industrial da cidade, com a concentração da Tecelagem Parahyba (1925) e de sua vila operária, a cerâmica Weiss (1942) e a Rhodia (1949). Devido à localização privilegiada, próxima ao rio Paraíba e à serra da Mantiqueira, o bairro, foco da migração de mineiros, tem na cultura mineira forte expressão.</p>
Leste	<p>Com a inauguração da Rodovia Presidente Dutra em 1951, a região Leste se tornou a mais centralizada e industrializada da cidade, com indústrias transnacionais e com fácil acesso aos dois grandes polos: São Paulo e Rio de Janeiro. É considerada a região tecnológica da cidade, por alojar o Instituto Nacional de Pesquisas espaciais (INPE) e o Parque Tecnológico, além de grandes empresas como Embraer, General Motors (GM), Ericsson e Petrobras. É a segunda região mais populosa da cidade.</p>
Sudeste	<p>É a menor região da cidade, no que se refere à população, e a mais precária com relação ao oferecimento de equipamentos e serviços públicos. Não apresenta bancos e comércio e tem escassez de área de entretenimento. Há grande dificuldade em encontrar informações sobre esta região, mas sabe-se que foi para essa zona que a população removida do centro da cidade, com a política de desfavelização na década de 1980 foi destinada, ironicamente, ao lado da usina de tratamento de lixo.</p> <p>A região é cortada pelo Rio Cambuí e abriga o Centro de Detenção Provisória (CDP), localizado no bairro Putim, além de ser formado por três setores socioeconômicos: Jardim da Granja, CTA e Putim.</p>
Sul	<p>Região com o maior índice populacional da cidade; sua urbanização teve início com a instalação do CTA e o processo de industrialização. A Avenida Andrômeda, via que é um dos maiores polos comerciais da cidade, encontra-se nesta região.</p> <p>A região também apresenta grandes migrações orientais, que aconteceram com a instalação de fábricas como a Panasonic, Kanebo e Matsushita. No que se refere aos setores</p>

⁹ Para maiores informações a respeito do Banhado, Consultar a tese de: SILVA, Douglas Almeida. Planejamento Urbano, campo intelectual e sistema simbólico: a vida no banhado, cartão postal de São José Dos Campos, SP (1937-2016). Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade do Vale do Paraíba, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Planejamento Urbano e Regional. São José dos Campos: Univap, 2020. Disponível em: <https://biblioteca.univap.br/dados/000052/000052ac.pdf>. Acesso: 14 de nov. 2020.

	<p>socioeconômicos, a região é formada por sete, sendo: Vila São Bento, Torrão de Ouro, Campo dos Alemães, Jardim Oriente/Morumbi, Bosque dos Eucaliptos, Jardim Satélite e Parque Industrial.</p> <p>Região com o maior índice populacional da cidade; sua urbanização teve início com a instalação do CTA e com o processo de industrialização na década de 1970. Possui a via com maior ponto comercial da cidade, a Avenida Andrômeda.</p> <p>A região também apresenta grandes migrações orientais, que aconteceram com a instalação de fábricas como a Panasonic, Kanebo e Matsushita.</p>
Oeste	<p>Região que vem apresentando crescimento nos últimos anos. Possui maior segurança devido ao grande número de condomínios fechados e prédios; também apresenta grande área para realização de esportes. A região também abriga a Universidade do Vale do Paraíba e é formada por quatro setores socioeconômicos: Urbanova, Jardim Aquários, Jardim das Indústrias e Limoeiro.</p>
Distrito de São Francisco Xavier	<p>O Setor de São Francisco Xavier é o menos populoso, com aproximadamente 2 mil habitantes. As favelas e ocupações irregulares apresentam 6.500 habitantes.</p> <p>O Distrito fica a 720 metros de altitude e a uma distância de aproximadamente 55 km de São José dos Campos. Conhecido pelo turismo ecológico, sendo possível visitar picos, cumes, serras e quedas d'água. Ainda mantém um recurso de pequeno povoado, perfeitamente integrado ao seu modo de vida, inclusive mantendo algumas tradições como: o artesanato, e festas religiosas que atraem um número grande de turistas. A origem do local está relacionada com o fato de a região ter sido passagem e pouso de tropeiros que vinham de Minas Gerais vender seus produtos em São José dos Campos. Localizado na região Norte da cidade, o Distrito é área de proteção ambiental federal, como parte da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul. Assim, em novembro de 2002, por meio da Lei estadual nº 11.262, criou-se a Área de Proteção Ambiental São Francisco Xavier, a qual tem como objetivo organizar o processo de ocupação do local. Nesse sentido, o Distrito vem atraindo um número cada vez maior de pessoas, o que exige a necessidade de assegurar o bom uso e a sustentabilidade dos recursos naturais.</p>
Distrito de Eugênio de Melo	<p>Conta com 85,8 quilômetros quadrados de área e apresenta algumas peculiaridades na história. No final do século 19, foi a área de produção cafeeira do município.</p> <p>O processo de industrialização pelo qual passou São José dos Campos aconteceu também em Eugênio de Melo, que recebeu a instalação de diversas indústrias, inclusive de grande porte. Em 2006, foi instalado no distrito o Parque Tecnológico, numa parceria entre a Prefeitura de São José dos Campos e o Governo de São Paulo. O núcleo reúne instituições públicas e privadas que visam o estudo e desenvolvimento de tecnologia e, mesmo estando ainda em expansão e consolidação, certamente já oferece uma nova dinâmica ao distrito.</p>

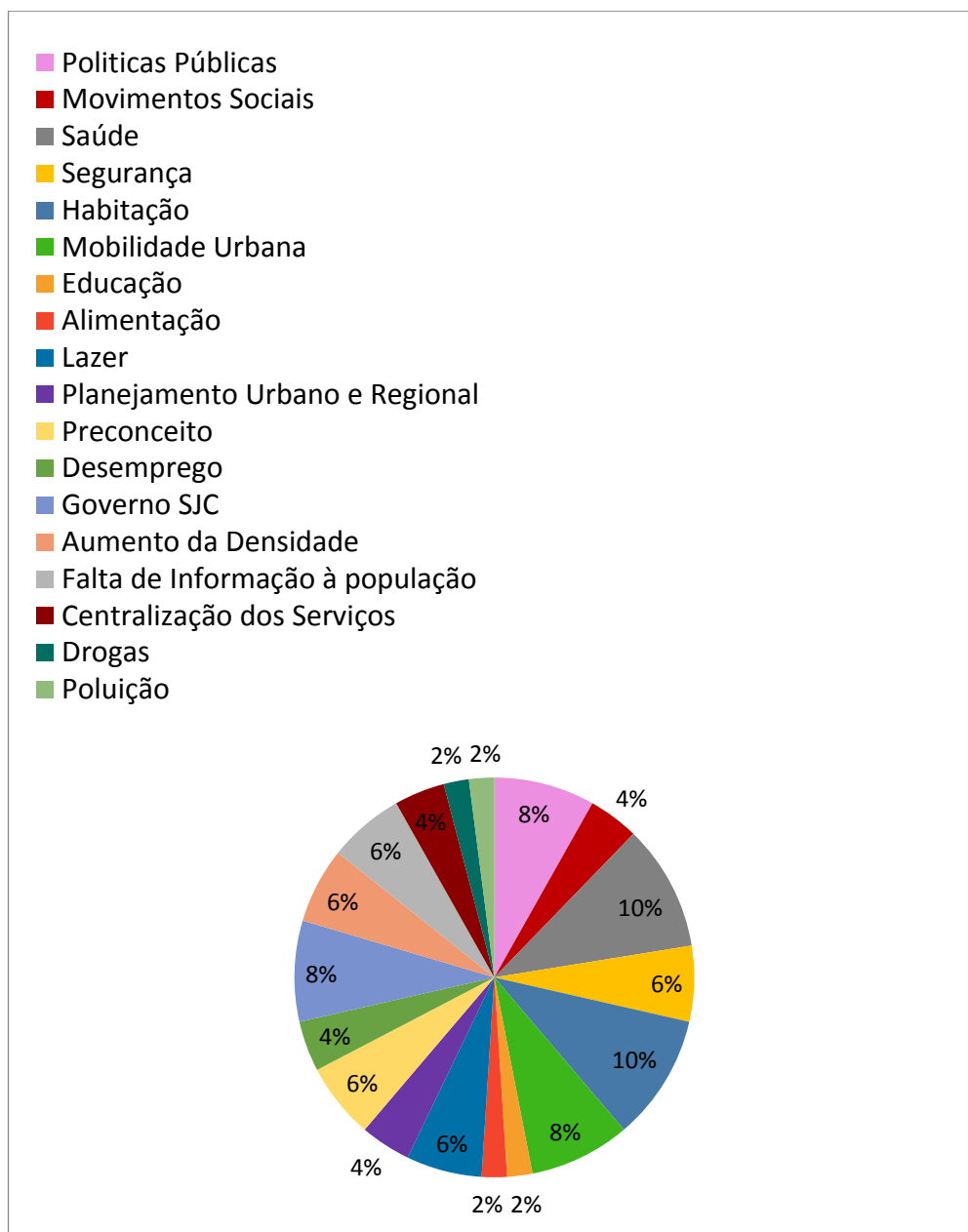
Fonte: Adaptado de Zanetti, Papali e Costa (2017)

7.2 Críticas que os idosos fazem à cidade de São José dos Campos

Para melhor compreensão das narrativas das pessoas idosas participantes da pesquisa, apresentam-se a seguir dois gráficos e tabelas contendo o substrato das

falas organizadas em categorias, com os temas que foram mais recorrentes. O Gráfico 54 e os Quadros 4 a 21 trazem o conteúdo sobre a crítica que os participantes fazem sobre a cidade em que vivem.

Gráfico 54 - Crítica à cidade atual pelos (as) entrevistados(as)



Fonte: Elaboração própria (2020).

De acordo com os Quadros 4 a 21¹⁰, a maior crítica que as pessoas idosas fazem é referente a saúde e habitação (10%), seguida da mobilidade urbana (8%), da

¹⁰ Para a composição dos quadros, as falas dos participantes da pesquisa foram adaptadas, no que se refere à síntese do conteúdo, sem, contudo, descaracterizá-las.

má gestão (8%) e das deficiências de políticas públicas (8%). Também foram destacadas críticas com relação à falta de informação à população (6%), ao aumento da densidade (6%), ao preconceito (6%), ao lazer (6%) e à segurança (6%); à centralização dos serviços (4%), ao desemprego (4%), à ineficiência do planejamento urbano e regional (4%), à falta de movimentos sociais (4%), à poluição (2%), às drogas (2%), alimentação (2%) e educação (2%).

Quadro 4 - Crítica às políticas públicas pelos (as) entrevistados (as)

Políticas Públicas
As políticas do governo não são voltadas para os trabalhadores; Parece que o governo está dando esmola para a população, as pessoas acham normal viver de cesta básica; “A gente não pode dar o peixe, tem que ensinar a pescar”; Falta de política pública para as regiões; No bairro tem serviços de ônibus e asfalto, mas ainda falta muita coisa, praticamente não tem nada; Políticas Públicas péssimas para os idosos.

Fonte: Elaboração própria (2020).

Quadro 5 - Crítica à saúde pelos (as) entrevistados (as)

Saúde
Falta de estrutura; Longa espera na realização de exames; Espera para realização de cirurgia; Demanda maior do que a cidade pode oferecer; Atendimento e estrutura ruins; Estrutura ruim para as pessoas idosas; Espera de dois a três meses para marcar consulta no posto de saúde; Falta de medicamento em postos de retirada; Preferência pelo atendimento em saúde que tem na cidade de São Paulo, por seu problema de saúde (Parkinson).

Fonte: Elaboração própria (2020).

Quadro 6 - Crítica à habitação pelos (as) entrevistados (as)

Habitação
Desqualificação física da cidade no que diz respeito às propriedades, loteamentos nas zonas Norte e Sul de três e quatro mil terrenos; Desumanização, os vizinhos não se reconhecem; Aluguel caro; Demanda maior do que a cidade pode oferecer; A não legalização do bairro atrapalha no seu desenvolvimento; Os moradores do Banhado, localizado na região Central da cidade, não possuem comprovante de residência, pois a Prefeitura alega que os moradores são clandestinos.

Fonte: Elaboração própria (2020).

Quadro 7 - Crítica à educação pelos (as) entrevistados (as)

Educação
Falta de estrutura; Dificuldade para as pessoas que dependem de ensino público;

Estrutura ruim para as pessoas idosas;
Escolas que existiam no Banhado, como a FUNDHAS, foram desativadas pela prefeitura.

Fonte: Elaboração própria (2020).

Quadro 8 - Crítica ao lazer pelos (as) entrevistados (as)

Lazer
Falta de lazer (como praças) para as crianças; Falta de cinema e teatro nos bairros; Só há uma quadra para esporte no Banhado; As pessoas do Banhado não podem fazer festas ou cerimônias religiosas que os moradores dos arredores denunciam.

Fonte: Elaboração própria (2020).

Quadro 9 - Crítica ao preconceito pelos (as) entrevistados (as)

Preconceito
Nem sempre os homens respeitam a mulher que é livre e independente; A cidade não dá vez para quem é negro; É difícil para quem é idoso e, ainda, que mora na periferia arrumar emprego; Para os governantes as periferias não existem, eles criminalizam tudo, diz que só tem marginal, só tem traficante. Isto aborrece principalmente quem é da classe operária, da classe trabalhadora; Ex-presidiários têm dificuldade para marcar consulta no posto de saúde.

Fonte: Elaboração própria (2020).

Quadro 10 - Crítica ao governo de SJC pelos (as) entrevistados (as)

Governo SJC
O disque 156 não resolve as questões relacionadas à saúde; O governo esqueceu a população sofrida; A prefeitura não vê quem mais passa necessidades; A política da prefeitura beneficia empresários e imobiliárias; Dificuldades criadas para a população desistir de seus direitos; Políticos se aproximam da Sociedade Amigos do Bairro para ganhar popularidade e se candidatar; Quem é da periferia é esquecido pela Prefeitura; O bairro do Banhado é perseguido pela prefeitura (guardas na entrada do Banhado); A prefeitura não favorece a classe operária, trabalhadora, principalmente da periferia; O Banhado é esquecido pelo poder público; O poder público quer tirar os moradores do Banhado para formar uma nova cidade, tirando o direito de ir e vir e de sobrevivência da população.

Fonte: Elaboração própria (2020).

Quadro 11 - Crítica à falta de informação à população pelos (as) entrevistados (as)

Falta de Informação à População
Pessoas sem noção dos seus direitos; Não são feitas propagandas dos parques e cachoeiras; Dificuldade e desconhecimento da população dos serviços públicos de atendimento à população; Falta de comunicação e orientação para a participação de idosos na gestão da cidade; Baixa participação dos idosos em diversas atividades.

Fonte: Elaboração própria (2020).

Quadro 12 - Crítica às drogas pelos (as) entrevistados (as)

Drogas
Uso de drogas psicoativas e de álcool gera violência doméstica contra a mulher.

Fonte: Elaboração própria (2020).

Quadro 13 - Crítica aos movimentos sociais pelos (as) entrevistados (as)

Movimentos Sociais
Desmobilização da população Aniquilados no campo das ideias; Movimento Negro enfraquecido na cidade.

Fonte: Elaboração própria (2020).

Quadro 14 - Crítica à segurança pelos (as) entrevistados (as)

Segurança
Antes saía a pé para trabalhar, hoje tem medo; Insegurança em alguns locais; Assalto, bandidagem e arrombamento de casa, “mas isto hoje é geral”; De vez em quando aparece uma onda de roubos.

Fonte: Elaboração própria (2020).

Quadro 15 - Crítica à mobilidade urbana pelos (as) entrevistados (as)

Mobilidade Urbana
A maioria das pessoas tem carro, porém quem não possui tem dificuldades de locomoção e tem que utilizar o precário transporte urbano; Hoje não tem a tranquilidade para ir ao trabalho, como antigamente; Dificuldade de locomoção para as pessoas que dependem de transporte público, principalmente para quem utiliza dois ônibus; Dificuldade de deslocamento, moradias populares longe do centro da cidade; O transporte coletivo do distrito de São Francisco Xavier é péssimo, não tem ônibus nem transporte alternativo; O trânsito é caótico em São José dos Campos.

Fonte: Elaboração própria (2020).

Quadro 16 - Crítica à alimentação pelos (as) entrevistados (as)

Alimentação
Alimentação/ restaurantes caros; Diferenças de acesso aos shoppings e ao Bom Prato.

Fonte: Elaboração própria (2020).

Quadro 17 - Crítica ao planejamento urbano e regional pelos (as) entrevistados (as)

Planejamento Urbano e Regional
A cidade era bem mais “metida”/rica; A cidade tem condição de ter mais locais para lazer; Desejo envelhecer em outra cidade (Paraná); Cidade rica que não disponibiliza nem cesta básica (Fala relacionada à Pandemia de COVID-19). Falta de comércio local e beneficiamento de grandes shoppings; Aglomerações rurais precárias; Não há planejamento para o saneamento básico em São Francisco Xavier, Falta de programa educativo para o saneamento no distrito de São Francisco Xavier; Não há planejamento regional em São Francisco Xavier.

Fonte: Elaboração própria (2020).

Quadro 18 - Crítica ao desemprego pelos (as) entrevistados (as)

Desemprego
Campo de emprego restrito; Não se dá preferência de emprego às pessoas de São José dos Campos; O desemprego aumenta o número de moradores de rua.

Fonte: Elaboração própria (2020).

Quadro 19 - Crítica ao aumento da densidade pelos (as) entrevistados (as)

Aumento da Densidade
Crescimento rápido da população; Aumento da população no distrito de São Francisco Xavier; Antes o bairro era mais calmo, hoje é mais movimentado; As empresas de São José dos Campos trazem pessoas de fora da cidade para trabalhar, contudo não cumprem o que dizem e dificultam a volta destas pessoas à sua cidade de origem.

Fonte: Elaboração própria (2020).

Quadro 20 - Crítica à centralização dos serviços pelos (as) entrevistados (as)

Centralização dos Serviços
As pessoas (governantes) trabalham com voto ¹¹ Falta de comércio, supermercado no bairro; Utilização de serviços de saúde em outros bairros.

Fonte: Elaboração própria (2020).

Quadro 21 - Crítica à poluição pelos (as) entrevistados (as)

Poluição
O centro da cidade é poluído.

Fonte: Elaboração própria (2020).

Evidentemente, todas as cidades têm seus dilemas. Os quadros acima, longe de serem um retrato fiel dos problemas urbanos, trazem alguns pontos que foram destacados pelas pessoas idosas que moram na cidade de São José dos Campos, sede da região Metropolitana do Vale do Paraíba paulista. Algumas críticas se destacam, sobretudo aquelas relacionadas aos moradores do Jardim Nova Esperança, popularmente conhecido como Banhado, zona Central da cidade, que sofrem com a decisão da prefeitura de retirada de todos os moradores da área. Essa questão, bem como as outras levantadas pelos idosos nos quadros acima, serão aprofundadas nas subseções a seguir.

¹¹ Fala relacionada à recente construção da Ponte Estaiada, na zona central da cidade que levantou amplos debates da oposição pelos elevados gastos da receita pública.

7.3 Cidade real e cidade ideal: utopia e distopia nas narrativas dos idosos

As narrativas não são isentas de ideologias e nem tampouco se constituem como expressão pura da realidade, mas elas são a forma mais eficiente para se compreender a complexidade vivida, pois é a soma das vivências cotidianas que compõem os dados mais próximos possíveis do “real”.

Essa subseção discorre sobre a simbiose entre utopia e a distopia, por meio das informações fornecidas pelas pessoas idosas, como forma de fazer valer as críticas das cidades reais e as projeções de cidade que se quer alcançar. Certamente, a população urbana, sobretudo idosa, que experimenta o dia a dia das cidades, tem considerações a fazer sobre ela. Entre desejos e ponderações, todos têm, em sua subjetividade, imagens de uma cidade ideal pautada na cidade real.

Os dados da longevidade e do envelhecimento estrutural da sociedade, disponibilizados ao longo dessa pesquisa, nos levam a questionar se a maneira que vivemos poderia ou não ser melhorada. Nesse sentido, o presente se torna mecanismo de projeção e nos aponta para o quadro ideal da nossa condição humana.

Ao se utilizar o conceito de utopia, ligado à projeção de um mundo ideal, propõe-se uma ruptura, uma prática organizadora e crítica da sociedade existente; ou seja, os dados da longevidade nos conduzem a refletir sobre mudanças de concepção da forma como se vive em ambiente urbano e nos impõe a desmistificação das ideias que cercam a velhice, a marginalização do segmento e a negligência sofrida pelos idosos, desafiando-nos a pensar em nosso próprio futuro. Nessa subseção, a cidade real, retratada pelos participantes por meio dos Quadros 4 a 21, cruza-se com a cidade ideal (Quadros 22 a 37) e nos auxilia a projetar as possibilidades.

Gráfico 55 - Cidade ideal pelos (as) entrevistados (as)



Fonte: Elaboração própria (2020).

Para a projeção da cidade ideal, os entrevistados apontaram para a melhora na saúde (14%), transporte público acessível e de qualidade (12%), mais espaços de lazer (11%), sentimento de coletividade e respeito (11%), melhoras nos serviços e políticas públicas (9%), assistência ao idoso (7%), oferta de emprego (7%), investimento na educação (5%), humanização (5%), mais segurança (4%), habitação digna (4%), orientação sobre os serviços ofertados (4%), alimentação (2%), entendimento de mundo (2%) e entendimento de totalidade (2%). Nota-se que, para 4% dos participantes, a cidade de São José dos Campos é perfeita e não há necessidade de mudança.

Quadro 22 - Cidade ideal, noção de coletividade e respeito pelos (as) entrevistados (as)

Noção de Coletividade e Respeito
<p>Cidade ideal é aquela (em) que</p> <ul style="list-style-type: none"> - O idoso deveria ser mais respeitado, principalmente no ônibus; - O idoso com maior poder aquisitivo precisa se envolver com o mais simples; (interação); - Seja mais integrada, com bairros mais integrados; - Os produtos não aumentem em contextos de crise (econômica e sanitária), é uma questão democrática¹² - Haja maior participação das pessoas em todos os sentidos, com união e não divisão, assim como uma associação forte; - Haja mais participação dos idosos em grupos de dança.

Fonte: Elaboração própria (2020).

Quadro 23 - Cidade ideal, humanização pelos (as) entrevistados (as)

Humanização
<p>Cidade ideal é aquela</p> <ul style="list-style-type: none"> - Mais humana; - Que permita às pessoas saírem e se divertirem sem se preocuparem.

Fonte: Elaboração própria (2020).

Quadro 24 - Cidade ideal, transporte público acessível e de qualidade pelos(as) entrevistados (as)

Transporte Público Acessível e de Qualidade
<p>Cidade ideal é aquela</p> <ul style="list-style-type: none"> - Cujos ônibus são mais seguros; - Que respeita os idosos dentro dos transportes coletivos; - Que tem oferta de ônibus na cidade de forma igualitária; - Que isenta o acesso a transporte público interestadual; - Que investe no transporte coletivo entre os bairros¹³

Fonte: Elaboração própria (2020).

¹² A fala corresponde à elevação de preço dos produtos no atual contexto de pandemia, com a elevação dos itens de primeira necessidade e bens de consumo.

¹³ Desejo de uma moradora do distrito de São Francisco Xavier.

Quadro 25 - Cidade ideal, mais segurança pelos (as) entrevistados (as)

Mais Segurança
Cidade ideal é aquela que tem: Segurança pública; Segurança em toda a cidade de forma igualitária.

Fonte: Elaboração própria (2020).

Quadro 26 - Cidade ideal, orientação sobre os serviços ofertados pelos (as) entrevistados (as)

Sobre os Serviços Ofertados
Cidade ideal é aquela - Em que as atividades fornecidas ao ar livre para os idosos (para atividades físicas) tenham orientação de profissionais da Educação Física; - Que os idosos tenham informações sobre como viajar de forma gratuita, assim como ocorre no transporte coletivo da cidade.

Fonte: Elaboração própria (2020).

Quadro 27 - Cidade ideal, oferta de emprego pelos (as) entrevistados (as)

Oferta de Emprego
Cidade ideal é aquela que tenha - Trabalho para todos de forma igual, independentemente de onde moram; - Igualdade no emprego.

Fonte: Elaboração própria (2020).

Quadro 28 - Cidade ideal, habitação digna pelos (as) entrevistados (as)

Habitação Digna
Cidade ideal é aquela que: - Tem casas com rampa ¹⁴ , sem escadas, para o idoso; - Permite às pessoas reformarem suas casas ¹⁵ ; - Tenha rede de esgoto para todos; - Tenha os bairros legalizados e a documentação das propriedades; - Ofereça uma habitação digna.

Fonte: Elaboração própria (2020).

Quadro 29 - Cidade ideal, entendimento de totalidade pelos (as) entrevistados (as)

Entendimento de Totalidade
Cidade ideal é aquela em que - As pessoas tenham capacidade de invenção para construir o mundo, sem terem que ficar à mercê do mercado; - Haja distribuição social da riqueza; - O Estado atenda ao conjunto da sociedade; - A Sociedade seja mais justa, sem distinção de renda.

Fonte: Elaboração própria (2020).

¹⁴ Trata-se de uma crítica à arquitetura das Casas Populares.

¹⁵ Trata-se do depoimento da moradora do Banhado (Quadro 3), zona de litígio com a prefeitura, que alega ilegalidade do bairro. A idosa é proibida de reformar sua casa por viver pressão da prefeitura em remover as famílias que residem nesse bairro, para construção de malha viária.

Quadro 30 - Cidade ideal, melhorias nos serviços e políticas públicas pelos (as) entrevistados (as)

Melhorias nos Serviços e Políticas Públicas
<p>Cidade ideal é aquela (em) que</p> <ul style="list-style-type: none"> - Pensa nos pequenininhos; - Não haja perigo de sair à noite e cair na calçada; - Os idosos sejam respeitados e considerados pelo governo; - Todos que atinjam certa idade tenham direito de se aposentar; - Todos tenham como pagar alguns serviços públicos ofertados¹⁶; - Ofereça atividades que preencham mais o tempo dos idosos; - Os serviços públicos sejam melhorados; - Assista bem ao idoso; - A administração pública se preocupa com os idosos; - Tenha um mercado público acessível para as pessoas de baixa renda; - Invista mais em academias; - Tenha mais mobilidade; - Tenha mais políticas sociais (como a Secretaria de Habitação); - Tenha mais investimentos na saúde; - Tenha mais investimento em emprego; - Invista mais na educação, pois muitos idosos não sabem ler e nem escrever o nome; - Olha para aqueles que já deram o suor e estão abandonados; - Legaliza o bairro para que os moradores tenham um lugar certo para morar, com endereços definidos, sem que utilizem o de outra pessoa¹⁷; - Ter Casa do Idoso e outras Instituições para distrair a pessoa idosa.

Fonte: Elaboração própria (2020).

Quadro 31 - Cidade ideal, alimentação ideal pelos (as) entrevistados (as)

Alimentação
<p>A cidade ideal é aquela (em)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Cuja alimentação seja saudável; - Que os alimentos sejam produzidos sem química.

Fonte: Elaboração própria (2020).

Quadro 32 - Cidade ideal, melhoria na saúde pelos (as) entrevistados (as)

Melhoria na Saúde
<p>A cidade ideal é aquela que tem</p> <ul style="list-style-type: none"> - A universalização do SUS; - Mais médicos; - Funcionários da Prefeitura para atender as pessoas no postinho para cuidar da família; - Verbas destinadas à saúde: equipamentos, infraestrutura, medicação; - Facilidade em marcar consultas para o idoso que, pela idade avançada, tem exames alterados; - Vários hospitais geriátricos; - Mais sustentação e assistência médica para o idoso, “a saúde é tudo, o idoso com saúde vive bem”; - Mais investimento em saúde, educação as pessoas participam mais, tem boas escolas; - Melhor atendimento ao idoso; - Disponibilização de medicamentos, pois há remédios muito caros para o idoso comprar com sua mísera aposentadoria; - Atenção do governo à saúde.

Fonte: Elaboração própria (2020).

¹⁶ Essa fala corresponde à indignação de uma pessoa idosa que não se conforma que a natação oferecida na Casa do Idoso seja paga.

¹⁷ Fala associada à morador do Banhado, que mora em bairro considerado como irregular (Quadro 3).

Quadro 33 - Cidade ideal, mais espaços de lazer pelos (as) entrevistados (as)

Mais Espaços de Lazer
Cidade ideal é aquela que tem - Mais lazer; - Mais arte; - Investimento em atividades culturais como peças de teatro, cinema e shows de música, “não apenas sair para comer”.

Fonte: Elaboração própria (2020).

Quadro 34 - Cidade ideal, assistência ao idoso pelos (as) entrevistados (as)

Assistência ao Idoso
Cidade ideal é aquela (em) que - Tenha assistência de forma plena ao idoso; - O idoso não precise depender dos filhos; - Haja assistência adequada ao idoso, principalmente àquele que vive de aposentadoria.

Fonte: Elaboração própria (2020).

Quadro 35 - Cidade ideal, investimento na educação pelos (as) entrevistados (as)

Investimento na Educação
Cidade ideal é aquela (em) que - As verbas sejam investidas na educação conforme demandas; - As pessoas participam da gestão pública e da educação.

Fonte: Elaboração própria (2020).

Quadro 36 - Cidade ideal, entendimento de mundo pelos (as) entrevistados (as)

Entendimento de Mundo
Cidade Ideal é aquela em que - As pessoas se preocupem com o mundo; - As pessoas tenham condições de compreensão do mundo.

Fonte: Elaboração própria (2020).

Quadro 37 - Cidade ideal, não há necessidade de mudança pelos (as) entrevistados (as)

Não Há Necessidade de Mudança/ SJC é a cidade ideal pra se viver
A cidade é boa, tem bastante opção, é bonita e acolhedora; A cidade é tranquila, possui fácil locomoção e lugares para estacionar, diferente da cidade de São Paulo.

Fonte: Elaboração própria (2020).

7.4 Reflexão sobre as narrativas dos idosos

A busca por um estado de existência melhorado está presente nas diferentes expressões e aspirações do pensamento utópico. Os dados levantados a partir das narrativas dos participantes da pesquisa, apresentados na seção 6, evidenciaram um espaço ideal não tão utópico. Percebeu-se que a cidade ideal não é o domínio exclusivo do inalcançável, mas explora o espaço entre o possível e o impossível.

Para Bosi (2003), a riqueza dos testemunhos reside na revelação das diferenças entre a percepção de diversas pessoas sobre a mesma situação segundo sua própria visão de mundo. A dificuldade então é conseguir se aproximar do fato puro, já que cada pessoa possui individualidades em sua forma de pensar e elas são formadas a partir das temporalidades vividas. Passado, presente e futuro se entrelaçam no exercício de projeções espaciais. Nesse sentido, as memórias se tornam constructos que permitem a soma de novas informações com fins de transformar o que o cenário social impõe como distopia abrindo caminho para a reflexão das imagens possíveis.

Certamente, as narrativas das pessoas idosas, moradoras da cidade de São José dos Campos, são imbricações das falas de lugares e lugares de fala. As diferenças socioespaciais apareceram nos enunciados das pessoas idosas legitimando as experiências vividas no âmbito da práxis e das relações que estruturam os lugares sociais e os amplos sentidos do viver ou sobreviver social. Supondo que é impossível estabelecer medidas mensuráveis de padrão macrosociais, descarta-se aqui a tentativa de teorização mais geral sobre a sociedade procurando induzir reflexões a partir dos fragmentos microsociais sobre a dinâmica do mundo social (ELIAS, 1992). Ocupando a área definida pelos limites predeterminados dos seus territórios, as narrativas dos idosos de São José dos Campos se constituem como aspectos microsociais das estruturas mais gerais da vida social, ao mesmo tempo que expressam vivências compartilhadas da dinâmica macrosocial.

É importante ressaltar que foi mantido o anonimato dos participantes adotando-se um código com as letras PP, de Participante da Pesquisa, acompanhado do número de ordem de concessão da entrevista (PP1, PP2, PP3 e assim por diante). Como não existe análise da narrativa sem a compreensão do lugar da fala, fez-se uma breve apresentação dos participantes para nortear os enunciados.

Pôde-se observar, de forma geral, que há, por parte dos idosos, uma força ativa de interesse pela vida. À sua maneira, todos, por meio das palavras, insuflaram vida na história. É o que ressaltou Paul Thompson (1992, p. 44) em seu clássico “A Voz do Passado”:

A história oral é uma história construída em torno de pessoas. Ela lança a vida dentro da própria história e isso alarga seu campo de ação (...). Propicia o contato – e, pois, a compreensão – entre classes sociais e entre gerações

(...) e oferece os meios para uma transformação radical do sentido da história”.

Dados estes apontamentos, serão apresentadas a seguir as narrativas das pessoas idosas que participaram da presente pesquisa, de modo a elucidar as considerações inicialmente já pronunciadas. Começamos pela percepção que os idosos têm do espaço, em relação aos tempos da memória. Uma das questões comentadas pelos participantes diz respeito às mudanças de ritmo da cidade. A Participante da Pesquisa 3 (PP3), mulher, 87 anos, aposentada que vive de pensão e renda familiar de R\$ 1.001,00 a R\$ 3.000,00, é viúva, mora com netos em casa própria na região Norte de São José dos Campos (Santana) e possui ensino fundamental incompleto, pontuou sobre morar na cidade de SJC, que passou a ter um ritmo acelerado a partir de 1970: “antigamente, [...] que eu tinha 19 anos, era muito melhor, tranquilo, a gente vivia com a cabeça fresca, porque você saía na rua, você saía para trabalhar a pé” (PP3, 2020). PP3 se preocupa com a segurança, uma vez que o município de São José dos Campos teve um crescimento populacional significativo com a chegada das indústrias, do CTA e da construção da rodovia Presidente Dutra, a partir de 1950.

Alguns idosos vieram de São Paulo para o interior em busca de segurança, depois de serem vítimas de assaltos. PP8, aposentada e pensionista de 75 anos, com renda familiar acima de R\$ 3.000,00, é viúva, mora atualmente sozinha, em casa própria na região Sul de São José dos Campos, possui ensino superior completo e se encantou com a cidade: “Quando eu vi a Vista Verde (Quadro 3) eu me encantei, tudo arborizado, as casas sem muro, [...] era lindo, e eu moro do lado de uma praça, parecia que era sequência do meu quintal [...] as crianças iam para a praça tomar sol” (PP8).

No processo de reflexão crítica sobre a cidade em que se vive, embora a sensação de medo e a obsessão por segurança sejam fenômenos modernos, as raízes do problema provêm das desigualdades sociais inerentes ao capitalismo e, junto com elas, a sensação de insegurança por parte daqueles que, de alguma forma, se tornaram privilegiados pelo sistema.

“Desumana”. Foi assim que PP6 (2020) definiu a cidade de SJC. PP6 tem 62 anos, natural do Paraná, onde trabalhou com comunidades de base. Aposentado, com renda familiar acima de R\$ 3.000,00, casado, PP6 possui ensino médio completo e

cursos técnicos e mora com a esposa e dois filhos em casa própria na região Sudeste, onde passou a residir, depois do pedido de reintegração de posse das terras do Pinheirinho (região Sul), onde morava. Militante nacional do Movimento sem Teto, vivenciou a remoção de algumas favelas no perímetro urbano, como as comunidades do Regaço e do Pinheirinho. Ex-morador do Pinheirinho, ocupação irregular que sofreu, em 2012, a mais violenta reintegração de posse do país, hoje PP6 é morador assentado do bairro Pinheirinho dos Palmares (Quadro 3).

PP6 foi concursado nos Correios e um dos membros fundadores do sindicato da categoria. Empregou-se em metalúrgica e virou diretor do Sindicato dos Metalúrgicos, onde ficou por 20 anos. Ajudou a fundar a Central Sindical e Popular; foi da Executiva Nacional do PSTU, depois de ter se desvinculado do PT:

São José dos Campos é uma cidade desumana. Você acaba não conhecendo o seu próprio vizinho. Eles jogam muita insegurança em alguns locais, deixa esses locais sem segurança. Mas parece que é feito propositalmente, 'né'? Tipo assim (jogam a gente) nessa ilha (PP6, 2020).

Com larga experiência nos movimentos sociais e olhar crítico sobre o processo de urbanização desenfreada da cidade, PP6 mencionou os bairros periféricos como ilhas urbanas, como não lugares. Estes espaços, produzidos pelas diferenças geográficas, são mais do que legados geográficos. Eles são sustentados e reproduzidos por meio de processos sócio-político-econômicos que levam em consideração os múltiplos interesses particulares, carregados de considerável dose de controle social. Trata-se, como disse David Harvey, “da racionalidade suprema do mercado versus a tola irracionalidade de tudo o que não seja o mercado. [...] Nós, o povo, não temos o direito de escolher o tipo de cidade que vamos habitar” (HARVEY, 2009, p. 205).

A questão da segurança também é preocupação de PP7, pessoa idosa de 75 anos, aposentada, com renda familiar acima de R\$ 3.000,00; viúva, mora sozinha em casa própria no Distrito Eugênio de Melo em São José dos Campos e possui ensino fundamental completo. PP7 é envolvida com as questões do bairro onde mora, sobretudo com a segurança:

nós temos agora, em quase todos os bairros, nós temos a vizinhança solidária, aquela segurança, né, que eu inclusive já fui presidente, durante uns 2 anos, da vizinhança solidária da região Leste, e fazem 5 anos que eu participo, da área de segurança, tenho amizade com os coronéis, com o

capitão, eu também atuo nessa parte de segurança da cidade, então eu acho que São José vale a pena viver, tem muito para oferecer (PP7, 2020).

Segurança também foi tema de destaque na narrativa de PP10, aposentada de 70 anos, com renda familiar acima de R\$ 1.000,00, viúva, mora sozinha em casa própria na região Leste (Quadro 3) de São José dos Campos (Santa Cecília) e possui ensino médio completo:

Essa parte onde eu moro a gente tem mais segurança [...] a gente quase não ouviu falar em assalto, em bandidagem, arrombamento de casa. Mas como aqui é muito grande e tem uma parte que é baixa, e lá a gente ouviu sim que tem [...], mas isso aí 'tá' em geral hoje (PP10, 2020).

PP11, de 65 anos, aposentada, com renda familiar acima de R\$ 1.000,00, viúva, mora sozinha em São Francisco Xavier, Distrito de São José dos Campos; possui ensino superior completo e também não tem o que reclamar da segurança:

A gente ainda não tem um problema grave de segurança, de vez em quando aparece uma onda dessa de roubos que você sabe que alguém daqui deve ter dado a dica, mas é roubo [...]. quando existem esses roubos você percebe que é casa que 'tá' vazia (PP11, 2020).

PP13, moradora do Jardim Esplanada (Quadro 3), região nobre da cidade, também não se queixa segurança. PP13 tem 68 anos, depende das rendas do marido aposentado, com renda familiar acima de R\$ 3.000,00; casada, vive com o marido e uma filha em casa própria no Centro de São José dos Campos (Jd. Esplanada); possui ensino superior incompleto:

Onde eu moro, é um lugar muito gostoso, muito tranquilo, eu tenho um medo danado de mudar, a lei de zoneamento [...] na frente da minha casa tem um consultório, mas é muito tranquilo, com hora marcada, não atrapalha em nada, na frente da minha casa tem uma doceira também, ela é famosa aqui [...] muito gostoso de morar aqui, e a nossa casa é muito grande, um terreno muito grande (PP13, 2020).

No Jardim Nova Esperança (Banhado) (Quadro 3), bairro mal-afamado da cidade, PP14, morador da localidade, também não se queixa da segurança do bairro: "Aqui os 'carro' amanhece aberto [...] ninguém mexe" (PP14, 2020). PP14 é aposentado com 70 anos, com renda familiar de um salário mínimo, é viúvo e mora sozinho em casa própria no Centro de São José dos Campos, possui ensino fundamental incompleto e se autodeclara analfabeto. Os moradores do bairro Nova

Esperança, como mencionado anteriormente, estão em litígio com a prefeitura, que promove a remoção da população para outros espaços da cidade. Morador antigo do bairro, PP14 carrega a ancestralidade dos grupos de quilombolas, imigrantes e da população carente que ocupou, de forma pioneira, a comunidade do Banhado, amplamente tratada na tese de Douglas de Almeida Silva (2020).

Em busca da sonhada segurança, impõe-se o isolamento e reclusão. A cultura da violência, e a crença de que a proteção está no aumento dos muros das casas ou na criação de condomínios, não contempla a rua como espaço de sociabilização. Quanto mais a rua se torna um espaço estranho e hostil, maior se torna a necessidade da criação de dispositivos disciplinares e panópticos para controle social. Não é à toa que a cidade de São José dos Campos parece “desumana” na visão de PP6, no sentido de ser apartada do social, dos encontros e das relações interativas.

A valorização dos espaços cada vez mais interiorizados foi tema de reflexão de Bourdieu (2008, p. 11):

Para compreender o que se passa em lugares que, como os “conjuntos habitacionais” ou os “grandes conjuntos”, e também numerosos estabelecimentos escolares, aproximam pessoas que tudo separa, obrigando-as a coabitarem, seja na ignorância ou na incompreensão mútua, seja no conflito, latente ou declarado, com todos os sofrimentos que disso resultem, não basta dar razão de cada um dos pontos de vista tomados separadamente.

Todos os temas trazidos à discussão são produtos de visões de mundo diferentes, constituídos pelas relativizações justapostas. O confronto direto das diferentes ideias clarifica as experiências vividas sobre a posição que o sujeito ocupa no microssocial, no espaço. Espaço este que tem o potencial de produzir particularidades e inúmeras representações de si mesmo.

Ao analisar as falas dos sujeitos que participaram da pesquisa, é curioso observar que uma das características que prevalecem é aquela associada à perspectiva da classe social. Sobretudo, na divisão de classe social e relação de forças. A região da cidade onde a pessoa idosa mora influencia demasiadamente sobre a sua reflexão crítica em relação à efetivação das políticas públicas para idosos.

PP5 é aposentada, com 61 anos e renda familiar até R\$ 3.000,00, casada, paga aluguel, atualmente mora em Caraguatatuba, mas viveu na região Sul, bairro Dom

Pedro (Quadro 3), até há poucos anos, possui ensino superior incompleto. PP5 (2020), moradora de área periférica, tem suas críticas com relação ao Planejamento urbano: “A política deles não é voltada realmente ao trabalhador, ao pessoal mais carente, parece que está dando esmola, eles acham que é muito o que estão fazendo [...] não tem política pública para essas regiões, não tem”. PP11 compartilha da mesma ideia ao tratar das políticas públicas em São Francisco Xavier, incomodada com as aglomerações precárias formadas pelos trabalhadores que vêm de fora do município. Nesses espaços, segundo PP11 (2020), “não tem planejamento nenhum! Não tem nem saneamento básico, nada”.

Os depoimentos de PP12 e PP14 são elucidativos quando se trata da geografia da exclusão. Esses participantes da pesquisa são moradores do Jardim Nova Esperança, bairro central não regularizado, localizado no Banhado, Área de Preservação Ambiental (APA) desde 2002. PP12 e PP14, que residem há mais de duas décadas em uma área considerada cartão-postal da cidade, atualmente sofrem pressão da administração municipal, para venderem suas casas. O espaço, ocupado no início do século XX por descendentes de escravos e indígenas, tem sido pleiteado pela prefeitura, que pressiona a retirada de todos os moradores da área, de alto valor imobiliário. Quarenta e duas famílias aceitaram os termos da prefeitura e deixaram o Banhado, mas PP12 e PP14, assim como 42 famílias, se mantêm resistentes.

Sobre a instabilidade da manutenção da moradia, PP12, de 63 anos, argumenta:

Para nós que somos da periferia, que somos uma classe inferior, que mora num lugar que não é legalizado, a gente sempre tem um problema com a prefeitura [...]. Então nós estamos assim, em meio mais complicados. Pra gente idoso, é bem dificultoso. Aqui somos esquecidos pela prefeitura, ela não se preocupa com a gente. Melhorias nós não temos nada. A gente tem que fazer, se virar (PP12, 2020).

O depoimento de PP12 é elucidativo. Apesar de residir no centro da cidade, a moradora do Jardim Nova Esperança se sente isolada e esquecida pelo poder público e nos remete à questão da ilha mencionada por PP6, ex-morador do Pinheirinho. Fica evidente que não é a distância geográfica que define a condição de negligência do setor público. O que nos leva a refletir que as lutas geopolíticas entre lugares têm sido parte integrante do jogo livre do mercado e das utopias. No encaixe das utopias dos segmentos hegemônicos, a favela Nova Esperança aparece como força de resistência

à imposição da lógica de mercado, na medida em que privilegia o uso do espaço e o que o torna um lugar, no sentido antropológico.

Os moradores da Nova Esperança, lugar de luta diária pela sobrevivência, carregam consigo a fama do lugar, projetada e reforçada no imaginário social. Por meio dos depoimentos de seus moradores, fica claro que uns têm mais direito que outros, como se pode perceber na fala de PP14:

Nós temos uma quadra de esporte. A única diversão que nós temos aqui é uma quadra de esporte. Você veja bem [...] quando vai acontecer uma atividade evangélica, ela (a prefeitura) faz denúncia. Você veja bem: aqui na Avenida Anchieta, na Luiz Jacinto, tem aqueles bar à noite né? Você sabe que aqueles bar lá, eles vai até as 6hs da manhã e ninguém denuncia. Você entendeu? Ninguém faz denúncia. Agora, por que nós, pobre, aqui, nós morador do bairro não podemos fazer a nossa festa? [...]. Pros nossos governantes aqui de São José, todas as periferias, Banhado, Santa Cruz, esses bairros mais humildes, eles criminalizam muito [...]. Bandidagem tem em tudo quanto é lugar, tráfico tem em tudo que é lugar.

PP14 levantou o conceito de igualdade de direito e de direito à cidade, que nos remete a pensar como a cidade é produzida de maneira desigual. O direito à cidade a que se referem os idosos tem a mesma conotação discutida por Lefebvre (2006, p. 117), ao ressaltar que “o direito à cidade se afirma como um apelo, como uma exigência” e não no sentido jurídico, numa demanda moral fundada em princípios de justiça, mas nos direitos à moradia, ao transporte, ao uso dos equipamentos públicos, à participação nas decisões locais, entre outros.

Por morarem em bairro não regularizado e não terem comprovante de residência, muitos moradores do Nova Esperança não conseguem emprego e, quando conseguem, a simples menção do lugar de origem é motivo para declinação do contrato de trabalho. PP12, moradora do Jardim Nova Esperança relata: “Eu já perdi muito serviço [...]. Muitos jovens não conseguem emprego porque moram aqui e aí dão a desculpa de que não estão precisando, mas a gente sabe que, no fundo, (a desculpa para não contratar) é onde você mora” (PP12, 2020). PP14, morador do Nova Esperança, complementa: “Nós somos completamente esquecidos pelo poder público. A única coisa que o poder público quer de nós aqui é nos tirar daqui pra depois transformar isso aqui numa nova cidade. Praticamente o poder público tá tirando de nós o nosso direito de ir e vir e o direito de sobrevivência” (PP14, 2020).

Os moradores do Nova Esperança vivem a ambiguidade da inclusão territorial e exclusão social, que acumula deficiências diversas e vulnerabilidade. PP6 e outros participantes comentaram sobre a receita do município e a priorização do governo com as áreas centrais. Os altos investimentos com a recém-construída Ponte da Inovação, em região nobre da cidade, foi alvo de comentário de alguns depoentes: “São José é uma das cidades mais ricas do país [...] o que se espera da cidade é uma cesta básica para as famílias¹⁸, mas se preferiu gastar com uma ponte, 250 milhões de reais para iluminação [da ponte]” (PP6, 2020).

Com relação aos serviços de atendimento aos idosos, PP7, moradora do Distrito de Eugênio de Melo, líder de bairro, acredita que “SJC oferece muito para os idosos [...], porém, nem todos têm o conhecimento dos direitos que têm e do que a cidade pode oferecer, porque eles ficam isolados, eles não participam, eles não se integram; então, há essa falta de integração, talvez por falta de comunicação, de orientação” (PP7, 2020). Para PP7, a cidade é bem equipada com o CRAS, o Conselho Tutelar, a vizinhança solidária. Na sua concepção, a única coisa que está faltando na cidade é um hospital geriátrico “porque daria maior sustentação ao idoso” (PP7, 2020). PP7 é bastante ativa, frequenta a Casa do Idoso, participa de coral, teatro, dança cigana e dança do ventre. PP7 tem 75 anos, é aposentada e viúva, possui casa própria e acredita que “São José é ótima para se viver” e que a prefeitura não faz mais para a população idosa porque recebe muitas pessoas de fora, o que faz aumentar a demanda de serviços públicos.

Sobre as expectativas de cidade ideal para se viver, os desejos não vão além daqueles preconizados na Constituição Federal, em marcos urbanísticos, no Estatuto da Cidade e Estatuto do Idoso (BRASIL, 2003). PP14, morador de bairro não regularizado, tem desejos: “que a prefeitura nos desse atenção, vir aqui e legalizar (o bairro) pra gente, fazer um esgoto adequado para gente [...]. Isso é uma parte que toca muito no coração da gente, que é sofredor e depende de salário mínimo, passar por essa dificuldade” (PP14, 2020). O maior desejo de PP14 é ter comprovante de residência para, dessa forma, conseguir emprego.

¹⁸ O participante da pesquisa refere-se às dificuldades da população em situação de vulnerabilidade social em contexto de epidemia de Covid19.

PP6 fala de equidade social e igualdade de oportunidade para todos, sem distinção:

Nós (moradores da periferia) não podemos ser melhor do que os outros, temos que ser igual os outros. O que nós queremos, é pra cidade inteira. Nós queremos ônibus, queremos segurança, nós queremos trabalho, pra toda a cidade. Por isso quando eu falo da igualdade eu falo do emprego, de uma cidade mais humana (PP6, 2020).

A fala de PP6 tem consonância com o que diz Harvey (2009, p. 207), quando ressalta que “as figuras de cidade e de utopia há muito se acham entrelaçadas. [...] Em suas encarnações, as utopias, de modo geral, recebiam uma forma indistintamente urbana, e boa parte daquilo que passa por planejamento urbano ou de cidade tem sido infectada por modalidades utópicas de pensamento”. É, no mínimo inquietante o distanciamento da cruel realidade da maioria da população, sobretudo da população idosa, com os direitos preconizados pelos marcos regulatórios. Equidade social, planejamento urbano justo, direito à cidade, à saúde, à educação, a transporte, apesar de serem evocados por dispositivos legais, se manifestam nos desejos dos idosos.

PP1, assim como a maioria dos participantes, não acha que SJC seja um lugar bom para se envelhecer. Para PP1 (2020), a cidade ideal para se viver é aquela em que há “distribuição da riqueza social”; a universalização da educação e da saúde pública e o compromisso dos governantes em “atender o conjunto da sociedade”, oferecendo “modelo de habitação para todos”. PP6 também fala de igualdade de oportunidade e equidade social, reforçando questões há muito debatidas quando o tema é o direito à cidade.

Com exceção de duas depoentes, residentes na zona Oeste, área nobre da cidade, os demais reclamaram do transporte coletivo, ora por escassez de ônibus, pelas linhas lotadas, ora pelo desrespeito com os idosos. PP6, líder comunitário, se indigna com a mobilidade na cidade e argumenta: “São José tem condição de ter um transporte coletivo muito melhor [...]. Tô falando pela capacidade que tem SJC, pela riqueza que tem em SJC” (PP6, 2020, *sic*). PP3, viúva de 87 anos, aposentada, moradora na região Norte, em casa própria, também se manifesta: “Hihhh, hoje até idoso está ficando difícil pra andar de ônibus. Estão criticando os idosos” (PP3, 2020,

sic). A participante menciona sobre a demora dos idosos em embarcar no ônibus, sobre o abono do preço da passagem e as poltronas reservadas ao segmento.

PP6 também comenta a respeito da mobilidade urbana:

O transporte coletivo da cidade de SJC é muito precário. SJC tem a condição de ter um transporte coletivo muito melhor, de que é hoje... bem melhor! 'Tô' falando pela capacidade que tem SJC, pela riqueza que tem um SJC, 'né'? Eu acho que uma cidade mais integrada, 'né'? Os bairros tinham que ser mais integrado, é muita concentração (PP6, 2020).

Foi reclamação da maioria dos idosos o serviço de saúde oferecido no município: demora no agendamento de consultas, desrespeito com os idosos, atendimento ineficiente, falta de investimento. Sobre isso, PP10, moradora da região Leste da cidade, viúva, com renda familiar acima de R\$1.000,00 se posicionou: "Nós temos uma UBS no Campos de São José, mas como todas as UBSs, é difícil conseguir algum atendimento digno" (PP10, 2020). "Eu acho que os idosos nesse ponto é esquecido" (PP10, 2020), reforça a moradora.

Sobre essa questão, as duas moradoras de bairros de renda média e alta (região Oeste), que têm planos de saúde, não se queixaram. Para essas moradoras, a cidade é perfeita para atender às demandas dos idosos: "SJC é a melhor cidade do mundo, a cidade mais bonita, a cidade mais acolhedora, é isso que a gente pensa. Eu acho que a nossa cidade é boa [...]. Eu acho que ela não pode é mudar, se mudar estraga" (PP13, 2020). A contrastante percepção dessas moradoras sobre a cidade, em relação aos demais participantes releva a quem são destinados os direitos à cidade.

A militância política de PP1 e PP6 se mistura com a história pessoal de cada um e com a trajetória dos movimentos sociais (sindicato e MST) em SJC. Pelo desgaste sofrido com as campanhas políticas, PP1 tentou se mudar duas vezes de cidade, mas segundo o participante da pesquisa: "Fez falta o meu povo". "A minha arma é a palavra (...) eu sou educador (...) eu uso a palavra como arma de combate" (PP1, 2020).

Sobre a sua relação com a cidade, PP1 (2020) parece não se identificar com ela, uma vez que ela "tá vivendo no sistema (...)". Para PP1 (2020), "a minha cidade é o mundo" e onde for necessária à sua presença como militante dos direitos patronais:

“Eu nunca tive parentes aqui em SJC, mas eu criei uma grande família (...), era uma família de companheiros, de gente! Eu não conhecia a elite da cidade, não frequentava o lado nobre da cidade (...), a minha turma era a turma do sindicalismo, do movimento popular (...). Esse era meu povo! Envolvia família” (PP1, 2020).

Para PP1, “Falta Marx e o marxismo em SJC, não como instrumento de militância política partidária, mas como instrumento de análise, de necessidades também, né? De trabalhar com conflito, com contradição. Não se trabalha com isso e parece que isso é pecado!”.

Por ser educador, sociólogo e militante, PP1 tem consciência que o neoliberalismo, o “fim da história”, promoveu o enfraquecimento do movimento sindical e do campo das ideias dissidentes. Para PP1, o fato de SJC não ter uma universidade pública, com formação na área de Ciências Humanas e artes, refletiu na desqualificação da cidade:

As pessoas que vêm de fora e mesmo as de dentro, acham a cidade o máximo, que é limpa, que é uma cidade diversa (...) Tem muita gente que não tem coragem de ir no Campo dos Alemães (...), esse *apartheid* que existe em um monte de lugar. SJC piorou muito [desde] que cheguei aqui, nos anos 80. Tem um processo cruel, né? (...) SJC é o resultado de uma cidade que cresce caótica e radicalmente. Tem umas discussões que são sofisticadas demais para a cidadania do povão trabalhador, né? A principal delas, ao meu, é essa do Planejamento Urbano, Lei de Zoneamento (...). Essa coisa é completamente distante né? (...) O Povão não se envolve, quando muito participa de uma luta por regularização do seu loteamento, esgoto, essas coisas... passou, esquece, né? Não participa dessa discussão, dessa partida capitalista, né? Dessa mais valia que é o acúmulo da riqueza da cidade que gera uma mais valia coletiva (PP1, 2020).

Para PP1, a não participação da população nos movimentos de contestação das contradições de classe, em parte, é explicada porque SJC alojava, na ditadura, a Escola Superior de Guerra, “que formava cabeças, formava gente, militar e civil de várias regiões do país, que acabava servindo ao interesse privado e ao governo” (PP1, 2020).

Para PP1, o espraiamento da cidade desumaniza e afeta o seu envelhecimento pessoal, pois, apesar de morar em um prédio bem localizado, no centro, na sua concepção, o lugar é desumanizado: “Nós moramos em SJC, cidade rica, cidade que podia ter uma estrutura de educação pública, de saúde”. O SUS, para PP1 “é uma pérola. Esse conceito que o SUS carrega de universalização deveria estar no plano da

habitação (...) o que pode o maior, pode o menor! Quem constrói o maior, constrói o menor, né?” (PP1, 2020).

PP1 morava na periferia, onde circulava durante a militância sindical. Hoje, reside no centro da cidade por conta da comodidade. “Lá eu não ando de carro, vou ao banco, no mercado, no mercado central. Um lugar que tem infraestrutura”.

Apesar da comodidade de morar no centro, PP1 percebe que alguns espaços só atendem a segmentos mais abastados, como o espaço do Parque Vicentina Aranha, antigo sanatório para tratamento de doenças pulmonares do início do século XX: ‘Sobre o Vicentina Aranha, por exemplo, o espaço é bom pra quem gosta de exclusivismo, sem preto, sem pobre. Ele é fechado e tem segurança”.

PP2, que teve sua vida envolvida com a Igreja Católica, tem orgulho de ter ajudado espiritualmente a Região Norte, onde reside, e ter servido ao padre da matriz: “Em Santana, eu ajudava o Padre Luís (...) ajudava os romeiros a organizar a procissão. A Igreja era minha casa (...). Minha vida foi servindo o povo” (PP2). A questão da mobilidade parece ser o grande problema para PP2. Nesse sentido, ter carro, ou alguém da família que tenha, facilita sua locomoção pela cidade, sobretudo quando precisa de assistência médica.

PP3, viúva, aposentada da cerâmica Weiss, discorda de PP2 e diz que envelhecer na cidade de SJC era melhor no passado, por ter sido uma cidade tranquila e pacata:

Isso aí, não tenho dúvida (...). Não existia ladrão (...) vizinhos eram poucos (...) ninguém roubava. O pessoal andava, a maioria, de bicicleta, carro nem tinha (...). Agora tem ônibus pra todo o canto. Mas é pior, porque você já pensou que correria, envelhecer com essa correria não é fácil não, viu. Então, foi aumentando a cidade, sabe, aumentando bastante [o número de casas]. Hoje, [o bairro], é uma cidade” (PP3, 2020).

Sobre a assistência médica PP4 se manifesta:

Pra mim, é muito difícil (envelhecer em SJC)! Porque eu tenho um monte de exame pra fazer, a saúde aqui é uma porcaria! Cada prefeito que entra fala que vai fazer isso, vai fazer aquilo e não faz! ‘Tô’ esperando pra tirar esse negócio aqui (caroço no pescoço). Não me chamam, pra mim é um cabide de emprego, não resolvem nada... então, eu não acho que São José é um bom lugar pra envelhecer, não. Porque eu não tenho regalia nenhuma, em matéria de saúde, eu não tenho!

Interessante, na fala dos idosos é como o espaço, o lugar, na concepção antropológica, atrela o indivíduo com as referências de suas condições materiais de existência. Para PP1, a vida se constitui na militância como operário e professor. O espaço abstrato, muito mais que o geográfico, passa a ser referência da dimensão da vida. PP2 fez do espaço da Igreja a extensão de sua casa, assim como PP3, cujo espaço da cerâmica Weiss é também parte de seu domínio geográfico: “a minha terra é a da cerâmica para baixo” (PP2, 2020). PP4 fez da Faculdade da Terceira Idade a sua “segunda casa” (PP4, 2020). PP6 preferiria envelhecer no Paraná, de onde veio, ao mesmo tempo que se resigna: “Mas eu ‘tô’ aqui... o Paraná é o Paraná. É outra coisa, o Paraná é muito diferente daqui” (PP6, 2020).

Sobre o governo em geral e o poder público municipal, PP5 assim se manifesta:

a política deles não é voltada realmente ao trabalhador, ao pessoal mais carente. Parece que está dando esmola. Teve uma melhora [no bairro], mas eu acho que ainda é pouco para uma população que é bem sofrida, ali no Campo dos Alemães, Dom Pedro. É um pessoal que ainda não vive dos direitos que precisariam ter, então os idosos lá, para eles, está normal (...) o governo esqueceu, é como se dissesse, ‘lá não tem mais o que fazer’, e deixa, e não é verdade né, não é verdade, não tem política pública para essas regiões, não tem (PP5, 2020).

PP6, envolvido quase a vida toda com o MST, tinha como projeto de vida “mostrar para as pessoas de classe média/alta dessa cidade, que tem condições de fazer um projeto social, o que depende é a gente ter vontade e compromisso de fazer”. PP6, ao fazer a crítica à cidade de SJC, acaba se manifestando a respeito da cidade ideal:

Então, nossa cidade, ela é muito desumana. Você acaba não conhecendo o seu próprio vizinho, então fica muito difícil. Eu acho que a cidade ideal ‘pra’ se viver seria uma cidade mais humana, sabe? Com mais ‘local’ ‘pras’ pessoas saírem, ‘pras’ pessoas se divertirem sem ter essa preocupação (PP6, 2020).

Para PP2, a cidade ideal “tem que ter médico e funcionário da prefeitura para atender as pessoas, porque, às vezes, a gente chega no postinho, qualquer lugar, e não tem funcionários suficientes para atender a família” (PP2, 2020). PP4 também se manifesta sobre isso:

Eu acho que o idoso deveria ter, ser mais... como é que fala? Ser mais respeitado. Principalmente nos ônibus, lotado. Os ônibus quando tem a

rampa dos cadeirantes é uma porcaria! Sair à noite só com companhia mesmo. Então eu acho que pelo menos aqui não é legal.

PP5 também comenta sobre a diferença da abordagem policial nos transportes que ligam bairros de baixa renda da cidade:

o policial mandava todo mundo descer, para ver se não estava com droga. Eu concordo, acho que tem que ter mesmo esse tipo de coisa, mas era só lá no bairro [Campo dos Alemães], porque lá pra frente a gente não via isso. É um bairro ainda que é mal olhado, o bairro não recebeu ainda essa organização, essa preocupação do poder público, que finge que não vê as coisas (...).

PP6 também se manifesta a respeito da pecha do bairro do Campo dos Alemães como lugar de bandido (2020). Toda a luta de PP6 em prol do direito de moradia e habitação se resumiu na conquista do tão almejado espaço quando, em 2012, foi removido da comunidade do Pinheirinho. Esse evento se tornou o símbolo de um “massacre urbano”, resultado da ação de reintegração de posse de uma área ocupada irregularmente por 1.800 famílias, marcando a história da cidade e do país. Acomodado no novo espaço, PP6 se orgulha dos equipamentos conquistados para a comunidade reassentada, mas diz que a conquista deve se estender para outros espaços precários da cidade:

Aqui [Pinheirinho dos Palmares], nós temos a melhor escola, uma das melhores ‘creche’; temos uma quadra...luz de led no bairro inteiro.

E quando nós chegamos aqui tinha quatro linhas de ônibus, agora, tem doze linhas de ônibus aqui (...). Então, aqui nós não temos problema de segurança, nós ‘temo’ um bairro tranquilo (...). Nós temos nosso CRAS aqui, temos a UBS (...). Agora, nós não podemos ser melhor do que os outros, temos que ser igual os outros [bairros]. O que nós queremos ‘pro’ Pinheirinho, nós queremos ‘pra’ cidade inteira! Nós queremos ônibus, queremos segurança, nós queremos trabalho, ‘pra’ toda a cidade! ‘Pra’ toda a periferia! (PP6, 2020).

Com relação ao sistema de saúde e ao oferecimento de equipamentos públicos na cidade, assim como PP1 e PP2, PP5 também faz crítica

SJC é uma cidade considerada grande (...). Não vou dizer para você que é uma cidade que seja ruim no serviço público (...), mas poderia ser bem melhor. A gente sabe que a maior verba, depois da educação, é a saúde, e não é investido conforme preciso.

Demora para marcar uma consulta para um idoso que está com os exames alterados, se o idoso está com o exame alterado, ele tem que ser atendido para amanhã, ela não tem essa preocupação com o idoso, não tem, faz porque é obrigatório fazer (...). É triste isso, o idoso é mal assistido mesmo, porque ou ele se equilibra para chegar em um patamar sem depender de

ninguém, ou ele vai ficar com os filhos, se tiver os filhos, ou vai para um asilo (PP5, 2020).

As projeções de cidade ideal apareceram tangenciadas nas falas dos idosos e se tornam instrumentos para questionar se a maneira que vivemos poderia ou não ser melhorada, estabelecendo comparação da vida no presente com a vida utópica, com apontamento dos equívocos do nosso modo de viver para, então, sugerir o que precisa ser feito para melhorar o quadro da condição real (SARGENT, 2010).

Sobre a cidade ideal, PP1 se manifesta: “a cidade ideal seria uma cidade onde as pessoas pudessem ter condições de ter compreensão do mundo em que vivem e ter capacidade de intervenção para construir esse mundo (...). As pessoas não podem ficar à mercê do mercado (...). As pessoas precisam ficar à mercê da sociedade (...). Tá bom, é capitalismo, mas tem que ter distribuição social da riqueza. O Estado (...) tem que ter esse compromisso de atender ao conjunto da sociedade” (PP1, 2020).

A cidade ideal, para PP6, é aquela que possibilita condições iguais a todos e que consiga dar fim à invisibilidade social:

Eu não quero o melhor [para o bairro]. Eu quero igual! Por isso que quando eu falo da igualdade eu falo do emprego. Falta emprego... Nessa pandemia, tem pessoas que ‘tá’ passando fome... não só no Pinheirinho, na cidade inteira. São pessoas que a prefeitura não vê. Eles são invisíveis aos olhos do executivo e do legislativo também [...]. ‘Cê’ tem que ter vontade política, se você não tiver vontade política, não adianta! (PP6, 2020).

Cabe aqui uma pequena reflexão acerca do conceito de comunidade, questão trazida por PP6. Para Pierre Dardot e Christian Laval (2017), a base do desafio é o princípio político do comum, que radicaliza a democracia e anseia por novas formas de vida em que mulheres e homens se realizem como seres humanos, uma vez que a história tem nos mostrado que não se pode confiar no Estado como caminho para a justiça social e mesmo na democracia liberal. Nesse sentido, tal proposta coaduna-se com a da tese: pensar formas democráticas alternativas de reciprocidade em que prevaleça, no campo social, a participação política direta na decisão e gestão do que é posto em comum. As falas dos idosos, participantes da pesquisa, constituem evidências de que democracia política, amparada por instrumentos legais, tem se mostrado insuficiente para o alcance da democracia social.

Por meio das narrativas dos idosos percebe-se a reprodução das desigualdades sociais, incluindo-se aí o padrão excludente e concentrador de riqueza da urbanização, cujos efeitos gerais são bem conhecidos: segregação socioespacial e exclusão territorial, que punem em especial as camadas empobrecidas da sociedade. A crítica a essa ordem legal se impõe para a produção de cidades mais justas e menos desiguais do ponto de vista socioespacial.

As falas dos moradores do Banhado são elucidativas com relação à exclusão dos direitos à cidade. Comunidade formada por segmentos tradicionais, os moradores do Banhado resistem à lógica de uso e apropriação do solo neoliberal. No entanto, a garantia do direito à cidade para as camadas mais vulneráveis do ponto de vista socioeconômico exige a adoção, por parte do Estado, de uma política urbana pautada na defesa dos interesses coletivos em detrimento dos interesses individuais de propriedade.

A função social da propriedade, que tem como intuito regular o uso da propriedade e do solo urbano, coibindo assim a prática da especulação imobiliária, preconizada no Estatuto da Cidade, está longe de ser levada a sério e, nesse sentido, caminha como desejo no campo da dimensão utópica.

Em Espaços de Esperança, David Harvey analisou a história dos movimentos utópicos de forma crítica, mas esperançosa, apontando as lições deixadas por estes movimentos na história, no esforço de resgatar a utopia como alternativa ao sistema econômico vigente.

As projeções de cidades ideais, portanto utópicas, são construídas por meio da memória, que organiza os traços do passado em função dos engajamentos do presente e, logo, promove as demandas do futuro. Evidentemente, o tempo não flui de forma uniforme e igual para todos. A pluralidade de sujeitos, portanto, de consciências, organiza as experiências em consonância com a instituição sócio-histórica (CASTORIADIS, 1982, p. 241).

Para que as diferentes vozes sejam ouvidas, é preciso abrir possibilidades de escuta.

Considerações Finais

A longevidade da população, ao mesmo tempo que se apresenta como uma conquista da humanidade, tem imposto importantes desafios. Essa pesquisa, inscrita no campo do Planejamento urbano, questionou se as cidades estão preparadas para atender, de forma inclusiva, as necessidades da população idosa. A partir dos índices de evolução da taxa de envelhecimento e dos marcos regulatórios urbanísticos de âmbito nacional e municipal, propôs-se discutir acerca da cidade real e da cidade ideal

para se viver na velhice, à luz do aporte das dimensões da utopia e distopia de nossa realidade urbana.

Procurou-se explicitar uma relação de análise entre o fenômeno do envelhecimento da população brasileira, particularmente no município de São José dos Campos (SP), as condições e contradições socioespaciais desse município e os marcos regulatórios recentes, de âmbito federal e municipal, associados a políticas de assistência social e urbana.

A par de tendências similares ao envelhecimento, no país e em São José dos Campos, procurou-se situá-las em relação à visão ainda relativamente despreocupada ou negligente que a sociedade tem da velhice e das condições de vida da população idosa (consoante às lógicas hegemônicas e ritmos acelerados da vida contemporânea) e, além disso, trazendo em perspectiva a contraposição entre os marcos regulatórios de políticas para os idosos e alguns aportes reflexivos para a discussão sobre as dinâmicas de planejamento e reorganização do espaço urbano à luz da imaginação utópica e sua realimentação constante a partir da distopia, entre a cidade que temos e a que seria mais desejável.

Com base em aportes históricos e conceituais sobre a questão da utopia e distopia e em narrativas de idosos, cujas histórias de vida se confundem com a história da cidade, procurou-se refletir sobre a cidade real e a cidade ideal na perspectiva de 15 idosos. Conscientemente ou não, as falas revelam a luta social no embate do capital/trabalho e nas incongruências de formas sociais desiguais de apropriação do espaço. Cada um dos idosos, a sua maneira, carrega seu arsenal de memórias e imagens, diferentes vivências na histórica luta social pela sobrevivência.

Os participantes da pesquisa destacam a existência de equipamentos voltados para a pessoa idosa, especialmente em relação às ações de convivência, socialização e ocupação do tempo livre. Entretanto, são relevantes as menções sobre a falta de prioridade na atenção às necessidades básicas daqueles que envelhecem, como saúde e moradia.

A pesquisa evidenciou que os idosos não exigem nada além do que é previsto nas diversas leis e direitos sociais que os protegem. Considerando que a utopia se resume ao desejo de uma vida melhor, e que os ideais utópicos dos idosos se

revelaram de modo bastante afinado aos preceitos normativos, conclui-se que a imaginação de um espaço ideal está mais perto de nós do que se pode presumir e que essa condição será plausível quando, por meio de vontade política e políticas públicas consequentes, todos tiverem acesso efetivo aos direitos civis, políticos e sociais.

Na tentativa de compreender a realidade como experiência de vida, e práticas urbanas em suas relações com a tendência ao envelhecimento da população, observou-se que cada participante, a seu modo, projeta uma cidade ideal para se envelhecer. Ao mesmo tempo, esse exercício da imaginação promoveu a reflexão sobre o espaço em que cada um deles vive. Os modos de pensamento divergentes dos participantes ordenaram-se pelos fatos da experiência que, a sua vez, formam diferentes sistemas de pensamentos.

Ideal para uns e injusta para outros, a cidade de São José dos Campos, exemplar clássico das dinâmicas estruturais de orientação neoliberal, esboça claramente as agruras do sistema de contradições sociais. Os diferentes quadros de referências dos idosos não são construções abstratas, mas realidade empírica, cujas percepções singulares auxiliam na tarefa de reconstrução dessas dinâmicas e formas estruturais de nossas cidades e, assim, colaborando para encararmos os desafios de análise socioespacial e proposições políticas ao planejamento urbano.

Por meio de suas histórias de vida, a reflexão crítica que estes sujeitos fazem à cidade de São José dos Campos foi um campo para explorar as condições sociais, as oportunidades, a aceitação, a indiferença, as diferenças, a resignação e a indignação. Instrumentos importantes, portanto, para se pensar em um planejamento urbano mais equânime e participativo.

Todos nós, de alguma forma, projetamos o lugar, a cidade e a sociedade ideal. A ausência dessa imaginação seria um modo de impedir novas construções sobre o futuro. A utopia, visão de futuro sobre a qual uma civilização pauta seus projetos, funda seus objetivos ideais e suas esperanças, é um exercício do pensamento socialmente necessário.

Considerando a dimensão utópica e política do planejamento urbano, assentada, de um lado, nas perspectivas humanistas de resgate do ideal democrático

(e de cidadania), e de justiça social (superação de desigualdades sociais e urbanas) e, de outro lado, nas dinâmicas de associação e mobilização insurgentes e de ampliação do debate social sobre pautas as mais diversas, não há como não estimar, se estamos diante de uma crise global e de muitas incertezas, o sentido mais promissor de um planejamento socialmente necessário e construído.

Respondendo à pergunta posta por Rainer Randolph (2016) no início dessa pesquisa, se seria possível construir o planejamento dessa utopia, possibilitado pela utopia do planejamento, parte-se do princípio de que o planejamento utópico deve ser amparado na evidência das próprias contradições. Essa é a natureza das potencialidades para a construção de uma utopia social sobre o planejamento, em que o planejamento é também elemento constituinte. Para conseguir isto, o próprio pensamento deve ser colocado em movimento, significado numa abordagem dialética.

Desaparece, no entanto, a confiança de que os problemas atuais sejam solucionados em detrimento da relação com o passado ou outras épocas, pois o tempo é um recurso escasso para esta realização e a atualidade é autêntica. Mas o planejamento pertence ao lugar da interlocução entre a tradição e a inovação. Com o olhar no futuro, é no presente que a transitoriedade ou que o rompimento se faz.

Sobretudo, cabe ao planejamento destacar a valorização das experiências sociais e se responsabilizar na função enquanto um instrumento agregador, autônomo e emancipado. O cotidiano também oferece oportunidades para o planejamento. As regras obedecem às operações minúsculas do cotidiano, que são fragmentadas e minúsculas, relativas aos detalhes nos aparelhos nas quais elas são institucionalizadas.

A transformação social com vistas uma sociedade justa, sem desigualdade e sem opressão não se realiza sem disciplina, sem astúcia das ações. A percepção das potencialidades e das particularidades das razões devem contribuir para a compreensão o contingente e realização das possibilidades que se coloquem em hipótese, não obstante do raciocínio.

Com todas as ressalvas e perspectivas sobre uma abordagem a respeito do planejamento utópico, cabe a racionalidade sobre as características da sociedade capitalista que se expressa não somente na relação capital- trabalho, mas, também,

na formação dos sistemas com o modo da vida. Surge, aí, a seguinte questão fundamental: Qual a instrumentalidade para ação?

Uma nova sociedade (sua utopia) só surgiria, certamente, se a oposição entre as lógicas fosse alterada. E a subversão pretende contribuir exatamente para isto – é esta a potencialidade que se atribui a ela. Poderia se pensar num planejamento como práxis que estaria baseado naquele espaço social em sua totalidade.

Por considerar, que, diante das narrativas dos sujeitos da pesquisa, tão imersos numa realidade distópica, a utopia revelada nos discursos foi representada quase que unicamente pelo desejo de efetivação e garantia dos direitos das pessoas idosas. Ainda aqueles que traduzem uma reflexão crítica e mais ampliada sobre os dados da realidade, vislumbraram as suas falas direcionadas para a necessidade do exercício da cidadania daqueles que envelhecem.

Esse dado é surpreendentemente valioso, do ponto de vista da reflexão da cidade que temos e da cidade que queremos para envelhecer. Ainda que o fenômeno da longevidade humana seja relativamente recente e enquanto sociedade estamos aprendendo a ser idosos, estamos aprendendo a cuidar de idosos, aprendendo a conviver com pessoas idosas, aparentemente, o sistema capitalista nos tem roubado a capacidade de sonhar e o cotidiano tem se tornado uma agenda de sobrevivência e satisfação quando o mínimo nos é ofertado.

Não houve sonhos futuros nas pautas durante a coleta das histórias de vida, não se propôs sentidos de desejos, aspirações ou vontades poéticas até mesmo sensíveis, a não ser de maneira tímida quando da nostalgia de tempos idos.

A esperança em nenhum momento foi estabelecida como mecanismo utópico, apenas um pouco de resignação e muita consciência crítica sobre como deveria ser uma cidade ideal para se viver. Aparentemente a capacidade de sonhar nos tem sido roubada e não podemos permitir que isso aconteça em nenhuma fase da vida.

Sendo assim, mesmo com a possibilidade dessa potencialidade de subversão, ainda há de se refletir sobre a real contribuição para criar uma utopia do planejamento, sem reproduzir um desfaçamento da sociedade presente ou a criação de um mito de uma sociedade futura. Portanto, as ações e discursos dependem, inclusive, de questões pragmáticas de qualquer natureza, das relações de sinceridade, e

essenciais, representadas nas histórias coletivas e individuais, estabelecidas nas relações sociais, com vistas à multiplicação das pluralidades, experiências legítimas e incorporadas, muitas vezes, objetivamente nas condições sociais. Seria um planejamento reconhecido, fortalecido, divulgado e coerente com os marcos urbanísticos, mas também com aqueles que são pessoais e intrasferíveis.

Em meio às desigualdades sociais inerentes à produção do fenômeno urbano, a ideologia do neoliberalismo competitivo dirige a produção cultural de um modelo único de cidade, essencialmente utópico e autoritário, através de instituições públicas e privadas, por exemplo, os meios de comunicação, uma vez que se utiliza do discurso monotônico para reproduzir uma visão conflituosa do mundo social.

O campo do planejamento urbano é extremamente heterogêneo, devido às inúmeras teorias de cidade herdadas no campo da arquitetura e urbanismo, nas quais o pensamento utópico se faz presente de modo particular. Desde a antiguidade, as cidades representaram a relação entre as liberdades individuais e a associação comunitária, de tal modo que o ambiente sempre foi atrativo, tanto aos cidadãos como para os forasteiros, incluindo a busca subjetiva de criar e reinventar novos modos de vida. Em contraste, as cidades também representaram a polarização de diferentes espaços e grupos sociais. Se de um lado, as cidades representam a possibilidade de reinvenção da própria vida, do outro, as cidades são o lugar onde vivem os marginalizados e os excluídos da sociedade, assim como nela se inserem os espaços segregados, os espaços de encarceramento e os espaços da corrupção.

Toda tentativa de revitalizar o pensamento utópico deve considerar a não polarização histórica de modelos utópicos, que distinguem entre o profano e o sagrado, mas também sua potencialidade destrutiva e construtiva de um novo modelo de sociedade. Enquanto obra fundadora do gênero utopia, a Utopia de Thomas More apresenta uma diversidade de elementos dos pensamentos utópicos do passado, de tal modo que os reatualiza em sua proposição inovadora, por sua vez inspirando os predecessores do gênero com seu modelo.

Na ilha de Utopia o objetivo principal era a manutenção da harmonia e estabilidade social, de modo que a organização espacial era estritamente regulada, fundada na exclusão das forças potencialmente disruptivas, como o dinheiro, a propriedade privada, a exploração no trabalho, a acumulação de capital, para o bom

andamento da ordem social. Desta feita, a organização espacial de Utopia reproduzia um processo social imutável, uma vez que a própria temporalidade estava sob controle, excluindo qualquer possibilidade de mudança social e histórica. Apesar do tempo cíclico, propriamente das sociedades antigas, ter sido preservado em Utopia, a dialética do processo social foi completamente reprimida em favor da perpetuação de uma condição estacionária.

Ademais, há um movimento de fundo que tem como consequência uma nova urbanização brasileira, sendo que o aumento de trabalho intelectual é o principal elemento para tal. Entretanto, este fator não diz que a população brasileira está mais culta, mas, sim, letrada, fato este que está relacionado com o período científico-técnico. Desse modo, o trabalho intelectual colabora para a ampliação da terceirização, a qual é apontada pela autora que, em condições brasileiras, também se entende por urbanização.

O Brasil possui grandes diferenças em sua organização territorial e urbana das regiões, e para a urbanização ser um fenômeno generalizado sobre o espaço nacional, é preciso que o território seja unificado pelos transportes e comunicações, e pelo mercado. Logo, se pode explicar não apenas determinado dado estatístico que apresenta tal índice de urbanização, mas também explicar dados estruturais, os quais mostram diferenças regionais acerca do conteúdo da urbanização.

Dessa maneira, alegações acerca da taxa de desemprego no país, por exemplo, podem ser utilizadas como argumento para justificar tais retrocessos e, ainda, afetar a intervenção estatal na regulação da vida social. Além disso, através de lutas históricas foi construída na sociedade a ideia de vocação de igualdade, em que se busca a conquista de direitos dos cidadãos.

A igualdade dos cidadãos está relacionada ao fato de todos terem uma acessibilidade semelhante aos bens e serviços fundamentais, ao mínimo que se impõe para o exercício da dignidade e da cidadania, com a qual o território possui estreita ligação. Isso significa, em outras palavras, um arranjo territorial desses bens e serviços de maneira que, conforme a sua hierarquia, os lugares sejam pontos de apoio, levando em conta a densidade demográfica e econômica da área e sua fluidez.

Portanto, incorporar o dado geográfico para uma implantação de um planejamento estratégico efetivo, em que se evidenciam as estruturas ineficazes das realidades locais, em consonância com o raciocínio dos administradores, seria eficaz nos âmbitos social, econômico e político, sobretudo para a população idosa.

Para o desenvolvimento desse projeto de implantação, seriam necessários novos enfoques nas tarefas do governo, especialmente no caso do município de São José dos Campos, onde há numerosas diversidades entre as regiões.

Os espaços territoriais têm como objetivo a realização dos limites e competências administrativas segundo os níveis de determinado território de governo. Nesse sentido, é comum no Brasil o desmembramento de estados e municípios, como por exemplo, as regiões metropolitanas; porém, tal ação não é abrangente ao nível social, mesmo que tenha como objetivo a melhoria da qualificação local. Logo, se torna uma questão de redemocratização, esta que não será efetivada enquanto todos do campo social não forem vistos igualmente como cidadãos, independente do lugar onde vivem.

O território, pela sua organização e instrumentação, deve ser usado como forma de se alcançar um projeto social igualitário. Portanto, os dispositivos legais devem concretizar a plenitude do cidadão integral.

O processo de escuta das narrativas teve a expectativa de reafirmar o observado nos estudos que foram realizados sobre os marcos urbanísticos, com vistas ao recorte para as políticas de atenção à pessoa idosa.

Contudo, enfim, considerando as narrativas dos idosos que participaram da presente pesquisa, ressalta-se a relevância efetiva da necessidade das contribuições desses no processo de construção do planejamento urbano do município de São José dos Campos, visando à efetivação das políticas e dos marcos urbanísticos que defendem as necessidades dos cidadãos que vivenciam esta fase da vida.

Historicamente, a disjunção entre ideais, projetos de transformação e sua concretização sempre existiu, ou seja, princípios ideais e teorias são eles próprios fatos históricos, sempre abertos, portanto, as transformações e as reconsiderações confluentes às escolhas políticas.

No caminho da construção do que é socialmente necessário e desejável para uma população de um dado lugar, tomada em seu todo e sua heterogeneidade, e de acordo às reais condições de vida nesse lugar, não se pode ignorar a dinâmica ininterrupta de inter-relações entre o Estado (ordem político-institucional) e a sociedade civil. Se, particularmente, existe a tendência ao envelhecimento da população, ela deve ser considerada, discutida e enfrentada, sim, mas em perspectiva abrangente que a integre ao contexto mais amplo de respeito aos direitos da população, tomada em toda a sua diversidade e condição socioespacial desigual.

Nesse sentido, o planejamento urbano deve ser repensado, simultaneamente, em sua dimensão utópica e política, de consideração de possibilidades e da intenção política e institucional de conduzir os processos de transformação.

Experiências diversas de insurgência contra o status quo - de uma sociedade distópica que carrega o estigma de heranças coloniais na mentalidade, no poder político e no cotidiano, sem a devida consideração ao problema central da formação social de individualidades fortes e cidadãos – tendem a se tornar cada vez mais evidenciadas junto a indícios de um futuro desejável e já em experimentação. Em um período de crise global da democracia, o resgate do ideal democrático tende a se tornar não apenas propagado como praticado em certa medida em todo o mundo. Segmentos sociais diversos aliam-se aos movimentos de base popular (originários em condições claras de desfavorecimento socioeconômico e moral), ampliando e dinamizando o debate social em outras bases dialógicas de conscientização social e política.

Entre a cidade que se tem e a que se almeja, os desafios parecem maiores do que as forças sociais organizadas e coordenadas para a sua superação. As dinâmicas de reorganização da sociedade e do espaço são ensaiadas em toda parte segundo orientações e motivações as mais diversas. Mas o que há de fato é a incerteza dos rumos que poderão tomar, no contraponto entre utopia e distopia, os processos sociais perspectivados por mais humanidade, democratização e justiça social, incluindo aqui, especificamente, a questão do envelhecimento, considerando-o por um outro planejamento urbano, menos comprometido com as ideologias perversas da razão neoliberal, e mais contemplado no difícil passo do que pode ser socialmente pactuado e construído.

Se, na atualidade, já são grandes os desafios dos gestores públicos para lidar com o envelhecimento da população, no futuro, é mister que haja políticas de intervenções integradas que assegurem os direitos da população idosa, que vem mostrando altos índices de crescimento. Nesse sentido, projetar utopias é crer que o melhor dos mundos não é apenas pensável, mas também possível.

REFERÊNCIAS

- ALCÂNTARA, A.O.; CAMARANO, A. A.; GIACOMIN, K. C. (orgs). **Política Nacional do Idoso**: velhas e novas questões. Rio de Janeiro: Ipea, 2016.
- ALVES, C. M. L. Movimento Dos Aposentados E Ação Coletiva Em 1991. *In*: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 7., 2015, São Luiz. **Anais...** São Luiz: UFMA, 2015. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo14/movimento-dos-aposentados-e-acao-coletiva-em-1991.pdf>. Acesso em: 1 nov. 2020.
- ALVES, J. E. D. Envelhecimento e longevidade. *In* **EcoDebate**, 04 Jun. 2010. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br>. Acesso em: 10 de ago. 2020.
- ALVES, J. E. D. Envelhecimento e longevidade. *In*: **Portal do Envelhecimento e Longevidade**, 2014. Disponível em: <https://www.portaldoenvelhecimento.com.br/envelhecimento-e-longevidade>. Acesso em: 24 ago. 2020.
- ATLAS DA QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA. 2008. Disponível em: <http://www.atlasbrasilagrario.com.br/>. Acesso em: 02 maio 2020.
- ATLAS DA VULNERABILIDADE SOCIAL. Planilhas Brasil e Município de São José dos Campos. Brasília: Ipea, 2010.
- ATLAS DA VULNERABILIDADE SOCIAL. Planilhas Brasil e Município de São José dos Campos. Brasília: Ipea, 2017.
- ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. São José dos Campos, PNUD, Brasília: Ipea; Belo Horizonte: FJP. 1991-2010; 2013.
- BARRON, M. L. **The aging American**, New York: ThomasY. 1961.
- BEAVOUIR, S. **A velhice**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- BECKER, H. S. A história de vida e o mosaico científico. *In*: BECKER, H. S. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. 2 ed. São Paulo: HUCITEC, 1994. p. 101-115.
- BELL, D. **The end of Ideology**: on the exhaustion of political ideas in the fifties. New York: Free Press-Macmillan, 1960.
- BOBBIO, N. **O tempo da memória**: de senectute e outros escritos autobiográficos. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- BORGES, L. S. **Mapa da pobreza urbana de São José dos Campos/SP – 2000**. 2003. 393 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento, Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos, 2003.

BOSI, E. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

BOURDIEU, P. O espaço dos pontos de vista. In: BOURDIEU, Pierre. **A miséria do mundo**. 7 ed. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2008. p. 11-13.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social NOB/SUAS**. Brasília, 12 dez. 2012.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Constituição (1988). Proposta de Emenda Constitucional 06, 2019. **Ministério da Economia**, Brasília, DF, 2019.

BRASIL. Lei Complementar nº 612, de 30 de novembro de 2018. **Institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado no Município de São José dos Campos e dá outras providências**. São Paulo: Prefeitura do Município de São José dos Campos, 30 nov. 2018.

BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 11 jul. 2001.

BRASIL. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 03 out. 2003.

BRASIL. Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011. Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 07 jul. 2011.

BRASIL. Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015. Institui o Estatuto da Metrópole, altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e dá outras providências. **Casa Civil da Presidência da República**. Brasília, DF, 13 jan. 2015.

BRASIL. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 08 dez. 1993.

BRASIL. Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994. Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do idoso e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República do Brasil**, Brasília, DF, 05 jan. 1994.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Renda Mensal Vitalícia**. Jul, de 2016. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/beneficios-assistenciais/rendamensal-vitalicia>. Acesso em: 2 nov. 2020.

BRASIL. Subsecretaria de Direitos Humanos. **Plano de Ação para ao Enfrentamento da Violência Contra a Pessoa Idosa/Presidência da República**. Brasília: Subsecretaria de Direitos Humanos, 2005.

BURGESS, E. W. **Aging in western societies**. Oxford, England: Chicago University Press, 1960.

CAMARANO, A. A. **Estatuto do idoso**: avanços com contradições. Rio de Janeiro: Ipea, 2013. (Texto para Discussão, 1840). Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1840.pdf. Acesso em: 22 out. 2020.

CAMARANO, A. A. **O idoso brasileiro no mercado de trabalho**. Rio de Janeiro: Ipea, 2001. (Texto para Discussão, 830).

CARDOSO, I. C. C. O Espaço Urbano e a Re-produção das Relações Sociais no Pensamento de Henri Lefebvre: Contribuições à Teoria Social Crítica. **Libertas**. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora. Abril de 2016.

CASEMIRO, P. São José 250 anos: com mais de 230 mil habitantes, zona sul tem perfil de cidade. **G1 Vale do Paraíba e Região**, 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/vale-do-paraiba-regiao/noticia/sao-jose-250-anos-com-mais-de-230-mil-habitantes-zona-sul-tem-perfil-de-cidade.ghtml>. Acesso em: 28 jul. 2020.

CASEMIRO, P. São José 250 anos: indústria e ciência na zona leste dão impulso à economia. **G1 Vale do Paraíba e Região**, 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/vale-do-paraiba-regiao/noticia/sao-jose-250-anos-industria-e-ciencia-na-zona-leste-dao-impulso-a-economia.ghtml>. Acesso em: 29 jul. 2020.

CASEMIRO, P. São José 250 anos: novo 'boom' imobiliário ganha fôlego na zona oeste. **G1 Vale do Paraíba e Região**, 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/vale-do-paraiba-regiao/noticia/sao-jose-250-anos-novo-boom-imobiliario-ganha-folego-na-zona-oeste.ghtml>. Acesso em: 29 jul. 2020

CASEMIRO, P. São José 250 anos: zona norte é reduto mineiro e preserva vida no campo. **G1 Vale do Paraíba e Região**, 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/vale-do-paraiba-regiao/noticia/sao-jose-250-anos-zona-norte-e-reduto-mineiro-e-preserva-vida-no-campo.ghtml>. Acesso em: 27 jul. 2020.

CASTORIADIS, C. **A instituição imaginária da sociedade**. Tradução de Guy Reynaud; revisão técnica de Luiz Roberto Salinas Fontes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. (Coleção Rumos da cultura moderna; v. 52).

CHAUÍ, M. Notas sobre utopia. *In*: SOUSA, C. M., (org). **Um convite à utopia**. Campina Grande: EDUEPB, 2016, v. 1, p. 29-45.

CLAEYS, G. **Utopia**: a história de uma ideia. Tradução de Pedro Barros. São Paulo: Edições SESC SP, 2013.

COLOQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, 14., 2016, Barcelona. **Anais...** Las utopías y la construcción de la sociedade del futuro. Barcelona: Universidad de

Barcelona, 2016. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/xiv-coloquio/indice-xiv-coloquio.htm>. Acesso em: 25 mar. 2020.

CÔRTE, B.; BRANDÃO, V. Coragem para longeviver!. **Revista Portal de Divulgação**, v. 3, p. 01-04, 2013. Disponível em: <https://revistalongeviver.com.br/index.php/revistaportal/article/view/1/1>. Acesso em: 29 abr. 2020.

CÔRTE, B.; BRANDÃO, V. Narrativas do Envelhecimento. **Revista Kairós Gerontologia**, v. 19, n.1, p. 121-143, 2016. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/kairos/article/view/29138/20369> Acesso em: 29 abr. 2020.

COSTA, A. R. A. **A Seguridade Social no Plano Beveridge**: história e fundamentos que a conformam. 2019. 162 f., il. Dissertação (Mestrado em Política Social) - Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **Comum**: ensaio sobre a Revolução no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2017.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. *In*: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Orgs.). **O planejamento da pesquisa qualitativa**: teorias e abordagens. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. p.15-41.

ECO, U. **História das terras e lugares lendários**. Tradução de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Editora Record, 2013.

ELIAS, N. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro, Zahar, 1992.

ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL (ENANPUR), 18., 2019, Natal, **Anais... TEMPOS em/de transformação**: utopias. Natal: ENANPUR, 2019. Disponível em: <http://anpur.org.br/xviiienganpur/>. Acesso em: 25 mar. 2020.

FERNANDES, F. O padrão de trabalho científico dos sociólogos brasileiros. *In*: FERNANDES, F. A sociologia no Brasil: Contribuição Para o Estudo de sua Formação e Desenvolvimento. Petrópolis: Vozes, 1977. p. 50-76.

FUKUYAMA, F. **O fim da história e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (FIOCRUZ). **Pobreza é principal obstáculo para idosos da América Latina**. Rio de Janeiro, 4 jul. 2005. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/pobreza-e-principal-obstaculo-para-idosos-da-america-latina>. Acesso em: 22 out. 2020.

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS – **SEADE**. Perfil dos Municípios Paulistas, 2010; 2018; 2020. Disponível em: <https://perfil.seade.gov.br/>. Acesso em: 29 abr. 2020.

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS – **SEADE**. Portal de Estatísticas do Estado de São Paulo, 2019. Disponível em: <https://www.seade.gov.br/>. Acesso em: 25 mar. 2020.

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS (SEADE). **Perfil dos Municípios Paulistas**. 2019. Disponível em: <https://perfil.seade.gov.br/>. Acesso em: 10 set. 2020.

GEETHA, M. Theory of Dystopia Unfolded - A Bird's – eye View of Shirshendu Mukhopadhyay's "The Insect". **IOSR Journal Of Humanities And Social Science**, v.19, n.7, p. 117-119, July 2014.

GOMES, I. D. *et al.* social e o cultural na perspectiva histórico-cultural: tendência conceituais contemporâneas. **Psicol. rev.**, v. 22, n. 3, set./dez. 2016. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/per/v22n3/v22n3a16.pdf>. Acesso em: 04 out. 2020.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. Tradução de Laurent Léon Schaffter (do original: *La mémoire collective*. 2. ed. Paris: Presses Universitaires de France, 1968). São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1990.

HARVEY, D. **Espaços de Esperança**. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Marta Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2009.

HOWARD, E. **Cidades-Jardins de amanhã**. São Paulo: Hucitec, 1996.

HUXLEY, Aldous. **Admirável Mundo Novo**. Tradução de Lino Vallandro e Vidal Serrano. São Paulo: Globo, 2009.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico**. 1960-2010. Disponível em: <http://ibge.gov.br>. Acesso em: 25 mar. 2020.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades e Estados**. 2017. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sp/sao-jose-dos-campos.html>. Acesso em: 29 abr. 2020.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Contagem Populacional**. 1996. Disponível em: <http://ibge.gov.br>. Acesso em: 25 mar. 2020.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. 1981-2007. Disponível em: <http://ibge.gov.br>. Acesso em: 25 mar. 2020.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pirâmide Etária no Brasil 1980 e 2010; Projeção 2050**. Agosto de 2013. Disponível em: <http://ibge.gov.br>. Acesso em: 25 mar. 2020.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Projeções e estimativas demográficas**. 2001-2009. Disponível em: <http://ibge.gov.br>. Acesso em: 25 mar. 2020.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Projeções Populacionais**. 2018-2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/>. Acesso em: 25 mar. 2020.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Tábuas Completas de Mortalidade do Brasil**. 2015. Disponível em: <http://ibge.gov.br>. Acesso em: 25 mar.2020.

IBGE. **Panorama**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pesquisa/10091/82292>. Acesso em: 22 out. 2020.

IPEA. **4ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa terá como temas centrais o protagonismo e o empoderamento**. 2006. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/participacao/noticiasmidia/participacaoinstitucional/conferencias/1359-conferencia-nacional-idoso-idosos>. Acesso em: 2 nov. 2020.

LEFEBVRE, H. **A produção do espaço**. Tradução de Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4. éd. Paris: Édition Anthropos, 2000). Primeira versão, fev. 2006.

LEFEBVRE, H. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991.

MACHADO, M. A. N. História da luta pelos direitos sociais dos idosos. *In: Ger-Ações: Pesquisas e Ações em Gerontologia*, 2019. Disponível em: <https://www.geracoes.org.br/historia-da-luta-pelos-direitos-sociais-dos-idosos> Acesso em: 4 out. 2020

MANNHEIM, K. A mentalidade utópica. *In: SOUSA, C. M. (org). Um convite à utopia*. Campina Grande: EDUEPB, 2016, v. 1, p. 47-134.

MANNHEIM, K. **Ideologia e utopia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

MARIA, M. G. **Novas formas de ocupação urbana: os loteamentos fechados em São José dos Campos**. 2008. 158 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento, Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos, 2008.

MARQUES, D. A. Francis Fukuyama e o problema da condição pós-histórica: do triunfo do “fim da História” ao tédio niilista do “último homem”. *In: MARQUES, D. A. No fio da navalha: historicidade, pós-modernidade e fim da História*. 2015. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUBD-A2KK7J>. Acesso em: 04 out. 2020.

MARTINS, H. H. T. S. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 287-298, maio/ago. 2004.

MATOS, S. T. S. Liberalismo e democracia: apontamentos sobre a evolução histórica dos conceitos liberais de democracia. **Rev. Mediações**, v. 4, n. 2, p. 42-50, jul./dez. 1999. Disponível em:

<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/download/9270/7934>. Acesso em: 04 out. 2020.

MELO, N. C. V.; FERREIRA, M. A. M.; TEIXEIRA, K. M. D. Condições de vida dos idosos no Brasil: uma análise a partir da renda e nível de escolaridade. **Oikos: Revista Brasileira de Economia Doméstica**, Viçosa, v. 25, n.1, p. 4-019, 2014. Disponível em: <https://www.locus.ufv.br/handle/123456789/13829> Acesso em: 04 out. 2020.

MENEZES, L. Uma chance de envelhecer: os desafios para garantir longevidade à população negra. **Metrópoles**, 29 set. 2018. Disponível em <https://www.metropoles.com/materias-especiais/populacao-negra-enfrenta-desafios-para-garantir-longevidade>. Acesso em: 19 abr. 2020.

MORE, T. **Utopia**. Tradução de Anah de Melo Franco (do original Utopia, 1516). Brasília: Editora Universidade de Brasília: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2004.

NERI, A. L.; DEBERT, G. G. (orgs). **Velhice e sociedade**. Campinas, SP: Papyrus, 1999. (Coleção Vivacidade)

NERY, C. **Com envelhecimento, cresce número de familiares que cuidam de idosos no país**. 2020. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/27878-com-envelhecimento-cresce-numero-de-familiares-que-cuidam-de-idosos-no-pais>. Acesso em: 22 out. 2020.

NEVES, J. L. Pesquisa qualitativa: características, uso e possibilidades. **Cadernos de pesquisa em administração**, São Paulo, v. 1, n. 3, 1996.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **World Population Prospects: the 2019 revision**. 2019. Disponível em: <https://www.un.org/development/desa/publications/world-population-prospects-2019-highlights.html>. Acesso em: 25 mar. 2020.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS), 2014. Disponível em: <https://www.who.int/eportuguese/countries/bra/pt/>. Acesso em: 25 mar. 2020.

ORWELL, G. **1984**. São Paulo: Nacional, 2005.

PLANO DE AÇÃO Internacional para o Envelhecimento 2002. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2003. Disponível em: http://www.observatorionacionaldoidoso.fiocruz.br/biblioteca/_manual/5.pdf. Acesso em: 5 nov. 2020.

PORTAL DO ENVELHECIMENTO. **Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa**. 2014. Disponível em: <https://www.portaldoenvelhecimento.com.br/iii-conferencia-nacional-dos-direitos-da-pessoa-idosa-deve-server-como-alerta/>. Acesso: 16 nov. 2020.

PORTELLI, A. **História oral como arte da escuta**. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). Brasil, 2013. Disponível em: <https://www.br.undp.org/>. Acesso em: 16 abr. 2020.

RANDOLPH, R. A utopia do planejamento e o planejamento da Utopia: o longo caminho de um contraplanejamento até o alcance da justiça social. *In: COLOQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA*, 14., 2016, Barcelona. **Anais...** Las utopías y la contrucción de la sociedad del futuro. Barcelona: Universidad de Barcelona, 2016. 19 p. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/xivcoloquio/RainerRandolph.pdf>. Acesso em: 07 jun. 2020

ROSE, A. M. The subculture of the aging: a topic for sociological research. *The Gerontologist*, v. 2, n. 3, p. 123-127, 1962.

SANTOS, A. P. **Arquitetura industrial**. São José dos Campos: edição do autor, 2006.

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, PREFEITURA MUNICIPAL (PMSJC). **Plano Diretor de Mobilidade Urbana de São José dos Campos PlanMob**. São José dos Campos: PMSJC, 2015. Disponível em: https://www.djc.sp.gov.br/media/56153/diagnostico_planmob.pdf. Acesso em: 29 abr. 2020.

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, PREFEITURA MUNICIPAL. (PMSJC). **São José em Dados 2012**: Informações sobre a cidade de São José dos Campos. São José dos Campos: Secretaria de Planejamento Urbano, 2012. Disponível em: https://servicos2.sjc.sp.gov.br/media/293116/saojosemdados4_fev.pdf. Acesso em: 27 jul. 2020.

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, PREFEITURA MUNICIPAL. (PMSJC). **São José em Dados 2016**. São José dos Campos: Planejamento Urbano, Departamento de Projetos Urbanísticos, Divisão de Pesquisa, 2016.

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. Lei Orgânica do Município de São José dos Campos/SP. **Sistema Leis municipais**, 2014. São José dos Campos, 17 jul. 2014. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/lei-organica-sao-jose-dos-campos-sp>. Acesso em: 16 nov. 2020.

SÃO PAULO (Cidade). **Indicadores Sociodemográficos da POPULAÇÃO IDOSA residente na cidade de São Paulo**. São Paulo: PMSP, 2020. Disponível em: [https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/direitos_humanos/IDOSO/PUBLICACOES/Indicadores%20sociais%20\(2\).pdf](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/direitos_humanos/IDOSO/PUBLICACOES/Indicadores%20sociais%20(2).pdf). Acesso em: 22 out. 2020.

SARGENT, L. T. **Utopianism**: a very short introduction. Oxford University Press, 2010.

SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO (SESC). **Trabalho social com idosos**. Disponível em: <https://www.sesc.com.br/portal/Assistencia/Trabalho+Social+com+Idosos/Historia>. Acesso em: 02 nov. 2020.

SILVA, D. A. **Planejamento urbano, campo intelectual e sistema simbólico: a vida no banhado, cartão postal de São José dos Campos, SP (1937-2016)**. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade do Vale do Paraíba, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Planejamento Urbano e Regional. São Jose dos Campos: UNIVAP, 2020.

SIMMONS, L. W. **The role of the aged in primitive society**. New Haven, Conn: Yale University Press, 1945.

SIMÕES, C. C. S. **Relações entre as alterações históricas na dinâmica demográfica brasileira e os impactos decorrentes do processo de envelhecimento da população**. Rio de Janeiro: IBGE, p. 119, 2016.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE GERIATRIA E GERONTOLOGIA (SBGG), 2019. Disponível em: <https://sbgg.org.br/>. Acesso em: 25 mar. 2020.

SUESS, P. **A utopia migrante: Meditação pré-pascal**. 2011. Disponível em: <https://paulosuess.blogspot.com/search?q=Ilha+de+Utopia>. Acesso em: 25 mar. 2020.

THOMPSON, P. **A voz do passado: história oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

UNITED NATIONS (UN), Department of Economic and Social Affairs (DESA). **World Population Prospectis: Data Query**, 2019. Disponível em: <https://population.un.org/wpp/DataQuery/>. Acesso em: 27 set. 2020.

UNITED NATIONS (UN), Department of Economic and Social Affairs (DESA). **World Population Prospectis: Graphs**, 2019. Disponível em: <https://population.un.org/wpp/Graphs/>. Acesso em: 27 set. 2020.

UNITED NATIONS (UN), Department of Economic and Social Affairs (DESA). **World Population Prospectis: Maps**, 2019. Disponível em: <https://population.un.org/wpp/Maps/>. Acesso em: 27 set. 2020.

VIEIRA, M. M. F.; ZOUAIN, D. M. **Pesquisa qualitativa em administração: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Global Health Observatory data repository**. Life expectancy and Healthy life expectancy, Data by WHO region, 2018. Disponível em: <https://apps.who.int/gho/data/view.main.SDG2016LEXREGv?lang=en>. Acesso em: 27 set. 2020.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Maternal, newborn, child and adolescent health and ageing**. Geneva: WHO, 2020. Disponível em: <https://www.who.int/data/maternal-newborn-child-adolescent-ageing/ageing-data/ageing---demographics>. Acesso em: 22 out. 2020.

ZANETTI, V.; PAPALI, M. A. C. R.; COSTA, S. M. F. Uma análise geo-histórica da construção de um mito em São José dos Campos (SP) entre 1930 e 1964. **Urbe, Rev. Bras. Gest. Urbana**, Curitiba, v. 9, n. 2, p. 244-261, Ago. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S217533692017000200244&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 28 jul. 2020.

Bibliografia consultada

BAUMAN, Z. Confiança e medo na cidade. Tradução de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

BOBBIO, N. A era dos direitos. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

FREUND, J. A sociologia alemã à época de Max Weber. In: BOTTO-MORE, T.; NISBET, R., (orgs). História da análise sociológica. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

SANTOS, M. A urbanização brasileira. São Paulo: Editora HUCITEC, 1993.

SANTOS, M. O espaço do cidadão. 7 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

SILVA, A. P. et al. "Conte-me sua história": reflexões sobre o método de História de Vida. Mosaico: estudos em psicologia, v. 1, n. 1, 2007, p. 25-35. Disponível em: <http://coletivoepa.pbworks.com/f/historiasdevidametodo.pdf>. Acesso em: 04 out. 2020.

VILLAÇA, F. Reflexões sobre as cidades brasileiras. São Paulo: Studio Nobel, 2012.

ANEXOS

ANEXO A – APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA
(CEP/UNIVAP)

Você está em: Público > Confirmar Aprovação pelo CAAE ou Parecer

CONFIRMAR APROVAÇÃO PELO CAAE OU PARECER

Informe o número do CAAE ou do Parecer:

Número do CAAE: Número do Parecer:

Esta consulta retorna somente pareceres aprovados. Caso não apresente nenhum resultado, o número do parecer informado não é válido ou não corresponde a um parecer aprovado.

DETALHAMENTO

Título do Projeto de Pesquisa:

Número do CAAE: Número do Parecer:

Quem Assinou o Parecer: Pesquisador Responsável:

Data Início do Cronograma: Data Fim do Cronograma: Contato Público:

**ANEXO B – ROTEIRO DE PERGUNTAS DIRECIONADAS AOS PARTICIPANTES
DA PESQUISA**

- A. Conte para mim a sua história de vida, com quem o/a senhor/a vive e desde quando o/a senhor/a mora na cidade de São José dos Campos.
- B. O/A senhor/a sempre morou nesta região?
- C. Quais são as principais atividades que o/a senhor/a realiza atualmente?
- D. E anteriormente, quais eram as principais atividades que o/a senhor/a realizava?
- E. Como tem sido viver e envelhecer nesta cidade?
- F. Me fale mais sobre este lugar que o/a senhora mora, sempre foi assim?
- G. Como o/a senhor/a se sente em relação a viver neste lugar?
- H. E sobre a cidade ideal para se viver e para se envelhecer, como o/a senhor/a acha que deveria ser?

ANEXO C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Dados de identificação

Título do Projeto: Entre Realidade e Utopia: A cidade que temos e a cidade que queremos a partir da narrativa e reflexões de pessoas idosas.

Pesquisador Responsável: Débora Wilza de Oliveira Guedes.

Equipe executora: Débora Wilza de Oliveira Guedes.

Professores Orientadores: Dra. Valéria Zanetti e Dra. Cilene Gomes.

Instituição a que pertence o Pesquisador Responsável: IP&D Univap.

Telefones / E-mails para contato: (12) 991211799 - (12) 39289829 – 39289850

Nome do participante:

R.G.

Idade:

CÓDIGO:

O (A) Sr. (a) está sendo convidado(a) a participar do projeto de pesquisa que tem como tema/título: “Entre Realidade e Utopia: A cidade que temos e a cidade que queremos a partir da narrativa e reflexões de pessoas idosas”, de responsabilidade da pesquisadora Débora Wilza de Oliveira Guedes. Este estudo tem por objetivo averiguar, à luz dos conceitos de produção do espaço, utopia e distopia, se as políticas públicas atendem aos princípios regidos pelo Estatuto da Cidade e das Metrôpoles, no que tange aos interesses da população em geral, e, sobretudo, da população idosa, do município de São José dos Campos. Espera-se, com esta pesquisa, refletir sobre a cidade que temos e sobre a cidade que queremos, no que concerne à inclusão mais efetiva da população idosa nas questões urbanas, e, também, verificar as críticas que esse segmento faz à cidade que habita bem como que projeção eles têm de cidade ideal que melhor atenda às suas demandas. As contribuições desta pesquisa para o ser humano, para a comunidade e para a sociedade, possibilitarão contribuições com a promoção de qualidade digna de vida para as pessoas idosas.

Sua participação consistirá em contar a sua história de vida; sobre estar vivendo e envelhecendo na cidade de São José dos Campos e falar as suas opiniões sobre como deveria ser o lugar ideal para se envelhecer. Pretende-se em um encontro, gravar a nossa conversa para que a pesquisadora possa ouvir novamente e realizar um estudo sobre o seu discurso. Durante sua participação, a pesquisadora irá tirar fotos e gravar em áudio pelo celular, sendo que você pode não autorizar este registro e poderá, a qualquer momento, retirar a autorização dada. O uso destas imagens e áudios em nenhum momento permitirá a sua identificação. Utilizaremos recursos de identificação como a letra E, de entrevistado, e um número arábico correspondente à ordem de sequência das entrevistas (E1, E2, E3...).

Durante a sua participação, podem ocorrer possíveis constrangimentos ou desconforto e, para minimizar esta sensação, a conversa e a gravação serão feitas em local em que você se sinta confortável e poderá ser interrompida a qualquer momento, de acordo com o seu desejo e ou necessidade.

Garanto o sigilo e a confidencialidade das informações que você fornecer e a sua privacidade como participante da pesquisa. A qualquer momento, você pode se recusar a participar e se retirar da pesquisa, sem constrangimentos, penalidades ou qualquer prejuízo. As informações e materiais obtidos nesta pesquisa não poderão ser utilizados para outras finalidades que não sejam a desta pesquisa científica.

No caso de gastos decorrentes da participação nesta pesquisa (por exemplo, transporte e alimentação), você será imediatamente e integralmente ressarcido/a de todos os gastos. No caso de algum dano, imediato ou tardio, decorrente desta pesquisa, você também tem direito de ser indenizado pela pesquisadora, bem como a ter assistência gratuita, integral e imediata.

Sempre que desejar, você poderá entrar em contato para obter informações sobre este projeto de pesquisa, sobre sua participação ou outros assuntos relacionados à pesquisa, com a pesquisadora responsável, pelo telefone (12) 991211799 e e-mail deborawo@univap.br. Você também pode entrar em contato com o CEP – Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Vale do Paraíba (UNIVAP), corresponsável por garantir e zelar pelos direitos do participante da pesquisa, pelo telefone (12) 3947-1111, pelo e-mail cep@univap.br ou pessoalmente na Av. Shishima Hifumi, 2911, Urbanova – Bloco 11 – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento II, sala 19, de segunda a sexta-feira, das 8h às 12h.

Este termo está elaborado em duas vias, rubricadas em todas as suas páginas e assinadas, ao seu término, pelo participante da pesquisa e pelo pesquisador, sendo uma das vias entregue ao participante.

Eu,

_____,
fui informado (a) e concordo em participar, voluntariamente, do projeto de pesquisa acima descrito.

São José dos Campos, _____ de _____ de _____

Nome e assinatura do participante

Nome e assinatura do pesquisador

Testemunha

Testemunha